

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Revista Querubim

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

**Edição 49
Ano 19**

**Volume
Ciências Sociais**

**Aroldo Magno de Oliveira
(Org./Ed.)**

2023

2023

2023

2023

Niterói – RJ

Revista Querubim 2023 – Ano 19 nº49 – vol. 3 – Ciências Sociais – 136p. (fevereiro – 2023)
Rio de Janeiro: Querubim, 2023 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais Periódicos.
I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor
Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki
Bruno Gomes Pereira
Elanir França Carvalho
Enéias Farias Tavares
Francilane Eulália de Souza
Guilherme Wyllie
Hugo de Carvalho Sobrinho
Hugo Norberto Krug
Janete Silva dos Santos
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luciana Marino Nascimento
Luiza Helena Oliveira da Silva
Mayara Ferreira de Farias
Pedro Alberice da Rocha
Regina Célia Padovan
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vânia do Carmo Nóbile
Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	Alana Maidana Roesler et al – Perspectivas acerca da legislação brasileira e do princípio da dignidade da pessoa humana no combate a violência obstétrica	04
02	Alana Maidana Roesler – Evolução da família e suas transformações ao longo do tempo sob uma perspectiva jurídica	12
03	Aline Ávila Brandt e Fabiana Holler Baptista – A desigualdade salarial por gênero	17
04	André Luiz Pereira Spinieli – Nietzsche, filósofo da linguagem: a construção genealógica dos conceitos afeitos à moralidade	21
05	Danilo dos Santos Telechi – Técnico em edificações: para onde caminha a rede federal	29
06	Edna Oliveira de Sousa et al – Atos infracionais na sociedade contemporânea: um olhar acerca da vulnerabilidade social de adolescentes em conflito com a lei	34
07	Ester Brito Parente e Marta Maia da Silva – O veraneio araguaiano: impactos econômicos diante da covid-19	46
08	Fabiana Holler Baptista et al – A importância do planejamento estratégico financeiro	53
09	Fabiana Holler Baptista et al – A influência da contabilidade rural na agricultura familiar	59
10	Gisele Regina Rocha e Jocyléia Santana dos Santos – Nos bastidores do palácio: narrativas de servidores públicos da Casa Civil em Palmas -TO	67
11	Juliana Avila Pereira – A Revolta de Tupac Amaru II e a independência peruana: questões de gênero e a invisibilização de Micaela Bastidas na história	91
12	Kymie Ozie et al – Universo do marketing	98
13	Luiza Wermelinger N. de Almeida Por uma nova economia dos cuidados e reformulação dos papéis sociais de gênero em tempos de crise	105
14	Luciane Vieira Alves – Desafios e consequências da educação financeira sobre a sociedade brasileira	123
15	Priscilla Novaes Nogueira Gomes e Adimilson Renato da Silva – Desemprego e exclusão social no período pandêmico	131

PERSPECTIVAS ACERCA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO COMBATE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Alana Maidana Roesler¹

Gilberto Nunes Filho²

Adriana Pimmel³

Roana Funke Goularte⁴

Isadora Wahys Cadore Virgolin⁵

Resumo

O presente trabalho visa identificar algumas das políticas públicas instituídas com o intuito de coibir a Violência Obstétrica, demonstrando alguns dos direitos garantidos às gestantes e puérperas, bem como a necessidade de ser dada a devida atenção a propagação do assunto através de políticas de informação. O desenvolvimento desta pesquisa se deu através do método hipotético-dedutivo, sendo feito o uso do procedimento bibliográfico, baseando-se em doutrinas e legislações. Trata-se como hipótese a necessidade de levar conhecimento sobre seus direitos às mulheres.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Maternidade. Gravidez.

Abstract

The present work aims to identify some of the public policies instituted with the aim of curbing obstetric violence, demonstrating some of the rights guaranteed to pregnant and postpartum women, as well the need to pay due attention to the propagation of the subject through information policies. The development of this research was through the hypothetical-deductive method, using the bibliographic procedure, based on doctrines and legislation. It is considered as a hypothesis the need to bring knowledge about their rights to women.

Key-words: Obstetric Violence. Maternity. Pregnancy.

¹ Advogada. Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta. Especialista em Direito Processual Civil pela FAVENI. Especializanda em Direito do Processual do Trabalho pela PROGREDIR Membro Discente do Grupo de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania da Universidade de Cruz Alta (GPJur). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar sobre o Sistema Penitenciário e a Política Nacional de Saúde Mental. Durante a graduação participou do Projeto de Extensão Balcão do Consumidor: Por um Direito do Consumidor ao Alcance de Todos.

² Experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho, Direito Civil, Processo Civil, Mediação e Arbitragem.

³ Agente de combate de endemias da prefeitura de Santa Bárbara do Sul.

⁴ Doutoranda e Mestra em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social na Universidade de Cruz Alta (Unicruz), Bolsista CAPES, Advogada, Bacharel em Direito pela Universidade de Cruz Alta (Unicruz).

Membro discente do Grupo de Pesquisa Jurídica em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos da Universidade de Cruz Alta e do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Linguagens e Comunicação da Universidade de Cruz Alta

⁵ Possui graduação em Serviço Social pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas, mestrado em Educação pela Universidade Autónoma de Assunción - UAA, mestrado e doutorado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão na Universidade de Cruz Alta onde ministra a disciplina de Sociologia; Introdução ao Ensino Superior e Ética Profissional; Extensão Rural e Sociedade, Cidadania e Ambiente em cursos de graduação das áreas de ciências sociais aplicadas, ciências agrárias e da saúde.

Considerações Iniciais

Com o objetivo de identificar algumas das políticas públicas instituídas com o intuito de coibir a violência obstétrica e de demonstrar alguns dos direitos garantidos às gestantes e puérperas, a presente pesquisa direciona a sua atenção à forma como a legislação se traduz em políticas públicas e busca contribuir para fomentar as discussões a respeito desta temática e, conseqüentemente, destacar a necessidade de se dar a devida atenção e propagação deste assunto através de políticas de informação.

Seu desenvolvimento se dá através do método hipotético-dedutivo, em virtude de objetivar-se a verificação da conclusão da hipótese central do trabalho. Ademais, sobre os métodos de procedimento, esta pesquisa fez uso do procedimento bibliográfico, em decorrência de ter sido feita com base em doutrinas, legislações e demais pesquisas que versam sobre a temática em questão.

Cabe destacar que o tema deste artigo apresenta grande importância no âmbito social, pois pode colaborar para a difusão do conhecimento acerca dos direitos das mulheres, uma vez que a tarefa de prevenir e combater a violência contra as mulheres exige uma articulação complexa envolvendo os diferentes serviços de saúde através das políticas públicas aos quais direcionam a atenção as mulheres em situação de violência, na forma mais sucinta a violência contra mulher envolve atos de coerção, cerceamento, humilhação, desqualificação, ameaças e agressões físicas e sexuais variadas.

A legislação como política pública no combate à violência obstétrica

A gestante se encontra numa situação de vulnerabilidade seja ela física, emocional e/ou intelectual, uma vez que ela está prestes a realizar um procedimento que até então é desconhecido por ela e que impõem a obrigatoriedade de cuidado da gestante e do nascituro. Portanto, há a necessidade de oferecer o melhor acolhimento possível e de garantir um tratamento humanizado, bem como a oferta de todos os cuidados necessários. Para isso, o ordenamento jurídico criou leis que visam garantir o combate das diversas formas de violência obstétrica.

Antes de analisar o que como a legislação protege as mulheres, é importante compreender que a violência obstétrica pode ser entendida como ações e omissões direcionadas à qualquer mulher em período de pré-natal, parto ou puerpério⁶. Macedo (2018, s.p) conceitua como:

[...] qualquer ato de violência realizado contra uma mulher no pré-natal, trabalho de parto, parto e puerpério (período entre o nascimento e o momento em que o corpo feminino volta ao estado pré-gestação). Pode ser perpetrado por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, anestesistas ou qualquer profissional da saúde. Acontece de inúmeras maneiras, das mais leves às mais graves, das mais comuns às mais anormais, das que deixam cicatrizes perenes às que saram com o tempo. De uma maneira ou de outra, todas as mães têm uma história para contar. Se não de terror, de alívio por não ter sido mais uma vítima.

⁶ Qualquer situação que cause dor, dano e/ou sofrimento tido como desnecessário, qualquer ação praticada sem o consentimento expresso, bem como aquelas atitudes que desrespeitem a sua autonomia.

A Lei Federal nº 11.108 de 2005, mais conhecida como Lei do Acompanhante⁷ obriga as instituições de saúde, seja elas públicas ou rede privadas, a permitirem que a gestante seja acompanhada durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto. A lei não determina um tipo específico de parto, logo deve ser aplicada tanto em casos de parto natural (vaginal), quanto cesariana, não podendo ser negada a presença do acompanhante, pelo hospital ou pela equipe de saúde. Ainda, a legislação é clara ao determinar que o acompanhante será de escolha da gestante, sendo vedada a imposição de alguém específico, por exemplo quando afirmam que apenas o genitor do nascituro pode acompanhar (BRASIL, 2005).

A proteção jurídica também fica clara no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei nº 13.257 de 2016⁸, que assegura as mulheres o direito de acesso a políticas sociais e a um parto humanizado. O parto humanizado independentemente do local (casa ou hospital), significa tratar a mulher com dignidade e respeitando suas escolhas. A forma humanizada de parto leva em consideração o protagonismo à mulher a partir de uma visão integrativa e interdisciplinar, o parto deixa de ser apenas um evento biológico e são considerados os aspectos emocionais, sociais, culturais, etc., da mulher.

A assistência humanizada proporciona às mulheres um forte sentimento de confiança e segurança durante o parto e ao cuidar de seu filho. Muitas têm uma experiência maravilhosa de autotransformação, sentindo-se capazes em seu novo papel social. Esta experiência estimula a conscientização e o interesse pela sociedade, tendo como consequência o fortalecimento social. Estudos comprovam os benefícios físicos e psicológicos à mulher que o modelo assistencial humanizado proporciona, modificando o conceito social da parturição [...]. A humanização envolve práticas e condutas desenvolvidas a partir da criação do Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento (PHPN), que traz recomendações de práticas e abordagens terapêuticas baseadas em evidências científicas, dentre os quais temos a presença de um acompanhante de livre escolha da mulher [...]. As boas práticas de atenção ao parto e nascimento são ações benéficas que visam diminuir a morbimortalidade materna e neonatal. Quando essas práticas deixam de serem realizadas coloca em risco a saúde da mulher e do neonatal (RAMOS, et al, 2022, p. 658).

Tem-se, assim, que parto humanizado tem por finalidade uma assistência digna e respeitosa durante o parto, inibindo qualquer conduta de violência e discriminação, como garantia desse direito, existem leis e decisões jurisprudenciais que amparam a parturiente dando a ela o direito de indenizar quando houver afronta a sua dignidade, cabendo ao julgador mencionar os parâmetros legais, observando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade como também a gravidade da conduta ilícita para mensurar o valor indenizável.

⁷ Art. 19-J. Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 1 (um) acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato. § 1º O acompanhante de que trata o caput deste artigo será indicado pela parturiente (BRASIL, 2005).

⁸Art. 8. É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. (BRASIL, 2016).

APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO GENITOR DE ACOMPANHAR O NASCIMENTO DO FILHO. LEI DO PARTO HUMANIZADO. IMPEDIMENTO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO HOSPITALAR. DANO MORAL CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. MANUTENÇÃO. 1. **OS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES SÃO FORNECEDORES DE SERVIÇOS E RESPONDEM OBJETIVAMENTE PELOS DANOS CAUSADOS AOS SEUS PACIENTES. EXEGESE DO ART. 14 DO CDC.** 2. **É ASSEGURADO À PARTURIENTE O DIREITO À PRESENÇA DE UM ACOMPANHANTE, POR ELA INDICADO, DURANTE TODO O PERÍODO DO TRABALHO DE PARTO, PARTO E PÓS-PARTO IMEDIATO, NOS TERMOS DA ALTERAÇÃO PROMOVIDA PELA LEI N. 11.108/05 (LEI DO PARTO HUMANIZADO) NA LEI N. 8.080/90 (LEI DO SUS).** 3. CASO CONCRETO EM QUE O GENITOR, QUE É COMPANHEIRO DA PARTURIENTE HÁ MAIS DE 12 ANOS E ACOMPANHOU TODO O PRÉ-NATAL - REALIZADO, ALIÁS, NO NOSOCÔMIO DEMANDADO -, NÃO PÔDE ACOMPANHAR O NASCIMENTO DE SUA FILHA PORQUE O HOSPITAL NÃO DISPUNHA DE TRAJES HOSPITALARES DO SEU TAMANHO. CIRCUNSTÂNCIAS ALEGADAS PELA INSTITUIÇÃO RÉ QUE DESSERVEM A COMPROVAR ALGUMA EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE, NA FORMA DO § 3º DO ART. 14 DO CDC. CARACTERIZADA A FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. 4. **DANO MORAL EVIDENCIADO. DA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DECORREU INCONTESTÁVEL FRUSTRAÇÃO E ANGÚSTIA EM MOMENTO ÚNICO DA VIDA DO AUTOR, NA MEDIDA EM QUE FOI IMPEDIDO DE ESTAR AO LADO DE SUA COMPANHEIRA DURANTE O NASCIMENTO DA PRIMEIRA FILHA DO CASAL. [...]** (Apelação Cível, Nº 50003974420198210067, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em: 30-03-2022) (grifo dos autores)

A Constituição Federal, em seu art. 196, II⁹, garante o direito à saúde a todos de forma que a criação de políticas públicas que visam a resolução de problemas ligados à saúde da sociedade deve ser desenvolvida pelo Estado, com a finalidade de assegurar a todos o direito de cidadania, para todos os seguimentos sociais, étnicos e econômicos. Assim, o Brasil possui regulamentação específica em programas que são fundamentais para a saúde da mulher, em especial os que visam um maior acompanhamento durante a gestação.

⁹ A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

A Lei nº 11.634 de 2007, garante à gestante, cuja assistência é fornecida pelo SUS, o acesso a todas as informações referentes à maternidade¹⁰ onde dará luz e estabelece que a ela devem ser informados o local onde será realizado o parto, onde ocorrerá o atendimento em casos de intercorrências durante o pré-natal, bem como deve ser comprovado que a maternidade escolhida possui a estrutura necessária para prestar assistência de acordo com o risco gestacional, inclusive em situação de puerpério. Essas informações devem ser dadas no ato de sua inscrição no programa de assistência pré-natal.

Ainda, a Portaria nº 569 de 2000, garante a gestante um atendimento digno¹¹ visando coibir a violência obstétrica que, muitas vezes, está presente no momento do pré-parto, parto, pós-parto imediato e abortamento. Várias são as políticas sociais que buscam humanizar o parto e visam o bem-estar da parturiente, objetivando que ela possa vivenciar o processo de nascimento do filho tranquilamente, assim prevenindo traumas emocionais.

A Portaria nº 569 de 2000, ainda implementa o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN). Baseado nas análises das necessidades de atenção específica à gestante, ao recém-nascido e à mulher no período pós-parto, esse programa se estrutura a partir dos princípios de que toda gestante tem direito a acesso e atendimento digno e de qualidade, durante toda a gestação, parto e puerpério; de conhecer e ter assegurado o acesso à maternidade em que será atendida; a assistência ao parto e ao puerpério, bem como que estes sejam realizados de forma humanizada e segura, dentro das determinações, princípios e condições gerais estabelecidas pelo conhecimento médico (BRASIL, 2000).

Em 2001 a Portaria nº 1.459 instituiu a Rede Cegonha¹², que assegura a toda mulher o direito ao planejamento reprodutivo e atenção humanizada na gravidez, parto e puerpério, além de garantir um nascimento seguro e desenvolvimento adequado. Assim, o objetivo da Rede Cegonha (RC) é “[...] promover a integração das ações e serviços de saúde para possibilitar uma atenção eficiente e de qualidade em todos os pontos de atenção, com foco na satisfação dos usuários, e a melhoria dos indicadores de morbimortalidade materno infantil” (CAVALCANTI, et al, 2013, p. 1300).

A RC prevê ações para a melhoria do acesso e da qualidade da assistência à mulher e à criança, por meio da vinculação da gestante à unidade de referência para o parto e o transporte seguro e da implementação de boas práticas na atenção ao parto e nascimento, incluindo o direito a um acompanhante de livre escolha da mulher no momento parto [...]. As ações estão inseridas em quatro componentes: (1) Pré-Natal; (2) Parto e Nascimento; (3) Puerpério e Atenção Integral à Saúde da Criança e (4) Sistema Logístico, Transporte Sanitário e Regulação (CAVALCANTI, et al, 2013, p. 1301).

¹⁰ Art. 1º Toda gestante assistida pelo Sistema Único de Saúde - SUS tem direito ao conhecimento e à vinculação prévia à: I - maternidade na qual será realizado seu parto; II - maternidade na qual ela será atendida nos casos de intercorrência pré-natal. § 1º A vinculação da gestante à maternidade em que se realizará o parto e na qual será atendida nos casos de intercorrência é de responsabilidade do Sistema Único de Saúde e dar-se-á no ato de sua inscrição no programa de assistência pré-natal. § 2º A maternidade à qual se vinculará a gestante deverá ser comprovadamente apta a prestar a assistência necessária conforme a situação de risco gestacional, inclusive em situação de puerpério (BRASIL, 2007)

¹¹ O art. 2, alínea a (BRASIL, 2000), garante a “toda gestante tem direito ao acesso a atendimento digno e de qualidade no decorrer da gestação, parto e puerpério”.

¹² Art. 1º A Rede Cegonha, instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde, consiste numa rede de cuidados que visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis, denominada Rede Cegonha (BRASIL, 2011).

Diante do que foi apresentado, se percebe que foi empregada uma grande atenção no que diz respeito ao fornecimento de direitos às gestantes e puérperas, de forma que a legislação é rica em determinações que buscam a proteção das mulheres e o repúdio às formas de violência obstétrica. Estas legislações se manifestam na forma de políticas públicas que ao serem implementadas visam coibir a violência obstétrica, além de garantir a dignidade da pessoa humana.

Princípio da dignidade da pessoa humana

O princípio da dignidade humana é a base do sistema jurídico brasileiro, de forma que “[...] a Constituição democrática de 1988 alçou o princípio da dignidade da pessoa humana, na qualidade de princípio próprio, ao núcleo do sistema constitucional do país e ao núcleo de seu sistema jurídico, político e social” (DELGADO, 2010, p. 39). Assim, sendo a dignidade da pessoa humana entendida como um princípio acima de qualquer coisa, entende-se que a sua presença é fundamental durante a atuação dos poderes públicos e de toda a sociedade.

Entende-se que o acatamento do princípio da dignidade da pessoa humana, é um marco representativo da vitória contra intolerância, preconceito, exclusão social, ignorância, opressão, etc., pois é um princípio cunhado na integridade moral do ser humano, portanto, é possível entender que a dignidade da pessoa humana agrega em si todos os direitos e garantias fundamentais do homem, pois “[...] está consagrando um imperativo de justiça social, um valor constitucional supremo. Por isso, o primado consubstancia o espaço da integridade moral do ser humano, independentemente de credo, raça, cor, origem ou status social” (BULOS, 2007, p. 389).

A Constituição Federal adotou o princípio da dignidade humana na qualidade de princípio próprio¹³ e o colocou como base do sistema jurídico, de forma que “[...] alçou o princípio da dignidade da pessoa humana, na qualidade de princípio próprio, ao núcleo do sistema constitucional do país e ao núcleo de seu sistema jurídico, político e social” (DELGADO, 2010, p. 39). Alega-se, assim, que a dignidade da pessoa humana é capaz de ultrapassar qualquer outro princípio, pois está diretamente conectado à condição existencial de pessoa humana.

Assim, Lambert (2017, s.p) discorre que a proteção deste princípio “[...] envolve todos os aspectos da pessoa, seja no seu aspecto exterior – papéis que representa na sociedade, como função profissional, imagem, etc., como na sua individualidade – privacidade, intimidade”, ou seja, gozam das prerrogativas inerentes a este princípio todos aqueles que pertencem ao gênero humano, independentemente de seu aspecto físico e de sua etnia. Dessa forma o princípio da dignidade pessoa humana é inerente ao ser humano e abrange os aspectos da individualidade, privacidade e intimidade que devem ser respeitados.

Os princípios constitucionais, dispostos na Carta Magna, constituem o arcabouço da tutela em nível constitucional, como um grande sistema de proteção do direito geral de personalidade. Tendo em vista a importância a extensão do princípio da dignidade humana, como princípio matriz, do qual irradiam todos os direitos fundamentais do ser humano, vinculando o poder público como um todo, como os particulares, pessoas naturais ou jurídicas e sendo o direito da pós-maternidade um direito que possui por destinatário final a pessoa humana, exercendo uma função social, todo o direito posto deve ser lido e interpretado a luz da Constituição, em especial, segundo os postulados do princípio da dignidade humana (ALVARENGA, 2013, p. 99).

¹³ Art. 1. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III – dignidade da pessoa humana.

Ao analisar o princípio da dignidade da pessoa humana é perceptível que este prioriza o ser humano e, certamente, serve como base para a elaboração das legislações que visam coibir a violência obstétrica. Acerca da relação entre o princípio da dignidade da pessoa humana e das legislações que buscam proteger as mulheres Alves e Portes (2021, p. 2) apresentam a perspectiva de que:

Os atos e procedimentos praticados são desrespeitos, abusivos, desumanos, coisas que ninguém deveria passar, principalmente a mulher num momento de fragilidade e vulnerabilidade. Qualquer procedimento médico deveria ter como fundamento o respeito à dignidade humana, que é essencialmente um atributo da pessoa humana pelo simples fato de ‘ser humano’, direito que encontra previsão legal no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal. A mulher também pode consentir ou recusar um procedimento desde que a informação dada a ela seja de forma clara e objetiva, sem indução, pra [sic] que essa parturiente não realize um procedimento que talvez não fosse necessário.

A partir deste tópico fica nítido que a dignidade é uma característica da pessoa humana, de forma que todos os seres humanos são merecedores de respeito e proteção, independentemente de sua origem, raça, sexo, idade, estado civil, condição social/econômica e, em razão de sua importância, é reconhecida como um princípio basilar na Constituição Federal. Como decorrência disso, a legislação busca garantir que esse direito não seja afrontado a partir de normativas que visam a proteção das mulheres durante o período de pré-natal, parto e pós-parto, independentemente de serem assistidas pela rede pública ou privada de saúde.

Considerações Finais

A violência obstétrica ainda precisa ser amplamente estudada e discutida, pois apensar de não ser uma novidade é pouco divulgada. Dessa forma, diversas gestantes desconhecem os seus direitos, principalmente quando falamos de mulheres de baixa renda e pouca escolaridade. Ao longo do presente trabalho, foi visto que existem diversas políticas públicas implementadas que visam coibir a violência obstétrica, porém ela ainda persiste na maior parte do país.

O desconhecimento dos profissionais da saúde sobre seus deveres contribui para que essa violência continue ocorrendo. Por isso que é preciso intensificar a discussão dessa temática, uma vez que levar o conhecimento de seus direitos às gestantes e puérperas e dos deveres aos profissionais da saúde, é imprescindível para que ocorra uma redução na ocorrência de casos de violência obstétrica no Brasil.

Assim, além das diversas leis que possuem o objetivo de proteger as gestantes, as puérperas, os nascituros e recém-nascidos, bem como aquelas que sofreram abortamento, é necessária a elaboração de políticas públicas que levem às mulheres a informação sobre seus direitos, seja para aquelas que farão seu acompanhamento pré-natal pelo SUS como para aquelas que farão pela rede privada.

Referências

ALVARENGA, Rubia Zanotelli de. **Direitos da Personalidade do trabalhador e o poder empregatício**. São Paulo: LTr, 2013.

ALVES, Franciely de Paula; PORTES, Cíntia Regina. Violência obstétrica: o desrespeito à autonomia privada e a violação do princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista de Trabalhos Acadêmicos da FAM**, v. 6, n. 1, 2021. Disponível em: <http://appavl.pxsistemas.com.br:882/pergamumweb/vinculos/000028/000028d6.pdf> Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 04 dez. 2022.

- BRASIL. **Lei no 11.108 de 07 de abril de 2005.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm. Acesso em: 03 dez. 2022.
- BRASIL. **Lei no 11.634, de 27 de dezembro de 2007.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11634.htm. Acesso em: 29 dez. 2022.
- BRASIL. **Lei no 13.257, de 08 de março de 2016.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm. Acesso em: 24 dez. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria no 1.459, de 24 de junho de 2011.** Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html. Acesso em: 24 dez. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 569, de 1º de junho de 2000.** Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569_01_06_2000_rep.html. Acesso em: 09 dez. 2022.
- BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (9ª Câmara Cível). **Apelação cível nº 50003974420198210067.** Relator: Eduardo Kraemer, 30 de março de 2022. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/buscas/jurisprudencia/exibe_html.php Acesso em: 10 dez. 2022.
- BULOS, Uadi Lammego. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Ed. Saraiva, 2007.
- CAVALCANTI, Pauline Cristine da Silva; GURGEL JUNIOR, Garibaldi Dantas; VASCONCELOS, Ana Lúcia Ribeiro de; GUERRERO, André Vinicius Pires. Um modelo lógico da Rede Cegonha. **Revista Physis**, v. 23, n. 4, pp. 1297 - 1316, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/cmcY4csz9hjDC48scBWCsVL/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 dez. 2022.
- DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do trabalho.** 9. ed. São Paulo: Editora LTr, 2010.
- LAMBERT, Henrique. Dignidade humana como um dos fundamentos da República: Conceito de assédio moral na doutrina. **Revista Jus Navigandi**, 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/61907/dignidade-humana-como-um-dos-fundamentos-da-republica>. Acesso em: 04 dez. 2022.
- MACEDO Tháís S. B. **Com dor darás à luz:** Retrato da violência obstétrica no Brasil. Kindle Edition, 2018.
- RAMOS, Gabriela Ferreira; DONDA, Ana Carolina; CABRAL, Karynne Borges; CABRAL Fernando Duarte. Atuação do enfermeiro no parto humanizado. *Revista RECIFAQUI*, v. 1, n. 12, 2022, pp. 657-670. Disponível em: <https://recifaqui.faqui.edu.br/index.php/recifaqui/article/view/174/157> Acesso em: 15 dez. 2022.
- Enviado em 31/12/2022
Avaliado em 15/02/2023

EVOLUÇÃO DA FAMÍLIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES AO LONGO DO TEMPO SOB UMA PERSPECTIVA JURÍDICA

Alana Maidana Roesler¹⁴

Resumo

O presente trabalho busca apresentar brevemente como se deu a evolução da família no Brasil e como a legislação percebeu isso e se modificou de acordo com as concepções sociais desde o direito canônico, passando pelas concepções patriarcais até chegar na família moderna que é constituída por laços biológicos e afetivos que é baseada no princípio da dignidade da pessoa humana. O desenvolvimento desta pesquisa se deu através do método hipotético-dedutivo, sendo feito o uso do procedimento bibliográfico, baseando-se em doutrinas e legislações.

Palavras-chave: Família. Modelo patriarcal. Modelo moderno.

Abstract

The present work seeks to briefly present how the evolution of the family in Brazil took place and how the legislation perceived this and changed according to the social conceptions from canon law, passing through the patriarchal conceptions until arriving at the modern family that is constituted by biological ties and affective that is based on the principle of the dignity of the human person. The development of this research was through the hypothetical-deductive method, using the bibliographic procedure, based on doctrines and legislation.

Key-words: Family. Patriarchal model. Modern template.

Considerações Iniciais

A partir da evolução do direito de família que vai desde o direito canônico, que era regido pela igreja, passando pela família patriarca, onde o homem era responsável pela casa e não existia a possibilidade de divórcio, até o advento do Estatuto da Mulher Casada e da Lei do Divórcio, a grande evolução da família se deu com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que prevê o reconhecimento de direitos e deveres de forma igualitária entre o homem e a mulher, o instituto familiar sofreu inúmeras modificações em sua forma de estruturação.

O direito é fruto do desenvolvimento social, portanto se faz necessário observar como se deu a evolução da compreensão do que é família e das funções exercidas por seus membros para, finalmente, assimilar como a legislação acompanhou essas modificações. Para a sua construção, a pesquisa foi baseada em um método hipotético-dedutivo e bibliográfico, a partir de documentos que abordam a temática.

Resultados e Discussões

O Direito Canônico é composto por leis e regulamentos adotados pelos líderes da igreja, sendo que estas normas impactavam diretamente a vida social da população, um destes regulamentos rege o casamento. O matrimônio era tido como sagrado e não se permitia o divórcio, além de que a igreja só abençoava as uniões em conformidade com as leis de Deus, ou seja, um homem e uma mulher.

¹⁴ Advogada. Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta. Especialista em Direito Processual Civil pela FAVENI. Especializanda em Direito do Processual do Trabalho pela PROGREDIR Membro Discente do Grupo de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania da Universidade de Cruz Alta (GPJur). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar sobre o Sistema Penitenciário e a Política Nacional de Saúde Mental. Durante a graduação participou do Projeto de Extensão Balcão do Consumidor: Por um Direito do Consumidor ao Alcance de Todos.

Sá e Madrid (2010, p. 6) destacam que é nesse momento que nasce o preconceito com casais do mesmo sexo e a impossibilidade de realizarem o matrimônio na igreja, de forma que “[...] grande parte do preconceito que existe desde os primórdios, começou por influência da igreja, já que esta não abençoava uniões que fogem do padrão estabelecidos por eles, como uniões de pessoas do mesmo sexo”, tendo em vista que a igreja exercia grande influência sobre a população, o casamento era visto como sagrado pelos seus seguidores que discriminavam “[...] quaisquer atos que impeçam a evolução da vida”.

No modelo tradicional, família era a união de um homem e uma mulher pelos sagrados laços do matrimônio e com o fim precípuo de perpetrar a espécie. Neste universo, todos dispõem de um nome que identifica o lugar de cada um na constelação familiar. O casamento constitui a família formada pelo marido e pela mulher que geram filhos. (DIAS, 2004, p.21).

O Código Civil de 1916 regulava a família constituída sob uma base cristã e a família poderia ser formada unicamente pelo casamento e através do modelo patriarcal e hierarquizado. O modelo patriarcal é caracterizado pela centralização na figura do patriarca, onde “[...] o ‘pai’, que é simultaneamente chefe do clã (dos parentes com laços de sangue) e administrador de toda a extensão econômica e toda a influência social que a família exerce” (FERNANDES, 2022, s.p).

Além de remeter a formação patriarcal, termo família é derivado do latim *famulus*, que significa “escravo, servo, servente, submetido”, assim, a família era vista pela perspectiva da “[...] da posse y da ordem do conjunto do patrimônio, o que englobava tanto os parentes como os servos que se alimentavam na casa do senhor”, essa forma de organização está presente “[...] na origem da organização simbólica que conhecemos como família em todas as estruturas de parentesco” (LACAN, 2016, s.p).

A forma patriarcal de família tem seu surgimento no início do período colonial e se manteve até o final do século XIX, tendo sido trazida pelos portugueses. Sua principal característica era o pátrio poder, onde reinava a submissão da mulher e dos filhos perante o homem e a mulher era incumbida apenas do cuidado da casa e dos filhos, sem exercer nenhum tipo de autoridade. O homem, por sua vez, era encarregado de prover o sustento da família e de seus agregados, na sua maioria escravos, parentes e criados todos submetidos ao poder absoluto do chefe (FERNANDES, 2022, s.p).

A instituição familiar é um dos processos sociais mais antigos da história do ser humano, de forma que a família patriarcal se desenvolveu por meio de “[...] uma estrutura social em que a família funcionava como um núcleo composto pelo chefe da família (patriarca), sua mulher, filhos e netos, que eram os representantes principais; e um núcleo de membros considerados secundários” (ALVES, 2009, p. 2).

Como já salientado, a liderança da família era exercida pelo patriarca e eram compostas apenas pela união matrimonial e filhos consanguíneos do casal, logo, os eventuais filhos nascidos fora destas circunstâncias eram chamados de bastados e não possuíam nenhum direito ou garantia jurídica. A realidade onde as mulheres eram tidas como relativamente incapazes e deveriam ser assistidas por seu cônjuge perdurou até o advento do Estatuto da Mulher Casada elaborado em 1962.

O primeiro grande marco para romper a hegemonia masculina foi em 1962, quando da edição da Lei 6.121. O chamado Estatuto da Mulher Casada, devolveu a plena capacidade à mulher, que passou à condição de colaboradora na administração da sociedade conjugal. Mesmo tendo sido deixado para a mulher a guarda dos filhos menores, sua posição ainda era subalterna. Foi dispensada a necessidade da autorização marital para o trabalho e instituído o que se chamou de bens reservados, que se constituía do patrimônio adquirido pela esposa com o produto de seu trabalho. Esses bens não respondiam pelas dívidas do marido, ainda que presumivelmente contraídas em benefício da família (DIAS, 2016, p. 1-2).

O passo seguinte para a modificação do sistema familiar foi surgimento da Lei do Divórcio nº 6.515/1977 ela apresenta a possibilidade de dissolução da união, visto que até agora não se falava em divórcio e que havia um rigor no que se referia ao casamento. A referida lei passou a reconhecer que, quando não havia laço afetivo entre o casal, seria inviável estabelecer um casamento que não condizia com a realidade, ou seja, os cônjuges que até então eram tidos como desquitados, poderiam, após cumprir as exigências legais e por vias judiciais efetivar o pedido de divórcio (ROSA; FERNANDES, 2010).

A nova lei, ao invés de regular o divórcio, limitou-se a substituir a palavra “desquite” pela expressão “separação judicial”, mantendo as mesmas exigências e limitações à sua concessão. Trouxe, no entanto, alguns avanços em relação à mulher. Tornou facultativa a adoção do patronímico do marido. Em nome da equidade estendeu ao marido o direito de pedir alimentos, que antes só eram assegurados à mulher “honesta e pobre”. Outra alteração significativa foi a mudança do regime legal de bens. No silêncio dos nubentes ao invés da comunhão universal, passou a vigorar o regime da comunhão parcial de bens (DIAS, 2016, p. 2).

A grande evolução da família se deu com a promulgação da atual Constituição Federal ao reconhecer que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher de forma igualitária (BRASIL, 1988). A partir de então é que passou a ser garantida, ao menos no papel, a igualdade entre os gêneros e houve, então, uma equiparação entre o homem e a mulher no exercício de seus atos da vida civil.

Mesmo após a implantação da nova ordem constitucional, estabelecendo a plena igualdade entre homens e mulheres, filhos e entidades familiares, injustificadamente o legislador sequer adequou os dispositivos da legislação infraconstitucional não recepcionados pelo novo sistema jurídico. Mesmo tendo se transformado em normas sem qualquer eficácia, eis que apartadas da diretriz da Lei Maior, continuavam no ordenamento jurídico como letra morta (DIAS, 2016, p. 2).

Apesar de não apresentar uma definição exata de família, a Constituição Federal elenca três acepções sobre família, sendo elas: Sentido amplíssimo: ligado ao vínculo consanguíneo e/ou afinidade; Sentido *latu sensu*: considera além dos cônjuges e companheiros e reconhece os filhos e todos os parentes colaterais e em linha reta (tios, avós, primos, etc.); Sentido restrito: se refere apenas ao casal e seus filhos, sem fazer distinção entre os filhos (DINIZ, 2008). Assim, a família consiste em um grupo social formado por laços sanguíneos, jurídicos e afetivos, porém a legislação se apresenta como uma forma de resposta às modificações sociais, assim a Constituição Federal passou a reconhecer as várias formações familiares como sendo legítimas e as amparou juridicamente.

Uma vez que o direito de família busca a igualdade entre todas as entidades familiares, tem-se que ele está diretamente conectado ao princípio da dignidade da pessoa humana. Dias (2011, p. 63) aponta que o respeito e a proteção à dignidade da pessoa humana constituem uma meta permanente para a humanidade, para o Estado e para o direito, de forma que o direito de família atualmente busca “[...] não só proteger o instituto da família, mas também que a família tenha efetivamente sua dignidade no dia a dia garantida perante os demais institutos da sociedade” e, com isso se alcançaria uma certa igualdade e se construiria uma sociedade mais justa e solidária.

Além disso, o princípio da dignidade da pessoa humana é, também, encarado como uma obrigação que deve ser respeitada em todas as relações jurídicas públicas ou privadas, principalmente, nas relações familiares (LISBOA, 2002). Uma vez que este princípio engloba diversas compreensões de dignidade, quando se fala em família a mesma se manifesta de diversas maneiras, portanto, devem ser respeitados as modernas formações familiares que se formam com base no princípio da afetividade.

Sendo considerado como uma relação de afeto e carinho entre familiares, sem a necessidade de parentesco consanguíneo, o princípio da afetividade se manifesta, em especial, diante situações onde um pai/mãe biológico é ausente e um pai/mãe não biológico se faz presente e manifesta notória importância na vida do filho, constituindo, assim, a paternidade socioafetiva.

O conceito de família contemporâneo apresenta como um dos seus alicerces o princípio da dignidade da pessoa humana e também o princípio da afetividade, portanto, o reconhecimento da filiação não precisa ser apenas biológico, pode ser também afetivo. Assim um novo conceito de família começou a surgir, reconhecendo a união estável e outros tipos de famílias, que antes não eram reconhecidas. O princípio da dignidade da pessoa humana se sobressaiu, juntamente com o implícito princípio da afetividade, que trouxe o afeto como fator principal da construção de famílias contemporâneas. Esses dois princípios constituem base da comunidade familiar, seja ela biológica ou socioafetivo (DINIZ, 2013).

Tendo em vista que as constituições familiares foram se modificando de acordo com a evolução social, tem-se que família é um núcleo formado pela convivência e marcado pelo afeto e amor, não se limita apenas ao casamento, mas, principalmente, no companheirismo e no desenvolvimento pessoal (DINIZ, 2013). Diante disso, fica nítido que cabe ao Estado amparar juridicamente essas situações fáticas e sempre que possível adequar o ordenamento jurídico brasileiro a realidade da população.

Considerações Finais

A partir do que foi apresentado, foi possível perceber que as concepções de família evoluíram desde a prevalência do direito canônico e do modelo patriarcal. Inicialmente vigorava a dominância masculina, onde a mulher não possuía direitos e tinha como função apenas o cuidado do lar e dos filhos, com o tempo, a mulher foi reconhecida como um sujeito que além de deveres também possuía direitos.

Com o advento do Estatuto da Mulher Casada e da Lei do Divórcio, as mulheres começaram a ter direitos e não apenas deveres no núcleo familiar. Porém, foi somente a partir da atual Constituição Federal a mulher passou a ser vista em pé de igualdade com o homem. Foi diante das diversas mudanças de composição de família que o direito passou a reconhecer a necessidade de legislar acerca dos direitos da família moderna, assim, passaram a ser reconhecidos os núcleos além da figura do pai, da mãe e dos filhos e passou-se a reconhecer os laços afetivos.

Foi possível perceber que, apesar de ter sido realizada uma breve análise evolutiva da família no Brasil, a discussão sobre essa temática precisa ser fomentada, pois essas relações se encontram em constante modificação e, com isso, há a necessidade de que sejam debatidas, reconhecidas e legisladas, para que não ocorra um cerceamento de direitos.

Referências

- ALVES, Roosenberg Rodrigues. **Família patriarcal e nuclear: conceito, características e transformações**. II Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História da UFG/UGG, Goiânia: 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09_RoosenbergAlves.pdf Acesso em: 10 dez. 2022.
- BRASIL. Lei nº 10.406/2002. **Código Civil Brasileiro**. Promulgada em 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em 01 dez. 2022.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 nov 2017.
- DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- DIAS, Maria Berenice. **Novos Tempos, Novos Termos**. Belo Horizonte: IBDFAM, 2004.
- DIAS, Maria Berenice. **A mulher no Código Civil**. Portal Jurídico Investidura, 2016. Disponível em: l1nq.com/Gr0VQ Acesso em: 15 dez. 2022.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. v.5, 29ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. v.6, 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- FERNANDES, Cláudio. **Família patriarcal no Brasil**. Goiânia: Brasil Escola, 2022. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/historiab/familia-patriarcal-no-brasil.htm>. Acesso em: 11 dez. 2022.
- LACAN. Revista Fapol Online. Famulus. Lacan: 2016. Disponível em: <http://www.lacan21.com/sitio/2016/10/25/famulus/?lang=pt-br> Acesso em: 10 dez. 2022.
- LISBOA, Roberto Senise. **Manual elementar de Direito Civil: direito de família e das sucessões**. 2ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- ROSA, Janaina de Souza e FERNANDES, Rogério Mendes. **O novo divórcio à luz da Lei Nº 11.441/07: emenda constitucional 66/2010**. UniAtenas, 2010. Disponível em: <http://www.atenas.edu.br/Faculdade/arquivos/NucleoIniciacaoCiencia/REVISTAJURI2014/n1/5%20O%20NOVO%20DIV%20C%20RCIO%20C%20%80%20LUZ%20DA%20LEI%20N%20C%20BA%2011.44107.PDF>. Acesso em: 07 dez 2022.
- SÁ, Caroline Silveira e MADRID, Daniela Martins. **Evolução Histórica da Família no Brasil**. Encontro de Iniciação Científica – ETIC, Presidente Prudente, 2010. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/viewFile/3767/3528>. Acesso em: 15 dez. 2022.

Enviado em 31/12/2022

Avaliado em 15/02/2023

A DESIGUALDADE SALARIAL POR GENERO

Aline Ávila Brandt¹⁵
Fabiana Holler Baptista¹⁶

Resumo

Este artigo tem por objetivo descrever os benefícios de um plano de carreira caracterizando assim o quanto ele pode influenciar positivamente nos resultados de cada colaborador e assim colocando as empresas para investigar qual a forma que estão utilizando para basear a remuneração entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero. Plano de Carreira. Influência.

Abstract

This article aims to describe the benefits of a career plan thus characterizing how much it can positively influence the results of each employee and thus putting companies to investigate the form they are using to base remuneration between men and women.

keywords: Gender inequality. Career Plan. Influences.

Introdução

Este artigo tem como objetivo mostrar como será vantajoso para todas as empresas no aspecto geral, quando elas realmente colocar em prática o uso do plano de carreira para seus colaboradores.

Mostraremos a seguir algumas vantagens nas empresas que já utilizam desta ferramenta de gestão de pessoas. Assim também demonstraremos as desvantagens das empresas que não a utiliza como uma ferramenta de gestão de pessoas.

Sendo considerado de suma importância o entendimento que este trabalho nos trouxe para que possamos colocá-lo em prática no nosso dia a dia e melhorando assim nosso ambiente de trabalho e nossa carreira profissional.

Plano de carreira

Um plano de carreira é um tipo de projeto que o administrador ou gestor de uma empresa pode fazer e implantar na organização. Nele o administrador vai montar de acordo com as necessidades da empresa.

Podendo colocar como critério em um cargo uma formação superior, cursos profissionalizantes, cursos de segurança do trabalho, categoria de habilitação, o grau que vai estar na empresa.

¹⁵ Cooperativa Educacional de Vilhena - FAVOO

¹⁶ Professora Orientadora da Cooperativa Educacional de Vilhena - FAVOO (coop), Mestre em Ciências da Educação pela Universidad de Desarrollo Sustentable UDS, Pós-graduada em Gestão Empresarial e Recursos Humanos pela Faculdade da Amazônia - FAMA, Graduada em Economia pela Universidade Estadual do Mato Grosso - UNEMAT.

Ele serve para que o colaborador possa montar sua trajetória dentro da organização, sendo levado em critério a sua formação e especialização, tempo de empresa e organização.

Como descreve da Silva, D. & Nunes, C. (2019, p. 93-113) O Plano de Carreira é um instrumento legal específico da administração, que define a constituição da carreira, sua estrutura e funcionamento. Nesta perspectiva, o Plano de Carreira estabelece as normas e as regras de funcionamento dos cargos, funções e remuneração, define as atribuições, a estrutura da classe, a mobilidade na carreira, os níveis profissionais, a jornada de trabalho, dentre outros aspectos.

Benefícios de plano de carreira

Como na esfera organizacional, a consultoria em uma empresa simboliza o serviço de assistência aos proprietários de empresas, gestores e administradores, que buscam ser assessorados e instruídos a uma tomada de decisão estratégica que quase sempre está ligada aos resultados da organização.

Sendo assim uma das ferramentas que os consultores apresentam é o plano de carreira no qual o seu objetivo é definir as possíveis trajetórias de crescimento profissional dos seus colaboradores na empresa, depois de implantado deve incentivar os colaboradores a se profissionalizar e estudar dentro da sua respectiva área de trabalho, oferecendo treinamentos e auxílio em estudos, como forma de incentivar os seus colaboradores a conquistarem seus objetivos e junto se desenvolvendo na organização

Tendo em vista que os benefícios são: Ajuda a encontrar os funcionários mais qualificados para o cargo, Valorização do colaborador por parte da empresa, Melhora a produtividade dos trabalhadores, diminui o turnover no negócio, melhoria no clima organizacional, orientação de desenvolvimento dos colaboradores.

Segundo o VOLPE (2009 apud CHIAVENATTO, 2004) diz que as empresas não podem deixar de lado a grande importância dos programas de treinamento, pesquisas de mercado auxiliando na qualidade de trabalho, utilização da técnica brainstorming dando abertura para que os funcionários ajudassem na evolução da organização.

Defluência nos Desenvolvimento

Como um plano de carreira pode influenciar no desenvolvimento profissional de um colaborador? Sim um colaborador motivado e tendo uma perspectiva de crescimento na organização na qual trabalha, terá resultados mais precisos e positivos em todos os aspectos, gerando sempre receitas positivas para o seu administrador e consequentemente para si mesmo pois se a organização cresce, ele também crescerá.

Organizações nas quais não tem plano de carreira logo teremos uma desigualdade salarial muito grande e uma evasão de ótimos profissionais também por motivos que poderia ser evitado com a implantação de o plano de carreira, por isso que é uma grande ferramenta de gestão de pessoas pois ela classifica os profissionais de acordo com suas capacitações, formação, responsabilidades e talentos. E não pelo famoso QI (QUEM INDICA).

Em algumas empresas é habitual oferecerem um plano de cargos e salários ajudando o colaborador a construir seu plano de carreira tencionando quais serão seus passos futuros na organização, mantendo um empregado que por sua vez passou por todos os níveis hierárquicos. Entretanto, outras empresas acabam não oferecendo tais benefícios aos seus colaboradores causando muitas vezes a insatisfação (SOCHODOLAK; MELO JUNIOR, 2008).

Remuneração entre homens e mulheres

No Brasil ainda é avaliado a remuneração entre homens e mulheres por conta de suas atribuições e não por conta de sua capacitação. As mulheres estão cada vez mais se encaixando nos padrões da sociedade.

Elas estão buscando sua liberdade financeira, e com isso se capacitando mais do que os homens; nossos antepassados tinham uma forma de pensamento um tanto quanto ultrapassada no qual a mulher não podia trabalhar fora.

A mulher era considerada o sexo frágil, e dependente do homem sendo ele seu pai ou seu marido. Mas nossa sociedade mudou o seu pensamento, hoje temos mulheres médicas, juízas, policiais, produtoras rurais e administradoras de empresas.

Antes da Revolução Industrial no século XVIII as mulheres tinham como papel principal cuidar de seu lar, preocupando-se com os trabalhos domésticos, a produção de artesanato e a agricultura familiar. Tais deveres causava empecilhos as mulheres de capacitar-se na educação e profissionalmente. Com a chegada das indústrias as mulheres passaram a valorizar sua carreira profissional, reduzindo suas preocupações com o lar, mas ainda com apreensão em sua carreira as mulheres ocupam um menor número de cargos de chefia, e as pretensões salariais em muitas empresas são menores em comparação a dos homens (PROBST; RAMOS, 2003).

Metodologia

Para construção desse estudo, elegemos a pesquisa exploratória, realizada por meio de um levantamento bibliográfico através de artigos científicos, livros, entre outros, que contribuíram para desenvolver a temática desse artigo. Assim este estudo pode ser classificado como pesquisa bibliográfica com enfoque qualitativo, como descreve Lakatos e Marconi (2003, p. 183): “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Neste sentido, realizou-se revisão das ideias abordadas por alguns teóricos da área de Gestão e Recursos Humanos com intuito de proporcionar maior familiaridade com o tema de pesquisa, e consequentemente aprofundamento e base para a fundamentação teórica que subsidia esse artigo.

Conclusão

Finalizamos este artigo com a seguinte perspectiva. Quanto sua empresa pode ganhar tendo implantado o plano de carreira, terá não só funcionários, mas sim colaboradores, profissionais qualificados pois eles verão que são reconhecidos e que podem confiar seu tempo de vida a organização vestindo completamente a camisa da empresa.

E não terá apenas um funcionário que não se atenta a oportunidade de crescimento pessoal e nem profissional, que não busca ter um clima organizacional bom agradável, só tara lá pelo dinheiro.

Referências

- BORGES, M. D. S., & Fernandes, T. T. (2021). **Liderança feminina e as dificuldades de ascensão na carreira em empresas de base tecnológica.** Acesso em 05 agos.2022. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/228400>
- CARDOSO, Eder Luiz da Silva; MARTINS, Rodrigo de Paiva. **PLANO DE CARREIRA.** *CADERNO DE RESUMOS*, 108. Acesso em 20 agos.2022. <https://univale.com.br/content/uploads/2020/05/CADERNO-DE-RESUMOS-IC-UNIVALE-2021.pdf>
- da Silva, D. O. V., & Nunes, C. P. (2019). **Plano de carreira enquanto estratégia de resistência para a valorização docente no território de identidade do sudoeste baiano.** *Revista Educação e Emancipação*, 93-113. Acesso em 25 agos.2022. <https://periodicoseltronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/12403>
- FORNARI, N. P. **Mulheres na liderança do mercado de turismo de São Paulo.** Acesso em 18 agos.2022. https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/85368966/Natalia_Pais_Fornari_dissertacao-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1669070102&Signature=DZRRvWvC8HpPBRyt0JNvbDDgAfuqxELQ1dwlxRKtNDJZLt5Aathc5hxBciYcnY~WVJVL0cxf8jfrdXezmu8YsROhsNISvushRTlf65MUOTZnW8Sh4y~A0uNvBFuhDueuZTXAU-68wIh1hlnhIuqddMi5EtSUarwWj4cIRHJAHrnwRhlGSmpsNaGqAnjTvP3w6RYdywAEe1qMBynXSvzDz25AtALHB76wiEvMdda7yos9Nighkz01nE8GcgakxniV5YFPCCeFnN4C3mtxck2oT8~gg4ASgX7j7hvJ0gAUfzRvVQ~AHKJH-A13HyITnH17jpK4c1XydyNNYWfe753fg_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA
- GENRO, T., Viola, R., TEIXEIRA, M. O., DOWBOR, L., Daneris, M., & VIECELI, C. P. (2022). **Estado social do trabalho e do empreendimento: ensaios e propostas.** Acesso em 18 agos.2022. [https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=jzZ7EAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT21&dq=GENRO,+T.,+Viola,+R.,+TEIXEIRA,+M.+O.,+DOWBOR,+L.,+Daneris,+M.,+%26+VIECELI,+C.+P.+2022\).+Estado+social+do+trabalho+e+do+em+preendimento:+ensaios+e+propostas.+&ots=crrmQ7RMrB&sig=Q7yMm_lvXTs49vr3zZFbkCt_iY#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=jzZ7EAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT21&dq=GENRO,+T.,+Viola,+R.,+TEIXEIRA,+M.+O.,+DOWBOR,+L.,+Daneris,+M.,+%26+VIECELI,+C.+P.+2022).+Estado+social+do+trabalho+e+do+em+preendimento:+ensaios+e+propostas.+&ots=crrmQ7RMrB&sig=Q7yMm_lvXTs49vr3zZFbkCt_iY#v=onepage&q&f=false)
- Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 5. ed. – São Paulo: Atlas 2003. Acesso em 08 agos.2022. http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view
- PROBST, Elisiana Renata; RAMOS, Paulo. A evolução da mulher no mercado de trabalho. Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós-Graduação, v. 1, n. 1 p. 1-8, 2003. Acesso em 08 ago. 2022 Disponível em: http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf.
- SOCHODOLAK, Cleberon Rodrigo; MELO JUNIOR, Aroldo Messias de. O plano de cargo e salários como ferramenta de gestão. *Revista Eletrônica Lato Sensu-Ciências sociais aplicada*, Paraná, v. 3, n. 1, p. 1-23. 2008. Acesso em 08 agos.2022. Disponível em: <http://www.roseillimite.com.br/wp-content/uploads/2017/03/Adm.-Plano-de-Cargos-e-Salários.pdf>.
- SOMENSI, D. (2020). **Liderança feminina nas organizações de Bento Gonçalves.** Acesso em 03 agos.2022. <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/9196>
- VILICEV, A. M., PAVANELLI, I. V. V., CARROQUEL, J. I. S., Henrique, J. V., Dada, N. P., & Romero, P. **CONSULTORIA ORGANIZACIONAL** Benefícios das ferramentas aplicadas. Acesso em 01 agos.2022 https://www.unicep.edu.br/eventos/cic/2021/banners/administracao/2021_11_cic_administracao_12.pdf
- VOLPE, Renata Araújo; LORUSSO, Carla Bittencourt. A importância do treinamento para o desenvolvimento do trabalho. **Psicologia Online**, p. 01-08, 2009. Acesso em 01 agos.2022 <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0136.pdf>

Enviado em 31/12/2022

Avaliado em 15/02/2023

NIETZSCHE, FILÓSOFO DA LINGUAGEM: A CONSTRUÇÃO GENEALÓGICA DOS CONCEITOS AFEITOS À MORALIDADE

André Luiz Pereira Spinieli¹⁷

Resumo

Neste ensaio, apresentamos a possibilidade de uma Filosofia da Linguagem no pensamento de Friedrich Nietzsche (1844-1900), tendo como pressuposto a construção dos conceitos relacionados à moralidade na obra "A Genealogia da Moral: uma polêmica", publicada em 1887. Para isso, avançamos sobre as categorias filosóficas do pensamento genealógico nietzschiano.

Palavras-chave: Nietzsche. Genealogia da Moral. Filosofia da Linguagem.

Abstract

In this essay, we present the possibility of a Philosophy of Language in the thought of Friedrich Nietzsche (1844-1900), based on the construction of concepts related to morality in the work "On the Genealogy of Morality: a polemic", published in 1887, we advance on the philosophical categories of Nietzsche's genealogical thought.

Keywords: Nietzsche. Genealogy of Morality. Philosophy of Language.

Publicada originalmente em 1887, a obra "A Genealogia da Moral: uma polêmica", de Friedrich Nietzsche, inaugura uma investigação na filosofia contemporânea¹⁸ acerca da compreensão linguística de conceitos vinculados à moral de seu período histórico. Para isso, Nietzsche se vale da genealogia como método para afirmar a origem de conceitos avessos, como *bom e ruim* ou *bom e mau*. Em realidade, a aproximação genealógica representa uma das principais marcas da filosofia nietzschiana, uma vez que atravessa toda sua obra¹⁹. O texto de "Genealogia da moral: uma polêmica" se encontra dividido em três dissertações, cujas finalidades são, respectivamente, perscrutar os conceitos afeitos à moralidade, investigar a ideia de *culpa* e *má consciência* e analisar o que significa ao homem querer o nada ao invés de nada querer.

¹⁷ Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca). Especialista em Direitos Humanos pela Faculdade de Ciências e Tecnologias de Campos Gerais (FACICA). Especialista em Direito Constitucional pela Faculdade CERS. Professor de História da Filosofia Moderna e Contemporânea no Instituto Agostiniano de Filosofia (IAF/Franca). Professor Coordenador da linha "Direito Humanos no Sistema Internacional" no Observatório de Direitos Humanos e Direitos Fundamentais (ODHDF/UCAM). Pesquisador no Laboratório de Estudos e Pesquisas Avançadas em Direito Internacional Ambiental (LEPADIA/UFRJ).

¹⁷ Para os fins deste trabalho, entendemos por filosofia contemporânea aquela que adotou como preocupação epistemológica central a construção de uma filosofia da linguagem, tendo como principais referenciais desse segmento Nietzsche, Heidegger, Wittgenstein e Bakhtin.

¹⁸ Para os fins deste trabalho, entendemos por filosofia contemporânea aquela que adotou como preocupação epistemológica central a construção de uma filosofia da linguagem, tendo como principais referenciais desse segmento Nietzsche, Heidegger, Wittgenstein e Bakhtin.

¹⁹ GIACÓIA, Oswaldo. Nietzsche: filósofo da cultura. In: MUCHAIL, Salma Tannus (Org.). *Um passado revisitado*. 80 anos do curso de filosofia da PUC-SP. São Paulo: EDUC, 1992. p. 93.

Sob o ponto de vista da filosofia da linguagem, pode-se dizer que Nietzsche assentou reflexões linguísticas nessa obra na medida em que utilizou a origem das palavras investigadas como fundamento para localizar a gênese dos conceitos desenvolvidos no âmbito da moral europeia do século XIX. Isso porque, para além de mera aproximação às questões sobre *bom e ruim* ou *bom e mau*, Nietzsche estendeu sua abordagem para o campo do livre-arbítrio, do pecado, da responsabilidade e da justiça²⁰. Nesse sentido, a obra nietzschiana em questão foi capaz de trazer à tona uma importante crítica aos valores morais construídos no mundo ocidental a partir do Cristianismo. Essa constatação tem como ponto de partida a ideia de que o filósofo identifica duas modalidades de moral: de um lado, a moral dos senhores e, de outro, a moral dos escravos. Para Nietzsche, enquanto a primeira espécie é favorável ao engrandecimento do homem, a segunda representa o conjunto de elementos que formaram a cultura europeia²¹.

Nietzsche admite a existência de uma transvaloração dos valores morais que, movimentada por homens ressentidos contra tudo que lhes é exterior, busca mudar os valores, práticas e conceitos de moralidade já apropriados pela humanidade. Em realidade, ao afirmar a necessidade de uma moral dos senhores, contrária às ideias de rebanho, Nietzsche tem por finalidade demonstrar que os ideais cristãos forjaram uma vida desconectada da vontade de potência (*Wille zur Macht*), inserindo o personagem do sacerdote como responsável pela disseminação de tais paradigmas de moralidade, associados ao pecado, à culpa e à impossibilidade de condicionar o livre-arbítrio senão à figura divina. Na obra em questão, Nietzsche apresenta ao leitor um prólogo, antes mesmo de dar início ao desenvolvimento de suas ideias a partir das três dissertações. No prólogo, o filósofo se volta à tentativa de tornar didático seu projeto genealógico sobre a moral.

No prólogo, Nietzsche revela a ideia central de sua obra: mapear a origem da moral no mundo ocidental e os valores que se encontram em seu entorno²². Mais que isso, o filósofo julga que os homens do conhecimento, aqueles vinculados à filosofia, não se conhecem a si próprios e são estranhos àquilo que ele denomina de "vivências"²³. Esse trecho representa uma clara crítica à filosofia socrática, no sentido de que, ao contrário da máxima antiga de que devemos nos conhecer a nós mesmos, o homem ocidental jamais atingiu essa possibilidade. Por isso, Nietzsche fixa que as principais aspirações de uma genealogia da moral consistem em compreender as condições sob as quais o homem desenvolveu os juízos de *bom e mau*, o valor dessas categorias e se são indícios de obstrução da capacidade humana, geradores de miséria, empobrecimento e degeneração da vida, ou de crescimento humano, como fornecedores de plenitude, força, vontade da vida e coragem²⁴.

Historicamente, a obra analisada nesta resenha é construída por Nietzsche em contraposição às abordagens utilitaristas da moral, em especial àquela realizada por Paul Rée, que foi seu amigo, na publicação "A origem das impressões morais". Enquanto um filósofo da cultura e da linguagem, Nietzsche entende que o conceito de moralidade não pode ser trabalhado sob o ponto de vista do utilitarismo, senão por meio do método genealógico, cujo diferencial é justamente levar em consideração variantes históricas, linguísticas, valorativas e humanas que foram suficientes para a formação do itinerário da moral no contexto ocidental.

²⁰ Nesse sentido, ver ORMELESI, Vinícius Fernandes. *O direito como luta contra o ressentimento: reflexões sobre direito e justiça a partir da filosofia nietzschiana*. 246 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

²¹ SILVA, Mayara Annanda Samarine Nunes da. *Sobre a genealogia da moral de Nietzsche*. 116 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. p. 15.

²² NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 7.

²³ *Idem*.

²⁴ NIETZSCHE, Friedrich. *Op. cit.*, p. 9.

A concepção de moralidade apresentada por Nietzsche tem como fatores-guia a consciência humana, instintos e a vontade de potência, além de influências externas, como a própria cultura²⁵.

Para Nietzsche, na condição de método de análise da moralidade e de seus conceitos aproximados, a genealogia tem por finalidade fazer com que o homem tenha a capacidade de desenvolver um olhar histórico e psicológico para as diferentes questões culturais. A simbiose entre cultura, moralidade e genealogia enquanto método é revelada na medida em que a análise dos valores de um grupo é suficiente para indicar sua vontade de potência ou a decadência a partir da vinculação aos artifícios cristãos, por exemplo. É possível afirmar que o prólogo da obra nietzschiana firma suas bases metodológicas ao indicar que a genealogia busca retomar a essência da moralidade no mundo ocidental²⁶, de modo que seus desdobramentos indicam não apenas as origens e manifestações primárias responsáveis por desenhar determinados valores fundamentais para o ser humano, mas também uma crítica à relevância ou verdade contida nesses valores²⁷.

Compreendida como crítica histórica contextualizada, a abordagem genealógica firmada por Nietzsche no prólogo dessa obra permite (re) valorizar conceitos da vivência cultural europeia do século XIX e, para além dessa dimensão, apresentar alternativas para que tais concepções recebam novos significados a partir da constatação do potencial alienante do Cristianismo²⁸. No conjunto de sua obra, o filósofo adota ao menos dois conceitos de moralidade para realizar esse movimento de transvaloração dos valores: em uma *primeira* concepção, a moral é compreendida como o complexo de valores e hierarquias sociais que decorrem da convivência coletiva²⁹; a *segunda* concepção de moralidade diz respeito ao seu entendimento como doutrina que sintetiza os fenômenos sobre os quais se desenvolve a vida, como a cultura, a religião ou a vontade de potência³⁰. No entanto, é importante observar que a digressão realizada por Nietzsche sobre a moral em "Genealogia da moral: uma polêmica" tem como base uma vertente linguístico-filosófica. Independente das concepções de moralidade, Nietzsche enfrenta esse conceito a partir da semiótica, voltando-se às "mais valiosas realidades das culturas e interioridades que não sabiam o bastante para 'compreenderem' a si próprias"³¹.

Superada a abordagem central do prólogo da obra, que fixa as bases do método genealógico, a primeira dissertação tem por finalidade investigar as origens histórico-linguísticas e filosóficas dos pares de conceito *bom e ruim* e *bom e mau*. Como ponto de partida para sua investigação, Nietzsche adota uma crítica à tendência europeia de sua época, organizada pelos historiadores ingleses da moral, em trabalhar esses conceitos sob o ponto de vista utilitarista e determinista³².

²⁵ Nietzsche concebe a cultura como um organismo complexo, que encampa manifestações fisiológicas e impulsos profundos da consciência humana. De acordo com o filósofo, "por trás dos supremos juízos de valor que até hoje guiaram a história do pensamento se escondem más-compreensões da constituição física, seja de indivíduos, seja de classes ou raças inteiras". NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 12.

²⁶ WOTLING, Patrick. *Le vocabulaire de Friedrich Nietzsche*. Paris: Ellipses, 2001. p. 32

²⁷ SILVA, Mayara Annanda Samarine Nunes da. *Op. cit.*, p. 19.

²⁸ Não por outro motivo, Nietzsche declara a morte de Deus. Em realidade, trata-se de dizer que, desde os primórdios do Cristianismo, a construção religioso-cultural permitiu com que os conceitos de *bom e ruim* ou *bom e mau* fossem vinculados a uma moral de rebanho, preocupada com o sentido cristão da culpa e reféns de um livre-arbítrio que, em realidade, inexistia plenamente por ser controlado por Deus.

²⁹ NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 142.

³⁰ NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

³¹ NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos, ou Como se filosofa com o martelo*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 49.

³² NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 15-16.

Nesse sentido, Nietzsche entende que o principal equívoco praticado pelos historiadores ingleses é reputar a origem da moral com base em uma utilidade que, com o passar do tempo, foi paulatinamente esquecida³³. Assim, a crítica nietzschiana dirigida em face daqueles que ele denomina de "psicólogos ingleses" está relacionada à defesa da ideia de que, para esses pensadores, o conceito de *bom* derivava de ações altruístas manifestadas socialmente em virtude de sua utilidade para seus praticantes.

O problema identificado por Nietzsche diz respeito ao fato de que o vínculo entre a concepção de *bom* e as vertentes utilitaristas impede que o conceito de moralidade seja colocado em questionamento, uma vez que a construção valorativa desse juízo não decorre daqueles em relação aos quais a prática do *bem* foi feita, mas sim é fruto de seus praticantes, a quem Nietzsche rotula de nobres e poderosos, em oposição aos sujeitos vulgares. Dessa maneira, Nietzsche compreende que apenas os homens "nobres, poderosos, superiores em posição e pensamento" são capazes de conceber, definir e atribuir valores à moralidade³⁴. Em outros termos, equivale a dizer que as expressões *bom* e *ruim* surgiram como determinantes linguísticos responsáveis por expor uma relação hierárquica entre o superior, que pratica ações que remetem à noção de *bom*, e o inferior, que, como vulgar, se posiciona como receptor das ações do nobre.

A queda dos valores aristocráticos é suficiente para inculcar na consciência humana o binômio que demarca as ações egoístas e não egoístas, de modo que Nietzsche afirma não se tratar o conceito de *bom* necessariamente de uma derivação das ações não egoístas³⁵. Sob o viés da filosofia da linguagem, Nietzsche compreende que a construção da própria linguagem, de nomes, significados e valores são características próprias de homens que exteriorizam sua ação, dominam e são detentores da vontade de potência – elementos que não cabem na gênese de uma moral de rebanho pertencente aos mais fracos, aos vulgares. Aliás, o filósofo percebe que a formulação dos conceitos ocorre de acordo com uma regra linguística implícita: as noções de "nobre" e "aristocrático" estão associados linguística e culturalmente ao conceito de *bom*, significando aquele que é espiritualmente nobre ou espiritualmente bem nascido e privilegiado – concepções que correm em paralelo à formação do "plebeu", daquele que é comum e *ruim*³⁶.

A genealogia da moral nietzschiana também percorre linguisticamente o significado de vocabulários primitivos, que forneceram as primeiras representações do que o mundo ocidental entende por *bom* e *ruim*. Nesse viés, Nietzsche apresenta ao leitor os léxicos alemão, grego, eslavo, latino e iraniano, buscando identificar o que exprime os conceitos afeitos à moralidade em cada um desses idiomas.

Como forma de atestar a sua tese, Nietzsche localiza nessas diferentes formações linguísticas um denominador comum: o conceito de *bom* está necessária e historicamente associado às características dos homens nobres, verdadeiros, guerreiros, poderosos e divinos³⁷. Trata-se de uma contraposição às noções de vulgaridade, mentira, covardia e inferioridade humana, que remetem àquilo que é *ruim*. Na verdade, a análise etimológica apresentada pelo filósofo nessa obra possibilita ao leitor a percepção de que os conceitos relacionados à moralidade são moralmente questionáveis a partir da moldura contemporânea³⁸.

³³ *Idem*.

³⁴ *Ibidem*, p. 19.

³⁵ *Ibidem*, p. 20.

³⁶ *Ibidem*, p. 21.

³⁷ *Ibidem*, p. 22-24.

³⁸ HATAB, Lawrence J. *Genealogia da moral de Nietzsche*: uma introdução. Trad. Nancy Juozapavicius. São Paulo: Madras, 2010. p.53.

Entendendo que a realidade consiste em uma esfera de forças em relação de dominação e subjugação³⁹, em que a moral aristocrática se perpetua em face da moral dos escravos, Nietzsche enxerga que os critérios utilizados para construir o conceito de moral não apenas remontam às experiências de domínio sobre os plebeus, mas também que a impotência de criar interpretações para os valores morais desses sujeitos é marcada, em grande parte, pela história da moral ocidental em vigência há dois milênios, formatada pelos valores cristãos. Recorrendo à figura do sacerdote como representante da nobreza espiritual, Nietzsche considera que o fenômeno do surgimento do Cristianismo foi definitivamente responsável por transformações profundas na esfera dos valores europeus dominantes⁴⁰. Para o filósofo, o sacerdote foi o tipo psicológico a partir do qual se promoveu a separação entre a vida da ação, pertencente aos fortes, e a vida que necessita de "muletas metafísicas" para encontrar seu sentido⁴¹.

Por meio da afirmação histórica da doutrina cristã e de seus valores ocidentais, operou-se uma espécie de transvalorização dos valores, pela qual os sujeitos vulgares se apropriaram dos elementos afeitos ao conceito de moral trabalhado pelas camadas nobres da sociedade. Nesse sentido, passou-se a conceber o nobre como poderoso e, como consequência, como belo, feliz e caro aos deuses⁴². Por meio do Cristianismo, "são projetados todos os ideais dos fracos, suas desculpas, justificativas, bem como seus anseios de ódio e vingança"⁴³, que, incapazes de desenvolver a vontade de potência, inserem em Deus toda a possibilidade de triunfo – que, Cristo como Verbo Encarnado, sacrificou-se para assegurar a salvação dos fracos e vulgares. Assim, pode-se afirmar que, na filosofia nietzschiana da genealogia da moral, a gênese e avanço dos valores morais dos escravos representa o sucesso do povo, em contraposição aos poucos homens senhores e fortes existentes.

Na concepção da moral do senhor, a ideia de *bom* está espontaneamente inculcada na consciência dos homens nobres e fortes, que, por uma relação de contrariedade, permite compreender o que significa *ruim*. Em outra vertente, o significado de *mau* representa um adjetivo criado para distorcer inimigos e contrapor o conceito de *bom*. Logo, no pensamento nietzschiano, se o nobre produz o significado moral de *bom* e o escravo constrói a noção de *mau*, pode-se dizer que se tratam de palavras que lingüística e axiologicamente possuem conteúdos distintos. Mais que isso, trata-se de compreender que, historicamente, a moral do senhor sempre foi utilizada como parâmetro para assinalar os conceitos de *bom*, *mau* e *ruim*.

Por meio da análise genealógica lançada na filosofia contemporânea por Nietzsche, verifica-se que a moral é cambiável de acordo com a vontade de potência, responsável por fundamentar a moral dos senhores e dos escravos: os primeiros desenvolveram uma moral pertinente ao desenvolvimento próprio, não se prendendo às especulações metafísicas, mas voltando-se à ação; os segundos, por se vincularem a elementos metafísicos para explicar a realidade material, associados à cristandade, estão fadados à sujeição e à introdução de uma moralidade de rebanho⁴⁴.

³⁹ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 23.

⁴⁰ *Idem*, p. 25.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² *Idem*, p. 26.

⁴³ SILVA, Mayara Annanda Samarine Nunes da. *Sobre a genealogia da moral de Nietzsche*. 116 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. p. 32.

⁴⁴ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 29.

Para Nietzsche, a linguagem possui um caráter ilusório⁴⁵, uma vez que permite com que os sujeitos que se autodenominam *bons* classifiquem seus inimigos como *maus*, de modo que "os fracos exigem dos fortes que não exerçam sua força, enquanto inventam justificativas diversas para sua fraqueza"⁴⁶.

Na segunda dissertação presente na obra, Nietzsche desenvolve uma psicologia da consciência⁴⁷, capaz de discutir os conceitos de *culpa*, *má consciência* e elementos afins a tais temáticas. Nesse sentido, o filósofo constrói uma análise da moral escrava e aponta a transvaloração dos valores que partem de sua origem e se estendem até as concepções de liberdade, castigo, justiça, responsabilidade e culpa. Inicialmente, Nietzsche identifica que a aproximação moral à ideia de culpa teve sua origem relacionada ao conceito material de dívida, o que se deve ao fato de que todas as trocas produzem uma relação sinalagmática entre credor e devedor, remetendo suas origens à pré-história. O problema surge a partir do instante em que os historiadores da moral, os "psicólogos ingleses", acreditam ter descoberto a finalidade da moral e realizam sua aplicação desmedida para localizar a origem de outros conceitos, como se deu como a ideia de *castigo*⁴⁸.

Uma vez que as relações de troca precedem a própria formação das sociedades, para realizar uma genealogia sobre o conceito de culpa, Nietzsche afirma que há uma perigosa generalização na história, consistente em dizer que, se cada coisa possui seu preço, então tudo pode ser objeto de pagamentos. A dificuldade de articular essa categoria no campo moral está relacionada à formação de um cânon da justiça, de modo que essa fórmula termina por servir como o princípio de igualdade, boa vontade e objetividade⁴⁹. Para o filósofo, a história da humanidade é atravessada pela crueldade como prazer de fazer o outro sofrer. A partir disso, a antiguidade demonstrava que o credor de uma dívida poderia trocar o ressarcimento material pela possibilidade de participar do descarrego do poder dos senhores sobre o escravo, pelo prazer de ultrajar o outro⁵⁰.

"Ver-sofrer faz bem, fazer-sofrer mais bem ainda – eis uma frase dura, mas um velho e sólido axioma, humano, demasiado humano"⁵¹, afirma Nietzsche em relação à manifestação histórica da pena corporal praticada por senhores contra os fracos. Por um longo período da construção do mundo ocidental, não se buscava o castigo como forma de responsabilizar o transgressor por seu ato contrário às regras sociais, senão somente pela raiva decorrente de um dano sofrido. Esse dano poderia ser recompensado por meio de elementos materiais ou, na maior parte das vezes, com a mesma dor causada⁵², em uma posição retributiva e aflitiva da pena. Na construção da genealogia do castigo, Nietzsche identifica que seu surgimento e sua justificativa moral estão relacionados ao instante histórico em que se fez necessário tornar o homem um cumpridor de promessas e, dessa forma, um ser confiável⁵³.

⁴⁵ *Idem*, p. 36.

⁴⁶ SILVA, Mayara Annanda Samarine Nunes da. *Sobre a genealogia da moral de Nietzsche*. 116 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. p. 37.

⁴⁷ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 43-44.

⁴⁸ *Idem*, p. 65.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 60.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 54.

⁵¹ *Ibidem*, p. 56.

⁵² *Ibidem*, p. 53.

⁵³ *Ibidem*, p. 48.

Assim, o conceito de responsabilidade não representa uma ideia temporal, mas sim que tem seu surgimento atestado por uma emergência histórica. Próximo à noção de culpa e castigo, a noção de responsabilidade tem seu início marcado pela luta contra o esquecimento, do prometer e cumprir e as promessas, e da necessidade de transformar o homem em um sujeito confiável. Para driblar o esquecimento e o conseqüente descumprimento das promessas, Nietzsche indica que o homem se fez capaz de utilizar diversos recursos, como a moral dos costumes, que, composta por regras duradouras e que tangenciam um sentido de obrigatoriedade, faz com que seja considerada uma "camisa-de-força social, [na qual] o homem foi realmente tornado confiável"⁵⁴. Desse modo, a moralidade dos costumes é essencial para que o eu individual fique apregoadado aos valores do coletivo, o que faz com que Nietzsche se desvincule do caráter metafísico da moral e a conceba como "conjunto de interpretações e avaliações coletivas que são importas tendo em vista o cultivo de um tipo de homem"⁵⁵.

Nesse viés, Nietzsche afirma que, em sua época, a moralidade do costume representava um meio para que o indivíduo soberano se afirmasse como afastado desse tipo de moral. Por ser autônomo, independente de outros e da própria moralidade, pois a cria, o homem da vontade própria é aquele que pode fazer promessas⁵⁶. De acordo com essa genealogia da moral e do castigo, a dor e o medo são elementos fundamentais para a introdução da moralidade na consciência dos indivíduos. Nietzsche afirma que os sacrifícios, as mutilações e os rituais cruéis foram marcas que formataram o homem ocidental⁵⁷. Em outras palavras, significa dizer que a dor e o medo são auxílios excepcionais na formação moral do homem e na memória: agimos de um ou outro modo porque temos medo da dor ou lembrança dela. Na perspectiva nietzschiana, a cultura ocidental não representa uma libertação da crueldade, senão sua espiritualização e divinização, de modo que agimos de determinada forma por medo da punição divina⁵⁸. Os conceitos morais afeitos ao castigo, como a culpa, o dever e a má consciência, tiveram sua origem no campo do direito, das obrigações legais⁵⁹.

Na terceira dissertação, Nietzsche se dedica a analisar a questão dos ideais ascéticos, ou seja, dos ideais sugeridos pelos sacerdotes que se consolidaram na cultura ocidental e apresentaram a possibilidade de moral (escrava) no âmbito de uma vida enfraquecida. Para Nietzsche, os ideais ascéticos correspondem às necessidades vitais de tipos de seres humanos que se proliferam na cultura ocidental, representados por filósofos, artistas, mulheres, sacerdotes, santos e sujeitos desfavorecidos, em tom de empoderamento⁶⁰. O que todos esses tipos de pessoas possuem em comum é justamente a necessidade humana de encontrar o objetivo e um sentido para a existência, o que, na concepção nietzschiana, não corresponde propriamente às práticas desses sujeitos, mas sim aos valores que fornecem fundamento para a ação.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 49.

⁵⁵ SILVA, Mayara Annanda Samarine Nunes da. *Sobre a genealogia da moral de Nietzsche*. 116 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. p. 48.

⁵⁶ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 49.

⁵⁷ *Idem*, p. 51.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 56.

⁵⁹ "O credor se torna sempre mais humano, na medida em que se torna mais rico; e o quanto de injúria ele pode suportar sem sofrer é, por fim, a própria medida de sua riqueza". *Ibidem*, p. 62.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 80.

Referências bibliográficas

GIACÓIA, Oswaldo. Nietzsche: filósofo da cultura. In: MUCHAIL, Salma Tannus (Org.). *Um passado revisitado: 80 anos do curso de filosofia da PUC-SP*. São Paulo: EDUC, 1992.

HATAB, Lawrence J. *Genealogia da moral de Nietzsche: uma introdução*. Trad. Nancy Juozapavicius. São Paulo: Madras, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ORMELES, Vinícius Fernandes. *O direito como luta contra o ressentimento: reflexões sobre direito e justiça a partir da filosofia nietzschiana*. 246 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, Mayara Annanda Samarine Nunes da. *Sobre a genealogia da moral de Nietzsche*. 116 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

WOTLING, Patrick. *Le vocabulaire de Friedrich Nietzsche*. Paris: Ellipses, 2001.

Enviado em 31/12/2022

Avaliado em 15/02/2023

TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES: PARA ONDE CAMINHA A REDE FEDERAL

Danilo dos Santos Telechi⁶¹

Resumo

A construção civil demanda que algumas carreiras profissionais sejam regulamentadas: a engenharia, a arquitetura e o técnico em Edificações. Algumas mudanças que estão acontecendo impactam nos espaços de atuação profissional destas carreiras. Para os técnicos de nível médio, destacam-se a criação do Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFTI), a incorporação das tecnologias disruptivas no cenário da construção civil, e a mudança na Institucionalidade com a criação dos Institutos Federais. Neste artigo, se analisou a dinâmica da oferta de cursos no itinerário formativo do Técnico em Edificações na Rede Federal, refletido sobre o rumo que se está seguindo dadas as mudanças.

Palavras-chave: Educação Profissional; Rede Federal; Conselho Federal dos Técnicos Industriais.

Abstract

Civil construction demands that some professional careers be regulated: engineering, architecture and building technician. Some changes that are happening have an impact on the professional performance spaces of these careers. For mid-level technicians, the creation of the Federal Council of Industrial Technicians (CFTI), the incorporation of disruptive technologies in the civil construction scenario, and the change in institutionality with the creation of the Federal Institutes stand out. This article analyzes the dynamics of the offer of courses in the training itinerary of the Technician in Buildings in the Federal Network, reflecting on the course that is being followed given the changes.

Keywords: Professional education; Federal Network; Federal Council of Industrial Technicians.

Introdução

Anualmente, quase dez mil estudantes ingressam nos cursos técnicos em Edificações ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil. Apesar de ser um setor sedimentado no mundo do trabalho, a construção civil, assim como os demais setores da economia, atravessa um período de intensos avanços tecnológicos disruptivos. Tais avanços, muitas vezes, redimensionam espaços de atuação, modificam perfis profissionais e demandam constante atualização nos currículos dos cursos de formação. Além disso, no caso das carreiras técnicas de nível médio, como por exemplo, o Técnico em Edificações, outra importante mudança aconteceu recentemente. Em março de 2018, por meio da Lei Federal nº 13.639 (BRASIL, 2018), foi criado o Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFTI), marcando a conquista da autonomia das carreiras profissionais técnicas de nível médio.

Além das mudanças na esfera política, com a criação do CFTI, e na esfera tecnológica, com as tecnologias disruptivas, outra mudança se faz presente: a mudança de institucionalidade experimentada atualmente pela Rede Federal. Criada em 2008, por meio da Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008), que transformou em Institutos Federais a quase centenária rede de Escolas Técnicas Federais (ETF) e Centros de Formação Tecnológica (CEFET) que existiam, a nova configuração da Rede Federal fez emergir uma disputa por essa nova institucionalidade: os Institutos Federais.

⁶¹ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL)

Conforme Moraes, a mudança na institucionalidade da maioria das Unidades da Rede Federal, a partir de 2008, desencadeou um processo de disputas e reflexões sobre o rumo a ser seguido, com impacto em todos os níveis de ensino ofertados pela Rede. Moraes sistematiza essa disputa em duas possibilidades de institucionalidade, um “processo dialético entre escola técnica e universidade” (MORAES, 2016, p.6).

No artigo sexto da Lei de criação dos Institutos Federais estão descritas as finalidades e características dos Institutos, sendo elencadas, dentre outras, a de “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior...” (BRASIL, 2008). O núcleo dessa finalidade/característica é a verticalização, materializada pela oferta, na mesma Instituição, de cursos de qualificação profissional, cursos técnicos de nível médio, graduação (tecnólogos e bacharelado) e pós-graduação. Outra finalidade/característica que se destaca da Lei é a de “desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica” (BRASIL, 2008). Nela, o núcleo é a extensão, configurada por diferentes tipos de ações que envolvem, necessariamente, o público externo. Dentre esses tipos de ações, existem os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), que permitem à Instituição contribuir com a disseminação e atualização do conhecimento para o público externo, incluindo profissionais formados e atuantes no mercado.

As duas finalidades destacadas são nucleares para a problematização que se propõe nesse artigo. A verticalização se alinha ao discurso de “progresso” do conhecimento por meio dos níveis de ensino. Os cursos de Formação Inicial e Continuada permitem a manutenção, expansão e atualização do conhecimento para os profissionais atuantes no mercado, proporcionando ganhos na perspectiva profissional destes, sem a ideia de “necessidade de avanço no nível de escolarização” para que isso ocorra. Neste artigo, a verticalização corporifica a “vontade de Universidade”, enquanto a oferta de cursos de Formação Inicial Continuada se identifica com a “identidade de escola técnica” apontadas por Moraes (2016).

Contrastar a dinâmica desenvolvida atualmente pela Rede Federal em relação a essas duas finalidades poderá contribuir para o entendimento da postura dominante, além de provocar reflexões sobre os impactos do caminho trilhado. Este artigo, composto como recorte da pesquisa mais ampla realizada no mestrado, propõe apresentar alguns resultados que contribuem com estas reflexões.

Metodologia

Para operacionalizar a análise demandada na questão, buscou-se os dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (PNP, 2022), tendo por parâmetro o itinerário formativo prescrito para o curso técnico em Edificações no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) (MEC,2022). No Catálogo, os cursos são justapostos aos seus itinerários formativos, onde é possível conhecer os cursos de qualificação profissional que convergem para o curso técnico, e quais seriam as possibilidades de cursos de especialização técnica (pós-técnico), além de possibilidades de verticalização para cursos de graduação (curso superior de tecnologia, bacharelado e licenciatura).

Para analisar a verticalização, adotou-se como padrão os cursos do itinerário formativo do técnico em Edificações previstos no CNCT (MEC,2022). Verificou-se a frequência de Unidades da Rede Federal com oferta de vagas nos cursos de qualificação profissional, tecnologia e bacharelado previstas no CNCT, junto com a oferta do Curso Técnico em Edificações no mesmo Câmpus.

Como cursos de qualificação, foi verificada a oferta dos cursos Cadista para a Construção Civil, Desenhista Calculista na Construção Civil, Desenhista de Arquitetura, Desenhista Detalhista, Laboratorista, Orçamentista da Construção Civil e Mestre de Obras.

Observou-se que houve oferta de outros cursos similares, tais como, Ajudante de Obras, Almojarife de Obras, Auxiliar de Manutenção Predial e Construção de Edifícios, mas, como a oferta deles era inexpressiva, optou-se por manter na quantificação apenas os cursos previstos no CNCT.

Como cursos de tecnologia, foi verificada a oferta dos cursos previstos na CNCT, quais sejam, Construção de Edifícios, Controle de Obras, Material de Construção, Saneamento Ambiental, Obras Hidráulicas e Agrimensura. Observou-se que houve oferta de outros cursos similares, tais como, Conservação e Restauro, Design de Interiores, Estradas e Negócios imobiliários, mas, como a oferta deles era inexpressiva, optou-se por manter na quantificação apenas os cursos previstos no CNCT.

Como cursos de bacharelado, foi verificada a oferta dos cursos previstos na CNCT, quais sejam, Engenharia Civil, Arquitetura, Engenharia Ambiental, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, e Engenharia Sanitária e Ambiental. Observou-se que houve oferta de outros cursos similares, tais como, Engenharia de Produção Civil e Geologia, mas, como a oferta deles era inexpressiva, optou-se por manter na quantificação apenas os cursos previstos no CNCT.

Resultados

Após a coleta dos dados na PNP (PNP, 2022) referentes aos anos de 2017 e 2021, tabulou-se a informação e montou-se a Tabela 1, permitindo que se analise os aspectos focalizados, para então entender o caminho que está sendo percorrido pela Rede Federal no tocante ao curso Técnico em Edificações.

Tabela 1- Número de Câmpus por tipo de cursos ofertados no itinerário formativo

Cursos ofertados no Câmpus	2017	2021	Variação %
Técnico em Edificações	68	64	-5,9%
Técnico em Edificações + Qualificação	3	1	-66,7%
Técnico em Edificações + Tecnologia	10	6	-40,0%
Técnico em Edificações + Bacharelado	33	51	54,5%
Técnico em Edificações + Qualificação + Tecnologia	0	0	0,0%
Técnico em Edificações + Qualificação + Bacharelado	3	1	-66,7%
Técnico em Edificações + Tecnologia + Bacharelado	4	2	-50,0%
TOTAL	121	125	3,3%

Fonte: elaborado pelo autor utilizando os dados da Plataforma Nilo Peçanha

Os resultados encontrados permitem inferir que houve uma expansão de 3,3% de Câmpus com oferta do Curso Técnico em Edificações, entre 2017 e 2021, independentemente do tipo de oferta (integrado, subsequente, concomitante, PROEJA), porém, houve uma retração de 5,9% de Câmpus ofertando apenas o curso técnico. Infere-se também uma retração de 66,7% de Câmpus com oferta de cursos de Qualificação no itinerário formativo do Técnico em Edificações, bem como, uma retração de 40% na oferta de cursos de Tecnologia.

Por outro lado, observa-se uma expansão de 54,5% na oferta verticalizada de cursos de bacharelado. Tal tendência se alinha às conclusões de Almeida, ao estudar o Curso Técnico em Edificações do Câmpus Colatina do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), onde se destaca uma:

“...tendência de escolha pela verticalização da oferta no nível superior em detrimento das outras ofertas, sobretudo os cursos técnicos integrados, os quais estariam sendo reduzidos perdendo assim espaço na oferta escolar por cursos de tecnologia, engenharia, mestrado e doutorado.”

(ALMEIDA, 2018, p. 152)

Para se analisar a oferta de cursos de formação continuada para Técnicos em Edificações, adotou-se como padrão os cursos de especialização técnica do itinerário formativo deste profissional, previstos no CNCT (MEC,2022). Verificou-se a frequência de Unidades da Rede Federal com oferta de vagas nos cursos de Especialização Técnica em Conservação e Restauo de Construções, Eficiência Energética em Edificações, Licitação de Obras Públicas, Modelagem em Informação da Construção (BIM) e em Programas de Qualidade na Construção Civil.

Para estes cursos, a PNP não dispõe de dados, então, se procedeu a uma busca por estes cursos na internet. Encontrou-se apenas a oferta do curso Especialização Técnica em Eficiência Energética em Edificações, em, pelo menos, duas Unidades da Rede Federal: no Câmpus Trindade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGoiano, 2022), e no Câmpus Passo Fundo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul, 2022). No Câmpus Trindade, este curso foi anunciado como primeira oferta da Rede Federal, em 2020 (IFGoiano, 2020). Para o curso de Especialização Técnica em Conservação e Restauo de Construções, encontrou-se a oferta do curso superior de Tecnologia em Conservação e Restauo, ofertado pelo Câmpus Ouro Preto do IFMG. Porém, este tipo de oferta se enquadra no viés verticalização. Para os demais cursos, não foi encontrada a oferta na Rede Federal, e, alguns cursos encontrados fora da Rede, eram cursos de graduação ou pós-graduação.

Conhecer a dinâmica entre 2017 e 2021 desses dois tipos de oferta, verticalização e formação continuada pós técnica, permite deduzir que há uma possível tendência da Rede Federal em ofertar prioritariamente a verticalização quando se trata de cursos de bacharelado (única que registrou expansão entre 2017 e 2021). Quando se trata de cursos de tecnologia, mesmo a verticalização se mostra com tendência de queda. Para a verticalização entendida como o itinerário qualificação/técnico, se vê uma inexpressiva e cadente atuação da Rede Federal. E ainda, a oferta de formação continuada pós técnica, além de não se ter dados disponíveis na PNP, ela parece ser recente, e, portanto, inexpressiva ainda.

Considerações finais

O que se pretendeu neste artigo foi refletir sobre a dinâmica atual dos cursos técnicos em Edificações, em contraste com as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, em especial, com a mudança de institucionalidade experimentada pela Rede Federal. Alinhado à ideia de identidade em disputa (MORAES, 2016), a atual dinâmica da Rede Federal, no tocante ao curso técnico em Edificações, indicam uma tendência para expandir a oferta de cursos de bacharelado, o que, por si só, em tese, não desvalorizaria as carreiras de nível médio. Porém, sem o igualitário esforço para desenvolver a oferta de cursos de qualificação profissional, e, também de PROEJA, levando oportunidades às camadas mais carentes da população, a verticalização “para cima” se constitui apenas numa estratégia de apropriação da Rede Federal por uma “vontade de universidade” que mais serve às camadas mais aquinhoadas da sociedade do que aos “filhos dos desfavorecidos da fortuna” (BRASIL, 1909).

Além disso, a oferta de cursos de formação continuada para técnicos de nível médio que estejam atuando no mercado, tais como, as especializações técnicas (cursos pós técnicos) previstas no CNCT, é ainda inexpressiva. Porém, dada a conquista da autonomia das carreiras técnicas de nível médio, com a criação do CFT, é necessário refletir e traçar ações para que a Rede Federal participe efetivamente da valorização dessas carreiras perante a sociedade.

Referências

ALMEIDA, Jaqueline Ferreira de. **A integração do Ensino Médio à Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Curso Técnico em Edificações – IFES Campus Colatina**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Educação. Vitória: 2018. Disponível em https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8620/1/tese_12140_disserta%C3%A7%C3%A3o%20vers%C3%A3o%20final%20Jaqueline%20Ferreira%20de%20Almeida.pdf. Acesso em 12 out.2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018**. Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas. Brasília, DF: Presidência da República, 2018c. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13639.htm. Acesso em 07 dez. 2021.

MEC **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**, Portal institucional do Ministério da Educação. Brasília: 2022. Disponível em <http://cnct.mec.gov.br/>. Acesso em 12 out.2022.

MORAES, Gustavo Henrique. **Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade – A Formação da Identidade dos Institutos Federais**. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação. Brasília: 2016. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21409>. Acesso em 12 out.2022.

PNP **Guia de Referência Metodológica**. Plataforma Nilo Peçanha. Brasília, 2020. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/plataforma-nilo-pecanha/plataforma-nilo-pecanha-guia-de-referencia-metodologica>. Acesso em: 31 mar. 2022.

Enviado em 31/12/2022

Avaliado em 15/02/2023

ATOS INFRACIONAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UM OLHAR ACERCA DA VULNERABILIDADE SOCIAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Edna Oliveira de Sousa⁶²
Thelma Pontes Borges⁶³
Adimilson Renato da Silva⁶⁴

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação da prática de atos infracionais com a vulnerabilidade social de adolescentes em conflito com lei na sociedade contemporânea, com base em uma revisão da literatura nacional referente ao tema, bem como consulta em documentos, tratando-se assim de uma pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados apontados pela pesquisa revelam características do perfil do adolescente em conflito com a lei e evidencia aspectos da trajetória histórica da legislação voltada para esse seguimento, permitindo uma análise sobre a vulnerabilidade social desses adolescentes e a relação com a sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Sociedade contemporânea. Adolescente em conflito com a lei. Vulnerabilidade social.

Abstract

This article aims to analyze the relationship between the practice of infractions and the social vulnerability of adolescents in conflict with the law in contemporary society, based on a review of the national literature on the subject, as well as consultation in documents, thus dealing with of a bibliographical and documental research. The results pointed out by the survey reveal characteristics of the profile of adolescents in conflict with the law and highlight aspects of the historical trajectory of legislation aimed at this segment, allowing an analysis of the social vulnerability of these adolescents and their relationship with contemporary society.

Keywords: Contemporary society. Teenager in conflict with the law. Social vulnerability.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação da prática de atos infracionais com a vulnerabilidade social de adolescentes em conflito com lei, tendo em vista as influências da sociedade contemporânea que se apresenta cada vez mais capitalista e individualista, havendo assim uma perda da sensibilidade para com o outro. Ancorados nas teorizações de Bauman e Donskis (2014), La Taille (2009) e Han (2015), pretendemos refletir sobre a sociedade contemporânea, em seu aspecto capitalista e consumista.

⁶² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, campus Araguaína. Especialista em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar pela Faculdade de Tecnologia Antonio Propício Aguiar Franco (FAPAF). Licenciada em Pedagogia pelo Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos LTDA (ITPAC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5508-5361>. E-mail: sousaedna@hotmail.com

⁶³ Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo – USP. Professora da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT/Araguaína. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6073-8937>. E-mail: thelmapontes@uft.edu.br

⁶⁴ Mestre e Doutor em Ciências Sociais. Professor do Instituto Federal do Tocantins – IFTO/Colinas e da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT/Araguaína. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1654-7575> E-mail: adimilson.silva@ifto.edu.br

Para tanto, mobilizaremos dados a respeito dos adolescentes em conflito com a lei em se tratando de aspectos históricos legais, bem como outras informações pertinentes para o estudo, com base em uma revisão da literatura e pesquisa documental do CNJ (2012).

Vale ressaltar a importância da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), para reconhecimento da infância e da adolescência, passando esses a serem entendidos como sujeitos de direitos. Além disso, a lei prevê as medidas socioeducativas a serem aplicadas aos adolescentes autores de atos infracionais, distinguindo o tratamento dos adultos, tendo em vista a responsabilização do adolescente em detrimento da punição, de modo que possa superar o ato cometido e ressocializar-se. Desse modo, entendemos que a lei representa um pretensão rompimento de paradigmas referentes aos adolescentes em conflito com a lei.

De acordo com o artigo 103 do ECA, o ato infracional corresponde “a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL, 1990). Essa lei concebe como sendo adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade. Para os adolescentes que cometem ato infracional são aplicadas as medidas socioeducativas, a saber: Advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional.

Cabe aqui, chamar a atenção para possibilidade de uma relação entre o cometimento de atos infracionais na sociedade contemporânea com a vulnerabilidade social desses adolescentes. O tema carece de discussão e reflexão constante, uma vez que, investigar essa relação pode contribuir para o rompimento de paradigmas acerca dos adolescentes em conflito com a lei, que historicamente são vistos como abandonados e delinquentes, muitas vezes apontados sarcasticamente como “vítimas da sociedade”.

Esse artigo está dividido em partes, a primeira versa sobre a legislação pertinente ao adolescente em conflito com a lei, a segunda a respeito da contemporaneidade, adolescência e vulnerabilidade social e a terceira as considerações finais.

Adolescente em conflito com a lei: um resgate histórico da legislação

Tratar sobre o adolescente em conflito com a lei e a vulnerabilidade desses indivíduos requer um resgate histórico acerca das leis voltadas para esse grupo, a fim de ponderarmos aspectos do passado para uma compreensão do presente, bem como lograr novas perspectivas para o futuro.

Pinto (2017, p.15) reflete que “talvez em nenhum outro ramo do Direito se pode observar de forma tão evidente as injustiças na sociedade brasileira como a problemática social que envolve a Infância e Juventude”. Para a autora, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) corresponde a um avanço para a nossa sociedade.

O ECA representa um significativo avanço no que se refere a legislação da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral. A primeira lei voltada para a infância e adolescência foi criada em 1927, denominada de Código de Menores ou Código Mello Mattos, em homenagem ao primeiro juiz de menores do Brasil, José Cândido de Albuquerque Mello Mattos. Esse código teve sua relevância, uma vez que se tratava de uma lei de assistência e proteção aos menores. Além disso, fixava a idade de 18 anos como maioridade penal. Azevedo (2007, p.3) salienta que:

Embora elaborado exclusivamente para o controle da infância abandonada e dos delinquentes de ambos os sexos, menores de 18 anos (art.1º), o Código Mello Mattos seria, apesar disto, o primeiro diploma legal a dar um tratamento mais sistemático e humanizador à criança e ao adolescente, consolidando normas esparsas anteriores e prevendo, pela primeira vez, a intervenção estatal nesta delicada seara social.

Muinhos (2019, p. 20), ressalta que, a partir da criação do Código de Menores de 1927, o estado passou a ser responsável por tutelar as crianças e os adolescentes considerados delinquentes e educar os abandonados. Nesse sentido, o autor aponta para uma institucionalização desses menores, indicando que o referido código estabeleceu uma doutrina de encarceramento como forma de recuperar as condutas fora dos padrões, e esse sistema se estendeu ao longo do século XX.

Somente após 51 anos, em 1979, houve a reformulação desse código, trazendo no bojo uma perspectiva de vigilância a menores de dezoito anos de idade, além da assistência e proteção. O Código de Menores de 1979 evidencia a ideia de situação irregular. Segundo Craidy, Lazzarotto e Oliveira (2012, p. 19) “a Doutrina da Situação Irregular baseou-se no pressuposto da incapacidade da criança e adolescentes em dificuldade social”. Nesta direção, Pinto (2017, p. 20), salienta que:

O Direito da Infância e Juventude por quase meio século foi restrito a Doutrina da Situação Irregular que era regulamentada pelo Código de Menores de 1979. O código era restrito ao binômio carência/delinquência posto que não era uma doutrina garantista, tendo em vista que as ações desenvolvidas não tinham um caráter preventivo.

Mocelin (2016, p. 23) no que se refere aos menores em situação irregular alude que “eram os abandonados, os carentes, os inadaptados e os infratores”. Desse modo, o Código de Menores de 1979 reafirma a ideia de discriminação, reforçando a noção de institucionalização como forma de controlar socialmente a infância e a adolescência, com caráter assistencialista para carentes e abandonados e correccional para infratores e inadaptados. Nessa direção, Azevedo (2007), destaca que:

A doutrina subjacente ao Código Mello Mattos (CMM) era a de manter a ordem social. As crianças com família não eram objeto do Direito; já as crianças pobres, abandonadas ou delinquentes, em situação irregular – e apenas aquelas que estivessem em situação irregular-, passariam a sê-lo” (AZEVEDO, 2007, p. 6).

Podemos observar que embora os códigos de menores de 1927 e de 1979 tenham representado um avanço, por versar sobre leis específicas para a infância e juventude, não se tratavam de leis abrangentes a todas as crianças e adolescentes, mas somente para a parcela que correspondia aos vulneráveis socialmente. Podemos depreender que o Código de Menores de 1927 e 1979 foram marcados pela criminalização da pobreza e institucionalização dos ditos em “situação irregular”.

Nesse sentido, Craidy, Lazzarotto e Oliveira (2012, p. 20) ressaltam que:

Ao concluir que determinada parcela da juventude brasileira (parcela, de regra, pobre e com acesso precário a bens básicos como saúde, moradia e educação) estaria em “situação irregular”, o Estado delegava a si mesmo o poder de atuar coercitivamente sobre essa população vulnerável, impondo diversas medidas de caráter punitivo, dentre as quais o sequestro involuntário em instituições de recolhimento.

Dessa forma, conforme as autoras, havia “uma segregação marginalizadora das crianças e dos adolescentes rotulados como “irregulares” (CRAIDY; LAZZAROTO; OLIVEIRA, 2012, p.20). Assim, podemos inferir que a proteção e a assistência dispensada aos “menores” consistiam em punilos e colocá-los em instituições, conotando uma preocupação do Estado em proteger na verdade a sociedade desses menores, vistos como delinquentes e abandonados dada a sua condição de vulnerabilidade social.

Cumprir destacar que em oposição a Doutrina da Situação Irregular surge a Doutrina da Proteção Integral especificada no artigo 227 da Constituição Federal de 1988. A saber:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 retrata um marco importante ao projetar um Estado materialmente democrático, no que se refere à efetividade dos direitos fundamentais. No caso específico dos direitos da criança e do adolescente, Pinto (2017, p. 20) evidencia que a Constituição em seu artigo 227 “adere os valores inseridos na Convenção dos Direitos da Criança, como crianças e adolescentes sujeitos de direitos fundamentais, em substituição ao Direito do Menor”.

Tendo em vista os princípios expressos no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, foi criado em seguida o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, visando garantir às crianças e aos adolescentes os direitos fundamentais, bem como romper com as formas de intervenção firmadas anteriormente na Doutrina da Situação Irregular. Dessa forma, o ECA reafirma a concepção de adoção da Doutrina da Proteção Integral. No direcionamento dessa mudança, Craidy, Lazzarotto e Oliveira (2012) esclarece que:

A mudança de paradigma pode ser sintetizada no fato de que, antes do advento da Constituição de 1988, as crianças e os adolescentes eram designados como “menores” e, conseqüentemente, eram tratados como objetos da intervenção paternalista do Estado. Essa marcante característica da Doutrina da Situação Irregular, que informava o antigo Código de Menores – Lei nº. 6.697, de 10 de outubro de 1979, é superada pela Doutrina da Proteção Integral, que reconhece as crianças e os adolescentes como sujeitos portadores de direitos que se diferenciam dos demais pela sua peculiar condição de desenvolvimento (CRAIDY; LAZZAROTO; OLIVEIRA, 2012, p.18)

Mocelin (2016. p. 25), ao abordar as diferenças entre o Código de Menores e o ECA, ressalta que “o ECA passa a ser uma lei universal, uma lei que rege todas as crianças e adolescentes brasileiros”, diferente do Código de Menores que estava voltado para uma “infância minorizada”, correspondendo a essa infância os menores abandonados ou destituídos socialmente.

Outro ponto positivo dessa lei diz respeito ao tratamento de adolescentes em conflito com a lei. De acordo com Craidy, Lazzarotto e Oliveira (2012, p 25) “O ECA estabelece diferenças entre os modos como os adolescentes e os adultos são responsabilizados, mas ambos respondem juridicamente pelos seus atos”.

Para o ECA, a definição de criança equivale “a pessoa até doze anos de idade incompletos” e adolescente “aquela entre doze e dezoito anos de idade” conforme consta em seu Art. 2º. Essa mesma lei dispõe em seu Art. 104 que os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, sendo que, para as crianças que transgredirem a lei penal serão aplicadas as medidas protetivas⁶⁵, enquanto para os adolescentes serão aplicadas as medidas socioeducativas, quando estes cometerem ato infracional.

Conforme o Art. 103 do ECA, “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Para os adolescentes que cometerem ato infracional serão empregadas as medidas socioeducativas contidas no Art. 112 da Lei nº 8.069 (ECA), a saber: “I- Advertência; II- obrigação de reparar o dano; III- prestação de serviço à comunidade; IV- liberdade assistida; V- inserção em regime de semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII – qualquer uma das previstas no Art. 101, I a VI”.

Podemos perceber a importância do ECA no que se refere a uma proteção integral à criança e ao adolescente, além disso, trouxe uma mudança na abordagem do adolescente em conflito com a lei a partir de uma perspectiva desse adolescente como pessoa em desenvolvimento e sujeito de direitos. Ademais, a proposta das medidas socioeducativas ilustra a intenção de um tratamento diferenciado para esses adolescentes.

A fim de regulamentar as medidas socioeducativas propostas pelo ECA, surge em 2012 a Lei nº 12.594 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Conforme dispõe o Art 1º, § 1º - SINASE:

Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei (BRASIL, 2012).

Desse modo, essa lei funciona como um instrumento de validação dos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere aos adolescentes autores de atos infracionais, ou adolescentes em conflito com a lei. Sobre o objetivo do SINASE, Moinhos (2019, p. 50) indica que “o objetivo primário do sistema é desenvolver ação socioeducativa, com sustentação em princípios atinentes aos direitos humanos, e promover alinhamentos estratégico, conceitual e operacional, estruturados em bases pedagógicas e éticas”.

Assim, ao fazermos essa retrospectiva histórica a respeito da legislação concernente aos adolescentes em conflito com a lei, podemos perceber que de início havia uma criminalização da pobreza, portanto as crianças e os adolescentes que viviam em uma condição de vulnerabilidade social eram tidas como abandonados e delinquentes, logo teriam de ser recolhidos ou retirados da sociedade.

⁶⁵ São as medidas protetivas previstas no ECA (Art.101): “I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016); V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII - acolhimento institucional; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência; VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência; IX - colocação em família substituta. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência”.

O ECA representou um grande avanço no que se refere aos preceitos normativos no tocante a uma estrutura jurídica específica, pois a partir da criação dessa lei as crianças e os adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direito. Além disso, insere em seu texto as medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei, regulamentada posteriormente pelo SINASE.

Dessa forma, podemos observar grandes avanços em se tratando da legislação, no entanto, faz-se necessário estudos e pesquisas a fim de averiguar se esses avanços se estendem para a prática.

Os aspectos aqui levantados servem como ponto de reflexão para analisarmos os atos infracionais na sociedade contemporânea, a partir da perspectiva de uma criminalização da pobreza (nesse recorte histórico) e a estigmatização acerca dos adolescentes em conflito, podendo estes fatores refletirem nos dias atuais.

Contemporaneidade, adolescência e vulnerabilidade social

Para Bauman e Donskis (2014), a sociedade contemporânea se caracteriza como uma modernidade líquida, dada a liquidez das relações, em virtude de uma sociedade movida pelo consumo, na qual os indivíduos são reconhecidos pelo o que têm. Bauman e Donskis (2014, p.66) salientam que: “A questão não é se você tem uma *weltanschauung* identificável, uma identidade forte ou uma ideologia importante, mas quanto poder você tem. Compro, logo existo”.

La Taille (2009) destaca que na vida contemporânea acontece a fragmentação do tempo, do espaço, e, também, das relações humanas, do conhecimento, da afetividade, em que o homem trocou a avaliação ética do mundo pela avaliação estética, sendo que o passado perdeu a importância e o que tem valor é somente o hoje, aqui e agora, o futuro se tornou ausente; os modernos concebem o mundo como algo a ser construído.

Han (2015) aponta para uma sociedade do desempenho, em que há um excesso de positividade e supressão da negatividade. Nesse sentido, o autor destaca que a partir dessa perspectiva de positividade cada um se torna responsável por aquilo que conquista ou deixa de conquistar. Assim, acredita-se que “podemos tudo”, bastando apenas querer para que seja possível aumentar a produtividade a qualquer custo, fato que, quando percebemos em algum momento a impossibilidade de realizar algo maior, pode causar-nos o adoecimento, pois, como ressalta o autor, “o que causa a depressão do esgotamento não é o imperativo de obedecer apenas a si mesmo, mas a pressão de desempenho” (HAN, 2015, p. 27).

Dessa forma, podemos perceber que a sociedade contemporânea dita o modo e o ritmo de vida das pessoas, que a cada dia precisam produzir mais para ganhar mais dinheiro e poder consumir mais mercadorias. Assim, podemos observar o quanto o capitalismo, bem como, o consumismo influencia os indivíduos dessa sociedade, que em busca de uma liberdade se tornam cada vez mais presos em si mesmos.

Desse modo, em uma sociedade cada vez mais consumista, na qual os indivíduos são reconhecidos pelo que têm, sendo que o ter se sobressai ao ser, os adolescentes, sobretudo, aqueles em condições de vulnerabilidade social, que de algum modo são excluídos, ficando à margem da sociedade, podem sentir-se seduzidos pelo mercado consumidor, ficando propensos a cometerem atos infracionais como uma forma de inserção na sociedade, a partir da representatividade do poder de consumo.

De acordo com Silva e Lehfeld (2015, p. 77) “A vivência em uma sociedade globalizada, consumista e capitalista dificulta as relações humanas e o acesso de toda a população aos mesmos direitos”. Segundo os autores, os adolescentes correspondem ao grupo que mais padece com a modernização da sociedade e a desigualdade no que se refere ao “acesso e aproveitamento dos recursos”, para utilizarmos os termos dos escritores. Dessa forma, destacam que os adolescentes “sem alternativas positivas, recorrem à criminalidade, a fim de conquistarem o que desejam”. (SILVA e LEHFELD, 2015, p. 78)

Para que possamos refletir sobre os atos infracionais na sociedade contemporânea, é preciso pensarmos a adolescência, comumente considerada como uma fase de transição da infância para a vida adulta, como um período de transformações, hormonais, físicas e psicológicas, logo, trata-se de uma fase de descobertas de si e do mundo. Assim, os adolescentes recebem a influência do meio social e familiar em que vivem, bem como das mídias e padrões capitalistas postos na sociedade contemporânea. Papalia e Feldman (2013) refletem que:

Na maioria das sociedades modernas, a passagem da infância para a vida adulta é marcada não por um único evento, mas por um longo período conhecido como adolescência – uma transição no desenvolvimento que envolve mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais e assume formas variadas em diferentes contextos sociais, culturais e econômicos (PAPALIA; FELDMAN, 2013, p. 387).

Além disso, faz-se necessário considerar a vulnerabilidade social a qual muitos dos adolescentes em conflito com a lei estão expostos. O conceito de vulnerabilidade vem sendo discutido em várias vertentes, no entanto, para este trabalho estaremos ancorados nas teorizações de Castel (2015), tendo em vista que o autor associa a vulnerabilidade social a fatores relacionais e do trabalho, apresentando as zonas de: integração; vulnerabilidade social e desfiliação, indicando a zona de vulnerabilidade social como instável e que os indivíduos podem transitar por essas três zonas.

O autor reflete a questão social evidenciando os aspectos: econômico e social, relacionando desse modo a vulnerabilidade à precariedade do trabalho somada a fragilidade do vínculo social. A zona de vulnerabilidade indicada por Castel (2015) diz respeito ao trabalho precário, bem como a fragilidade relacional, já a zona de desfiliação corresponde ao lugar onde encontram-se aqueles indivíduos sem trabalho e em isolamento social. Para ele o trabalho é uma forma de inserção social, desse modo, destaca a centralidade do trabalho não somente do ponto de vista econômico, mas como forma de sociabilidade familiar e a relação com o mundo.

No que diz respeito aos adolescentes em conflito com a lei, acreditamos que eles podem retratar um seguimento vulnerável da sociedade propício a zona de desfiliação, em virtude de um processo de exclusão devido a desigualdade social assinalada nas sociedades capitalistas. Como indicado por Cançado, Souza e Cardoso (2014, p. 14) “de um modo geral as sociedades capitalistas são de fato marcadas pela desigualdade social e guiadas por uma lógica que a reproduz”. Nesse sentido, Silva e Lehfeld (2015) apontam que:

A desigualdade exclui os adolescentes vulnerabilizados do exercício pleno da cidadania e culpá-los pela adesão às práticas infracionais para empoderá-los frente às suas realidades remete à uma injustiça atrelada à ausência de uma análise conjuntural e histórica. Afinal, as expressões da questão social vem se configurando a partir da produção da vida material, que concentra a riqueza, nivelando índices catastróficos de desigualdade social, miséria e alienação da classe trabalhadora (SILVA e LEHFELD, 2015, p. 78).

O Conselho Nacional de Justiça publicou no ano de 2012 um Panorama Nacional sobre a execução das medidas socioeducativas de internação, documento este elaborado a partir do estudo desenvolvido por meio da parceria entre Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF/CNJ) e o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ/CNJ), cuja finalidade era de subsidiar o CNJ no tangente às políticas garantidoras dos direitos dos jovens em conflito com a lei (CNJ, 2012, p. 1).

A pesquisa do CNJ foi realizada no período de julho de 2010 a outubro de 2011, em 320 unidades de internação do Brasil para verificação das condições de internação de 17.502 adolescentes, cujos dados foram levantados por meio de entrevistas e também análise de processos judiciais de execução de medidas socioeducativas de restrição de liberdade que estavam em tramitação nos 26 estados e no Distrito Federal.

Dentre outros aspectos considerados para a publicação desse Panorama foram levantados dados referentes ao perfil dos adolescentes em conflito com a lei, considerando as variáveis concernentes à: idade, ato infracional, escolaridade, família e relação com entorpecentes.

Sobre à idade, em média os adolescentes entrevistados tinham a idade de 16,7 anos e a maioria cometeu o primeiro ato infracional com idade entre 15 e 17 anos; já em relação à escolaridade foi evidenciado que 8% do total de entrevistados se declararam analfabetos, cuja maior concentração 44% desse total estavam na região Nordeste, ainda sobre a escolaridade, dentre os que estudaram, em média, eles interromperam seus estudos aos 14 anos; sobre o uso de entorpecentes, cerca de 75% deles usavam drogas ilícitas, das quais a maconha era a mais utilizada, seguida da cocaína, segundo o estudo. Dados estes que nos levam a refletir que esses adolescentes tiveram o percurso escolar interrompido muito cedo ou mesmo nem tiveram acesso à escola, uma vez que o percentual de analfabetos foi considerável e ainda que o cometimento desses atos ocorreu na idade em que se inicia a transição da adolescência para a fase da maioridade. Ademais, o fato da maioria deles terem envolvimento com drogas pode ter tido uma influência significativa para a ocorrência desses atos.

Outro aspecto interessante apontado pelo estudo em relação à família foi que: 14% dos jovens têm filhos, 43% dos jovens entrevistados foram criados apenas pela mãe, 4% pelo pai sem a presença da mãe, 38% foram criados pelo pai e pela mãe, 17% pelos avós e ainda casos em que foram criados por mais de um ente familiar ao mesmo tempo. Essas informações nos direcionam a outro aspecto contributivo para o cometimento desses atos infracionais que é a falta de uma base familiar sólida com um ambiente favorável para ao menos atenuar as possibilidades do envolvimento desses jovens nesses atos infracionais.

Em se tratando dos atos infracionais, o estudo apontou que os maiores percentuais foram os referentes a crimes contra o patrimônio (roubo, furto, etc.), sendo o roubo o de maior índice 36%, sobre a reincidência o estudo revelou que 43,3% dos entrevistados já haviam sido internados pelo menos uma outra vez. A partir desse dado podemos presumir haver uma estreita relação entre a baixa escolaridade, estrutura familiar inadequada, bem como o uso de entorpecentes, podendo culminar para chegarmos em percentuais significativos de furtos e de roubos e ainda para a reincidência.

Esse levantamento acerca do perfil de adolescentes em conflito com a lei revelou fatores que problematizam a realidade deles, a saber: “famílias desestruturadas, defasagem escolar e relação estreita com substâncias psicoativas” (CNJ, 2012, p. 20). Tais aspectos apontam para uma dificuldade de inserção social desses adolescentes na sociedade contemporânea, pois, advindos de um contexto familiar e social marcado por uma fragilidade nas relações, acabam ficando nas margens da sociedade e obtendo poucas oportunidades de sair dessa realidade.

As condições apresentadas pelo CNJ (2012) referentes ao perfil desses adolescentes podem culminar em uma real dificuldade de inserção no mercado de trabalho, sobretudo, devido ao atraso educacional. A pesquisa realizada pelo CNJ expôs ainda que, num panorama nacional no que diz respeito ao perfil dos adolescentes em conflito com a lei, a maioria cometeu o primeiro ato entre 15 e 17 anos de idade, ou seja, idade que poderiam estar iniciando suas atividades laborais, uma vez que de acordo com a Lei nº 10.097, adolescentes podem começar a trabalhar a partir dos 14 anos na condição de aprendiz, para tanto é fundamental o aspecto educacional, devendo este estar matriculado e frequentando a escola. (BRASIL, 2000)

Nesta direção, Studzinski (2016, p. 63) alerta para a situação preocupante quanto a escolarização de adolescentes em conflito com a lei, pois, segundo a autora, esse público apresenta baixa escolaridade, dificuldade em concluir o Ensino Fundamental, infrequência escolar, pouco rendimento acadêmico quando frequentam e evasão escolar.

A evasão escolar contribui para um aumento da vulnerabilidade do adolescente, especialmente no que diz respeito a uma inserção satisfatória no mercado de trabalho, uma vez que, quanto mais baixa a escolaridade, mais difícil sua integração ao mundo do trabalho (BAZON; SILVA; FERRARI, 2013, p. 178), podendo assim provocar o isolamento social desses indivíduos, especialmente partindo da concepção de que em uma sociedade capitalista, aqueles que não possuem poder de compra não existem.

Nesse sentido, Pacífico Filho, Borges e Ribeiro (2019) aludem que:

A lei do consumo é severa, não prevendo qualquer anistia ou remissão – ou você compra ou é punido. Mas punido por quem? Pela própria sociedade, que irá excluir todos os que forem indiferentes ao “culto” do consumismo. E, nessa exaltação aos produtos, não vale ser infiel, ou seja, consumir esporadicamente; é preciso uma lealdade diária, comprar sem cessar (PACÍFICO FILHO; BORGES; RIBEIRO, 2019, p. 264).

Os autores salientam que “na lógica da sociedade de consumo são os adolescentes, justamente, os mais vulneráveis à sedução” (PACÍFICO FILHO; BORGES; RIBEIRO, 2019, p. 266). Sendo que, mesmo aqueles que não possuem condições para desfrutar dos bens de consumo, recebem a influência dos hábitos consumistas dessa sociedade.

Dados do CNJ (2012) revelam que o ato infracional mais cometido por adolescentes em conflito com a lei corresponde a roubo e furto, podendo indicar a influência de uma sociedade capitalista e consumista, já que esses adolescentes, estando inseridos em contextos de condições precárias em se tratando de suas relações sociais e inserção no trabalho, cometem ato infracional análogo a roubo e furto na intenção de obter poder de consumo e assim sentir-se parte da sociedade.

Pacífico Filho, Borges e Ribeiro (2019, p. 272) indicam que “consumir, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela contemporaneidade, é uma forma de ser visto, de deixar a invisibilidade; consumir é pertencer à sociedade”. Nesse sentido, os autores evidenciam que:

O que cabe para os adolescentes, que vivem à margem da pobreza e sem poder de compra, senão o lugar da sobra, do resto? Talvez, assumir a identidade pelo objeto que ostentam seja de fato uma saída viável ou, quem sabe, ser reconhecido como menor infrator garanta mais reconhecimento e *status quo*, pois não são vistos como sujeitos, mas como restos sociais (PACÍFICO FILHO; BORGES; RIBEIRO, 2019, p. 267).

Dessa forma, podemos presumir que na sociedade contemporânea, o capitalismo e o consumismo exacerbado contribuem para a ocorrência de atos infracionais praticados por adolescentes, que de acordo com o perfil traçado pelo CNJ (2012), bem como pesquisas relacionadas ao tema, configuram-se como um grupo em vulnerabilidade social.

Ademais, podemos destacar a efemeridade apontada por Bauman (2014) e a “tacocracia” indicada por La Taille (2009) como metáforas sobre a sociedade contemporânea marcada por mudanças rápidas e que preza pelo imediatismo, em que as relações sociais estão cada vez mais frágeis, pois, cada um busca sua própria felicidade e essa busca consiste em conquistar cada dia mais bens materiais. Assim, os adolescentes em conflito com a lei e em situação de vulnerabilidade social podem ser facilmente influenciados por esses fatores e o cometimento de atos infracionais, sobretudo aqueles análogos a roubo e furto, podem representar a busca dessa felicidade instantânea, trazendo o sentimento de pertencimento a essa sociedade.

A partir dos dados constantes no panorama elaborado pelo CNJ, sobretudo aos relacionados ao perfil dos adolescentes em conflito com a lei, foi possível observamos algumas evidências que em certa medida podem contribuir para o cometimento desses atos, quais sejam: abandono precoce da escola, índice considerável de analfabetismo com maior concentração na região nordeste que historicamente é uma região que apresenta maiores índices de situações de vulnerabilidade, estrutura familiar não estável, maior frequência de roubo cuja motivação pode estar também relacionada com as condições de vida deles e ainda o uso de entorpecentes, aspectos estes que nos possibilitam presumir que esses atos podem ter estreita relação com a vulnerabilidade social a que eles estão submetidos.

Considerações Finais

No decorrer deste trabalho, buscamos realizar uma reflexão a respeito dos atos infracionais na sociedade contemporânea, mobilizando informações referentes aos adolescentes em conflito com a lei, bem como algumas teorizações acerca dessa sociedade, a fim de percebermos a vulnerabilidade social desses adolescentes e como esse fato pode contribuir para a ocorrência dos atos infracionais, considerando o capitalismo e o consumo como fatores preponderantes na sociedade contemporânea.

A partir da pesquisa é possível conjecturarmos essa relação entre a vulnerabilidade social de adolescentes em conflito com a lei e a prática dos atos infracionais na sociedade contemporânea, partindo do pressuposto de que estamos vivendo na sociedade do “compro, logo existo”, desse modo, quem não entra na lógica do mercado não faz parte da sociedade. Logo, para assumir o papel de consumidor, aqueles adolescentes que, estando em condições vulneráveis e não possuindo poder de compra, podem vir a praticar um ato infracional na intenção da obtenção de bens de consumo e mais do que isso, como forma de sentimento de pertencimento a essa sociedade.

De acordo com Bauman e Donskis (2014, p. 28), “Na sociedade de consumidores, todos nós somos consumidores de mercadorias, e estas são destinadas ao consumo; uma vez que somos mercadorias, nos vemos obrigados a criar uma demanda de nós mesmos”. Han (2015), ao abordar sobre a sociedade do desempenho, indica que há uma imposição dos sujeitos sobre si mesmos em acompanhar os padrões capitalistas por meio da prática do consumo.

Ao refletirmos sobre a sociedade contemporânea com suas exigências de consumo e o adolescente em conflito com a lei, precisamos considerar também o processo histórico de criminalização da pobreza, bem como os dados levantados pelo CNJ e estudos mais recentes sobre a temática, pois a partir das informações, podemos inferir que esses adolescentes se encontram na “zona de vulnerabilidade social” como apontado por Castel (2015), sendo que, em virtude de alguns fatores, dentre eles a baixa escolaridade, esses adolescentes podem encontrar dificuldade de inserção no mercado de trabalho, estando propensos a passarem para a “zona de desfiliação”. Assim sendo, há a possibilidade de recorrerem a prática do ato infracional como forma de saírem dessa zona de vulnerabilidade social e poder assumir o papel de consumidor, ainda que por meio da infração e mesmo que momentaneamente.

Assim, podemos depreender que o ato infracional na sociedade contemporânea pode estar diretamente ligado à condição de vulnerabilidade social dos adolescentes em conflito com a lei. No entanto, faz-se necessário mais pesquisas relacionadas ao tema a fim de também propor alternativas viáveis para que haja uma atenuação das vulnerabilidades sociais de adolescentes em conflito com a lei e consequentemente a diminuição na ocorrência de atos infracionais.

Referências

- AZEVEDO, Maurício Maia de. (Monografia) **O Código Mello Mattos e seus reflexos na legislação posterior...** Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.trj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=b2498574-2cae-4be7-a8ac-9f3b00881837&groupId=10136> Acesso em: 03/08/2021.
- BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leônidas. **Cegueira moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- BAZON, M.R.; SILVA, J.L.; FERRARI, R.M. **Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei.** *Educ. Rev.*, v.29, n.2, p.175-199, 2013.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 05 ago. 2021.
- _____. Conselho Nacional de Justiça. Panorama Nacional: **A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação** – Programa Justiça ao Jovem. Conselho Nacional de Justiça, 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisasjudiciarias/Publicacoes/panorama_nacional_doj_web.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2021.
- CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA de, Rayssa Silva; CARDOSO, Cauan Braga da Silva. **Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social.** XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. São Pedro/SP. 2014.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- CRAIDY, Carmem Maria. LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini. OLIVEIRA, Magda Martins. **Processos Educativos com Adolescentes em conflito com a lei.** Porto Alegre: Mediação, 2012.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- LA TAILLE, Yves de. **Formação ética: do tédio ao respeito de si.** Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MOCELIN, Márcia Regina; FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Políticas públicas para os adolescentes em conflito com a lei. In: MOCELIN, Márcia Regina. **Adolescência em conflito com a lei ou a lei em conflito com a adolescência: a socioeducação em questão.** Curitiba: Appris, 2016.
- MUINHOS, Frederico Cal. **Adolescentes em conflito com a lei e a cultura do crime.** 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Direito. Mestrado em Direito, 2019.
- PACÍFICO FILHO, Miguel; BORGES, Thelma Pontes; RIBEIRO, Laísa Lopes. **Jovens infratores em Araguaína/TO e sociedade de consumo.** Revista PerCursos, Florianópolis, v. 20, n.44, p. 258 - 279, set./dez. 2019.
- PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin (Colab.). **Desenvolvimento Humano.** 12ª ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.
- PINTO, Edmilda Pereira. **As medidas socioeducativas, as remissões e a justiça restaurativa: estudo propositivo à Vara da Infância e Juventude da Comarca de Gurupi.** 2017.104f. Dissertação (Mestrado

profissional e interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, Palmas, 2017.

SILVA, T.R; LEHFELD, N. AP.S. **Os olhares acerca da prática do ato infracional: reflexões éticas para o tempo presente.** Rev. Textos & Contextos, Porto Alegre, v.14 n.1, p. 74-86. jan./jun. 2015.

STUDZINSKI, N. G. (2016). **Fatores de vulnerabilidade que influenciam a conduta infracional na adolescência:** uma revisão. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, 15, 62–69. doi: 10.17921/2176-5626.n15p62-69

Enviado em 31/12/2022

Avaliado em 15/02/2023

O VERANEIO ARAGUAIANO: IMPACTOS ECONÔMICOS DIANTE DA COVID-19

Ester Brito Parente⁶⁶
Marta Maia da Silva⁶⁷

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo identificar as consequências do cancelamento veraneio em Conceição do Araguaia/PA vivenciado pelos sujeitos que trabalham em razão da atividade turística. Para isso, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, trabalhos de campo, entrevistas e seleção de fotografias que mostram a realização e cancelamento do evento aplicação de um formulário online. Desse modo, essa pesquisa trata-se de um estudo concreto sobre situações que se desencadearam a partir do Covid-19, identificando quais os grupos foram os mais impactados e como a pandemia repercute no circuito do turismo em uma escala local.

Palavras-chave: Turismo. Pandemia. Trabalho.

Abstract

The present work aims to identify the consequences of the summer cancellation in Conceição do Araguaia experienced by the subjects who work due to the tourist activity. For this, bibliographical and documental research, field work, interviews and selection of photographs that show the realization and cancellation of the event, application of an online form were carried out. In this way, this research is a concrete study on situations that were triggered by Covid-19, identifying which groups were the most impacted and how the pandemic affects the tourism circuit on a local scale.

Keywords: Tourism. Pandemic. Work.

Introdução

A crise da Covid-19 impactou mundialmente e de diferentes formas a cadeia produtiva. Em casos de países como o Brasil, foi também um potencializador de duas outras grandes crises, a política e a econômica (BOSQUEROLLI et al., 2020). Todos foram afetados, e como resultado, a pandemia ocasionou o fechamento de vários empreendimentos e demissão de funcionários, resultando no desemprego em massa.

Os retrocessos no circuito turístico trouxeram consequências significativas para diferentes cadeias produtivas ligadas a ele, pois a atividade é entendida como geradora de emprego e renda. Durante o início da pandemia, o mais desafiador foi o tempo de duração do isolamento (medida adotada diante de um momento no qual pouco se sabia sobre o vírus), naquele contexto, tudo parecia incerto quanto as novas ondas de contágio. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2020) a probabilidade de prejuízos econômicos era expressiva, com inúmeras previsões de impactos irreversíveis nos números de empregos, receitas e recuperação de empresas que trabalham em especial com a prestação de serviço ao setor turístico.

⁶⁶ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGE/UFRN) e Graduada em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

⁶⁷ Graduada em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Em meio a esse contexto, inúmeras são as localidades que tem na prática turística como uma das principais fontes de renda, a exemplo da cidade de Conceição do Araguaia/PA. A cidade está localizada no sudeste do Pará, situada à beira do rio Araguaia e apresenta inúmeras praias que surgem entre os meses de maio a agosto, época em que há uma expressiva circulação de turistas na cidade. Nos últimos anos houve uma maior visibilidade e um crescimento constante do turismo e lazer na cidade, devido aos investimentos públicos destinados ao seu potencial turístico. Segundo a Assessoria de Comunicação (2018), em influência dos shows abertos ao público oferecidos durante a programação do veraneio, a rede hoteleira tem atingido sua lotação máxima, o que reflete também no seguimento alimentício; em ambos os casos, aumenta-se a contratação de funcionários e se reduz, ainda que momentaneamente, o índice de desemprego local.

Dito isto, a presente pesquisa tem por objetivo identificar as consequências do cancelamento do veraneio em Conceição do Araguaia/PA vivenciado pelos sujeitos que trabalham em razão da atividade turística. Afinal, o turismo encontra-se entre as atividades não essenciais e em razão das medidas de segurança que mitigam o contágio do vírus, o veraneio nos anos 2020 e 2021 foi cancelado. Como efeito direto, várias pessoas que trabalham na época do veraneio, a exemplo os donos de bares e restaurantes, foram prejudicadas, pois é nesse período que mais se gera emprego e renda para o município; vários outros setores também sentiram um abalo financeiro, como hotéis, lojas de modo geral, postos de gasolina, e demais estabelecimentos.

Para alcançar tal objetivo, realizou-se trabalho de campo na finalidade de registrar fotografias e conduzir entrevistas exploratórias – respeitando as normas designadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) – e para alcançar um público maior de frequentadores e comerciantes foi realizado também a aplicação de um formulário *online*⁶⁸. Além disso, foram selecionadas fotografias que evidenciam o período do evento assim como, um levantamento bibliográfico na intenção de entender o impacto no setor turístico a partir de diferentes escalas.

Por fim, o trabalho foi organizado da seguinte maneira: na primeira sessão há uma rápida reflexão sobre os problemas enfrentados pelo circuito do turismo durante a pandemia em diferentes localidades, evidenciando aqueles que mais foram afetados com as flexibilizações nesse setor da economia; na sessão seguinte, há um apanhado geral sobre a organização e promoção do veraneio mostrando a dimensão da festa ao município; e por último, consta algumas reflexões sobre os enfrentamentos por parte dos trabalhadores que exercem funções em razão da atividade de turismo e lazer na cidade, diante do contexto da pandemia.

O turismo em tempos de pandemia

O índice de crescimento do turismo mundial evidenciava importantes expectativas para esse setor da economia em 2020, todavia, esse crescimento acelerado foi retraído logo após março daquele ano, com a brusca queda na procura por viagens devido à pandemia. Os dados mostram que até maio de 2020 houve uma queda de 56% do turismo internacional. Os resultados presentes no relatório da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2020) são alarmantes para aqueles sujeitos que dependem de atividades que englobam a prática do turismo, que traduzindo em números, são mais de 100 milhões de empregos diretos em risco. A previsão é que os impactos no turismo representem uma queda de até 2,8% no Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

⁶⁸ O formulário online foi aplicado entre os meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021, alcançando um total de 200 respondentes.

Esses dados são o oposto do que se esperava para 2020, uma vez que em 2019, o turismo atingiu um crescimento de 4% em relação ao ano anterior, o que significa um total de 1,5 bilhões de viagens internacionais durante todo o ano (OMT, 2020). Com a pandemia, muitos países fecharam suas fronteiras a partir de março, impossibilitando a entrada ou saída de pessoas (com exceção de alguns migrantes que desejavam retornar para seus países de origem), e com isso, impossibilitando o fluxo de turistas por todo o mundo. Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU, 2020), isso significa um impacto catastrófico para as comunidades que dependem da dinâmica deste setor para a sua existência, além de representar grandes riscos para os patrimônios naturais e culturais que dependem e se beneficiam desta atividade.

Problemas como esses são ainda mais agravantes em países periféricos ou semiperiféricos, como no caso do Brasil, que no momento enfrentam duas crises, a econômica e a sanitária (BENI, 2020). Indiscutivelmente, a pandemia revelou e acentuou ainda mais as condições trabalhistas em que se encontram os indivíduos que exercem atividades correspondentes a esse setor, afinal: “Quanto aos trabalhadores do setor turismo, as dezenas de milhares de empregos formais já perdidos podem ser apenas o prenúncio do aprofundamento da precarização do trabalho no setor pela flexibilização de direitos em benefício de empregadores” (CRUZ, 2020, p. 15).

Dessa maneira, ainda que cada economia nacional seja afetada de formas distintas, é de suma importância formular ações futuras por meio de organismo globais na intenção de assegurar as economias de países que enfrentam duras crises que precedem a esta, provocada pelo Covid-19, mas sobretudo, na intenção de garantir aos sujeitos que mais sofrem em momentos de crise o recebimento de subsídios que os permitam ao menos o básico e, como já mencionado, para aqueles que trabalham com o turismo, pois compõem diretamente esse grupo que enfrenta sérios riscos financeiros. Tal situação repercute diretamente para aqueles que trabalham em razão do turismo em Conceição do Araguaia.

O veraneio em Conceição do Araguaia: uma análise do turismo a partir da Praia das Gaivotas

O turismo em Conceição do Araguaia parte das estratégias da gestão municipal em se apropriar do rio Araguaia e de suas praias durante a temporada das férias escolares. Ao longo de mais de 40 anos, o evento ganhou várias formas que se transformaram conforme as ações dos gestores que estiveram à frente da prefeitura municipal. Portanto, trata-se de um evento diretamente dependente de recursos externos e por isso, a partir de 2017 houve uma maior procura turística pelo veraneio em Conceição do Araguaia, uma vez que a partir daquele ano a cidade passou a receber incentivos federais e estaduais direcionado para a promoção do evento.

Em média, é destinado ao município um valor equivalente a 2 milhões de reais (PORTAL DE TRANSPARÊNCIA, 2017; 2018; 2019) destinado para contratação de cantores, organização do espaço físico da praia (decoração, palco de *shows*, arquibancada e etc) e demais sujeitos que prestam serviços diversos para a prefeitura durante o período do evento. A partir da ampliação dos investimentos públicos destinado a promoção da festa, Conceição do Araguaia passou a ser uma das cidades que fazem parte da rota oficial do turismo nacional, pelo qual o Ministério do Turismo financia incentivos que impulsionam economias locais em função do crescimento turístico. A relevância dessa integração para o município prevalece tanto na valorização da atividade na região, como também na qualificação dos empreendedores desse setor da economia no Cadastur⁶⁹ (NOGUCHI, 2019).

⁶⁹ Sistema de cadastro para aqueles sujeitos que prestam serviços em razão da prática do turismo.

Durante o veraneio em Conceição do Araguaia, inúmeras praias e ilhas são pontos de encontro para atividade de lazer como a prática esportiva, passeios, banhos, shows, acampamentos, consumo dos mais variados produtos que vão desde vestuário a alimentos e bebidas, entre outras possibilidades que a praia oferece nesse período. A Praia das Gaivotas é o espaço das programações principais do evento (Figura 01). Essa praia em questão possui uma localização privilegiada e de fácil acesso. Ela se encontra em frente a Orla da cidade, próxima do centro, da parte histórica e não se faz necessário uma travessia para chegar até ela pois a praia vai de encontro a cidade.

Figura 01: A praia das Gaivotas em 2018



Fonte: Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia, 2018.

Desse modo, um leque de atividades garante emprego e uma renda para os munícipes durante o veraneio. Seja comerciante, autônomo, trabalhador que dispõe de um contrato com a prefeitura ou um empregado temporário, esses sujeitos garantem um aumento em suas vendas ou uma renda extra para si e para suas famílias durante julho. As mais diversas atividades englobam músicos, frentistas, barqueiros, barraqueiros, cozinheiros, barman, atendentes, garçons, vendedores, pessoas que alugam brinquedos e utensílios de esportes, barbeiros, cabelereiros, atravessadores de banhistas, bombeiros. Esses são apenas alguns dos exemplos da variedade de atividades possíveis durante o verão e dos profissionais envolvidos.

O quarto ano dessa programação seria em 2020, entretanto, devido à pandemia, o evento foi cancelado. Assim, emergiu uma nova paisagem nas praias de Conceição do Araguaia, em especial na praia das Gaivotas. É visível uma reconfiguração sócio-espacial devido à pandemia, e com isso uma paisagem nunca antes presenciada pelos moradores do município, durante essa época do ano, torna-se, no momento, a principal representação simbólico-espacial do slogan “o novo normal”.

Em 2021 houve o primeiro vislumbre de esperança após ser anunciado a criação e distribuição das doses da vacina contra a Covid-19. Contudo, embora houvesse avanço da vacinação, o percentual de pessoas vacinadas por todo o mundo por muito tempo permanecia baixo. Até o início de dezembro de 2021, apenas “54,6% da população mundial recebeu pelo menos uma dose da vacina Covid-19. [...] Apenas 6% das pessoas em países de baixa renda receberam pelo menos uma dose.” (OUR WORLD IN DATA, 2021, tradução nossa), ou seja, por razões políticas e econômicas, foi visível a distribuição desigual da vacina por todo mundo.

O veraneio araguaiano em contexto de pandemia

Tendo em vista as condições atípicas entre os anos 2020 e 2021, a prefeitura municipal de Conceição do Araguaia decretou o cancelamento do veraneio como medida de segurança e combate a proliferação do vírus. Em decorrência dessas ações e devido à ausência de políticas públicas na esfera municipal que assegurassem a renda daqueles que trabalham em razão do evento, houveram vários impactos que se manifestam na realidade das pessoas que dependem da realização da festividade. Como em outras regiões turísticas, a cidade perde grandes faturamentos que eram concentrados nesses meses, isso devido à paralização das atividades. Além disso, é possível identificar outros impactos, como na própria paisagem, que se diferencia dos anos anteriores, agora quase que completamente destituída das estruturas e dos sujeitos que dão forma ao evento (Figura 02).

Figura 02: O cancelamento do veraneio em 2020



Fonte: trabalho de campo, jul de 2020.

Vale ressaltar que desde o início da realização do veraneio, o símbolo mais marcante é a prática do comércio na praia, a disposição das barracas pelo espaço e a possibilidade de uma renda extra durante o período. Para além da festa, é necessário considerar que com o cancelamento do evento, os mais impactados foram os comerciantes, autônomos e demais sujeitos que percebiam na praia um complemento financeiro. Com isso, emergem os problemas que circundam as péssimas condições trabalhistas desses sujeitos que trabalham em razão do turismo, que em um período de crise como a da Covid-19, ficam retidos de seus trabalhos e sem quaisquer incentivos financeiros que contornem os prejuízos (BENI, 2020; CRUZ, 2020; ROCHA, 2020).

Por esse motivo, o cancelamento do evento culmina também no cancelamento de uma oportunidade de geração de emprego e renda para o município, como é enfatizado por um dos participantes da pesquisa: “Mediante ao grande fluxo de pessoas e dinheiro que é movimentado na cidade neste período não ter veraneio é um problema muito grande, pois muitas pessoas passam o ano esperando essa época para faturar um valor que poderia lhes ajudar no restante do ano” (Entrevistado 1; comentário retirado do formulário online, 2020-2021). Dessa forma, percebe-se os incontáveis problemas financeiros que esses sujeitos enfrentam durante a pandemia. Com isso, o cancelamento do evento é sinônimo não somente do cancelamento da festa, como também do cancelamento de uma garantia de renda para os vários sujeitos que trabalham em função dela.

De acordo com outro entrevistado: “O que prejudicou na verdade foi o decreto de fechamento geral, porque não somos assalariados, trabalhamos com comissão de vendas. Você trabalhou, você tem, não trabalhou fica sem.” (Entrevistado 2; trabalho de campo, dez. 2020), afinal, normalmente são autônomos ou trabalhadores temporários, que dependem diretamente do evento para que haja um retorno financeiro. Diante dessa fala é possível perceber que tais sujeitos passam a culpabilizar as medidas de segurança ao invés de perceber que o problema é anterior e mais grave, e que partem das inúmeras flexibilizações dos seus direitos trabalhistas (CRUZ, 2020; ROCHA, 2020).

Ademais, vale retomar que o veraneio araguaiano é um evento que tem como foco o mês de julho (embora a comercialização na praia inicie a partir do surgimento das primeiras praias, e isso normalmente acontece ao final do mês de maio ou início de junho), assim, trata-se de um evento apenas de uma temporada, mas isso é muito significativo para a economia local, e normalmente, em média de seis a oito meses de antecedências, aqueles que trabalham com o evento se preparam para o próximo julho, desse modo, o anúncio do cancelamento do veraneio, feito pela gestão municipal, representou diversos prejuízos para aqueles que trabalham com esse setor. Afinal, um dos entrevistados, um garçom que presta serviço em um barzinho próximo à praia principal relata: “Em comparação ao ano passado teve rendimento de 30 mil, 40 mil, esse ano caiu para 3 mil” (Entrevistado 3, trabalho de campo dez 2020).

Essa fala é representativa quanto aos prejuízos ocasionados pela pandemia para aqueles que trabalham diretamente em razão do setor mais afetado com o quadro que o mundo enfrentou em 2020 e 2021. Neste sentido, embora existam empreendedores de outros municípios próximos de Conceição do Araguaia que vem para a cidade durante o período do veraneio, a maior parte dos comerciantes e autônomos são locais e por isso, a população como um todo se sensibiliza com o cancelamento do evento.

Conclusão

A partir daquilo que foi discutido no decorrer deste trabalho, é possível perceber que entre outros setores da economia diretamente afetados pela crise do Covid-19, os trabalhadores do turismo certamente foram os mais impactados, afinal, trata-se de um circuito diretamente relacionado com os espaços fluxos e diante da pandemia, o isolamento social é a medida mais adequada para prevenir o contágio do vírus, portanto, o turismo sofreu um evidente declínio em 2020.

Dessa forma, cabe refletir sobre o destino do evento turísticos para os próximos anos, em especial, para o veraneio em Conceição do Araguaia, uma vez que entre os anos 2020 e 2021 as previsões não eram nada animadoras, e mesmo com o retorno em 2022, inúmeras problemáticas relacionado a segurança, meio ambiente e organização, são presentes em torno do evento. Assim, existe um evidente desafio quanto as ações públicas na promoção dos próximos veraneios.

Por fim, tal pesquisa trata-se de um estudo concreto sobre situações que se desencadearam a partir do Covid-19 e como a pandemia impactou um setor da economia em uma escala local. Uma pandemia que repercutiu de diferentes formas e assolou todo o mundo em múltiplas escalas e proporções. Diante disso, esperamos que esta pesquisa seja fruto de buscas futuras, tanto no que tange aos impactos da pandemia, quanto para os que buscam conhecer o veraneio de Conceição do Araguaia.

Referências

- ASSESSORIA de Comunicação. Conceição do Araguaia o maior polo turístico do sul do Pará. **Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia**. 2018. Disponível em: <<https://conceicaodoaraguaia.pa.gov.br/conceicao-araguaia-o-maior-polo-turistico-sul-para/>> Acesso em: 24 ago. 2020.
- BENI, M. C. Turismo e Covid-19: algumas reflexões. **Rosa dos Ventos: turismo e hospitalidade**. Espacial Covid-19. v. 12, n. 3, p. 1-23, 2020.
- BOSQUEROLLI, A. M.; FUJARRA, B. H.; KESSEY, G. A. B. R.; COLAÇO, H. V. et al. **Brasil e o Mundo diante da Covid-19 e da crise econômica**. Paraná: PET Economia, UFPR. 2020.
- CRUZ, R. C. A. O evento da Covid-19 e seus impactos sobre o setor turismo: em busca de uma análise multi e trans-escalar. **Revista Acadêmica Observatório de Inovações do Turismo**. Artigo Convidado. v. XIV, Edição especial turismo e pandemia Covid-19, p. 1-15, 2020.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Impactos Econômicos do Covid-19: proposta para o turismo brasileiro**. SEBRAE. 2020.
- NOGUCHI, L. Conceição do Araguaia Integra a Rota Nacional do Turismo no Brasil. **Agência Pará**. 2019. Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/13987/>> Acesso em: 15 set. 2020.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. Secretário-geral do ONU: “É imperativo que reconstruamos o setor do turismo de uma forma segura, equitativa e amigo do clima”. **Organização Mundial do Turismo**. 2020. Disponível em: <<https://www.unwto.org/es/news/Secretario-general-de-la-ONU-Es-imperativo-que-reconstruyamos-el-sector-turistico>> Acesso em: 23 dez. 2020.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Policy Brief: Covid-19 and transforming tourism**. United Nations. 2020.
- OUR WORLD IN DATA. **Statistics and Research**. Coronavirus (COVID-19) Vaccinations. 2021. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>> Acesso em: 02 dez. 2021.
- PREFEITURA Municipal. **Portal de Transparência**. Conceição do Araguaia, 2018. Disponível em: <<https://conceicaodoaraguaia.pa.gov.br/portal-da-transparencia/>> Acesso em: 01 fev. 2021.
- ROCHA, M. A. Para a reconstrução da economia pós-apocalíptica. **Jornal dos Economistas**. Rio de Janeiro, n. 369, mai. 2020. p. 8.
- Enviado em 31/12/2022
Avaliado em 15/02/2023

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO FINANCEIRO

Fabiana Holler Baptista⁷⁰

Emerson Santos Castillo⁷¹

Rhayana Vitória Soares dos Santos⁷²

Treicy Endhell Silva Ferreira⁷³

Resumo

O tema deste artigo é a importância do planejamento estratégico financeiro. Investigou-se o seguinte problema: qual a importância do planejamento estratégico financeiro nas empresas?”. Cogitou-se a seguinte hipótese é uma ferramenta de suma importância nas empresas. O objetivo geral é estudar sua importância. Os objetivos específicos são: avaliar a importância nas empresas; analisando os dados e demonstrando seus benefícios. Este trabalho mostra uma perspectiva individual devido a demonstração de ferramentas e métodos para melhorias contínuas; para a ciência, é relevante possibilitar a transformação e a mudança; agrega à sociedade pois orientar e estimula de forma positiva dentro das organizações. Trata-se de uma pesquisa qualitativa teórica com duração de seis meses.

Palavras-chave: planejamento, pequenas empresas, ferramenta de negócio.

Abstract

The theme of this article is the importance of strategic financial planning. The following problem was investigated: what is the importance of financial strategic planning in companies?”. The following hypothesis was considered: it is a very important tool in companies. The general objective is to study its importance. The specific objectives are: to evaluate the importance in the companies; analyzing the data and demonstrating its benefits. This work shows an individual perspective due to the demonstration of tools and methods for continuous improvement; for science, it is relevant to enable transformation and change; adds to society as it guides and stimulates positively within organizations. This is a theoretical qualitative research lasting six months.

Keywords: planning, small business, business tool.

Introdução

Os instrumentos de gestão foram desenvolvidos afim de auxiliar a empresa em seu âmbito gerencial, o planejamento financeiro objetiva estabelecer metas e objetivos alcançáveis, tendo em vista o orçamento delimitado pela empresa e as deliberações dentro de um prazo estipulado.

⁷⁰ Professora Orientadora da Cooperativa Educacional de Vilhena - FAVOO (coop), Mestre em Ciências da Educação pela Universidad de Desarrollo Sustentable UDS, Pós-graduada em Gestão Empresarial e Recursos Humanos pela Faculdade da Amazônia - FAMA, Graduada em Economia pela Universidade Estadual do Mato Grosso - UNEMAT.

⁷¹ Gerente de vendas. Local: Espaço Animal Veterinária. Cursando ciências contábeis na Cooperativa Educacional de Vilhena - Ro - Mantenedora da Faculdade FAVOO (Coop)

⁷² Bancária. Local: Sicredi. Cursando ciências contábeis na Cooperativa Educacional de Vilhena - Ro - Mantenedora da Faculdade FAVOO (Coop)

⁷³ Assistente de crédito. Local: Sicoob Credisul Cursando ciências contábeis na Cooperativa Educacional de Vilhena - Ro - Mantenedora da Faculdade FAVOO (Coop)

O Planejamento Estratégico Financeiro é importante e essencial para todos os setores empresariais, podendo estipular o prazo para atingir tal objetivo e qual caminho seguir com sua equipe, podendo estar sobretudo altamente qualificado, em seu planejamento ferramentas podem ser utilizadas para determinar o grau de urgência e como resolver ou atender os requisitos da empresa, como exemplo o Ciclo PDCA que visa acompanhar todos os passos, podendo orientar todas as mudanças com o implemento de novas ações.

O planejamento controla e monitora as decisões, principalmente nas pequenas empresas o que o torna ainda mais necessário, dando uma visão mais ampla sobre o negócio, sobretudo torna o processo de decisões mais prático, visto que as determinações já estarão apresentadas.

A metodologia utilizada para a elaboração deste artigo se deu mediante a pesquisa bibliográfica, no qual foi realizado uma consulta em livros e artigos científicos, selecionados através de buscas na internet especialmente na plataforma google acadêmico, utilizando autores como GIL, Paulo Sertek (2007), Scramim e Batalha (1987), Ana Paula Reusing (2012) entre outros.

A estratégia faz com que a empresa permita que seus funcionários sejam capacitados e prontos para o que está por vir perante o mercado, uma vez que muda constantemente e exige que sua adaptação seja rápida e que forneça benefícios para a empresa, fazendo com que o desenvolvimento traga recursos abrangentes, direcionando ao caminho certo a ser seguido.

Em suma o processo dentro da empresa permite que o administrador tenha maiores oportunidades, pois com seus esforços pode analisar e estar preparado para as soluções de futuros problemas, podendo elaborar uma estrutura organizacional capaz de desenvolver atividades enérgicas, e que sua equipe esteja engajada e focada em suas metas e objetivos.

A importância do planejamento financeiro

De acordo com Cosme (2012), pode se entender que o planejamento financeiro é uma ferramenta que é utilizada na administração financeira, que ajuda a organizar melhor as finanças, ajuda a determinar o objetivo que deseja, como por exemplo expandir sua empresa. Nesse sentido, o planejamento financeiro de uma organização serve para definir o objetivo que a empresa quer pôr em prática, em seus gastos, lucros, capital, entre outros. Com isso, o planejamento deverá conter cálculos, despesas, lucros, saldos.

O planejamento financeiro tem como objetivo gerar melhorias para as empresas, através de levantamentos de dados e assim gerar lucros para a organização. É de suma importância que as empresas tenham um planejamento financeiro, pois é essencial que façam o acompanhamento e monitoramento das entradas e saídas do dinheiro dentro das organizações, pois através dele saberemos quanto de financiamento é necessário, corte de gastos e custas. Portanto sem um planejamento financeiro empresas podem ir à falência.

Globalização

Segundo Paulo Sertek (2007), entende-se que podemos ver hoje em dia a mudança dos produtos nas empresas, como está mudando as coisas, os produtos vêm tendo inovações, mas tecnologias. E empresas que tem a capacidade de inovar são mais competitivas no mercado.

Mudanças são fundamentais por três fatores:

1. Ameaças externas: trata-se da empresa criar um diferencial em suas inovações.
2. Mudanças ambientais como oportunidades externas: mudanças ambientais acaba sendo uma oportunidade de crescimento, podendo resolver problemas ou até mesmo criar novas atividades.
3. Agilidade nas respostas de solicitações do mercado: as organizações tem que criar estruturas com mais flexibilidade, menos burocrática.

De acordo com Paulo Sertek (2007, p. 25), uma análise nos mostra “que o rádio demorou 38 anos para atingir 50 milhões de usuários no mundo, e o Skype (conversa com qualquer pessoa através da internet) apenas dois anos”. A análise organizacional que é realizada pelos administradores das empresas, para haver melhorias, é uma visão geral da empresa.

Tipos de planos

Para Cosme (2012), entende-se que os planos financeiros em longo prazo: são planejamentos futuros, e são considerados a longo prazo de dois a cinco anos, mas algumas empresas elaboram planejamentos de até vinte anos.

- Planos financeiros a curto prazo: são realizados entre 3 a 6 meses, e são utilizados para metas mais simples.

- Planos financeiros a médio prazo: são realizados entre 5 anos ou mais, utilizados geralmente por expansão, percentual, aumento nos faturamentos.

Significado do planejamento integral: é vinculado a todos os planos de administração financeira da empresa.

Planejamento estratégico, tático e operacional nas pequenas empresas

Os planejamentos são de extrema importância no âmbito empresarial, pois ele acompanha os passos dados pela empresa, identificando a realidade do mercado, e auxiliando a empresa a tomar decisões mais claras e racionais.

Alguns planejamentos podem ser apresentados a empresa, os mais comuns são, operacional, tático e estratégico. A empresa deve conter em seu meio tais planejamentos, pois cada um deles se enquadram em determinado setor dentro de uma empresa, podendo modificar e adequar todos os níveis da organização. Os planejamentos devem andar em conjunto com a estratégia para que a empresa esteja sempre de acordo com o mercado e buscando cada vez mais o aperfeiçoamento do seu trabalho e desenvolvimento.

O planejamento estratégico, é o processo gerencial elaborado para longo prazo, acompanhado pelos níveis mais altos da organização, ele analisa o mercado interno e externo, podendo atingir um vasto conhecimento de seus concorrentes, já que a análise de mercado está em acompanhamento diariamente, a empresa pode se preparar para o que pode vir a ocorrer, sabendo como agir e implementando melhorias no âmbito empresarial, sendo, portanto, condizente com sua situação atual, ele é fundamental para que os outros processos possam ser executados.

As metas devem ser esclarecidas a equipe para que fique claro que rumo querem seguir e qual o objetivo final, isso faz com que a empresa tenha uma organização maior, baseada em decisões e priorização de tarefas, fazendo com que a equipe esteja mais engajada e obtendo uma produtividade maior.

O planejamento tático almeja melhorias para os departamentos da empresa em um nível intermediário, visando que as metas sejam alcançadas em um médio prazo, consiste em examinar especificamente tal processo a ser executado, está em contato direto com a respectiva mudança, analisando seus pontos e pautas para que a médio prazo possam ser resolvidas.

Essa programação em conjunto com o planejamento estratégico faz com que a equipe obtenha cada vez mais aprendizado, fazendo com que os colaboradores obtenham práticas para o bom desenvolvimento de sua função, possibilitando uma produtividade maior.

O planejamento operacional está vinculado ao andamento dos processos, ele é fundamental para colocar grandes ideias na prática, tendo em vista os cronogramas e tarefas para saber como chegar ao determinado objetivo. O seu foco é auxiliar as empresas tirando as ideias do papel e colocando em ação, tendo um contato mais direto com os gestores, são mudanças a curto prazo que permitem fazer com que a empresa possa ajustar os parâmetros indicados no início, já que há uma viabilidade muito grande nos processos internos, a empresa pode estar preparada para os eventos que possam acontecer ou até mesmo para se precaver nos problemas futuros.

Para Scramim e Batalha (1987), o planejamento estratégico é um meio de identificar e acompanhar o mercado, pensando assim em ações compatíveis para enquadrar os produtos adequados ao ramo, tendo o monitoramento a longo prazo.

Planejamento nas Empresas.

O planejamento se faz necessário em qualquer ramo que a empresa esteja atuando, trabalhando para atingir seus objetivos, para ter seus resultados alcançados, deve ser feita uma análise para traçar uma estratégia eficaz. No momento em que o mundo passou, como a pandemia em 2020 muitas empresas quebraram principalmente os pequenos negócios, pois não tinham um planejamento para suportar a crise e se manter no mercado, portanto todos os riscos e ameaças podem ser resolvidos e muito bem pensados tendo um planejamento, o que para essa situação poderia fazer com o que negócio se mante-se ativo e ainda obtendo um bom lucro, neste planejamento estão especificadas as estratégias para chamar o público, como o marketing e a análise de mercado externo, para assim acompanhar as organizações e se enquadrar nos negócios.

De acordo com pesquisas divulgadas pelo SEBRAE (2004) entre 70% e 80% das empresas no Brasil, fecham as portas antes de completarem dois anos de vida. Em sua maioria as empresas não se preparam para entrar no mercado, o pensamento inicial é abrir e pensar no agora, em como será o impacto de entrada no mercado, sem se importar com o que poderá acarretar, e como proceder se algo não planejado vir a acontecer.

O planejamento serve para englobar as medidas possíveis em seu ambiente. As empresas de pequeno porte como pode ser situado o MEI, em sua grande maioria não têm uma formação e conhecimento para executar tal cargo, pode sim estar preparado para executar o trabalho, o serviço de modo geral, mas não está apto para controlar as finanças e sua administração, fazer um acompanhamento de mercado, analisar o que poderá chamar a atenção de seu público alvo, como planejar para que o negócio cresça de uma forma saudável.

CICLO PDCA

Segundo Pacheco (2012), pode se entender que foi criado na década de 30 pelo físico norte-americano Walter Andrew Shewart, mas só se tornou popular na década de 50 pelo guru de gerenciamento de qualidade William Edwards Deming. Ciclo PDCA ou Ciclo Deming é um método de melhora contínua em processos e produtos, objetivo desse método é resolução de problema dentro da organização, através do ciclo PDCA podemos identificar quais pontos devemos melhorar para obter melhores resultados, ele está sempre em constante aperfeiçoamento, o método tem quatro passos muito importantes que devemos seguir planejar, fazer, verificar, agir.

O ciclo PDCA pode ser aplicado em vários projetos para ajudar orientar a equipe a implantar mudanças e planejar novas ações. Ele possibilita constante melhorias, além de ajudar a organizar processos, também passa confiança para executar as novas práticas.

De acordo com Fonseca e Miyake (2006, p. 4) “Sob a ótica do TQM (Total Quality Management), o gerenciamento de processos deve ser conduzido por meio do giro do ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Action). Assim, deve haver ciclos PDCA para controle, para melhoramento e para o planejamento da qualidade”.

Na etapa planejar (plan) é necessária entender e identificar qual a situação ou problema, depois de identificar deve-se planejar o que será feito, nessa etapa também vamos estabelecer padrões, ter um diagnóstico de falhas e parti disso criar um planejamento contendo os passos que se deve realizar, definir um objetivo traçar estratégias e ações no qual deve ser quantitativa, metas a se alcançar.

Nessa fase pode-se utilizar outras ferramentas para melhorar o planejamento das ações exemplo seria 5W2H, onde podemos elaborar um plano de ação mais detalhado e aprimorado e consistente no que precisa ser realizado.

A etapa de execução (Do) é aonde começamos a dar andamento no plano de ação. Consiste em capacitar a organização e começar a implantar o que foi planejado, ou seja, hora de colocar a mão na massa, nessa etapa também são identificadas a maior parte de falhas, ao identificar pode-se analisar as causas e corrigi-las.

De acordo com a etapa verificar (check) Pacheco (2012, p. 4) “esta fase consiste em checar, comparando os dados obtidos na execução com o que foi estabelecido no plano, com a finalidade de verificar se os resultados estão sendo atingidos conforme o que foi planejado”, essa fase consiste na coleta de dados e comparação para verificar se está de acordo com o planejado.

Na etapa agir (action) é hora de agir de corretivamente de acordo com os resultados observados na fase de verificação se caso houver, se obter sucesso e alcançar o objetivo se deve incorporar e padronizar novas medidas.

Para Pacheco (2012, p. 4):

Segundo Ana Paula Reusing Pacheco envolve a busca por melhoria contínua até se atingir o padrão, sendo que essa busca da solução dos problemas, por sua vez, orienta para: a necessidade de capacitação; o preenchimento das lacunas de conhecimento (CHOO, 2003) necessário à solução do problema, propiciando a criação de novos conhecimentos e a atualizações do padrão.

O ciclo PDCA é muito importante e deve estar presentes nas organizações, pois traz muitos benefícios para empresa. A ferramenta é fundamental para ajudar com tomada de decisões, estimula o trabalho em equipe, pois todos trabalham em prol de um objetivo comum para a resolução do problema, a busca de melhoria é contínua está sempre buscando melhorar, dessa forma evita desperdício de tempo, garantindo diagnósticos apurados, tornando os processos mais ágeis e claros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado nos capítulos descritos anteriormente, as pequenas empresas são muito importantes para o desenvolvimento econômico e financeiro, portanto para que isso ocorra bem, e em grande escala se faz necessário um planejamento estratégico financeiro, isso significa que novas oportunidades de emprego poderão surgir, gerando conhecimento e crescimento, tanto pessoal quanto profissional.

De acordo com estudos feitos sobre a importância do planejamento estratégico financeiros, aprendemos que é de suma importância utilizar ferramentas para analisar o desempenho financeiro das empresas, podendo ser planejado a longo, médio e curto prazo.

Com isso, o objetivo geral será estudar sobre o planejamento estratégico financeiro das empresas, estudos mostram um método muito eficaz que ajudam identificar problemas e estabelecer metas e objetivos a serem alcançados, que possibilita melhorias contínuas, que se dá por nome ciclo PDCA.

Esse artigo é de suma importância pois mostra ferramentas e métodos de planejamentos estratégicos, para a ciência, possibilita a transformação e a mudança nas organizações, agrega a sociedade estimulando de forma positiva que é de grande importância o planejamento estratégico dentro das organizações.

Desse modo concluímos que é essencial todas as empresas utilizam planejamentos estratégicos financeiros, para obterem melhores resultados e um bom desempenho entre sua equipe e sua organização, tornando assim a empresa mais sustentável e eficiente, pois estará sempre em constante melhoria.

REFERÊNCIAS

- DA FONSECA, A. V.; MIYAKE, Dario Ikuo. **Uma análise sobre o Ciclo PDCA como um método para solução de problemas da qualidade**. XXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção, p. 1-9, 2006. Disponível em [Uma análise sobre o Ciclo PDCA como um mt20210919-21438-1tvdklw-with-cover-page-v2.pdf \(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net\)](#)
- OLIVEIRA, Donizete Cosme. **A importância do planejamento financeiro**. Revista Intellectus, Ano VIII, n. 20, p. 75-83, 2012. Disponível em [Microsoft Word - Intellectus_20.doc \(revistaintellectus.com.br\)](#)
- PACHECO, Ana Paula Reusing et al. **O ciclo PDCA na gestão do conhecimento: uma abordagem sistêmica**. PPGEGC–Universidade Federal de Santa Catarina–Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento–apostila, v. 2, 2012. Disponível em [Microsoft Word - aspp_2.doc \(usp.br\)](#)
- SERTEK, Paulo. **Administração e planejamento estratégico**. Editora Ibepex, 2007. Disponível em [Administração e planejamento estratégico - Paulo Sertek - Google Livros](#)
- [Enviado em 31/12/2022](#)
- [Avaliado em 15/02/2023](#)

A INFLUÊNCIA DA CONTABILIDADE RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Fabiana Holler Baptista⁷⁴

Fabiana Pereira da Silva⁷⁵

Maria Caroline Macedo Dalla Vecchia⁷⁶

Maria Luiza de Oliveira Leal⁷⁷

Resumo O escopo desse estudo tem como objetivo demonstrar, a importância da contabilidade rural para agricultura familiar, podendo ser para o pequeno, médio e grande produtor rural, que exerce toda atividade de produção através do cultivo da terra. Por outro lado, são consideradas empresas rurais, apontando a grande relevância dessa ferramenta para administração dessas propriedades, permitindo um gerenciamento de informações contábeis, planejamentos, controle de orçamentos, buscando a estudar as possibilidades de recursos necessários para cada atividade, com objetivo de manter o equilíbrio financeiro da atividade rural desenvolvida, onde determinará a grande parte do seu sucesso.

Palavras-chave: Contabilidade rural. Gestão na agricultura familiar. Gerenciamento da atividade rural.

Abstract

The scope of this study aims to demonstrate the importance of rural accounting for family farming, and may be for small, medium and large rural producers, who exercise all production activity through the cultivation of land, seen then as rural enterprises, which points out the great relevance of this tool for administration of these properties, allowing management of accounting information, planning, budget control, seeking to study the possibilities of resources needed for each activity, in order to maintain the financial balance of the rural activity developed, where it will determine much of its success.

Keywords: Farm accounting. Management in family farming. Rural activity management.

Introdução

A atividade rural para agricultura familiar é vista como a principal fonte de renda para muitos agricultores, e um dos ramos que contribui de maneira produtiva para o desenvolvimento econômico e social do país. A Contabilidade rural é uma ferramenta que tem gerado resultados positivos no meio agropecuário, possui um papel importante para os produtores e gestores que tem como objetivo controlar seus custos de produção, despesas e investimentos, proporcionando conhecimento sobre suas atividades, facilitando as tomadas de decisões e disponibilizando resultados econômicos afim de manter a terra sempre em produtiva.

Para Santos (1993, p. 15), “O planejamento permite ao empresário rural um resultado antecipado de cada atividade, tanto no plano empresarial como operacional”. Esse instrumento valioso, possibilita ao produtor, desde o pequeno porte ao grande porte, a ter uma gestão mais precisa e com resultados prévios em sua propriedade.

⁷⁴ Professora Orientadora da Cooperativa Educacional de Vilhena - FAVOO (coop), Mestre em Ciências da Educação pela Universidad de Desarrollo Sustentable UDS, Pós-graduada em Gestão Empresarial e Recursos Humanos pela Faculdade da Amazônia - FAMA, Graduada em Economia pela Universidade Estadual do Mato Grosso - UNEMAT.

⁷⁵ Operadora de caixa. Local: Posto Pardal Vilhena-RO Cursando ciências contábeis na Cooperativa Educacional de Vilhena-Ro-Mantenedora da Faculdade FAVOO

⁷⁶ Pecuarista. Local: Sítio Nossa Senhora das Graças. Cursando ciências contábeis na Cooperativa Educacional de Vilhena-RO - Mantenedora da Faculdade FAVOO (Coop)

⁷⁷ Caixa. Local: Espaço Animal Veterinaria, Vilhena-RO Cursando ciências contábeis na Cooperativa Educacional de Vilhena-RO - Mantenedora da Faculdade FAVOO (Coop)

Diante de todo o contexto e do atual cenário que estamos vivendo, o Brasil vem sendo reconhecido por seu desenvolvimento e crescimento do ramo do agronegócio e da agricultura familiar. Toda essa evolução gerada através da economia e tecnologia avançada, trouxe grandes questionamentos sobre a capacitação de nosso gestores, tornando assim de suma importância que seus profissionais estejam a cada dia mais qualificados e preparados para desempenhar o melhor trabalho, tanto na parte administrativa como na área de produção, perante a todo esse questionamento entra a contabilidade rural como uma ferramenta eficaz que tem a finalidade de organizar orientar e ajudar os agricultores nas suas tomadas de decisões.

Definição da Atividade Rural

A atividade rural corresponde a toda sua produção, através do cultivo da terra para a realização de determinada atividade. No que se refere à legislação do Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural (BRASIL, 1990), a Lei N° 8.023/1990 do artigo 2º, é definida como que:

A atividade rural é considerada como uma atividade agrícola, pecuária a extração e a exploração vegetal e animal, exploração da apicultura, avicultura, Suinocultura, Sericicultura, Piscicultura (caracterizada como pescador, captura in natural, realizada pelo próprio agricultor ou criador).

O cultivo de florestas, também é considerado como atividade rural, nela é destinada ao corte para comercialização, consumo ou industrialização do produto. Segundo Marion (2000), são qualificadas como empresas rurais, aquelas que tem a capacidade produtiva, através do cultivo da terra, para a realização de criação de animais e conversão de produtos agrícolas.

Nesse aspecto Marion (2000) destaca que essas empresas podem trabalhar em atividades agrícolas, zootécnicas e agroindustriais. Seja ela familiar ou patronal, que realiza contribuição social, que de fato deverá conter recursos, que se denominam fontes de produção como a terra que realizará o cultivo, o capital onde será realizado e gerado resultados relevantes, para cada produção e o trabalho dentro de cada atividade a ser realizada.

De acordo com Crepaldi (2005, p. 58) “[...] A queda do número de atividades desempenhadas pelo produtor rural tem sido constante, pois na grande maioria tem se dedicado mais precisamente a melhoria na qualidade de sua produção viabilizando uma melhora no preço dos seus produtos”. Contudo, o autor enfatiza que para se definir uma empresa como rural basta exercer alguma atividade, sendo ela pessoa física ou jurídica, que explora a capacidade produtiva do solo gerando um determinado lucro para a propriedade.

Vale ressaltar que é considerada também a transformação de produtos decorrentes da atividade rural que sejam de composição e características do produto in natura, ou equipamentos utilizados para auxiliar o próprio agricultor ou criador, de forma exclusiva a matéria prima produzida na propriedade seja ela o leite pasteurizado, e entre outros.

Neste contexto, a riqueza do produtor rural está no campo, e sem dúvida, é uma das atividades mais relevantes para a economia brasileira. De acordo com o artigo 966 da Lei n° 10.406/02 (Código Civil), “Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços” (BRASIL, 2002).

Essa atividade de produção tem finalidade de gerar riqueza e agregar valores, direitos e obrigações ao reconhecimento do trabalho do produtor como a criação de bens e serviços da capacidade produtiva do solo. Visto hoje como um empresário rural com finalidade de obter resultado econômico em determinados produtos.

Segundo Marion (2003, p. 22), “empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo através do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas”. Essa atividade continua sendo desempenhada por grande parte da agricultura familiar que contribuem no processo produtivo e consumo, formando um caráter autossuficiente para a população e região.

Nesse sentido, a atividade rural consiste em algumas transformações de produtos decorrentes dessa atividade. Assim sendo, pode haver alteração sem que o produto final sofra alteração do produto in natura cultivado e/ou produzido pelo agricultor, com o auxílio de equipamentos utilizados nessas atividades, usando exclusivamente a matéria prima produzida nas áreas exploradas. Como o beneficiamento de produtos agrícolas, ou seja, o descascamento do arroz e dos produtos semelhantes, como também a colheita do milho, são exemplos de transformações.

As transformações de produtos vegetais se relacionam com a produção de carvão vegetal, como também de lenha e a venda de pinheiros cultivados na propriedade rural, além de produções de embriões com destinação de produção ou comercialização, conforme regulamentado pelo RIR (BRASIL, 2018), no decreto 9.580, artigo 51:

V - a transformação de produtos decorrentes da atividade rural, desde que não sejam alteradas a composição e as características do produto in natura, feita pelo próprio agricultor ou pelo criador, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, com uso exclusivo de matéria-prima produzida na área rural explorada, tais como a pasteurização e o acondicionamento do leite e o acondicionamento do mel e do suco de laranja em embalagem de apresentação; e

VI - o cultivo de florestas que se destinem ao corte para comercialização, consumo ou industrialização.

Por outro lado, não se considera como atividade rural a industrialização de produtos como bebida alcoólica, óleo essenciais, arroz beneficiado de máquinas industriais e a fabricação de vinho com uvas e frutas.

Em casos de criação de animais para pecuária de corte e pecuária leiteira, possui alguns requisitos segundo a legislação RIR. A comercialização de produtos rurais de terceiros como compra e venda não é considerado como atividade rural, ou seja, para ser considerada como atividade rural o produtor em situação de confinamento deve ter permanência de 52 dias, já aqueles que não são de regime de confinamento, ou seja, á pasto, deve ter permanência de 138 dias, na propriedade.

Gestão e controle da atividade rural

Um fato recorrente que acontece nas propriedades rurais de pequeno e grande porte é a falta de aplicação da gestão financeira. Muitos produtores não gerem as atividades de sua propriedade rural, seja por costumes adquiridos, crenças limitantes ou pela de capacitação técnica ou até mesmo desorganização dos proprietários.

Calderelli (2003, p.180) define Contabilidade Rural como sendo “aquela que tem suas normas baseadas na orientação, controle e registro dos atos e fatos ocorridos e praticados por uma empresa cujo objeto de comércio ou indústria seja agricultura ou pecuária”. Nesse sentido a contabilidade rural é um fator muito importante para cada atividade de exploração da terra, seja agrícola zootécnica ou agroindustrial. O conhecimento técnico para um gestor rural é de fato uma competência muito relevante e que deve ser gerida nas propriedades onde determina a grande parte do seu sucesso.

Valle (1987) aborda em seus estudos que as operações de gestão agrária são consideradas sobre um triplo aspecto: o técnico o econômico e o financeiro. Na agricultura familiar o aspecto técnico vai determinar a cultura vegetal ou criação de gado adequado a área rural, fornecendo a escolha das sementes e implementos que serão utilizados, suplementação animal, manejo de pastagem rotacionado, espécie de fertilizantes para o sistema da atividade. No aspecto econômico analisa várias operações a serem executados de acordo com o seu custo para obtenção dos seus resultados, isto é, o custo de cada produção e dos quais obtém lucro. Por outro lado, o aspecto financeiro estuda as possibilidades de recursos necessários para atividade, ou seja, o controle de entradas e saídas da propriedade com objetivo de manter o equilíbrio financeiro do negócio.

Para Crepaldi (2005), o gestor deve estar sempre atento as tarefas de planejar, organizar e dirigir os seus colaboradores diretos, como também exercer o controle administrativo, além de apresentar planos e orçamentos que permitam acompanhar o andamento da atividade.

O produtor rural está se tornando empresário do ramo agropecuário, e conseqüentemente com essa mudança vai necessitar de planejamento, elaboração de metas e objetivos anuais, que deverão ser aprimorados constantemente, avaliando cada etapa e necessidade, como também fiscalizando a sua execução.

Em outras palavras registrando seus resultados diminuindo os desperdícios de tempo e de recursos, esse novo empresário da área rural deve se organizar para cada investimento anual, analisando o passado e projetando o futuro da propriedade. A gestão e controle é um elemento fundamental da administração da atividade.

A estrutura organizacional da empresa deve ser bem definida obtendo o controle de produção e designações de cada setor adequando suas funções e responsabilidades para as atividades prestadas, avaliando os resultados obtidos pelos administradores.

Conforme Marion (2000), a Administração Rural vem se tornando um processo usado para facilitar as tomadas de decisões dos produtores rurais de forma mais clara e objetiva, fazendo com que a empresa familiar obtenha sempre melhores resultados econômicos, e que para isso a terra esteja sempre em produtividade. Normalmente fica de responsabilidade do administrador todo o planejamento, organização, direção, finanças, administração, produção e controle de seus encarregados.

Uma realidade fundamental para se obter resultados, é a necessidade de estar sempre atualizando os meios de gerenciar das empresas rurais. Para isso se torna necessário que as decisões devam ser tomadas de forma rápida, e se enquadrando nas mudanças frequente da política e economia do país.

Sendo assim devemos estar sempre atentos aos seguintes passos: planejamento, controle financeiro e controle de produção, será através destes que o gerenciamento se tornará mais fácil de se executar, diante de fatos reais e consistentes, porém a maioria dos produtores rurais tem uma constante dificuldade relacionada ao saber onde e de que forma estes recursos estão sendo aplicados e qual o retorno financeiro que estão obtendo.

A Finalidade da Contabilidade Rural e Seus Aspectos

A contabilidade Rural obtém alguns padrões baseados no controle de registro dos atos ocorridos nas propriedades, visando melhorar seu controle de custos e despesas e por fim ter um melhor desempenho na lucratividade.

Na pecuária leiteira a receita concentra-se durante o ano todo, ou seja, o controle de custos é feito mensalmente de acordo com a quantidade produzida por cada rebanho. Dessa forma os produtores conseguem realizar um relatório mensalmente para auxiliar nas tomadas de decisões e melhorias contínuas na propriedade devido as oscilações os preços de insumos.

Essa ferramenta é pouco utilizada na agricultura familiar, vista por uma técnica complexa e sem prática, além de ser utilizada para declaração do imposto de renda, os produtores não têm interesse nesta aplicação. Esse fato tem contribuído na deficiência de sistemas contábeis, pela falta de profissionais capacitados para orientar e auxiliar a gestão da contabilidade rural como instrumento valioso para os produtores rurais.

No Brasil foi implementada no dia 10 de setembro de 1998 pela (EMBRAPA), Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária, o Projeto Balde Cheio na agricultura familiar, com objetivo de transformar a vida de cada produtor, aperfeiçoando a sua metodologia e estratégias de ação e de desenvolvimento, para promover as famílias, as ações capazes de resgatar a capacidade produtiva, obtendo maior retorno sobre o investimento e melhoria das condições do produtor rural. Por tanto a Embrapa trouxe uma metodologia inovadora, com o intuito de aplicar conhecimentos técnicos, econômicos e sociais, visando melhorar custos de produção, e auxiliando na gestão da contabilidade rural nas propriedades atendidas.

Marion (2002) ressalta que a contabilidade rural aplicada no seu ambiente se vincula as normas e conceitos contábeis. Já Padoveze (2000) afirma que a informação contábil precisa ter dois requisitos nesse processo de gestão administrativa perante as atividades rurais: a) sua necessidade como informação; b) seu planejamento e controle.

A contabilidade rural deve ser adotada nas operações agrícolas e pecuária, medindo e controlando o desempenho econômico financeiro da empresa rural e de cada atividade produtiva apoiando as tomadas de decisões no planejamento de cada produção seja nas vendas e nos investimentos, auxiliando nas projeções de fluxo de caixa permitindo comparações para performance da propriedade.

Controle e Gerenciamento da Atividade Desenvolvida

Muitos produtores rurais, devido à falta de dados consistentes do dia a dia, não conseguem permitir um controle gerencial que permite a tomada de decisões perante a propriedade. Cada informação deve estar clara e precisa, para que o gestor entenda cada situação e decida rapidamente, passando ao produtor um conforto quanto ao controle de suas finanças e investimentos na propriedade.

Segundo Crepaldi (2005), é muito importante ter um administrador que conhece a realidade da sua propriedade e do seu empreendimento para obter dados consistentes do movimento diário das operações da propriedade, sendo assim avaliando atividade produtiva e os seus resultados. Numa visão global o empresário rural deve ter um ponto de vista organizacional assumindo a postura autônoma responsável por todas as atividades que compõem administração financeira e contábil.

O controle gerencial deve ser de acordo com o nível de detalhamento que o negócio requer no qual o modelo de controle gerencial a ser adotado. Um controle baseado nas movimentações financeiras é o modelo simples e dinâmico de apurar os resultados pela movimentação financeira conforme na figura a seguir:

Figura 1 – Apuração de resultado pela movimentação financeira



FONTE: (CREPADI, 2005, P. 66).

Como mostra a figura acima o empresário rural deverá organizar de forma eficiente os lançamentos e movimentações da atividade como compras e vendas de produtos, movimentação de caixa com simples modelo no qual mostre receitas despesas e investimentos possibilitando obter resultados.

Devemos visualizar a contabilidade como uma ferramenta de gestão, para que possa projetar resultados na empresa a partir de metas estabelecidas. O contador tem como desafio oferecer ferramentas para contribuir com planejamento conduzindo informações rápidas e corretas, na velocidade dos negócios, diminuindo a chance de perda.

Na visão de Santos (1993, p. 15):

O planejamento é importante no sentido de alertar os empresários rurais quanto as mudanças na economia, no hábito dos consumidores, na tecnologia, no comportamento climático, nos custos, na oferta dos produtos (supersafra), na demanda e outras alterações e traz inúmeros benefícios, que podem ser obtidos pela forma organizada de planejar, forçando a administração a pensar no futuro dos seus negócios, antecipando os problemas antes que eles aconteçam.

Assim o sistema de informação para o produtor rural irá influenciar diretamente três níveis: o estratégico, o tático e o operacional. O nível estratégico considera a interação entre as informações internas e do ambiente empresarial externo. Já o nível tático considera a junção de informações de uma área de resultado e não do empreendimento como um todo. Quanto ao nível operacional, ele considera a formalização principalmente através de documentos escritos.

Observa-se então a evidente necessidade de uma ampla mudança de postura por parte dos produtores rurais, que possa possibilitar melhoria na gestão com a introdução de novos procedimentos e técnicas contábeis como modelos de gestão de custos, sistema de informação gerencial, além da adequada utilização da tecnologia.

Pode se afirmar então, que a presença do contador é fundamental para identificar, mensurar e atender as necessidades, aperfeiçoando as práticas de planejamento e controle de todos os negócios realizados pela empresa, formando uma visão que permita a tomada de decisão e aproveitando as oportunidades de mercado. Portanto, é preciso conscientizar o produtor rural que a contabilidade é uma ferramenta importante de gestão, e que o planejamento e controle da produção são necessários em qualquer empreendimento independente do seu porte.

Metodologia

Para construção desse artigo, optamos pela pesquisa exploratória, realizada por meio de um levantamento bibliográfico através de artigos, livros, dissertações, teses e entre outros, que contribuiriam para desenvolver a temática desse artigo.

Assim este estudo pode ser classificado de acordo com Vergara (2003) como pesquisa bibliográfica com enfoque qualitativo, haja vista que, realizou-se revisão das ideias abordadas por alguns teóricos da área da contabilidade com intuito de proporcionar maior familiaridade com o tema de pesquisa, e conseqüentemente aprofundamento e base para a fundamentação teórica que subsidia o artigo.

Segundo Roche (2002, p. 132) o objetivo dessa documentação bibliográfica é o de acumular e organizar as ideias relevantes já produzidas na ciência, registrando-as de forma sistemática para que seja mais fácil o seu uso posterior.

Considerações finais

Em vista dos argumentos apresentados, qualquer pessoa que exerce uma atividade que explore a capacidade produtiva do solo é considerado como um produtor rural, logo sendo transformado para um empresário rural. Esse desempenho de produção tem como finalidade agregar valores, direitos e obrigações ao reconhecimento do trabalho desse produtor. Diante disso, o empresário rural necessita de planejamento e elaboração de metas para que não haja desperdício de tempo e de recursos, sendo assim uma boa administração facilita os produtores nas suas tomadas de decisões para que possam ser feitas de forma clara e objetiva, pra que isso obtenha bons resultados econômicos futuros.

Conclui-se, que a contabilidade é uma ferramenta considerável na vida do pequeno, médio e grande produtor rural, para que assim haja um bom planejamento e controle orçamentário para importantes decisões.

Referências

- BRASIL, Lei 8.023, de 12 de abril de 1990. **Institui o Código Civil**. Brasília, 1990, <disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18023.htm>. Acesso em: 26, agosto de 2022.
- BRASIL, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Brasília, 2002, disponível:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.406%2C%20DE%2010%20DE%20JANEIRO%20DE%202002&text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20Civil.&text=Art.,e%20deveres%20na%20ordem%20civil>. Acesso em: 26, agosto de 2022.
- CALDERELLI, Antônio. **Enciclopédia contábil e comercial brasileira**. 28. ed. São Paulo: CETEC, 2003.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade rural**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- ROCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, Ltda, 2002.
- SANTOS, Gilberto J. – **Administração de custos na agropecuária**, 1993.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- Enviado em 31/12/2022
Avaliado em 15/02/2023

NOS BASTIDORES DO PALACIO: NARRATIVAS DE SERVIDORES PÚBLICOS DA CASA CIVIL EM PALMAS -TO

Gisele Regina Rocha⁷⁸
Jocyléia Santana dos Santos⁷⁹

Resumo

O artigo relata os bastidores do Palácio Araguaia, na versão dos servidores públicos que trabalharam na Casa Civil no período de 1989 a 1995. Retrata a implantação da Casa Civil que tem como atribuição o assessoramento direto do Chefe do Poder Executivo na coordenação de ações de governo, inclusive de outras secretarias. Também é responsável pela avaliação das propostas legislativas que o Chefe do Executivo encaminha ao Poder Legislativo e envia para a publicação os atos oficiais do governo. Para a consecução da pesquisa, a História Oral deu suporte com referenciais, tais como: Verena Alberti e Sebe Meihy. As entrevistas possibilitaram compreender etapas importantes sobre o processo de implantação da Casa Civil. Cada sujeito entrevistado relatou os desafios enfrentados, as dificuldades quanto a tecnologia, a falta de infraestrutura básica na nova capital Palmas e todos os percalços de estruturação de um Órgão governamental.

Palavras-chave: Casa Civil; Administração Pública; História Oral; Tocantins

Resumen

El artículo relata la trastienda del Palacio Araguaia, en la versión de los servidores públicos que trabajaron en la Casa Civil en el período de 1989 a 1995, incluyendo otros departamentos. También es responsable de evaluar los proyectos de ley que el Jefe del Ejecutivo envía al Poder Legislativo y envía los actos oficiales de gobierno para su publicación. Para llevar a cabo la investigación, Historia Oral brindó apoyo con referentes, como: Verena Alberti y Sebe Meihy. Las entrevistas permitieron comprender pasos importantes sobre el proceso de implementación de la Casa Civil. Cada sujeto entrevistado relató los desafíos enfrentados, las dificultades con respecto a la tecnología, la falta de infraestructura básica en la nueva capital Palmas y todos los percances de estructurar una agencia de gobierno.

Palabras clave: Casa Civil; Administracion PUBLICA; Historia oral; Tocantins

Introdução

Mourão Júnior e Faria (2015) apontam a memória como um grande depósito. Dentro deste espaço, há prateleiras, e nestas, encontram-se caixas, assim, quando acessamos as lembranças é como se um carrinho entrasse nesse grande galpão e começasse a retirar caixa por caixa. Ele não apanha tudo de uma vez, não é um trabalho rápido. Igualmente são as nossas lembranças, não se rememoram todas as situações vividas de uma só vez; conforme as provocações ocorrem, as lembranças são aos poucos recuperadas.

⁷⁸ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Administradora com função Técnica na Casa Civil do Governo do Estado do Tocantins. Membro do Grupo de Pesquisa no CNPQ: História, Historiografia, Fontes de Pesquisa em Educação.

⁷⁹ Pós- doutora pela Universidade Estadual da Amazônia (UEPA). Doutora e Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFT e do Polo/Palmas, Doutorado em Educação da Amazônia -PGEDA. Professora Associada IV da UFT. Líder do Grupo de Pesquisa no CNPQ: História, Historiografia, Fontes de Pesquisa em Educação.

Lembrar envolve diretamente a memória. Não fosse assim, estaríamos impossibilitados de chegar ao nosso destino. Não fosse a memória, sequer saberíamos que cursamos uma faculdade, não saberíamos nem mesmo o nosso nome, e tampouco o nome de nossos pais, amigos etc. (MOURÃO JÚNIOR; FARIA, 2015, p. 781).

Destarte, o objetivo deste artigo é captar às memórias dos servidores públicos da Casa Civil. Por meio delas serão encontradas as respostas às indagações que a pesquisa se propôs. Por isso, as entrevistas são tão valorosas e recheadas de surpresas. Quando os entrevistados são instigados pelas perguntas, há uma pausa, uma volta ao passado, como se eles fossem reviver aqueles momentos para começar a contar os acontecimentos. Desta maneira, as relações das pessoas com eventos vividos vão se reforçando (HALBWACHS, 1990).

As entrevistas foram realizadas individualmente, mas, em dado momento, as falas dos entrevistados se cruzam, porque as lembranças trazem fatos que ocorreram no grupo, houve a participação de outras pessoas. Por isso, Halbwachs (1990) afirma que a memória é coletiva, pois você não está sozinho, ou seja, as provocações ajudam na recordação de determinados fatos e eventos que eles viveram juntos.

A rememoração evoca lembranças de tempos de luta, de maneira que é possível vislumbrar a percepção que cada entrevistado tem sobre a contribuição nos anos dedicados à Pasta. São detalhes revelados em seus relatos que se não forem gravados serão perdidos na memória. No quadro a seguir são apresentados os personagens entrevistados: servidores da Casa Civil do estado de Tocantins que desenvolveram suas funções entre os anos de 1990 e 2021.

Quadro 1 – Caracterização dos servidores entrevistados

N.	Servidor Público	Idade	Formação	Ocupação	Início das atividades
1	Adão Correa da Silva Menezes	46	Processamento de Dados	TI	2001 - atual
2	Alessandro de Almeida Campos	43	Psicólogo	Assessor atos oficiais	1995 a 2019
3	Cláudio Oliveira Nunes	50	Advogado	Assessor Jurídico e Subsecretário	95 - 97, 98 - 2005, e de 2011 - 2013
4	Eduardo Carneiro	40	Gestor Público	TI, Assessor atos oficiais	2000 a 2020
5	Gerisvaldo da Costa Macedo	37	Analista de Sistema	Diagramador e análise de matéria	2009 - atual
6	Gustavo Andrade Campos	43	Administrador de Redes	TI	2011 - atual
7	Maria José Moraes de Araújo	50	Comunicação Social com habilitação em Jornalismo	Assessora de Comunicação	2006 - atual
8	Mary Marques de Lima	50	Advogada	Secretária-Chefe	2005 - 2009
9	Nélio Moura Facundes	55	Técnico Administrativo	Assessor atos oficiais	1990 - 1996
10	Raimundo Nonato Pires dos Santos	74	Médico	Deputado/Presidente da Assembleia Legislativa; Vice-Governador; Governador; Vice-Governador.	1990 - 1994 1995 -1998 1998 -1999 2003 -2007.
11	Renan de Arimatéa Pereira	79	Juiz	Secretário-Chefe	1999 - 2005 e de 2011 - 2014
12	Rolf Costa Vidal	34	Advogado	Secretário-Chefe	2018 - atual
13	Waldemar José Candido	59	Gestor Público	Chefe do Departamento de atos oficiais	1995 - 2008
14	Satiko Kaji Cavalcante	55	Gerência Processual	Assessora atos oficiais	1995 - atual

Fonte: Elaborado e organizado pela autora (2021).

Participaram do estudo, 14 sujeitos com idades entre 37 e 70 anos, dos quais 11 eram do sexo masculino e apenas três do sexo feminino, com diferentes profissões e que ocupavam cargos distintos. Com exceção dos três secretários-chefes que cumpriram seus mandatos em diferentes momentos na Casa Civil, os demais trabalharam ou trabalham até os dias atuais. Os agentes públicos, que são os secretários-chefes entrevistados, todos são juristas, os servidores que cuidam da parte de TI têm suas formações relacionadas às suas áreas de competências, analistas de sistemas e administrador de redes. Os que trabalham com os atos oficiais têm profissões diversas, gestor público, psicólogo, gerente processual e técnico administrativo.

São profissionais que executam suas tarefas em áreas distintas, cada um em sua área de formação. Seja o advogado que cuida das leis, o profissional da área de TI que administra o sistema que a Casa utiliza para realizar o trabalho, o assessor de comunicação que cuida das informações, os gestores que administram as tarefas e as pessoas que elaboram os documentos. Cada área tem sua finalidade e importância no processo de construção das atividades que são realizadas. (DRUCKER, 2019).

As experiências e o conhecimento que cada um carregava os muniram para que conseguissem desenvolver o trabalho necessário em tempos precários. O Estado era novo, a administração pública nas fases iniciais, passando por um processo de readaptação. As situações eram desafiadoras, mas juntos eles aprenderam fazendo, foram os erros que eles cometeram no processo que os ensinaram a fazerem da maneira mais assertiva (ESCRIVÃO; SILVA, 2011).

As falas dos entrevistados em muitos momentos são carregadas de emoções, porque eles estão relatando o vivido, e por meio de suas anamneses, é possível trazer luz sobre acontecimentos os quais eles vivenciaram estavam cristalizados em suas lembranças. A revitalização dessas memórias trouxe um olhar sobre as circunstâncias pelas quais eles passaram, e pelo fato de muitos desses entrevistados terem chegado no início da construção do Estado, eles vivenciaram momentos similares que são mencionados.

Santos (2020), o primeiro presidente da Assembleia Legislativa, relata-se como foram as primeiras articulações para que seu grupo conseguisse ser eleito nas eleições realizadas no Estado para a escolha do governador, o que eles passaram para a viabilização dos projetos almejados.

Dia 15 de novembro, eleição no Estado do Tocantins, e aí? Antes, porém, quem seria candidato? O Norte goiano sem tradição política, os deputados de Goiás só vinham aqui de quatro em quatro anos à procura da sua eleição. Lideranças políticas por aqui na região, praticamente muito poucas, à exceção de Siqueira Campos, Mario Cavalcante, já em memória, e Totó Cavalcante, e de alguns outros gatos pingados, não tínhamos lideranças consolidadas. O que fez o Siqueira Campos? (SANTOS, 2020).

Cavalcante (2003) relata sobre as rivalidades políticas que arrolaram na região desde 1821, a disputa por quem iria pleitear a ruptura enfraquecia os grupos que buscavam a separação do Estado, fica evidente pela fala do entrevistado que o assunto ainda era ponto de enfrentamento para os poucos políticos do lugar.

Saiu a convocar as pessoas que eram mais conhecidas na região, a começar por mim. Eu nunca fui político na vida, sempre exerci a minha profissão. Meu pai também não era político, apenas um cabo eleitoral. Mas o governador, o Siqueira Campos, chegou e disse: olha, Raimundo, você vai ser candidato, porque você vai ser, você é muito conhecido na região e você é um gerador de opinião e você já tem feito esse trabalho aí, durante esses dois anos pra trás.

E assim ele fez em várias regiões do Estado. Mapeou o Estado, só pra você ter uma noção o que isso representou na época. Nós éramos na primeira legislatura do Estado cinco médicos, hoje a Assembleia Legislativa do Estado não tem nenhum médico, não sei se eles estão desiludidos, ou que realmente não tiveram, é, condições de prosseguir na vida pública, acharam por bem melhor seguir sua carreira profissional na medicina (SANTOS, 2020).

O governador Siqueira Campos teve perspicácia ao convocar Santos (2020) para concorrer às eleições. Apesar de não ser político, como médico era uma pessoa de confiança e exercia influência sobre seus pacientes. À época, um médico era muito mais poderoso que um político, apenas não era filiado a um partido.

Eleitos em 15 de novembro, começou a primeira grande batalha da escolha da capital provisória. Eu, o deputado mais votado da Assembleia Legislativa, comecei a fazer um movimento colhendo as assinaturas dos vinte e quatro deputados, para que a capital fosse inserida na região central do Brasil, ou na região central do Estado, e que, por orientação do Siqueira Campos, que nós evitássemos usar qualquer uma das cidades, já antigas, já consolidadas, no caso Porto Nacional, Gurupi, Araguaína. Porque nós teríamos posteriormente grandes dificuldades para que tirássemos a capital provisória é de alguma dessas cidades. E assim foi feito. Dos vinte e quatro deputados estaduais eu consegui assinatura de vinte e um para que a capital fosse no centro do Estado, não precisamente em Miracema (SANTOS, 2020).

Em 7 de dezembro, já todos eleitos, e como eu falei anteriormente que a capital provisória de escolha do Presidente da República, o então presidente José Sarney, isso relato com muita emoção, ligou para o então governador já eleito, Siqueira Campos, e o convocou para uma reunião no Palácio do Planalto, isso no dia 7 de dezembro de 1988 (SANTOS, 2020).

Essa reunião aconteceu as cinco horas da tarde, naquele íterim o governador Siqueira Campos, vendo o meu movimento aqui na região, fez uma ligação pra mim por volta de uma hora da tarde, disse: olha, Raimundo, eu vou ter uma reunião com o Presidente da República, e, ele vai me delegar poderes para que eu possa escolher a capital provisória. Ele não quer se envolver nisso, até porque se você olhar nos anais da criação do Estado do Tocantins, por duas vezes o Sarney vetou a criação do Estado, eu vou escolher a capital provisória e vou te adiantar, eu não vou escolher nenhuma das três cidades que estão pleiteando, ou seja, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional. Porque se nós escolhermos qualquer uma dessas cidades, jamais tiraremos a capital provisória para que nós possamos construir uma cidade que seja o espelho do Estado do Tocantins, uma coisa nova, inovadora (SANTOS, 2020).

As eleições correram bem e o entrevistado se elege sendo o mais bem votado, garantindo a presidência da Assembleia. Agora outra questão era a escolha da capital, pois Siqueira Campos não queria designar as cidades que estavam na disputa para sediar a capital e Santos (2020) teve um importante papel nesse contexto, eleito com grande representação, era neutro quanto à escolha do lugar, aliado forte que o governador precisava. Desta maneira, Siquera Campos escolheu Miracema para ser a capital por um ano nesse intervalo, enquanto dava-se início à construção de Palmas.

E aí eu lhe consulto Raimundo? Se eu escolher Miracema como capital provisória por um ano, você me ajuda posteriormente a gente tirar a capital e construir a capital nova no Estado? Naquele momento, dona Gisele, eu não pensei um minuto, falei para ele, olha, Governador, Miracema nunca pensou em ser capital por uma hora, por um dia, por um mês, imagine por um ano! Se isso acontecer e for sua decisão, o senhor encontrará em mim um grande aliado. Eu estou pronto para lhe ajudar naquilo que for possível. E aí ele completou que ele tinha uma visão ampla de todo o Estado, aí foi me descrever como seria essa capital, às margens de uma grande barragem, aquela coisera toda. Eu disse: aí, Governador, essa barragem vai ser onde? Vai ser no Lajeado, já tinha tudo isso na cabeça (SANTOS, 2020).

Dito e feito, ele foi para a reunião lá com o Sarney e de lá mesmo do gabinete do Sarney, ele me ligou e anunciou a capital provisória de Miracema do Tocantins por um ano, e se nós tivermos o cuidado de olhar os anais da Casa Civil e todos os decretos assinados naquele período de um ano, não existe nenhum documento que não esteja escrito lá, capital provisória de Miracema do Tocantins. E qual foi o resultado político de tudo isso, dona Gisele? Muito difícil a gente descrever né, até falar. Eu tô sendo muito prolixo é porque a história é muito longa e muito difícil de se relatar. Escolhida a capital provisória, houve aquele grande embate das três cidades, greves, aquela coisera toda, mas a decisão foi tomada. Tomamos posse já com a capital provisória definida, em Miracema, chegou o dia da posse em 1^a de janeiro de 1989. Uma dificuldade imensa, sem grandes nomes daqui da região para compor o secretariado, antes, porém só para efeito de informação, como nós não tínhamos aqui as nossas instituições consolidadas, a eleição foi feita através do TRE de Goiás, a nossa posse foi também comandada pelo TRE de Goiás e às vezes eu até brinco com o governador Siqueira Campos, né. Olha, Governador, o senhor foi o grande mentor, o grande criador desse Estado. Mas a assinatura primeira é minha, né?! Porque eu tive que assumir a presidência da Assembleia Legislativa do Estado para poder dar posse ao senhor (questão só de brincadeira para relaxar). Veio a nossa posse e aí, tudo muito difícil, só para você ter uma noção da gravidade e das dificuldades que nós enfrentamos naquela época (SANTOS, 2020).

Miracema foi escolhida mediante um pacto celebrado entre Siqueira e o entrevistado e nos relatos é declarado que não havia intenção alguma de Miracema entrar na disputa para ser capital, talvez por não ter tradição política, e com isso não haveria dificuldade quando chegasse o tempo da mudança. Porque mesmo antes da separação do Estado, Siqueira já visava a Capital no centro do Estado e Santos (2020) ficou feliz por poder contribuir para a concretização dos ideais de Siqueira Campos.

A nossa posse foi feita num ginásio de esporte no colégio Tocantins, nós não tínhamos um papel timbrado do Estado do Tocantins, nós não tínhamos uma máquina de datilografia para poder fazer os primeiros atos. Tivemos que tomar emprestado uma máquina de datilografia do colégio Tocantins, para que tudo pudesse começar. Nesse ínterim da criação do Estado de 88 até a nossa posse. O Estado de Goiás fez um verdadeiro limpa aqui no nosso Estado, levando tudo que eles pudessem levar. Levaram transformador de energia de reserva, levaram o que puderam, máquinas do DERBA, enfim nós pegamos um Estado praticamente do zero (SANTOS, 2020).

Voltando um pouco aquela escolha da capital provisória, dona Gisele, que foi um dos momentos difíceis da minha vida, e que seu eu não tivesse tomado decisões amadurecidas eu talvez teria sucumbido naquela época, né?! Eu, filho de Miracema, assumi o compromisso de que a capital viria para Miracema, mas que eu seria um dos mentores para que ela saísse. Só para a senhora ter uma noção da gravidade disso, na minha primeira eleição pra deputado estadual eu tive três mil duzentos e cinquenta votos em Miracema, na segunda eleição caíram pra setecentos e cinquenta, só pra efeitos de dados. E se eu não tivesse o cuidado de ir atrás de outras regiões, talvez eu não teria sido eleito. Graças a Deus fui eleito novamente, o segundo mais votado. Até meus pais, minha família, naquela época se revoltou com a minha decisão. Só que naquele momento eu estava tomando uma decisão

de homem de estado, esse foi sempre meu compromisso para com o Estado, né? E tô relatando esses fatos só pra ilustrar que talvez não ficou bem claro. Mas foi uma decisão muito difícil e hoje o próprio governador Siqueira Campos, a gente conversando, ele é enfático em dizer: olha, Raimundo, se não fosse nossa determinação, a sua determinação, o seu compromisso para com o Estado, hoje nós não teríamos Palmas e com certeza ela estaria colocada aí, é, num local que não é a beleza aquilo que não foi planejado para o Estado do Tocantins (SANTOS, 2020).

Santos (2020) confessa sobre o quanto foi difícil renunciar a Miracema ser a capital, imagine-se a reação da população. Oliveira (2012) afirma que Miracema ficou vazia, com ares de abandono. Santos era filho da terra, logo a população poderia sentir-se traída, abandonada pelos seus. Em decorrência desse processo, Santos (2020) conta que seus eleitores diminuíram consideravelmente, e se ele não recorresse a outras regiões teria perdido as eleições.

Voltando novamente a 1ª de janeiro de 1989, já devidamente empossados, governador, vice-governador, senadores, deputados estaduais. Eis a eleição da mesa diretora da Assembleia Legislativa, a qual eu fui o primeiro presidente da Assembleia Legislativa, eleito é por unanimidade, praticamente não existiu chapa de oposição. Imediatamente fui eleito também presidente da Assembleia Estadual Constituinte, da qual eu tive o privilégio de conduzi-la, durante todo o ano de 1989, culminando com a promulgação da nossa Carta Magna em 5 de outubro de 1989, um grande marco na consolidação da história do Tocantins (SANTOS, 2020).

Verifica-se que o processo de luta pela separação do Estado foi difícil, as lutas políticas travadas, foi um marco, uma grande conquista. A separação do Norte de Goiás que originou o Tocantins, precisava de cuidado, investimentos dos mais diversos, para começar não existia rodovia pavimentada de Goiás para o Tocantins.

Como já falei anteriormente, nós éramos, aqui na região, carentes de lideranças políticas, tínhamos bons quadros, mas cada um na sua área profissional não envolvidos com a política. E o então governador Siqueira Campos teve a necessidade e até a obrigação de ir atrás de quadros, principalmente do Estado de Goiás. E assim o fez, trazendo bons nomes para compor inicialmente o seu secretariado. Nesse particular eu cito o Dr. Clarismar Fernandes, que foi o primeiro chefe da Casa Civil do Estado. Eu cito Adjair de Lima e Silva, chefe de gabinete, secretário político, Rubens Vieira Guedes, secretário da Infraestrutura do Estado, é, Índio Artiaga que veio também, Rene Pompeu de Pina, é, e tantos outros que estiveram aqui dando sua parcela de contribuição e somando com o crescimento e consolidação do Estado (SANTOS, 2020).

No processo de construção deste artigo foi possível observar nos anais pesquisados e nas falas dos entrevistados, a carência que havia no Estado e, mesmo após a divisão, essa situação perdurou por anos, e até os dias atuais enfrentam-se questões que exigem atenção. Quando o servidor Facundes (2020) relata que por muitos anos ele trabalhou sozinho no departamento de Atos Oficiais, e era exaustivo, havia somente hora para entrar. Essa era a realidade de quem trabalhava no Órgão neste período. Isso ocorria pela falta de pessoal capacitado para trabalhar na Secretaria.

Com relação à Casa Civil, [...] o primeiro chefe da Casa Civil, o secretário foi o Dr. Clarismar Fernandes. Um advogado muito competente, tinha sido ex-deputado estadual por Goiás, e como naquela época, a gente tinha que fazer e tinha que cumprir as determinações do governador Siqueira Campos, e se, assim não fosse, nós não teríamos o Estado do Tocantins, o Clarismar Fernandes era muito autoritário. Ehh quantas e quantas vezes, é, ele mandava os, os projetos de lei lá do Palácio pra a Assembleia Legislativa, nós deputados não concordávamos em algumas coisas que estavam chegando na Assembleia, mas ele sempre tinha uma palavra. Maioria é pra votar, esse era o lema dele. E como nós éramos naquela época, dezessete a dezoito deputados da situação. Tínhamos que votar mesmo, né?! E graças a Deus aconteceu dessa maneira, e dessa maneira que foi consolidada toda a

estrutura, ehh toda infraestrutura, tudo o que nós temos hoje, é consolidado no Estado. Não é fácil, foi muito difícil (SANTOS, 2020).

Conforme Santos (2020), o governador buscou pessoas capacitadas que entendessem o funcionamento da gestão pública, pois esta também estava sendo construída e para que fosse possível consolidar os atos do governo foi preciso rigor e afinco, como ressalta o entrevistado sobre o Dr. Clarismar. Assim, estando à frente, ele tinha que ser firme para realizar as ações que o governo havia estabelecido e, para a consecução, a Assembleia Legislativa tinha que aprovar as decisões governamentais. De acordo com a fala do entrevistado, os deputados não concordavam com tudo, porém, isso não era relevante, pois os projetos precisavam sair do papel, todo este contexto exigia do secretário-chefe da Casa Civil uma postura enérgica, e como mencionado, não era fácil. Di Pietro (2016) adverte sobre o princípio da legalidade, no qual o gestor precisa atentar-se para não transgredir ao ordenamento jurídico, porque existia urgência em fazer as coisas acontecerem, mas tudo deveria ser de acordo com a lei e por isso a experiência de quem estava à frente era muito importante.

A União fica encarregada de passar ao Estado do Tocantins anualmente um percentual de, parece de noventa milhões de reais aproximadamente, eu não sei o número exato, durante dez anos. Isso nunca aconteceu, dona Gisele, diferentemente do que aconteceu com os territórios que foram em Estado, Roraima, Rondônia e parece-me que Amapá. O Estado do Tocantins nunca teve um funcionário pago pela União, aliás, todos os funcionários que foram colocados à disposição do Estado, tanto da Caixa Econômica Federal, como do Banco do Brasil, de órgãos federais que vieram pra o Tocantins contribuir para a consolidação desse Estado, foram ressarcidos pelo Estado. Nós conseguimos sobreviver às expensas daquilo que nós conseguimos arrecadar. Essa dívida que a União tinha com o Estado do Tocantins não foi honrada pelo presidente Sarney, não foi honrada pelos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, não foi honrado pelo Itamar Franco. No finalzinho do segundo mandato do Lula, a União conseguiu passar alguma coisa desse recurso para o Estado (SANTOS, 2020).

O recurso federal era de grande valia para o Estado recém dividido, pois as provisões arrecadadas não garantiam o suficiente para que fosse possível realizar tudo o que era necessário. Mas como saber se de fato essa verba não foi repassada? E quando o repasse foi feito, a gestão aplicou de maneira correta? Essas questões ficaram em suspense.

Voltado um pouco, a escolha da capital Palmas, é, já nos primeiros dias da nossa gestão em Miracema, da gestão do governador Siqueira Campos, começamos a trabalhar a escolha de um sítio para que pudéssemos implantar a capital definitiva culminado com o estudo de vários sítios, né, sendo escolhido três sítios, né?! Que seria a região do Canela, a região de Aparecida do Rio Negro, da Reta das Cotias e esse chapadão, é, entorno de Paraíso e Palmas, mas aproximadamente eram essas três regiões. E por que a escolha de Palmas? Se nós voltarmos um pouco no passado e olharmos mais uma vez nos anais, é do Congresso Nacional, nós vamos encontrar, lá pelos anos de 75, por aí 76, não me recordo. Já projeto de lei do então deputado federal Siqueira Campos, solicitando a construção da hidroelétrica de Lajeado, e da hidroelétrica de Tabocas, que hoje é Tucuruí. Isso ele já pensando antes da criação do Estado do Tocantins. Só para fazer um paralelo! Se nós não tivéssemos naquela época escolhido, é, um local à margem direita do Estado, é aqui do Estado do Tocantins para assediado a capital, com certeza hoje nós já estaríamos hoje incorrendo num processo de redivisão novamente do Estado. Porque um dos motivos da escolha da capital foi justamente pra poder tirar essa região da margem direita do isolamento. Só para se ter uma noção do que isso representava na época da escolha da capital provisória à margem direita do rio Tocantins, nós tínhamos apenas de asfalto o aeroporto de Porto Nacional, com mil e seiscentos metros e a rodovia ali ligando Porto Nacional à Belém-Brasília. Eram os únicos metros de asfalto que existiam nessa região. Era uma região totalmente abandonada, e graças a essa determinação do governador Siqueira Campos e da Assembleia Estadual Constituinte, nós tomamos uma decisão acertadíssima e hoje estamos aqui

convivendo e vivendo numa das mais belas capitais do Brasil, a nossa querida Palmas (SANTOS, 2020).

Nos depoimentos Santos (2020) enfatiza que Siqueira Campos há muito planejava implementar a região, e a construção da usina era um desses projetos, a sua localização também foi pensada, de modo a beneficiar as áreas do lado direito do rio e a parte central do Estado que era esquecida. Oliveira e Piffer (2015) discorrem sobre as responsabilidades que os lugares centrais têm, assim confirmando a fala de Santos (2020), ao revelar que a intenção do Governador Siqueira Campos era urbanizar esta parte do Estado.

Os entrevistados, na maior parte, não acreditam que seus depoimentos são bons ou mesmo necessários. Enganam-se, pois foram as conversas que proporcionaram conhecer episódios que eles vivenciaram. Existia entre eles uma cultura organizacional, como aponta Chiavenato (2014), foi preciso que as pessoas se organizassem para poderem executar as tarefas, assim criando um código por eles estabelecido sobre o que era preciso fazer para garantir os resultados que eles precisavam alcançar.

Havia entre os servidores certa identificação, pois alguns fatos de suas histórias eram comuns. Nas entrevistas eles relatam sua chegada ao Estado e o que o momento causou. Muitos vieram de lugares desenvolvidos e, quando chegaram aqui, tudo estava por fazer (LIMA, 2019). Era comum a todos a falta de energia, água, transporte, mercado, entre outros. Eles mencionaram as privações e dificuldades que enfrentam, estes fatores fortaleceram a união entre eles. Sem saber, eles estavam criando uma cultura organizacional (SCHEIN, 2017).

Muitos narraram como foi a expectativa da chegada a Palmas: o “impacto foi grande, porque o Estado de São Paulo já era bem desenvolvido, tudo muito diferente e aqui a questão do desenvolvimento era um pouco assustador, tudo por fazer” (LIMA, 2019). Dra. Mary Marques de Lima (2019) foi Secretária-Chefe da Casa Civil nos anos de 2005 a 2009, sua chegada ao Estado se deu em março de 1992. Ela é natural da cidade de Cardoso, Estado de São Paulo. Recém-formada no curso de direito, deixou sua terra natal à procura de emprego e após um mês em Palmas, foi lançado o concurso para Assembleia Legislativa do Estado, no qual ela passou, foi empossada e começou a trabalhar. Assumiu o cargo como Analista Jurídica na Casa de Leis. Passados alguns anos, foi convidada para ser Secretária-Chefe da Casa Civil por Marcelo Miranda, que era o governador do Estado há dois anos. Ela conta que o conheceu na Assembleia Legislativa, na época em que ele era deputado estadual, e foi eleito como presidente da Casa, atuando por quatro anos.

Dra. Mary (2019) assumiu a Casa Civil com a responsabilidade de manter e fazer as melhorias na Secretaria. Ela contou que a Secretaria estava organizada, mas que foram feitas alterações. As mudanças devem ser planejadas e bem-organizadas, de maneira que seu acontecimento se dê de modo compreensível por todos os envolvidos. Outro ponto a ser considerado sobre mudanças na administração são as necessidades que vão surgindo e demandam inovações para o bom desenvolvimento do trabalho (DRUCKER, 1984).

Em seus relatos, ela comenta que trabalhar na Casa Civil “foi muito importante profissionalmente, abriu os horizontes, é os amigos que eu fiz, e as pessoas que através do meu trabalho eu pude ajudar. Hoje sou outra pessoa, a visão é outra e até juridicamente falando” (LIMA, 2019). Pode-se dizer que a secretária exigia conhecimento, habilidades dos seus agentes, assim eles teriam que desenvolver um trabalho adequado e que auxiliasse a todos, ou seja, a arte de dirigir, comandar, controlar (CHIAVENATO, 2014).

Outra entrevistada foi a servidora Maria José Morais de Araújo (2020), formada no curso de comunicação social com habilitação em jornalismo, ela é assessora de comunicação da Casa Civil. Nascida em Campina Grande, Estado da Paraíba, mudou-se para a região no ano de 1994.

Eu vi uma matéria falando do novo Eldorado, que era o Tocantins, com possibilidade de trabalhar, eu estava terminando a faculdade, no mesmo ano eu corri pra cá, eu cheguei aqui. Cheguei à noite e no outro dia eu já tava trabalhando. Então, assim pra quem tava recém-formada, foi assim, uma coisa maravilhosa. Em Palmas não havia nada, casa para se morar, mercado, restaurante, condução, enfim faltava de tudo, mas existia o encantamento (ARAÚJO, 2020).

A entrevista contém as façanhas do que era trabalhar em Palmas no ano de 1994. Ela aproveitou a oportunidade que lhe foi apresentada, mesmo com inúmeras dificuldades, ela analisou o que era melhor, ficar em uma cidade grande, ou vir recém-formada para um lugar que também estava no início, no qual havia inúmeras necessidades e oportunidades.

A servidora contou que nos primeiros anos, quando saía para fazer reportagem pelo interior do Tocantins, não havia lugar para hospedagem, muitas vezes os servidores dormiam em redes, sofás e até em cima de mesas. A primeira secretaria que ela trabalhou foi a Comunicatins, a TV pública do Estado. Em seus depoimentos, ela menciona a dificuldade que era encontrar profissionais com qualificação para trabalhar. No ano de 2006 a Casa Civil tomou-se seu novo local de trabalho (ARAÚJO, 2020).

Era tudo novo, começou tudo do zero. Palmas era um cerrado, fazenda, teve que desapropriar muitas terras, tudo na fase de implantação, na época via a primeira rua ser aberta, a primeira construção sede do Governo Palacinho no meio do cerrado, logo veio as secretarias, rodoviárias improvisadas, Ranchão onde servia comida para servidores, todos vinham de fora. Paraíso, Miracema, Porto Nacional. Foi difícil, muita poeira...até sair a casa pra morar em Palmas (KAJI, 2020).

Palmas era diferente, quando eu cheguei aqui eu já vi que era diferente! Por quê? Porque era meio que um oásis no meio de um lugar bem sofrido, um sertão, né?! Não tinha nada, era tudo difícil, tudo muito longe uma cidade da outra. Para quem veio de São Paulo, Paraná, que você anda 100km e passa por um monte de Municípios. Aqui você andava 100km e não encontrava nada. Você saía de Gurupi para Porto Nacional era uma viagem longa e poucas paradas. Então, Palmas, assim, eu via diferente, era uma cidade começando com muitos problemas. Ela tinha um crescimento que deixava a gente até empolgado, porque parecia que você estava crescendo junto (CARNEIRO, 2019).

Nas falas dos entrevistados, eles evidenciam a realidade que era comum a todos os que chegavam a Palmas, as dificuldades enfrentadas estão registradas nas memórias dessas pessoas que viveram essas experiências coletivamente. As pessoas vieram para o Estado em busca de trabalho e oportunidade. Pode-se dizer que eles vieram motivados por seus objetivos pessoais, aquilo que é intrínseco que só eles sabiam. Maximiano (2004) afirma que as motivações são os sentimentos internos que as pessoas têm, e são essas emoções que alimentavam e sustentava-os a aguentar o ambiente, as dificuldades. Assim, Candido (2020), Campos (2018) e Campos (2020) relatam:

Bom, para começar quando me mudei para Palmas em janeiro de 95 praticamente não existia asfalto na cidade, tudo muito precário, faltas de energia elétrica e água era diária. Como tudo que é novo as dificuldades e carências eram grandes e as oportunidades também. Muitas oportunidades de emprego, de investimento no comércio, em imóveis, pois tudo em Palmas estava começando, quase tudo por fazer (CANDIDO, 2020).

Eu vim de uma cidadezinha pequena chamada Minaçu, interior de Goiás, meu pai era oficial de justiça lá, veio acompanhando um juiz que virou desembargador e nós viemos e ficamos morando em Miranorte de 89 até 90, final de 90 nós viemos pra cá. A gente morava num desse lugar que mora todo mundo junto, tipo república, a única moradia que tinha era da Vila dos Deputados, que hoje é a 14, e de resto era madeirite e a gente morava às vezes até vinte famílias num galpão, mas logo conseguiu construir umas residências pra alguns servidores, lá na 72, e nós mudamos logo, foi uma coisa de uns dois meses. (...) e o pessoal não queria vir para cá trabalhar, porque era uma poeira danada, mosquito, então, um calor infernal, não tinha condições de moradia, não tinha asfalto, então não era todo mundo que queria vir para cá (CAMPOS, 2018).

No ano de 91 meus pais vieram morar em Palmas pra poder montar um comércio, meu pai trabalha com ramo de ferragens e ele tinha também uma empreiteira. Eles vieram morar aqui e eu fiquei com meus irmãos ainda na Bahia, por mais três anos e, só depois disso, que meu pai estava estabilizado, que já tinha uma certa estrutura pra poder receber a gente, com escola, esse tipo de coisa, que nós viemos morar em Palmas, no ano de 1994. Eu cheguei em Palmas eu estudava a 8ª série, eu confesso que eu achei um, foi um impacto para mim, o nível de educação de onde eu estava vindo era muito diferente em relação aqui. Pra vocês terem uma ideia, eu na sétima série eu já fazia prova e simulado de vestibular, e quando eu cheguei aqui era uma coisa assim totalmente em relação em que eu vim totalmente defasado eu senti como se eu tivesse, é parado um pouco no tempo em relação à educação, eu senti muito isso (CAMPOS, 2020).

Outro entrevistado foi o servidor Gustavo Andrade Campos, formado em Administração de Rede, começou a trabalhar na Casa Civil em 2011. Ele e os demais entrevistados relataram sobre suas chegadas a Palmas e o quanto foi difícil. Aqui não existia a fantasia do Estado novo que se desabrochava, mas, a realidade com inúmeras dificuldades que alguns escolheram, e outros foram compelidos a enfrentar, pois tiveram que acompanhar os seus pais que vieram trabalhar na cidade. Todas as adversidades compartilhadas integravam essas pessoas, ao passo que o enfrentamento vivido pelo grupo fez com que eles criassem diversas maneiras de fazer, para que fosse possível realizar as tarefas. Chiavenato (2014) aponta que mesmo em situações difíceis, quando há liberdade para a equipe realizar os procedimentos, o desempenho é maior, porque existe o sentimento de partícipe, desta maneira o ambiente flexível estimula o grupo a ter um maior envolvimento e o desempenho é melhor.

E nesse período de construção as pessoas compartilhavam de experiências similares, e por esta razão, dividiam lembranças e circunstâncias que muitos desconhecem sobre a implantação da capital e do Estado do Tocantins. Porém, para aquele que levou a lata de água na cabeça para limpar o Palácio Araguaia quando pronto, é muito importante. Para aquele que tinha curso de datilografia e foi contratado, foi relevante. A conjuntura fez com que houvesse concordância entre eles, pois era preciso desenvolver mecanismos para ajudá-los nas tarefas realizadas, de forma que as tentativas e os erros foram proporcionando a eles experiências e o “aprender fazendo” permitiu a internalização das técnicas realizadas ao longo dos anos (IKUJIRO; NONAKA, 2008).

Naquele tempo teve uma época que eu trabalhei praticamente sozinho, então é aquele negócio, a gente tinha hora para entrar, e não tinha hora para sair, realmente era muito desgastante, era pressão sobre pressão, que tudo era para ontem, sabe. Então é um trabalho, assim, era muito cansativo” (FACUNDES, 2020).

No processo de implantação da Casa Civil, Facundes (2020), que trabalhava no antigo CPD, hoje denominado de Departamentos de Atos Oficiais, relata que o fluxo de trabalho era intenso e exaustivo, de modo que ele se sentia fadigado pelo excesso de afazeres. Levou-se um tempo para que o quadro fosse alterado, como conta Candido (2020).

(...) existia três computadores, o Nélio (Facundes) era um dos operadores, mas nem rede tinha, cê gravava os atos, por exemplo, aquele negócio de fazer ato de nomeação, depois você tinha que por rodapé no, no decreto, porque você não sabia que máquina que tava, tinha que procurar, gravava em disquete, passava pra outro. Era a maior dificuldade do mundo, aqueles disquetinhos de 1 e 1/4. O Nélio eu lembro muito bem, tinha um outro menino, eu não lembro dele assim, um outro, sei lá era, Gaspar, ficou tão pouco tempo. E aí o Nélio permaneceu, logo o Alessandro entrou, já estava por ali fazendo uns testes e tal. Logo que eu entrei, eu fui nomeado em setembro por aí, de 95, e logo eu fiz o teste, eu fiz o teste com quem? Ca japonesa, ca dona Satiko Kaji, tive essa honra, 1995. Eu fiz o teste com ela, pedi pra contratar ela. Pessoa muito querida, aliás cês todos. Mas era uma confusão, Deus me livre, nossa senhora, a hora que chegava um ato, às vezes esquecia de por rodapé, cê tinha que tá listando diretório pra saber onde é que tava aquilo. As tabelas, a gente escrevia à mão às vezes, toda a hora que fazia uma nomeação aquela folha daquela tabela, daquele órgão, a gente tinha que emitir, que o Governador tinha uma pasta lá que controlava, mais ou menos, eu acho que você lembra dessa história. Aquelas tabelas de controle de nomeação, e decreto, e medida provisória e não sei o que. Ave Maria, era um sufoco. Era muito precário, mas era mais ou menos daquela forma, só que mais incipiente, um troço bem rudimentar, funcionava, mas eu vou te contar, na marra, porque o pessoal era bom (CANDIDO, 2020).

Essas declarações que os servidores concederam se referem aos primeiros anos de trabalho da Casa Civil, entre 1991 e 1995. Em outra entrevista, a servidora Kaji (2020) evidencia a mesma fala: “era correria, tudo era pra ontem”. Os relatos aconteceram em tempos diferentes, mas as falas são semelhantes. Campos (2019) também confirma sobre a rotina de trabalho exaustiva e as dificuldades que eles enfrentavam. É possível perceber pelas conversas dos entrevistados que o departamento nunca contou com muitas pessoas, sempre foi mais restrito.

A gente naquela época, era pior que hoje, a gente saía, o mais cedo que a gente saía era nove, dez horas da noite, todo o santo dia. Porque era muita coisa para fazer, o dia era muito pequeno. Então, a gente entrava, oito horas, tinha dia que não ia almoçar, às vezes almoçava por aqui mesmo, porque igual eu te falei, não tinha muito, em 95 já tinha alguns lugares e tal, mas era bem escasso, e, e, essa questão de restaurante pra comer, então, normalmente a gente trazia de casa, ou a mãe da gente passava e deixava pra nós, ou sempre teve uma lanchonete, no Diário, aqui no Palácio, que era ao lado do Diário Oficial, que era aqui no subsolo, inclusive Diário Oficial. Então a gente ficava o dia inteiro e rompia a noite, aí tinha esse, essa hora extra que ajudava bastante (CAMPOS, 2018).

Bom, além da rotina administrativa semelhante e comum à maioria da Administração Pública, a Casa Civil por ser órgão de assessoramento direto e imediato ao Governador do Estado, tinha horário de funcionamento condicionado às necessidades do mesmo, em muitas e frequentes ocasiões estendendo-se até depois das 23h, com convocação inclusive para atendimento de demandas em finais de semana. Havia o acolhimento de matérias para publicação do Diário Oficial do Estado seja em meio físico ou digital, a execução orçamentária e financeira e gestão de folha de pagamento inerente ao órgão, a produção diária de ofícios de assuntos diversos, tanto do Governador quanto da Casa Civil, inclusive com controle da numeração, dos atos de provimento e vacância de cargos comissionados, designações diversas, viagens, realização de cursos, autorização de cessão (CANDIDO, 2020).

O contexto local era precário tudo precisa ser implantado. Pouca mão de obra qualificada, porque as pessoas que detinham algum conhecimento logo eram empregadas, mas isso não satisfazia as necessidades que o Estado novo demandava, eram diversos órgãos para ser implantados. Por mais que a Casa Civil requeresse certa atenção, e pela fala dos servidores, era preciso olhar para o todo. Quem se propunha a trabalhar no Estado enfrentava longas horas de trabalho, inclusive nos finais de semana, conforme os relatos, pouco ou nenhum tipo de diversão, e até mesmo, uma alimentação precária. Até porque aqui em Palmas não se produzia nada, tudo vinha de outras cidades e Estados.

Olha, em 94, andar por este Estado era uma coisa assim, surreal, não tinha estrada, não tinha local para ficar, e assim a gente chegava ficava nas casas das pessoas, em muitos locais a gente comia na casa das pessoas. Então, tinha região que o caminhão da verdura não chegava, então você chegava na cidade e o que tinha era feijão, arroz, farinha de puba, ou só arroz e farinha de puba e frito né, que era o frango caipira (ARAÚJO, 2020).

Gratificante ouvir o relato das pessoas que vieram desenvolver as atividades em Palmas desde o início, como essa trajetória foi árdua e o que enfrentaram para poder ficar no trabalho enquanto a cidade estava em construção. Oficialmente se conhecem fatos importantes do processo de criação do Estado. Quando o governador chegava nas cidades do interior, era uma festa, mas nos bastidores acontecia o que Araújo (2020) revelou em sua fala.

Mas acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade – e a história oral como um todo – decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (ALBERTI, 2004, p.16)

O interessante deste estudo é conhecer a história a partir dos personagens que participaram do processo de criação da administração pública do Estado. No início da pesquisa havia uma perspectiva, porém no processo de desenvolvimentos, inúmeros fatos vão sendo revelados, que antes não se entendiam por que tais ações aconteciam de determinada maneira. Em momentos diferentes eles destacam a carência que aqui existia, seja de alimentos, lazer e de pessoal para trabalhar. Foi mencionado por Santos (2020) que muitos funcionários do alto escalão, secretários, chefes de gabinete, entre outros, vieram de outros Estados. E um desses foi o Dr. Renan de Arimatéa Pereira (2019), juiz, formou-se em direito no Estado de Goiás, onde atuou como magistrado até chegar a se aposentar, e assim o fez para então assumir o cargo de Secretário-Chefe na Casa Civil, em 1999, a convite do então governador Siqueira Campos.

Eu nasci na cidade de Porto Franco, no Estado do Maranhão, cidade vizinha, Tocantinópolis. Tocantinópolis de um lado, do rio Tocantins e Porto Franco do outro. Mas eu fui criado desde o primeiro ano de idade em Tocantinópolis, onde nasceram todos os outros três irmãos meus. Meu pai se chamava Antônio Gomes Pereira, a profissão dele era funcionário público, ele foi funcionário do Fisco de Goiás, ele foi fiscal de renda, depois chegou ao cargo mais alto, no Fisco de Goiás que foi assessor fiscal, que eram só cinco vagas, né, ele ocupou uma delas e ele era jornalista, ele editou um jornal durante muitos anos, na cidade de Tocantinópolis, chamado Correio do Norte, era famoso esse jornal lá. Tinha outros também aqui em Pium, tinha é, Pium que era daquele Coelho, tinha aqui em Porto Nacional também, tinha esse jornal Carolina, tinha A Tarde, e lá ele tinha também em Tocantinópolis o Correio do Norte (PEREIRA, 2019).

Pode-se perceber que os pais do entrevistados eram dedicados aos estudos, de modo a influenciar os filhos a estudarem. O pai era funcionário de carreira e jornalista e a mãe, dona de casa, que alfabetizava os filhos. Pereira continua:

a cidade era comandada pelo padre João, famoso, até o hino de Tocantinópolis fala terra do padre João. Então meu pai do outro lado, Porto Franco, nué, tinha chegado de São Luís, ele naquele tempo tinha feito ginásio, em São Luís, tinha servido o Exército e o padre João, o chamou para ser o secretário da prefeitura e ele comandou junto com o padre a prefeitura de Tocantinópolis e ali ele se erradicou e, ele acabou sendo prefeito também lá, na década de 50. Foi prefeito de Tocantinópolis, fez muitas obras lá (PEREIRA, 2019).

Quando eu cheguei para a escola eu já sabia ler, a minha mãe ensinava, minha mãe, meu pai, depois fui para Porto Franco estudei com meu tio que tinha chegado de Belém do Pará e montou uma escola, chamada Educandário Humberto Campos. E lá em Porto Franco eu fiz dois anos do primário e voltei pra Tocantinópolis, foi a época em que meu pai foi prefeito, aí depois ele fundou um ginásio, foi no Rio de Janeiro e trouxe um ginásio, só existia ginásio na época em Carolina, que era o ginásio Sertão Maranhense, em Porto Nacional, e em Grajaú. E, então era difícil para o pessoal de Tocantinópolis. Então, todas as professoras desse ginásio, chamava Ginásio do Norte Goiano, eram formadas com as freiras francesas em Porto Nacional. E depois, esse ginásio foi entregue para os padres, Dom Orione. Chama colégio Dom Orione hoje. Então, os padres eram italianos, todos, então, nós tínhamos um ensino europeu na cidade de Tocantinópolis. De um lado as normalistas, providas de Porto Nacional, dos franceses do padre Dom Alano Du Noday e do outro lado os padres italianos, nué. E, então, naquela época o Ginásio Norte Goiano, deu muitos juizes, só juizes foram doze juizes, médicos, e, e engenheiros, os tantos, né. E de sorte que, desembargadores. Aí nós tivemos Júnior Resplande, foi desembargador, Zé Lenar que é meu primo, foi desembargador, Luiz que é meu primo foi desembargador, eu era para ser desembargador, tava em Taberaí era só ficar quieto lá, era juiz em Taberaí, era só ficar quieto em Tabraí era desembargador direto, já tava lá. Mas aí tinha o tempo para se aposentar e o Siqueira me chamou pra Casa Civil, isso em 99. Aí eu aposentei e vim. Quer dizer deixei, deixei de ser desembargador lá em Goiás pra assumir a Casa Civil e fiquei dez anos lá (PEREIRA, 2019).

O incentivo ao estudo alavancou a carreira de Pereira (2019). Ele contou uma história bem curiosa quando o gravador estava desligado. Relatou que em dado momento de sua vida, contou ao pai que não queria estudar, o pai não brigou, informou que ele iria para a roça. Conforme Pereira (2019), chegando na fazenda o pai pegou uma enxada e disse que ele iria capinar, já que não queria estudar. Deixou-o na fazenda incumbido de realizar a tarefa e foi embora. Passados alguns dias o pai retornou, e ele mais que depressa pegou suas coisas e falou para o pai que queria estudar, contou aos risos. Foi uma experiência que marcou sua vida, porém de maneira positiva, pois ele se tornou juiz e conforme sua fala, só não foi desembargador por ter sido convidado a se tornar secretário-chefe da Casa Civil e aceitou. Antes de ser secretário-chefe da Casa Civil, Renan de Arimatéia trabalhou em Dianópolis como juiz:

No processo de criação do Estado eu estava em Dianópolis que era Goiás, eu era juiz em Dianópolis, fui juiz por três anos na cidade. E lá o Siqueira chegou, e então até ali havia assim, mais ou menos uma conversa que eu iria ocupar uma das vagas de desembargador aqui no Tocantins. E aí, a coisa foi fluindo, o Liberato nesse tempo era advogado comigo em Dianópolis, eu falei: ô, Liberato, por que você não faz o concurso em Goiás? Tá aberto para juiz. Ele fez, passou, e foi ser juiz em Taguatinga, de repente convidou o Liberato e aí não sei se por razões políticas, eu acho, porque o José Renard era candidato em outro partido em Tocantinópolis. Aí eu digo, aí ele convidou o Liberato pra reunião e não me convidou. Aí eu fui lá no governador e falei: ô, governador, eu não vou ficar no Tocantins, eu vou voltar para Goiás, e aí voltei e fui ser juiz em Bom Jesus de Goiás e depois em Itaberaí, lá fiquei 10 anos (PEREIRA, 2019).

Houve uma conversa entre eles, mas que não foi para frente sobre o convite para ser desembargador e quem se tornou desembargador foi Liberato Póvoa. Devido a esse mal-estar, Dr. Renan voltou para o Estado de Goiás e ficou lá por dez anos até que Siqueira Campos o convidou para ser secretário-chefe da Casa Civil.

Toda essa experiência marcou de maneira positiva sua passagem pela Casa Civil, e por ser uma pessoa conhecedora das leis, ajudava sobremaneira o governador, pois na época as pesquisas em sites não eram avançadas como hoje, de modo que os livros e o conhecimento eram muito importantes. Conforme os relatos anteriores, os atos que chegavam na Casa Civil “eram para ontem” (PEREIRA, 2019). Por tais razões, o Governador precisava de agilidade e estar resguardado legalmente. Alexandrino e Paulo (2006) apontam que a Administração só pode fazer o que foi determinado em lei. Assim, a Casa Civil tem a finalidade de orientar e resguardar as ações governamentais, pois assiste direta e imediatamente ao Chefe do Poder Executivo, ação delegada pela Lei 3.421/2019 (TOCANTINS, 2019).

O encontro entre Pereira (2019) com Siqueira Campos aconteceu em 1966, quando ele trabalhava no Ministério da Agricultura e foi enviado a Colinas de Goiás, hoje Colinas do Tocantins, para fiscalizar uma cooperativa, que na época era presidida por Siqueira Campos, fato que gerou a amizade entre eles. Porém, passaram-se muitos anos para que o Dr. Renan assumisse a Pasta como secretário-chefe. A conversa com o entrevistado foi extremamente prazerosa, ele é uma pessoa culta, de trato gentil. Dr. Renan (2019) salienta na entrevista que “a função da Casa Civil é verificar a juridicidade e a legalidade dos atos do Governador”, de acordo com a Lei 3.421/2019 (TOCANTINS, 2019).

Então era uma função muito importante fazer sair os atos do Governador, fazer sair dentro da lei, constitucionalmente perfeitos, corretos, né, e bem escritos. E então nós fizemos um acervo na Casa Civil, durante dez anos, que ela tem um acervo de atos, atos bem escritos e quem entrar lá por dez anos não vai ter tanta dificuldade (PEREIRA, 2019).

O outro servidor público que foi instigado a desenvolver seu trabalho na Pasta foi Cláudio Nunes, ele é formado em direito e letras, mudou-se para o Tocantins em agosto de 1994, pois havia passado no concurso de advogado e veio assumir a vaga, ficou trabalhando por um tempo na Secretaria da Administração e posteriormente em 1995, no governo de Siqueira Campos, foi convidado para trabalhar na Casa Civil e compor a equipe do departamento jurídico. Ele relata que o que motivou a ir trabalhar na Secretaria foi:

[...] primeiro, a importância da questão jurídica da Casa Civil, era um desafio pelo estudo, uma formação mais específica na área administrativa, constitucional e porque a gente vê todo o Estado dentro da Casa Civil (NUNES, 2020).

Drucker (2019) afirma que as particularidades de uma organização são os pontos centrais, ou seja, suas características. E foram essas especificidades que chamaram a atenção de Nunes (2020) para trabalhar na Casa Civil, pois a secretaria acaba abarcando todos os órgãos do Estado (NUNES, 2020).

Em 2000 assumiu o secretário Renan de Arimatéia, e o secretário executivo Alexandre Tadeu foi removido para o Naturatins, então eu já era assessor, tava trabalhando ali na, na Casa Civil, e assim, ele, o Alexandre né, me indicou, e eu fui convidado pelo secretário Renan, então a ocupar o cargo de secretário executivo, que depois foi mudado a nomenclatura para subsecretário. Exerci esse encargo junto com o Dr. Renan até 2005, quando houve aquela desavença entre o então governador Marcelo Miranda e o ex-Governador Siqueira Campos. E o governador Marcelo Miranda, o que era muito natural, né, resolveu substituir o primeiro e o segundo escalões do governo. E eu que não tinha

nada a ver, em relação a ter nada contra um e nem contra o outro, acabei sendo sacrificado com isso, não me deixaram nem retornar para a assessoria, simplesmente fui removido para a SEDUC e, na SEDUC, eu também já não tava muito adaptado lá, já era um serviço que não demandava muito a minha presença, e aí eu vim pra Araguaína, né. Pedi a remoção pra delegar a diretoria, a Diretoria Regional de Ensino aqui. Fiquei aqui um mês, mais ou menos, e depois surgiu uma vaga no PROCON de Araguaína, e eu fui pra lá. Do PROCON de Araguaína quando foi em 2007, 2006, dúvida, do início de 2007, eu pedi o retorno pra Palmas, porque surgiu uma oportunidade, uma vaga lá. Aí eu fui trabalhando como, é, é, intermediador, que eles chamam lá de conciliador. Mas aí eu fiquei nas audiências lá, de, de, até julgamento também de instrução e tudo né, militando lá junto com a, com o juizado especial também, sempre em favor aí do consumidor. Então foi isso (NUNES, 2020).

É possível observar na fala do servidor, a sua insatisfação por ter sido removido para outra secretaria, e isso se deu não por falta de competência dele, mas por motivos políticos. Em conversas informais com outros servidores, eles relatam essa ocorrência. Muitas vezes há substituição de servidores não pela competência profissional, porém, pelas circunstâncias, no caso, ser amigo do gestor da Pasta. Com tal aproximação, a pessoa ocupa cargos com remuneração mais elevada, e como os cargos são de comissão, sendo de livre nomeação e exoneração, os gestores podem fazer isso. Os servidores relatam que, em muitos casos, o conhecimento da pessoa contratada é menor que o daquela substituída. Essa é uma realidade que eles constataam nos órgãos públicos do Estado. Fato que vem desde do início da divisão do Tocantins, pois os cargos viraram moeda de barganha, de acordo com os entrevistados.

Bom, aí em 2011, é, eu tava lá no PROCON ainda, respondendo, inclusive pelo PROCON até a chegada do novo coordenador de lá, diretor, acho que na época. E aí eu fui novamente indicado pelo secretário Renan, pra ocupar o cargo de subsecretário dele lá, na Casa Civil. (...) de onde eu fiquei até julho de 2013. Quando nós resolvemos com a minha família, até por questão de saúde dos meus filhos, tavam pequenos, muito problema com o clima de Palmas, aí nós viemos aqui pra Araguaína. Mudamos aqui pra chácara, cê sabe. E graças a Deus a saúde deles foi de água pra o vinho né, foi ótimo. Nossa mudança pra cá nesse sentido foi muito bom. Perdi, claro, em relação a salário, essas coisas, a gente trabalha muito mais, tem muito mais preocupação aqui. Mas, enfim, pela saúde deles foi compensado e tem compensado (NUNES, 2020).

Nesta segunda etapa, Nunes (2020) retorna para a Casa Civil a convite de Pereira (2019), pois este conhecia o trabalho que o servidor desenvolvia e confiava nele. Nunes (2020) também conta que eles faziam os atos de aposentadoria, que hoje não é mais atribuição da Pasta e que fizeram uma Lei que dividiu os Municípios, e outro relato recorrente foi sobre a rotina de trabalho que era muito puxada:

(...) eu fui tendo contato mais geral com os órgãos do Estado, com os seus diretores, com os secretários, com os presidentes. Aí eu fui tendo mais contato com esse pessoal, né! Nós fizemos uma lei muito importante que foi a divisão dos Municípios, né. A gente chamou isso até a lei do DAI. Porque era as divisões, os limites dos Municípios, foi muito importante. Então nós trabalhávamos muito. A gente entrava assim, tinha hora pra entrar e não tinha pra sair, nem pro almoço e nem pra ir dormir. Eram oito horas da manhã, às vezes quantas e quantas vezes saía aí duas, três horas da tarde, porque era o horário do governador era o mesmo horário nosso da Casa Civil. E muitas vezes retornava quatro horas, quando saía duas, três horas, quatro, quatro e meia a gente já tava aí e ia muitas vezes até dez horas da noite. Nós já tivemos casos de ir a madrugada. Nós tivemos, não foi muito os casos, mas tinham. Mas o geral era assim, oito horas até duas da tarde, voltava as três e meia e ficava aí até umas oito, nove horas da noite. Inclusive a gente tinha o lanche, veio a ideia do uniforme, nós fizemos uniforme praí. Acho tudo isso foi assim de grande relevância. A mudança, por exemplo, Gisele, da questão da informática. Quando nós chegamos aí, os computadores eram bem aqueles, quando eu cheguei em 95, eram alguns computadores, ainda era aquele 286, 386, 486.

Quando veio o *Pention*, meu Deus do céu, era uma beleza. Eu lembro do Carlinho, o Carlos Roberto, ele ainda batia máquina. Ele fazia coisa, folha de frequência nossa batendo máquina, e a gente escutava de longe aquele barulho da máquina lá dele trabalhando, né. E depois quando nós entramos aí em 2000, e, e, se eu não me engano 2011, é que nós fizemos essa, tiramos muito dos, trocamos toda a parte da informática e colocamos esses novos computadores aí. Compraram, se não me engano, até direto lá, dá fábrica, né, da, do representante, aliás, no Brasil da, não me lembro a marca aí, aí tem a marca deles aí. [...] outra coisa interessante que nós fizemos aí, foi a questão do Diário Oficial, em vez do diário impresso, o Diário não era diário, às vezes fazia dois, três por semana, aí, com a informatização do Diário, né! Nós passamos a ser mesmo diário, essa questão de coletar os dados, não precisar levar em *pen drive*, CD, essas coisas, receber, nada disso, era tudo *on-line*. Então foi muito bom, isso aí foi uma, uma, pro serviço foi muito bom (NUNES, 2020).

Havia a preocupação de investir na Pasta, pois o servidor teve a oportunidade de acompanhar a trajetória do lugar. Quando iniciou na Secretaria, em 1995, tudo estava em fase de implantação, a tecnologia em processo de desenvolvimento, o programa que é utilizado ficou pronto em 2003. Por isso, ele compreendia a necessidade de investir para que o ambiente fosse propício para o desenvolvimento das funções e por ser a secretaria que atende ao governador, precisava adequar-se às novidades que o trabalho exigia, e às demandas que, de acordo com os servidores, tudo “era para ontem”.

Quando Nunes (2020) foi assessor da Casa Civil, tinha uma visão restrita da rotina de trabalho, pois o serviço era mais direcionado; já quando passou a ser o subsecretário, participava do todo, e fez valer sua experiência como assessor, uma vez que conhecia os meandros dos departamentos e as dificuldades que enfrentavam. Ele foi a pessoa que levou a proposta para o secretário realizar as trocas de equipamentos, que ainda hoje a Casa utiliza. A ação de Nunes (2020) demonstra que havia o cuidado com os colegas, porque quanto mais bem equipados, melhor seria o resultado do que era desenvolvido. Drucker (2019) afirma que quando se trabalha em conjunto, fica mais fácil atingir a eficiência, embora a equipe tenha que visualizar os pontos fortes e os fracos a serem trabalhados. Conforme salienta Nunes (2020), a evolução do departamento que cuida do Diário Oficial ocorreu devido às conquistas alcançadas pela equipe, que conseguiu fazer com que o Diário circulasse como deveria, sem interrupções, e *on-line*, “o que foi muito bom”.

Ora, podemos dizer que a postura envolvida com a história oral é genuinamente hermenêutica: o que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo compreender as expressões de sua vivência (ALBERTI, 2019).

Ao mencionar sobre interpretar e reviver os fatos, Alberti (2019) é bem propício, porque quando os entrevistados começam a narrar os acontecimentos, desenham-se na mente os acontecimentos que eles mencionam, dando a ideia de ter vivenciado, as imagens vão surgindo na mente e tem-se a sensação de pertencimento, de conhecer as ocorrências. A história tem ângulos diferentes e as perspectivas que cada pessoa tem sobre determinado assunto, a maneira que ela vivenciou as questões, vai determinar como cada um vê certos assuntos. Foi perguntado sobre as dificuldades, obstáculos, que existiam na execução do trabalho. Para Pereira (2019), não existia obstáculos:

Olha, sinceramente, nós não encontramos obstáculos não, não encontramos, fora essas dificuldades da época não é! Como eu já disse, a falta da informática não atendia como hoje. Hoje tá tudo fácil, internet. Então, nós tivemos as pesquisas nossas legislativas, tinham que ser feitas nos livros. Hoje não você abre a internet você tem a jurisprudência do STJ e, do, do Supremo ao corrente, da hora, da hora, cê que vê o que o Supremo produziu hoje você abre lá, você já tem. No nosso tempo, não! Tinha que recorrer aos livros, ser assim, ver o que que era, uma dificuldade! Hoje não, a

internet mudou tudo, mudou o mundo, tá informatizado, globalizado, tá tudo diferente (PEREIRA, 2019).

Como secretário-chefe da Casa Civil, Pereira (2019) tinha uma visão macro do órgão, entendia os desafios, mas sabia que suas ações tinham o respaldo do governador. Em sua fala ele revelou que a Casa Civil era a menina dos olhos de Siqueira Campos. Assim, tudo o que eles precisavam era atendido, lembrando que foi na gestão de Pereira (2019) que a Secretaria passou pelas reformas dos equipamentos. Como gestor da secretaria, observava as demandas dos departamentos e esses, por sua vez, cuidavam da elaboração do que diz respeito às suas competências. A exemplo do departamento jurídico, que elabora as leis, decretos, despachos, entre outros. Desta forma, todos são responsáveis pelas suas produções.

Aquilo ali no começo, como eu te falei, era só tabelas, tabela no Word, nem no Excel não era, que ninguém sabia mexer no Excel. Era raro uma pessoa no Estado que sabia mexer em Excel. E aí como era, as coisas no Excel eram muito pesadas, agora você imagina uma tabela, da secretaria de Governo, da secretaria de Ação Social, da SETAS. Essas secretarias grandes. Tabelas com vinte e tantas páginas, tudo tabelado com cargo. Aí por exemplo: Assessor Especial - 1, aí abria, quantas vagas? Vinte, aí abria aquelas vagas! Não (entrevistado gagueja) e o, eu fico lembrando disso hoje, agora eu tô lembrando da vontade, eu não sei se eu choro ou se eu rio. Era difícil demais (CANDIDO, 2020).

Na citação, o servidor explica como era o trabalho do departamento de Atos no início, e hoje ele tem um olhar sobre aquele tempo vivido, as experiências eram diversas, trazendo ângulos bem distintos. Para alguns não havia dificuldades, no caso de Pereira (2019), já para outros, a situação era bem difícil. Ferreira, Fernandes e Alberti (2000, p. 33) [...] relatam que “o oral nos revela o “indescritível”, toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos [...]”. A história que Candido (2020) nos contou e algo que não está nos livros, as lembranças das dificuldades estão preservadas em suas memórias, e quando ele começa a relembrar, vem a sensação de não saber “se ri ou chora”, pelas dificuldades que eles passaram para tornar possível a efetivação dos atos oficiais. Rabelo (2011) aponta que o país enfrentou situações difíceis para conseguir modernizar as instituições públicas e as áreas tecnológicas. De modo que afetava a todos, pois essa introdução ainda era bem tímida.

A busca por querer entender os passos da criação da administração pública da Casa Civil foi o motor propulsor dessas investigações, e os primeiros servidores forneceram detalhes que só eles sabem, pois viveram os bastidores desse início. Eles passaram por situações inusitadas de superação e conquista, de erros e acertos, isso não quer dizer que atualmente não haja dificuldades, hoje se vive em um mundo tecnológico que requer mudanças constantes e agilidade no serviço que é oferecido. Júnior (2019) relata que a TI foi introduzida no país para que houvesse o aprimoramento nos órgãos públicos. E assim, conduzir o serviço de maneira mais célere e eficaz.

Antes o ato era manual, se tinha que pegar um ato e digitar ele, se digitava do começo até o final praticamente. Hoje você digita campos de um ato, é, por exemplo a gente tinha várias fundamentações, se..., na nossa sala tinha um balcão colados assim, com várias folhas coladas com as fundamentações. Que cada coisa tinha uma, então a gente tinha que ir lá ver como que era. Imagina o tanto que isso é propenso ao erro. Então, tanto é que a gente tinha um corpo de redação enorme, pra cuidar disso, pra fazer conferência. Eu pergunto: quanto tempo demorava para fazer um ato? Ah, um ato demorava, um ato demorava muito tempo, fora o medo que cê tinha de dar errado, cê ficava receoso (CARNEIRO, 2019).

Conforme os relatos, havia a preocupação e o cuidado com os documentos que estavam sendo elaborados, de maneira a criar mecanismo para minimizar os erros que poderiam acontecer, construindo critérios que precisavam ser obedecidos, porque desta forma não incorreriam em erros, ou mesmo os reduziriam. Este cenário fez com que os servidores buscassem alternativas para melhorar os recursos tecnológicos, de modo a minimizar a tensão e estresse no âmbito do trabalho. Maximiano (2004) destaca que a burocracia originalmente indica uma maneira de organizar. Assim eles fizeram: organizaram tudo em um sistema que atendesse as necessidades do dia a dia (MENEZES, 2020).

Com o passar dos anos outros secretários foram chegando ao Órgão e foram deixando suas características. Na entrevista com Lima (2019), ela relata que a Pasta precisava de algumas mudanças:

Sempre tem algumas coisas, nossa visão, né, cada um tem a sua visão. Na minha visão, tinha algumas coisas de organização que precisavam ser melhoradas ou aprimoradas né, ninguém é perfeito, cada um vai desenvolvendo seu trabalho e até mesmo pela questão do Estado, né, começando a cada hora você vai aprimorando o trabalho (LIMA, 2019).

Cada momento exige uma postura de quem está chefiando a Pasta, porque cada secretário tem sua maneira de administrar e assim a secretaria vai adequando-se a novas demandas que vão surgindo. Drucker (2012) diz aponta que o que temos hoje não é o suficiente para as demandas futuras. A fala dele relata o cotidiano, por que o sistema que a Casa tem hoje, será que atenderá às necessidades daqui a um, dois anos? Conforme os relatos, esse sistema que a Secretaria utiliza já passou por mudanças e assim continuará para que o processo de melhoramento se dê ao longo dos tempos.

Os impactos, eles são muitos, você vai no dia a dia até colocando a sua cara, a cara do seu trabalho, né. Mas não é que existe certo ou errado, é aquilo que você está desenvolvendo e pra aquele governo que você está trabalhando, a cara daquele governo, governante (LIMA, 2019).

A gestão do órgão depende do entrosamento entre secretário e o governador, quais serão os objetivos destes? Modernizar a Pasta ou deixar que ela fique sucateada? O desenvolvimento do ambiente laboral é importante? São fatores que influenciaram diretamente na evolução ou não da secretaria. E conforme alguns depoimentos de servidores que começaram mais recentemente, essas inovações não aconteceram conforme o esperado.

Campos (2020) relatou que veio para Palmas em 1994 aos dezesseis anos de idade, pois os pais haviam estabelecido residência na cidade desde o ano de 1991. Eles trabalhavam com ferragens e tinham uma empreiteira. Essas pessoas vieram do Estado da Bahia para trabalhar em Palmas que, apesar da precariedade, oferecia oportunidades para quem quisesse investir na Capital.

O servidor público Campos (2020) tem formação na área de Administração de Redes, tecnólogo, ele trabalha com infraestrutura da parte tecnológica da Casa Civil, ramo que requer atualizações e modernização. Ele relatou que atualmente está cursando uma nova formação, na modalidade EAD, na área de Gestão de Tecnologia da Informação.

Eu já trabalho na Casa Civil desde 26 de janeiro de 2011, eu trabalho com basicamente com redes e infraestrutura e suporte aos usuários, já tem uns dois anos também que eu tomo contada parte de desenvolvimento, eu oriento os colegas que fazem esse trabalho de desenvolvimento, porque eu tenho uma capacitação na parte e projeto de gestão de processos, então eu faço meio que o processo que eles devem desenvolver nas fases do desenvolvimento dos sistemas, eu faço isso pra ele. Aqui na Casa Civil já sistemas que foram criados por mim mesmo, e eu tive a ideia e implantei, é o sistema de decretos que está no site da Casa Civil, sistema de leis, também foi eu que criei isso e com a ajuda dos

desenvolvedores da Casa Civil Rosivaldo e Adão a gente implantou e estamos com os projetos que a de digitalização do arquivo central aqui da Casa Civil (CAMPOS, 2020).

Campos (2020) é o servidor público responsável pela modernização da área tecnológica da Pasta atualmente, ele cuida dos equipamentos e pelas melhorias destes, também é responsável pelas matérias que o site disponibiliza, no caso das leis e decretos que devem ser alimentados para fornecer informações autênticas. Essa rotina é constante, porque as leis e os decretos podem sofrer modificações que devem ser observadas. Conforme Campos (2020), são outros servidores que têm a função de verificar tais mudanças e caso haja, fazer a substituição no site. Osborne e Glaeber (1995) afirmam o quanto a modernização da gestão pública foi importante, pois o governo precisava de uma gestão mais célere que fosse competitiva. Os autores citaram como exemplo a cidade de Visália, nos EUA, que havia aderido ao novo modelo administrativo, o gerencialismo, e com isso tornou competitiva como a iniciativa privada e dentro da legalidade (NEWMAN; CLARKE, 2012).

A gente era referência, o órgão que tinha os melhores equipamentos, tinha tudo do melhor, o treinamento que o servidor queria, hoje não acontece nada mais, treinamento nenhum. Mas na época a gente conseguia treinamento fora, o Adão fez um treinamento importante em São Paulo de projetos para infraestrutura de informática. Era um bom momento e a gente pegou secretários que gostavam disso, né, não é que gostavam, mas estavam cientes que tinham que gastar com aquilo ali, não era só gastar com funcionário. Precisava modernizar a infraestrutura, dar ferramentas para eles (CARNEIRO, 2019).

De acordo com relatos anteriores, sempre houve uma preocupação em manter a Pasta atualizada, com bons equipamentos e infraestrutura adequada. Ao ser questionado sobre as atualizações necessárias, Campos (2020) relata que as mudanças aconteceram há dez anos, isso não é recente, e essa parte tecnológica muda muito rápido, o que era moderno e atual ontem já não é hoje. Júnior (2019) aponta que tecnologia da informação tem a finalidade de modernizar os serviços, proporcionando assim uma maior agilidade, mas para que isso aconteça, é preciso treinamento para que as pessoas possam se inteirar das novidades e equipamentos modernos.

A Casa Civil, comparada a outras Casa Civil de outros Estados, a gente pode comparar com o Estado irmão que é Goiás, a gente é insuficiente, deixa a desejar. O que hoje a gente tem na área tecnológica, na área de aplicativos utilizados, de sistemas utilizados, é tudo o que os servidores trazem de casa praticamente, porque o Google infelizmente, os gestores não têm a sensibilidade de adquirir esses sistemas. Eu tenho 10 anos tentando, estou há 10 anos tentando comprar uma licença de Windows, uma licença de pacote Adobe, pra elaboração do Diário Oficial, é, pacotes office, antivírus, e nada, a gente usa tudo pirata, infelizmente (CAMPOS, 2020).

Nesse trecho, o entrevistado esclarece que os gestores mais atuais não tiveram o cuidado de manter a Pasta com infraestrutura moderna. Isso muitas vezes ocorre por falta de entendimento sobre alguns aspectos: gerir não é uma tarefa fácil. Deve-se ter o cuidado de olhar para o macro, ter compreensão de como funciona todas as esferas de uma secretaria, para não perder aquilo que já foi conquistado. Peter Drucker (2019) aponta que muitas vezes uma organização, seja pública ou privada, precisa contratar um especialista para ajudá-los na função de administrar, porque eles poderão se perder no cipoal, ou seja, administrar recursos não significa apenas cortá-los, isso não significa economia.

Ela já tá ficando deteriorada porque a última vez que foi feito, porque a última vez que foi feito aquisição de infraestrutura nova, já tem tempo. E é uma coisa que evolui tão rápido. Se você não acompanha vai ficando lento, difícil de arrumar e mais cara (CARNEIRO, 2019).

Os gestores não conseguem enxergar, eles na verdade, eles não, não olham a área de TI como uma área estratégica, de planejamento. A área de TI, quer queira, quer não, é só aquele garoto pra ver se a internet tá funcionando, se o computador tá ligando ou não. A gente mesmo da área de TI que tem essa preocupação, que não quer ficar para trás em relação a outros lugares, mas os gestores não conseguem dar o devido valor à tecnologia, e deveria ter, principalmente por conta da segurança da informação, é por conta de sistemas atuais que facilitam a vida dos usuários (CAMPOS, 2020).

Os depoimentos revelam preocupações e insatisfações, porque eles não encontraram nos gestores o devido suporte para que pudessem realizar as atualizações necessárias. O gestor precisa criar planos de ações e fazer as seguintes perguntas: o que precisa ser feito? O que é bom para o órgão? E assim começar a executar as medidas que modificarão o quadro. Nem sempre um bom líder é carismático, mas, mais do que isso, ele precisa transformar o conhecimento em ações efetivas que sanem as necessidades existentes (DRUCKER, 2019).

Olha, para vocês terem uma ideia, eu cheguei aqui no ano de 2011, e nós tínhamos um orçamento no ano de 2011, é salvo engano de R\$ 36.000,00, para utilizar na área de TI, em serviço, equipamentos, no que fosse necessário. Era na verdade o primeiro ano do governo Siqueira, que estava vindo do governo do Gaguinho que tinha colocado no PPA para utilização de TI. Eu cheguei aqui estava um pouco já defasado, sucateado, não tinha máquinas modernas, tava bem arcaico e junto com o Superintendente de Administração e Finanças, na época era o Paulo Aramuni, a gente conseguiu colocar para o ano de 2012 uma verba de, salvo engano, de R\$ 350.000,00, pra área de TI. E foi no ano que a gente conseguiu comprar mais de quarenta computadores, impressoras. A gente voltou a equipar a Casa Civil, não compramos sistemas Windows, essa parte mais lógica a gente não conseguiu comprar. E a partir daí todos os anos a verba pra TI foi sendo cortada de acordo com a visão do gestor. No ano de 2019 foi colocado pra Casa Civil gastar o ano inteiro na área de TI R\$ 8.000,00. Oito mil reais a gente não consegue pagar dois meses das impressoras que nós temos locadas aqui na Casa Civil. Ou seja, a gente trabalha apagando incêndio (CAMPOS, 2020).

Com tão pouca verba para realizar as inovações necessárias, a Secretaria torna-se obsoleta na área tecnológica, e sabe-se que este mercado é bastante ágil quando se trata de mudanças e novas tendências. Em uma outra conversa informal, o servidor público relatou que a Pasta passa por inúmeras dificuldades com relação à falta de orçamento, o que acarreta uma série de necessidades básicas, como o não recebimento de e-mail, pois sendo gratuito fica limitado a um número pequeno de recebimento de correspondências.

Devido a essas precariedades, a Casa Civil deixou de ser referência tecnológica para outras secretarias que também enfrentam o sucateamento. Investir é parte fundamental para a realização do trabalho, e quando se dispõe de ferramenta adequada para isso, as tarefas são realizadas com mais precisão e agilidade. De acordo com os entrevistados, sempre foi primordial esse cuidado. Como fizeram parte do processo de construção da Pasta, eles têm a compreensão da importância do instrumento no cotidiano. Por isso, é uma ferramenta indispensável no mundo moderno. No Brasil, ela foi impulsionada pela inclusão da administração gerencial, que tinha como meta a modernização da administração pública (DINIZ et al., 2009).

Foi realizada também entrevista com o atual secretário-chefe da Casa Civil, Rolf Costa Vidal, que me recebeu em sua sala, na Casa Civil, no dia 6 de novembro de 2020. O Secretário assumiu a Pasta quando o então Governador Marcelo Miranda foi cassado, e o Presidente da Assembleia Legislativa, Mauro Carlesse, assumiu o governo do Estado.

Vidal é oriundo da Cidade de São Paulo, veio para o Tocantins com dezoito anos de idade. Ele conta que por causa dos estudos mudou-se para Palmas, pois havia conseguido uma bolsa para o curso de direito.

Ao final do ensino médio, eu prestando a prova do ensino médio do ENEM, havia um programa federal de bolsas e com a minha nota me qualifiquei pruma bolsa aqui na ULBRA né, em primeiro lugar na seleção. Então eu vim pra Palmas em janeiro de 2006 pra cursar direita na faculdade ULBRA (VIDAL, 2020).

Muito jovem, ele chega a Palmas, que já em 2006 havia passado por inúmeras mudanças. Obviamente, havia ainda muitas questões a serem resolvidas, o que era normal, pois a cidade, até os dias atuais continua sendo transformada. Vidal (2020) relata que houve a possibilidade de retornar para São Paulo, mas achou interessante fazer parte do processo de construção do lugar e ficou aqui. Na investigação, foi questionado como se ocasionou sua inserção na carreira pública.

Eu trabalhei muito tempo no setor energético, né, na distribuição na ⁸⁰CELTINS, e na geração na ⁸¹INVESTCO. E saindo da INVESTCO eu fui trabalhar com regularização fundiária, né, das áreas lindieras e ao lago Luís Eduardo Magalhães e eu recebi um convite pra ingressar na Administração Pública como chefe do jurídico da Secretaria de Juventude e Esportes. Eu achei que era um momento interessante de dar essa guinada na carreira, então eu saí da iniciativa privada já advogado e assumi o jurídico da Secretaria. Assumindo o jurídico em 2012, né! Eu tive a oportunidade em 2014, de ser nomeado Secretário de Estado da Juventude e aí dei sequência, né, na carreira aí, na vida pública como é, sempre nessa linha técnica, como assessor e assessoramento jurídico. Essa que foi desde 2012, e o que eu faço aqui no Estado do Tocantins (VIDAL, 2020).

Vidal (2020) narra sobre o início da sua carreira pública, que foi na Secretaria da Juventude e Esportes. Uma pequena amostra do que seria trabalhar na Casa Civil. Depois dessa experiência, ele foi trabalhar na Assembleia Legislativa com o Presidente da Casa à época, o hoje governador Mauro Carlesse, que o convidou para ser secretário-chefe da Casa Civil.

Eu preciso só voltar uma página pra poder explicar a minha vinda para a Casa Civil porque ela se deu em virtude, é, eu era assessor jurídico da presidência da Assembleia Legislativa, né! Eu assessoriei o então presidente Mauro Carlesse dos anos de 2017 e 2018. Participei com ele de pontos importantes no legislativo, né! Fundamos a Escola do Legislativo, fizemos um trabalho relevante de rediscussão das medidas provisórias, no âmbito da Constituição Estadual e faticamente no ano de 2018 houve a cassação do governador do Estado e por comando constitucional o presidente da Assembleia ele assume o então governo do Estado e houve ali a convocação de eleições suplementares. Então, nessa e desde o início eu participei da montagem da equipe, é pela experiência que eu já tinha de administração pública e nessa montagem da equipe é o governador e os demais colegas entenderam que com o perfil acumulado na Assembleia Legislativa e anteriormente na administração pública, o ideal seria que eu ficasse à frente da Casa Civil no que diz respeito nesse relacionamento intersetorial, mas na construção dos atos normativos (VIDAL, 2020).

Na escolha de todos os secretários da Casa Civil, o Chefe do Poder Executivo primou pela proximidade e confiança e conhecimento sobre o andamento da gestão pública do Estado. Conforme Nunes (2020), há uma “concentração de todos os órgãos dentro de um único lugar”, de modo que cabe ao secretário da Pasta cercar-se de pessoas que auxiliem nesse processo de gerir.

⁸⁰ CELTINS: Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins, hoje denominada ENERGISA. Disponível em: <https://www.energisa.com.br/institucional/Paginas/sobre-energisa.aspx>. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

⁸¹ INVESTCO: Concessionária de Geração de Energia Elétrica da UHE de Lajeado. Disponível em <https://www.investco.com.br/pt-br>. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

A Casa Civil ela é, eu trabalho sempre com o sentimento de que ela é um bastião da legalidade, da constitucionalidade, e a gente sempre preza por um assessoramento franco e sem medo de desagradar o gestor. Porque a gente tem que ter liberdade de expressar a sua opinião técnica mesmo que ela seja vencida em determinado momento. E o governador Mauro Carlesse sempre deu muita liberdade, autonomia, pra que a gente levasse um ponto de vista isento em relação às questões técnicas. E eu encontrei a Casa Civil, basicamente, ela tem a sua preponderância no que diz respeito à gestão do Diário Oficial, tem essa interação com todas as Pastas. Nós temos outro núcleo que é de fato a edição dos atos normativos, e aí a gente passa pela edição de projetos de leis, medidas provisórias, decretos, né, e demais atos. E temos também os atos administrativos, né. Que são as nomeações, as designações, as exonerações. Que são muitas vezes aqui feita aqui na Casa Civil, delegada pelo Governador do Estado. Então, nossa intenção desde sempre foi fortalecer esses núcleos, de dar mais condição técnica, de um fortalecimento jurídico. Então, nós trouxemos servidores novos, né, aumentamos aí o quantitativo do setor jurídico e estamos buscando melhoria no parque tecnológico do Diário Oficial e conseqüentemente do setor de atos (VIDAL, 2020).

Conforme o relato, a Pasta parece ser um bastião da legalidade, fortaleza, o que de fato, é o que ela representa para as outras secretarias. Alexandrino e Paulo (2006) afirmam que a Secretaria tem como característica primar pelos princípios legais, cuidando da veracidade dos documentos produzidos, assim “assistir e assessorar direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições” (LEI 3.421/2019). Portanto, um local no qual as demais secretarias podem encontrar respostas para as suas dúvidas, devido à seriedade com que os serviços são conduzidos. O entrevistado também menciona sobre investimentos na área tecnológica, de modo que, para se desenvolver um bom trabalho é preciso ter suporte tecnológico e de infraestrutura.

Nós temos também uma expectativa muito grande quanto não só à recuperação, mas o respeito à história da Casa Civil. Então, nós estamos no processo de discussão de dos arquivos, das ordens do mérito do Tocantins, né, que a Casa Civil, ela é responsável pela guarda e a gente ainda tem aí muito a avançar nessa memória. É, eu tenho intimamente o projeto de ter um ambiente que a gente faça um memorial do Diário Oficial, um memorial da Casa Civil que possa relembrar e os, é, os secretários-chefes, os servidores que passaram pela Casa, e os diários que trazem, né, a publicidade da história do Tocantins, e de modo geral, e a continuidade, e no trabalho de recuperação e digitalização dos diários oficiais. De modo que a gente consiga ter toda essa memória em formato digital que vai auxiliar tanto na pesquisa histórica, mas principalmente na memória jurídica do Estado (VIDAL, 2020).

Vidal (2020) ressalta a importância da história da instituição e, pelo que se percebe, esta gestão compreende o papel desta e os benefícios em se manter uma memória sobre os acontecimentos e os fatos vividos no lugar. Se desde os primeiros anos os gestores da Secretaria tivessem uma orientação sobre guardar, organizar os documentos e relatar em poucas palavras o que aquilo representava, hoje a Secretaria teria um acervo histórico de grande valia. Foi questionado sobre a organização da Pasta quando ele assumiu como Secretário.

É por questões, é, óbvias e até em respeito a todos aqueles que contribuíram pra construção do Estado, eu, eu ressalto que foi observado uma equipe muito comprometida, né, com o governo de forma impessoal, né, que não tava ali adstrito a aspecto político, então, esse foi o que talvez o ponto mais precioso que encontrei na Casa Civil, foi justamente isso, né. Os servidores da Casa Civil, eles têm uma dedicação, eles têm um entendimento da importância estratégica deles para o Estado, o que é de suma relevância. Obviamente, sempre existem oportunidade de melhorias, né, e essas oportunidades de melhorias elas estão sendo buscadas (VIDAL, 2020).

O Secretário-Chefe da Casa Civil, evidencia a importância da equipe de trabalho que foi construída ao longo dos anos, destacando o comprometimento dos servidores e a desvinculação partidária. As pessoas que trabalham no lugar, segundo ele, estão engajadas com o serviço. É certo que quando ocorrem mudanças no governo, com novas eleições, as trocas nos altos escalões acontecem, principalmente de secretários, e até mesmo alguns técnicos, estes por último são com menos frequência, conforme os servidores da Casa relataram.

Considerações

Para conseguir fazer uma boa gestão é preciso o engajamento de toda a equipe, todos precisam saber a missão da empresa ou órgão. Drucker (2019) afirma que as informações devem estar alinhadas e ele dá como exemplo uma orquestra. Percebe-se que nesta composição existem diversos instrumentos musicais que emitem sons diferentes, caso o maestro erre, pode ser um fracasso total, porque os sons emitidos não estão em sintonia, vira uma bagunça. Mas se ele conseguir organizar essas pessoas com seus instrumentos e em que todos saibam o momento de entrar na canção e o momento de parar, o trabalho ao final atingirá o que foi proposto. Em qualquer instituição, seja pública ou privada, não é diferente, ela precisa ser bem conduzida para atingir sua missão.

As entrevistas possibilitaram compreender etapas importantes no processo de implantação da Casa Civil. Cada sujeito entrevistado relatou os desafios enfrentados, as dificuldades quanto a tecnologia, a falta de infraestrutura básica na nova capital Palmas e todos os percalços de estruturação da Casa civil.

Ainda que haja validade em considerações de entrevistas feitas com uma única pessoa, o significado dos projetos coletivos é mais expressivo por possibilitar análises sobre pactos ou alianças sociais. Alimentando essa possibilidade, as caracterizações grupais ganham sentido explicativo das relações humanas. Com isso, sem maiores esquematismos, pode-se pensar que o coletivo merece moldura que facilitem o alcance de entendimento das diferentes situações em exames (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 107).

Nesse trecho, o autor explana que fazer entrevista com uma pessoa é válido, mas quando há a possibilidade de ampliar este leque, ou seja, com grupos, isso proporciona mais detalhes, enriquecendo e esclarecendo sobre certos acontecimentos, porque tal ação é realizada daquela maneira, assim fazendo-se compreensível aquilo que antes não era. Porém, leva-se tempo para o grupo expor certos detalhes, por isso, Schein (2017) afirma que nem tudo está explícito, são fatores intrínsecos que os servidores carregavam, como sendo seu elo e proteção. Destarte, é importante entender sobre a cultura organizacional, pois, num primeiro momento, os entrevistados não iriam falar sobre assuntos mais delicados, sigilosos, eles não tinham confiança em quem estava entrevistando, as informações foram surgindo aos poucos.

À medida em que as entrevistas foram ocorrendo, as muitas indagações começaram a ser respondidas, trazendo compreensão para certos acontecimentos ocasionados na Casa Civil, por exemplo, o excesso de cuidado sobre as informações, a execução dos atos oficiais, se foram produzidos de maneira correta, salvos no diretório correto, entre outros. Assim, “uma das principais vantagens da história oral deriva justamente do fascínio do vivido” (ALBERT, 2019, p. 22).

As experiências vivenciadas pelos servidores, seus erros e acertos, proporcionaram o aprendizado e a internalização das ações executadas ao longo dos anos (TAKEUCHI; NONAKA, 2008). Esse processo de apropriação é defendido pelos autores, pois os servidores criaram e adequaram os métodos conforme as necessidades exigiam, assim foram fazendo e aprendendo.

Certos fatos ocorridos na implantação da administração pública da Casa Civil, apenas os técnicos que lá atuaram conheciam, pois eram eles quem executavam as tarefas. São acontecimentos que não foram registrados, cotidiano cujo registro não interessava aos gestores da Pasta. Apenas a história oral pode trazer à luz esse cotidiano de experiências e vivências, guardado em suas memórias. O resgate ou a provocação dessas memórias respondeu às inquirições propostas, explicando as atitudes que antes dantes não compreendidas. “Com isso, sem maiores esquematismos, pode-se pensar que o coletivo merece molduras que facilitem o alcance de entendimento das diferentes situações em exame” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 107).

A história oral foi o caminho que viabilizou entender a administração pública na Casa Civil através da memória dos servidores. Memória que precisa ser relatada e descrita. Foi o que tentamos fazer neste artigo. Os documentos oficiais estão guardados, registrados e publicados, mas eles não dão conta das vivências e das experiências do cotidiano do período enfocado. Tentando concluir reproduzo a fala de Gi.

Dona Gisele, eu já falei muita coisa, a senhora aproveite aí aquilo que for necessário pra senhora, e se a senhora, eu tenho aí um mundo de coisas pra poder relatar, viu, mas eu não sei se isso vai contribuir no seu processo aí de tese, viu! Graças a Deus a idade tá avançada, mas quando a gente começa a falar os neurônios começa a conectar, aí a gente vai lembrando de fatos interessantes da criação desse Estado, viu (SANTOS, 2020).

O artigo relatou os bastidores do Palácio Araguaia, na versão dos servidores públicos que trabalharam na Casa Civil no período de 1989 a 1995. Concluiu-se que o Estado fez história na década de 1990, a Casa Civil teve e tem labirintos, história de pessoas, ordenamentos extraoficiais, labuta diária, memórias de servidores que ainda serão relatadas em outras pesquisas a serem realizadas por alunos e professores.

Referências

- ALBERTI, V. Ouvir contar: textos em história oral. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2019.
- CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração. 9. ed. Barueri, SP: Manole LTDA, 2014.
- DRUCKER, P. F. Introdução à administração. Tradução de Carlos A. Maferrari. São Paulo: Pioneira, 1984.
- DRUCKER, P. F. As fronteiras da administração. Tradução de Ricardo Bastos Vieira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- DRUCKER, P. F. Drucker: o homem que inventou a administração. Tradução de Alessandra Mussi Araújo. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.
- ESCRIVAO, G.; SILVA, S. L. D. Teoria da criação do conhecimento de Nanaka: Aplicação e Limitações em outros contextos organizacionais. XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção - Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual: Desafios da Engenharia de Produção na Consolidação do Brasil no Cenário Econômico Mundial. Belo Horizonte - MG, p. 14. 2011.
- HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vertice, 1990.
- JÚNIOR, C. A. Mourão.; FARIA, N. C. Memória. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, RS, p. 780-788, abril 2015.
- MEIHY, J. C. S. B.; SEAWRIGHT, L. Memórias e narrativas: história oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2020.
- MEIRELLES, J. G. A família real no Brasil: política e cotidiano (1808 - 1821). São Bernardo do Campo - SP: EdUFABC, 2015.
- MEIHY, J. C. S. B. Manual de História Oral. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005. -X.
- OLIVEIRA, T. J. A. D.; PIFFER, M. Palmas: lugar central ou enclave no centro-norte do Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, v. 18, n. 2, p. 199-216, jun-set 2015.
- SANTANA, Jocyléia. et al. Resiliências Educativas. 1. ed. Goiânia: América, 2013.
- SCHEIN, E. H. Cultura organizacional e liderança. Tradução de Ailton Bomfim Brandão. São Paulo: Atlas, 2017.

Enviado em 31/12/2022

Avaliado em 15/02/2023

A REVOLTA DE TUPAC AMARU II E A INDEPENDÊNCIA PERUANA: QUESTÕES DE GÊNERO E A INVISIBILIZAÇÃO DE MICAELA BASTIDAS NA HISTÓRIA

Juliana Avila Pereira⁸²

Resumo

No atual trabalho pretendemos tecer breves reflexões acerca da revolta andina na luta pela independência frente ao colonialismo espanhol de 1780 situada no Peru e que ficou conhecida na historiografia como a Revolta de Tupac Amaru II. Tendo como pano de fundo o referido movimento rebelde, visamos discorrer sobre a participação de Micaela Bastidas na revolta, uma líder conjunta nesta empreitada em busca da liberdade para o povo andino que fora apagada na historiografia tradicional que a secundarizou no processo. Através da ótica de gênero, pretendemos destacar a importância desta mulher para o processo de independência peruano.

Palavras-chave: Independência; Gênero; Micaela Bastidas.

Resumen

En el trabajo pretendemos tejer breves sobre la revuelta andina en la lucha por la independencia contra el colonialismo español de 1780 ubicada en el Perú y que se conoció en la historiografía como la Revuelta de Túpac Amaru II. Tiene como antecedente o referido al movimiento rebelde, pues discutimos la importante participación de Micaela Bastidas en la revuelta, mujer y codirigente de este empeño en busca de la libertad del pueblo andino que había sido borrado en la historiografía tradicional que hizo su secundaria en el proceso. A través de la perspectiva de género, pretendemos resaltar la importancia de esta mujer para el proceso independentista peruano.

Palabras clave: Independencia; Género; Micaela Bastidas.

Introdução

O presente estudo busca analisar o movimento indígena peruano e sua participação no processo de independência frente a dominação espanhola. Tomando como foco do trabalho escolhemos a rebelião indígena liderada por Túpac Amaru II e Micaela Bastidas contra os espanhóis em 1780. Visamos discorrer sobre a participação feminina na revolta e a figura da líder do movimento, Micaela Bastidas, muito invisibilizada pela historiografia tradicional, porém, de grande importância para o processo de emancipação do país andino.

Ao pensarmos o período referente a grande revolta de Tupac Amaru II, é evidente a natureza misógina deste processo na historiografia tradicional peruana, em outras palavras, é perceptível que tal apagamento do feminino na rebelião faz parte de um recorte de gênero, pois, tornaram as figuras masculinas em heróis nacionais que lutaram pela liberdade de seu povo e as mulheres como meras coadjuvantes que agiram pelo sentimento de paixão, sendo representadas sempre ao lado de figuras masculinas e a família. Conforme Prado “[...] analisar o discurso desses biógrafos, em sua maioria masculinos, mostrando como sua visão contribuiu para apagar a memória das mulheres militantes rebeldes” (PRADO, 2004, p. 33).

⁸² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Coordenadora e educadora de História no Pré-Universitário Popular Quinta Superação, vinculado ao Programa de Auxílio ao Ingresso nos Ensinos Técnicos e Superior (PAIETS/FURG). Membro do grupo de pesquisa Cultura e Política no Mundo Antigo (FURG).

Dito isso, o presente estudo é de natureza qualitativa, utilizando enquanto aspecto metodológica a Revisão Bibliográfica sobre o assunto aqui enfocado, pois a revisão de bibliográfica é considerada o primeiro passo em qualquer estudo científico (WEBSTER; WATSON, 2002) na medida que permite ao pesquisador explorar mais amplamente seu objeto e campo de estudo. Neste sentido, conjuntamente para estudar este processo visamos tencionar aqui as teorias dos Estudos Femininos e História e Gênero, tomando como principais nomes neste campo Joan Scott e Judith Butler que compreendem este conceito enquanto um constructo social, cultural, político e mutável, não existindo uma definição fixa para as categorias masculino e feminino. Conforme Joan Scott (1995): “o objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros” (p.22 – 23). Ou seja, o termo gênero evidencia um processo cultural de atribuição de funções sociais a homens e mulheres, que os induz a construção social de suas subjetividades.

Portanto, os estudos que se debruçam sob a ótica de gênero partem do princípio da relação entre homens e mulheres, tal conceito é: “utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação [...] das mulheres” (SCOTT, 1989, p.7).

O movimento rebelde: nomes, motivos, causas e consequências

Posto isto, no que concerne o movimento rebelde sabemos que este não foi o primeiro levante indígena ocorrido na América espanhola, as resistências existiram desde os primeiros contatos entre brancos e nativos, porém, o diferencial desta insurreição foi sua proporção, chegando a mais de 100 000 indivíduos envolvidos direta e indiretamente. A revolta começada em 4 de novembro de 1780 foi a maior rebelião da América Latina Colonial, tanto no número de pessoas envolvidas no conflito, quanto na amplitude geográfica alcançada, abarcando quatro países que conhecemos hoje como Argentina, Bolívia, Chile e Peru. Tal revolta é apontada pelos historiadores como o primeiro passo do caminho para independência do Peru.

Os elementos que motivaram o início da revolta estavam calcados na tensão que existira entre indígenas e espanhóis na região do Peru. Inúmeros conflitos internos combinados tornaram-se força motriz para o percurso da insurreição, sendo os principais pontos: o aumento na carga tributária de impostos cobrados pelas autoridades coloniais – a coroa espanhola visava a todo custo abastar ainda mais seus cofres – e, ao mesmo tempo, as autoridades decretaram o aumento na escala de trabalho indígena nas mitas, isto é, o horário de trabalho brutal nas minas de Potosí no qual os indígenas eram submetidos e obrigados a trabalhar pelos espanhóis estava sendo aumentado, colocando-os em situações ainda mais desumanas.

Neste contexto degradante e de extrema exploração, o sentimento de exasperação crescia entre os indígenas, assim, como quase um grito de liberdade para os nativos, as figuras de José Gabriel Condorcanqui Noguera e Micaela Bastidas emergiram com grande popularidade. Entretanto, o apoio a causa emancipatória de Túpac Amaru II e Micaela Bastidas não veio apenas dos indígenas, somando-se a tal movimento a combinação das forças referentes as elites criollas descontentes e empobrecidas com a política econômica estabelecida na colônia. Ademais, a rebelião também contou com a integração de mestiços e escravizados aos contingentes rebeldes.

Antes de seguirmos nos assuntos subsequentes, cabe destacar quem foi José Gabriel Condorcanqui Noguera, homem transformado em herói nacional e símbolo de orgulho da resistência indígena no Peru. José Gabriel ou, mais conhecido, Túpac Amaru II foi um líder indígena de grande prestígio entre os nativos e conhecido pelas autoridades coloniais, sendo frequentemente citado como grande nome da referida revolta em questão contra a dominação espanhola nos Andes, luta esta que ficou nominada como “revolta de Tupac Amaru” na historiografia peruana.

Túpac Amaru II fora educado em um colégio jesuíta de princípios cristãos, localizado em Cuzco, assim, conhecendo uma parcela breve de ideias e pesadores iluministas. Posteriormente, tornou-se *kuraka* de três cidades incas (Tungasuca, Surimana e Pampamarca) na região de Tinta. Por ser um indígena de prestígio e uma autoridade reconhecida pelos demais ameríndios, José Gabriel recebeu o título de Marquês de Oropesa, assim, este dispunha de um considerável número de terras, o tornando um homem economicamente farto no cenário colonial.

O traço que tornava José Gabriel Concorcanguí um homem de destaque e individualizado era sua ascendência materna da linhagem real inca, se afirmando enquanto sucessor e herdeiro genético direto de Túpac Amaru I, líder Inca que lutou e fez resistência bravamente durante toda sua vida a invasão espanhola no território americano. Assim, evocando o nome de Túpac Amaru, José Gabriel assumiu suas raízes e ostentou o nome de Tupac Amaru II, desaguando no reconhecimento como verdadeiramente Inca pelas populações indígenas que o apoiaram na grande causa.

Nesta perspectiva, César Augusto Calvimontes (2017) defende a tese que a teia de conexões estabelecida por Túpac Amaru estendeu-se por uma vasta área geográfica na região andina, isso deveu-se ao fato decorrente do trabalho como comerciante exercido pelo indígena, assim, conhecendo amplamente as regiões peruanas. Em decorrência do seu trabalho, Tupac Amaru conheceu face a face as degradantes realidades dos indígenas na América, visualizando que a raiz deste terror nos contextos centrava-se na presença espanhola, que submetera os indígenas a condições nocivas de vida. Conforme o autor:

Charles Walker coloca de maneira contundente, que aquele horizonte foi guiado por Túpac Amaru, que com sua experiência com o capital social e cultural devido a seu trabalho como arriero, havia conhecido grande parte da realidade andina e não só os mercados do sul, mas também de Lima e, com isso, estabelecido laços com o norte, onde também criava as condições para adesões a uma rebelião geral (CALVIMONTES, 2017, p.120 apud WALKER, 2015.)

Perante este cenário funesto que motivou o sentimento de revolta entre os indígenas, temos enquanto marco histórico que iniciou a insurreição o sequestro a mando de Túpac Amaru do e então corregedor Antonio de Arriaga, um magistrado espanhol responsável por recolher impostos, organizar as mitas e supervisionar a região onde José Gabriel era *kuraka*. Na perspectiva indígena e de demais moradores da colônia, a figura do corregedor representava um elemento deplorável, um sujeito que roubava as riquezas da terra americana e aplicava altas taxações de impostos, assim, com cobranças extremas em cima dos moradores da colônia (CALVIMONTES, 2017). Para além, o corregedor era a figura responsável pela massiva exploração dos nativos, assim, estes nutriam grande raiva deste funcionário da colônia.

Após a captura de Arriaga, Túpac Amaru reivindicou armas e suprimentos para os revoltosos e sua causa. Segundo registros, alguns dias depois, no dia 9 de novembro de 1780, a rebelião já encontrava grande número de apoiadores, todos reunidos em Tungasuca, uma das cidades Incas que José Gabriel era *kuraka*, presentes para ver a execução de Antonio Arriaga. Enquanto Arriaga era enforcado sob ordens de Túpac Amaru e Micaela Bastidas, o primeiro gritava frases afirmando que a mita, impostos sobre vendas e aduanas estavam suspensos e que Arriaga era um homem desonesto, cobrando muitos impostos que não existem (POMER, 2007). Tais atitudes reverberaram na coroa espanhola, que, inicialmente encararam ser mais uma revolta local corriqueira nos Andes, entretanto, com o avanço desta, a coroa a viu como um movimento que ameaçava o sistema colonial, devendo ser fortemente reprimido.

Rapidamente, após a morte de Arriaga, Túpac Amaru II marchou com suas tropas para o sul, Micaela Bastidas, sua esposa, ficou em Tungasuca para organizar aquela região e fazer os contatos políticos. Em todas as vilarejos por qual Túpac Amaru passou fez falas em praça pública, para angariar novos membros para a grande causa. Os rebeldes ganharam algumas batalhas que ocorreram entre estes e os espanhóis, demonstrando assim grande força do movimento. Conforme Leon Pomer (2007), Túpac Amaru queria evitar grande derramamento de sangue, esperando uma negociação com a coroa, Túpac Amaru “ainda esperava que sua atitude resoluta levasse os espanhóis a negociar. E mais: mostrava-se disposto a entregar-se como refém para garantir que seria fiel às autoridades se estas agissem com a justiça que reclamava” (POMER, 2007, p.128)

Após Túpac Amaru retornar para Tungasuca por orientação de Micaela, eles partiram para Cuzco, antiga capital Inca, que achavam estar desguarnecida. Porém, nesta última empreitada militar a grande insurreição andina fora derrotada por um grande contingente de forças espanholas, ambas forças militares lutaram por quase uma semana, entretanto, ao final, Túpac Amaru, Micaela Bastidas e o restante dos rebeldes precisaram recuar e fugir para o sul.

Na fuga de Túpac Amaru, Micaela Bastidas e sua família, eles foram traídos por um *criollo*, Francisco Santa Cruz, que notificou as forças espanholas sobre o esconderijo da família. No dia 18 de maio de 1781 Túpac Amaru teve sua língua cortada e fora forçado a ver a execução de sua família, sendo, logo depois, amarrado a cavalos e esquartejado em praça pública.

O movimento emancipatório é ainda hoje lembrado como início da independência do país andino, sendo a figura de Túpac Amaru II lembrada enquanto um herói nacional que deu sua vida pela liberdade da população andina.

Micaela Bastidas e o silenciamento da voz feminina na História

Micaela Bastidas é uma figura emblemática de extrema importância no contexto revoltoso da América Colonial, porém, assim como outras tantas mulheres que lutaram e morreram nas rebeliões em prol da independência na América, ela também teve seu nome apagado da História tradicional, sendo mais uma mulher invisibilizada nesta Ciência Humana, estando apenas reduzida a categoria de “esposa” de um herói que encabeçou toda a revolta “sozinho”. Nesta perspectiva, Maria Lígia Prado defende a concepção que:

Foi esquecido ou ocultado que as mulheres participantes dos movimentos pela independência atuaram num circuito claramente identificado como o da política, motivadas por idéias, sentimentos e crenças que as levaram a romper com os padrões sociais e religiosos vigentes. Sua notável coragem especialmente nos momentos trágicos da prisão e condenação indica que estavam preparadas para aceitar as conseqüências das escolhas efetuadas (PRADO, 2004, p.51)

Porém, partindo da ótica de gênero e dos estudos femininos que despontaram no Ocidente na década de 1970, podemos questionar sobre: quem foi Micaela Bastidas, esta mulher que se dedicou a uma grande causa de emancipação popular? Ela foi uma estrategista militar, mulher que lutou em diversas empreitadas militares para derrubar a opressão exercida pelos espanhóis contra os indígenas e residentes coloniais na América Latina. Na obra *Antología de la Independencia del Peru* (1972) consta que Micaela:

Casou-se com o líder do levante indígena, Tupac Amaru. Enquanto Micaela era de origem humilde, Tupac era descendente do Mano Inca. [...] Vários documentos se referem a ela com hostilidade assegurando que tinha um caráter mais intrépido que o marido e que em sua ausência ela mesma dirigia as expedições a cavalo para recrutar pessoas e armas, dando ordens com rara intrepidez e autorizando os editos com sua assinatura (LUNA; VÉLEZ; TAURO. 1972, p. 5.)

Micaela Bastidas participou ativamente na rebelião em prol da independência andina, as decisões mais importantes sobre o rumo da insurreição foram tomadas em conjunto, entre ela e Túpac Amaru II. Após a partida das tropas para o sul, Micaela permaneceu em Tungasuca, assumindo cargo de liderança da cidade inca, exercendo a importante função de organização política, administrativa e econômica. Ademais, ela também foi responsável pela mediação política com os demais *kurukas*⁸³ da região andina, dialogando com eles para angariar apoio para a grande causa rebelde.

Foi neste período em Tungasuca que Micaela destacou-se como uma verdadeira líder, além de exercer todas as funções relativas à organização da cidade e mediar novas alianças políticas para a causa, ela também liderou expedições militares, promoveu falas afirmativas públicas sobre a corrupção dos corregedores e prendeu todos aqueles que ousassem desafiar as ordens de Túpac Amaru.

Micaela manteve contato com seu marido enquanto o mesmo estava na região sul através de cartas. Nestas cartas ficam nítidas que as decisões sobre a insurreição foram tomadas em conjunto por ambos, assim, existiu uma liderança compartilhada na revolta. Na última carta consta a insatisfação de Micaela e sua vontade de partir em direção a Cuzco, informando a Túpac Amaru sua decisão de marchar a frente do exército de Tungasuca em direção a capital orientando a fazer o mesmo. Micaela apostou que teria adesão na batalha das populações nativas que viviam na região da capital, porém, como mencionado no tópico anterior, o mesmo não ocorreu e a batalha fora perdida (GOBBIS, 2019).

Após a fuga com sua família e a traição do *criollo* Francisco Santa Cruz, Micaela é presa e condenada à morte pelo crime de participação na rebelião e acompanhar Túpac Amaru II em tudo referente a insurgência engendrada por ambos. Ao analisarmos sua sentença, percebemos que Micaela foi reconhecida como uma líder do movimento, não a grande líder como foi citado Túpac Amaru, mas parte da alta cúpula que promoveu e instigou os indígenas dos Andes e insurgirem contra as forças coloniais.

No século XX, a rebelião de Túpac Amaru II e Micaela Bastidas é revivida nas pesquisas historiográficas, o primeiro é transformado em um grande herói nacional, sendo símbolo da resistência peruana as invasões espanholas, servindo de inspiração para o revolucionário Che Guevara. Por sua vez, Micaela foi posta em segundo plano, tendo reconhecimento de sua importância para a causa rebelde, porém, inferiorizada por seu sexo biológico. Cecília Gobbis (2019) discute sobre tal interpretação misógina da indígena no referido século:

⁸³ Cargo de responsabilidade oficial no império Inca.

Contudo, sua atuação parece estar limitada pelo entendimento da inferioridade de seu sexo, pois suas ações também são vistas como incomuns e admiráveis: “Es realmente admirable la actividad múltiple de Micaela Bastidas. Todo lo que se necesita para las tropas se pide a esta mujer; y ella lo proporciona todo (...)” (LEWIN, 1957, p.442). O que se pode observar é que sua importância é um fato, mas sua atuação está submetida a relação hierárquica entre homem e mulher. Dessa maneira, justifica-se a atitude de abnegação - interpretação esta que é pertencente à visão tradicional ligada a um discurso patriarcal -, que se define neste texto com uma frase que teria sido dita por Micaela: ‘Estoy pronta a morir donde murirá mi esposo.’” (LEWIN, 1957, p.436). Micaela, portanto, parece ser a esposa de Túpac, e a sua inspiradora. O que reitera a noção machista de que “por trás de um grande homem, há uma grande mulher”. (GOBBIS, 2019, p.40-41)

A imagem de Micaela também foi reinterpretada, seus traços indígenas foram transformados em uma mulher europeizada, assim, deixando de ser uma mulher de origem humilde que carregou grandes fardos na vida até o fim de uma revolta dura que lutou bravamente, sendo sua retratação transformada em uma mulher jovem, magra e branca, deixando de lado sua origem andina e indígena. Nas imagens e pinturas que representam Micaela, a mesma lembra Marianne, símbolo da Revolução Francesa, isto é, uma mulher de vestido, branca acompanhada de homens que lutam a revolta em prol da liberdade. Conforme Maria Lígia Prado: “[...]a mulher nunca era retratada sozinha, aparecendo envolvida por vários membros da família. Lugar importante reservava-se à figura dos maridos; eram elas suas companheiras, muitas vezes convertidas à causa pelo exemplo masculino [...]” (PRADO, 2004, p.48)

A revolucionária Micaela Bastidas, mulher de suma importância para História do Peru, fora silenciada em uma escrita historiográfica masculina, sendo lembrada no século XX como mera esposa de Túpac Amaru e uma extensão do mesmo. Porém, com a virada para o século XXI, sua história foi resgata e hoje é usada como um símbolo do movimento feminista peruano. Sua história apagada por um século de exclusão do feminino, na contemporaneidade é emblema de resistência da violência de gênero.

São múltiplas as Micaelas que aparecem através dos testemunhos e das recriações poéticas ou ficcionais, das proclamas nas ruas, das performances nas praças cusquenhas, como que concluindo o processo de passagem do luto à luta, da recusa da violência, da conscientização dos direitos e à proposição de refunções simbólicas das nações, onde outros modelos de nação, como aqueles baseados na matrilinearidade ou na paridade entre homens e mulheres, como propostos pelas culturas não-ocidentais, pudessem ser postos em prática. (LUNA, 2018. p.11)

Não só Micaela, mas também outras inúmeras mulheres que lutaram no processo de independência da América Latina, foram sumariamente silenciadas por uma escrita masculina dos processos históricos. Com o advento do campo historiográfico de gênero e o avanço dos estudos femininos, essas mulheres estão recebendo sua devida voz, sendo sua memória, apagada por muitos anos, revivida na contemporaneidade com tamanha força e importância. Micaela Bastidas no presente se tornou a voz da resistência de feminina peruana e um símbolo nacional andina.

Conclusão

Portanto, o movimento de Túpac Amaru II e Micaela Bastidas ocorrido em 1780-1781 no Peru, inicialmente não era de caráter emancipatório e apenas contestavam medidas da coroa consideradas pelos moradores da colônia injustas e extremas. Entretanto, torna-se uma luta pela independência quando a mesma fracassa e tem seus líderes e famílias executadas a mando dos espanhóis, findando a primeira da rebelião e seguindo para as próximas. Conforme historiadores, esta revolta é considerada o primeiro ato da causa libertária do Peru, que, por decorrência, em 1811 a 1824, veio a ser travada a guerra de independência deste país andino.

Micaela Bastidas e outras mulheres lutaram e deram vida por esta grande causa, sendo apagadas e esquecidas na história pela condição de seu gênero biológico, porém, hoje sua memória está viva e marcada na história de seu país. Uma indígena que representou grande importância e deu seu sangue para defender os indígenas andinos e pelo fim da opressão espanhola nas terras americanas.

Referências Bibliográficas

- CALVIMONTES, César Augusto Coaguila. **REBELIÕES HETERÔNOMAS Cochabamba na era do Túpac Amaru, 1780 1782**. Dissertação (mestrado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p.1-292. 2017.
- GOBBIS, Cecília Gonçalves. **Rebeliões de Cusco e Alto Peru (1780-1783): historiografia, gênero e temática indígena**. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharel em História). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, p.1-64. 2019.
- LUNA, Cláudia. Ponderações sobre o mito Micaeliano: testemunho, violência de gênero e reconstrução da memória. **Revista Hispanista**. v.19, n.72. p.1-12. 2018. Disponível em: <<http://www.hispanista.com.br/artigos%20autores%20e%20pdfs/artigo580.htm>> Acessado em 29 de abril de 2021.
- LUNA, F. D.; VÉLEZ, A. N.; TAURO, A. **ANTOLOGÍA DE LA INDEPENDENCIA DEL PERÚ**. Lima: Publicação da Comissão Nacional da Sesquicentenário da Independência do Peru, 1972.
- POMER, Leon. **As Independências na América Latina**. – São Paulo: Brasiliense, 2007.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. **América Latina no Século XIX. Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: Edusp, 2004. P.29-52.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>> Acessado em: 3 de maio 2021.
- _____. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1989.
- Webster, J.; Watson, J.T. Analyzing the past to prepare for the future: writing a literature review. **MIS Quarterly & The Society for Information Management**, v.26, n.2, pp.13-23, 2002.

Enviado em 31/12/2022

Avaliado em 15/02/2023

UNIVERSO DO MARKETING

Kymie Ozie⁸⁴
Élen Cristina Souza⁸⁵
Kauanny Alves⁸⁶
Fabiana Holler⁸⁷

Resumo

O Presente artigo tem como objetivo, promover a discussão a respeito da eficiência e desenvolvimento do Marketing no mundo atual, fazendo com que divulgações em mídias seja responsabilidade social das grandes corporações venham a ser melhor compreendidos, entender o conceito do Marketing de guerra, sendo considerado uma titulação ultrapassada e as estratégias que são costumeiramente usadas pelas empresas. Levando também o conhecimento para domínio da tecnologia relacionada com a humanidade, saindo do tradicional e voltando para o digital. Fazendo-se nesse sentido tratar-se não só os principais assuntos, mas também os que tenham um nível de impacto considerado importante relacionado ao Universo do Marketing.

Palavras-chave: Marketing; Divulgação; Publicidade; Administração; Responsabilidade; Tecnologia;

Abstrat

This article aims to promote the discussion about the efficiency and development of Marketing in the current world, making topics such as social responsibility of large corporations to be better understood, understanding the concept of War Marketing, being considered an outdated titling and the strategies that are customarily used by companies. Also taking knowledge into the domain of technology related to humanity, leaving the traditional and returning to the digital. In this sense, not only the main issues are addressed, but also those that have a level of impact considered important related to the Marketing Universe.

Palavras-chave: Marketing. Disclosure. Advertising. Management. Responsibility. Technology.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender alguns tipos de marketing nos dias de hoje, nesse mundo de atualizações onde a Internet proporciona inovações constantes, e o marketing surge como uma estratégia para as empresas, disponibilizando muitas vantagens como o networking, que é um impulsionador em redes de contato.

Como fundamento de desenvolvimento levar com clareza o conhecimento sobre temas de marketing e o seu universo no mundo atual, em tempos onde a tecnologia domina grandes partes e vem tendo um avanço perceptivo e constante, é importante entender o que pode interferir neste universo de publicidade e marketing.

⁸⁴ Faculdade FAVOO

⁸⁵ Acadêmica do curso de Administração finalizando o 2º período na Faculdade FAVOO, atua como assistente administrativo.

⁸⁶ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis finalizando o 2º período na Faculdade FAVOO, atua no setor fiscal de um escritório de contabilidade.

⁸⁷ Professora orientadora da Cooperativa Educacional de Vilhena - FAVOO (coop), Mestre em Ciências da Educação pela Universidade de Desarrollo Sustentable UDS, Pós-graduada em Gestão Empresarial e Recursos Humanos pela Faculdade da Amazônia - FAMA, Graduada em Economia pela Universidade Estadual do Mato Grosso - UNEMAT.

Com princípios e bases foi utilizado a ferramenta Google Acadêmico, trazendo o conceito do Marketing e o método que uma empresa ou organização deve utilizar para alcançar os objetivos desejados, relacionando suas atividades e ramo de atuação com o tema. Trazendo ainda a relação entre o mundo digital e o marketing, esclarecendo no que se consiste em ajudar uma empresa a saber posições diferentes ao estarem perante seus clientes.

Conceito de Marketing

Em uma organização o processo de oferecer um produto ao cliente, atrair e cativar até chegar no sucesso da venda, está diretamente ligado ao marketing, ou seja, a divulgação por meio de revista, rádio, TV, mídia digital, outdoors, faz parte do escopo de vendas de um produto. O impacto causado pelo marketing, ultimamente está trazendo grandes benefícios para as organizações, sendo utilizado para divulgação, facilitando a disseminação de informações entre vendedores e consumidores.

No passado, o acesso a um produto era definido mesmo na ausência de escolha, mas com a Revolução Industrial, as empresas foram impulsionadas pelo aumento da produção e alguns dos benefícios decorrentes mudaram a forma de pensar, trabalhar, comprar e principalmente vender. O mercado passou por uma série de evoluções, com diversas variedades surgindo como opções na hora da compra, dando ao cliente o poder de escolha e decisão, além da concorrência das marcas decorrente do marketing de conteúdo levado ao público.

Na busca do sucesso para a empresa é necessário alcançar a satisfação do cliente, sendo este um dos papéis do marketing, que é uma estratégia na obtenção do sucesso. Philip Kotler define o conceito social de marketing como “uma orientação da administração que visa proporcionar a satisfação do cliente e o bem-estar do consumidor e do público no longo prazo, como solução para satisfazer aos objetivos e às responsabilidades da organização” (1980, p. 46).

Baseado nas diversas definições de marketing, podemos dizer que é um conjunto de atividades, envolvidas em processos no qual serve para comunicar, criar e entregar, como oferta de valor. O mercado econômico está em constantes mudanças e adaptações, não sendo diferente o marketing, pois precisa estar em desenvolvimento continuamente, oferecendo um produto ou serviço, observando concorrência do mercado.

Marketing de Conteúdo

O marketing de conteúdo é a estratégia de criar e distribuir conteúdo relevante (ultimamente muito utilizado na mídia digital) para atingir um público-alvo, consiste em atrair e capturar a atenção do público por meio de conteúdo de qualidade que cria valor para o público. Este conceito está indo além das estratégias de marketing mais tradicionais, oferecendo uma maneira atual e impressionante para se interligar com diversos clientes. O seu principal objetivo é cativar, envolver e manter o público, fornecendo conteúdo constantemente proveitoso e relevante, projetado para ajudar a resolver problemas (KOTLER, 2005).

A tecnologia em si, serve livremente como um agente de suporte, de modo que as pessoas se conectam buscando informações, tornando-se um meio de comunicação importante atualmente. Para Torres (2009, p. 87), é um meio de “[...] gerar conteúdo genuíno, útil e relevante para o consumidor, isento de interferência comercial”. Nesse sentido ao aproveitar a internet como ferramenta de divulgação, para criação de relacionamento, envolvendo comunicação, propaganda, publicidade, fortalecimento da marca e todas as outras formas tradicionais de se propagar as empresas estão utilizando o marketing de conteúdo a seu favor.

Um dos motivos para o uso do marketing de conteúdo é a imensidade de incentivo aos quais os consumidores são expostos a todo instante. Devido a tantas marcas, se destacar no meio digital vem se tornando cada vez mais difícil, para isso a empresa precisa de uma individualidade persistente que fique claro na mente dos consumidores.

Nesse sentido, Oliveira (2018) destaca que, o Marketing de conteúdo consiste em ajudar as empresas a assumirem um posicionamento diferenciado perante o público, em que elas não falam apenas do que vendem, mas do que elas conhecem.

No cenário atual faz-se necessário a contratação do setor responsável pelo marketing de conteúdo, sendo uma das formas de comunicação que vai ao encontro da necessidade do público e desempenho do negócio. A sua prioridade é que as pessoas a acessam ao conteúdo que realmente faça diferença em sua vida, por isso o marketing de conteúdo tem a capacidade de atrair e reter o público.

Marketing e Patrocínio

Uma das imprescindíveis e mais aplicadas estratégias presentes no marketing relacionada com o esporte é o patrocínio. Neste ramo o patrocínio funciona quando uma marca ou organização proporciona auxílio financeiro a um atleta ou um clube. Este acordo é firmado sempre por contrato entre ambas as partes com suas cláusulas, e requisitos firmados. Ademais a exposição da marca é a estratégia secundária mais utilizada no patrocínio, onde a visibilidade do produto é o foco principal da organização. (LAURENTIZ, 2021).

Falando pelo lado do atleta, o que muito se pergunta é como ocorre este processo, sendo muito forte para as marcas. Não há exatamente uma maneira única de realizar a ação de um patrocínio esportivo, sendo acordado com antecedência entre as partes, sendo dividido em Patrocínio de empresas, institucional, promocional e misto. (LAURENTIZ, 2021).

Patrocínio de empresa é conhecido por ser o mais destacado entre os tipos de contrato, nele ocorre o auxílio financeiro para o atleta, sendo que por outro lado, o mesmo tem acordo para realizar a utilização de bens de divulgação e exposição da marca, seja ele uniforme com a marca da empresa, ou até mesmo desenvolver ações em redes sociais como por exemplo as campanhas digitais. (EQUIPE EDITORIAL CONCEITO.DE, 2013).

Patrocínio institucional é também é um dos mais comuns nos eventos de esportes, exemplo bem detalhado e de fácil entendimento é a copa do mundo e as olimpíadas, são dadas como exemplos por serem de uma magnitude mundial, onde o mundo se volta para acompanhar todo evento. De forma geral, o objetivo da instituição patrocinadora é assegurar que sua devida marca tenha maior destaque no evento e que seja reconhecida fora dele. (LAURENTIZ, 2021)

Patrocínio Promocional, por sua vez, é voltado para o ramo de comércio e vendas, ou também para gerar o crescimento delas, onde se obtém resultados financeiros consideráveis para a empresa patrocinadora. Por seguinte o Patrocínio Misto se baseia na junção e correlação do institucional com o promocional, ele tem por finalidade alavancar a visibilidade da marca ou produto, além de gerar aumento nos resultados comerciais através da venda direta.

Em todos estes casos de Patrocínios é de suma importância uma assessoria jurídica nestes processos, pois sendo a parceria a peça fundamental para o patrocínio, grande parte das condições impostas em contrato são compactuadas entre empresa e atleta havendo o conhecimento dos limites na relação atleta-patrocinador. Por fim o assessoramento jurídico pode fornecer a capacidade para que o atleta tenha condições necessárias para organizar e planejar a carreira de modo seguro, sendo responsável por ter ciência em relação a todas as normas presentes no contrato.

Publicidade de Marca

A publicidade de marca é outra estratégia muito usada nas relações esportivas, um fato recente e muito bem explicado, se define como exemplo o lançamento de edições especiais nas latas da Guaraná Antarctica, que tiveram a comemoração com a seleção Brasileira, ou seja, o acordo de uma marca com uma instituição esportiva. (CASAROTTO, 2019).

A imagem de tema escolhida foi a mascote da Seleção Brasileira, mais conhecido como Canarinho, o mais famoso do Brasil. Tal ação se teve para reforçar toda a cultura e personalidade da nação brasileira que tem uma conexão muito forte com o futebol, sendo o Brasil afinal, conhecido como País do Futebol.

A Agência Soko juntamente com o time de marketing da Ambev, planejaram os modelos das edições especiais e que teve grande alcance de visibilidade.

O futebol é paixão, emoção, drama, arte, celebração... e no ato do gol, o ponto máximo do esporte mais amado do Brasil. Esse momento de celebração é a energia que queremos transmitir com as nossas novas latinhas. Guaraná Antarctica quer estar ao lado do torcedor, do jeito que só a gente sabe fazer: 100% BR. E vamos mostrar toda essa brasilidade com o Canarinho, a nossa mascote preferida, que traz a representação perfeita de como é torcer no nosso país (MKT Esportivo, 2022, s.p.)

Explica Gustavo Sartori, gerente de Marketing da Guaraná Antarctica. Ressaltou ainda que a marca está fazendo ativações sobre Copa do Mundo junto com o Canarinho em suas redes sociais, para gerar maior engajamento da mascote com o esporte e todos os brasileiros que amam o esporte e a seleção pentacampeã do mundo, a famosa Canarinho como é chamada pelos mais fanáticos torcedores e torcedoras.

Marketing de Guerrilha

Criado por Jay Conrad Levinson, em 1982, antes mesmo da era digital, o marketing de guerrilha surgiu com o intuito de fazer com que as empresas que não tivessem recursos financeiros conseguissem se manter no mercado de forma criativa. Está presente até nos dias atuais, de forma muito grande no mercado de divulgação por ser uma forma de marketing de baixo investimento financeiro. O marketing de guerrilha é o tipo de conteúdo onde o consumidor não percebe que está sob influência de alguma espécie de propaganda. De acordo com Jay Conrad, “pequenos negócios são versões de um grande negócio.” (LEVINSON, 1994, p. 32)

Uma vez que, o marketing tradicional faz o uso de estratégias mais conhecidas, como outdoors e canais de televisão. Já o marketing de guerrilha vem com a ideia de atingir a memória de quem está vendo o anúncio, como por exemplo: banners em prédios de universidades, pinturas em calças públicas.

Em conformidade com DANTAS (2009, p. 08):

[...] A palavra “guerrilha” significa, ao pé da letra, uma “pequena guerra”. Trata-se, em sua origem, de um tipo de guerra não convencional, cujo principal artifício é a ocultação e a extrema mobilidade dos guerreiros, denominados, neste caso, “guerrilheiros”. A grande tática que está por trás de uma guerrilha é a ação psicológica, que se impõe sobre as forças militares, fazendo com que os adversários considerados mais fortes sejam vencidos.

Nesse sentido, mesmo as empresas dispendo de pouco armamento ainda assim é possível ganhar uma guerra, fazendo relação que as empresas podem alcançar patamares mais elevados com poucos recursos financeiros, usando a mente e a criatividade.

Nesse aspecto, Levinson destaca que o marketing de guerrilha está sempre presente em lugares não tão convencionais, como esteiras de bagagem dos aeroportos, telas de cinema, fachos de luz no céu, foguetes no espaço, balcões de pagamento das lojas, sanitários dos banheiros, em terraços panorâmicos, nas filas de bancos e correios e até mesmo em outdoors em movimento, entre outros citados pelo autor (LEVINSON, 2010).

Pensando assim, foram criadas as principais e mais importantes ferramentas guerrilheiras (LEVINSON, 2010):

a) Emboscada: Também conhecida por Ambuch, Hernandez (2008 p. 52) costumava dizer que: “Quando uma determinada empresa se infiltra em algum evento patrocinado por outra empresa, para mostrar sua marca ou seu produto, criando ações inusitadas e diferentes, sem pagar nada por isso”. O termo marketing de emboscada, criado por Jerry Welsh para nomear a estratégia de empresas se associarem a eventos famosos, para assim obterem vantagem de maneira indevida, alguns costumam dizer que essas empresas estão “surfando” na audiência de terceiros, sem pagar por isso. Desse modo, a empresa responsável por realizar a emboscada recebe toda a visibilidade do evento, enquanto a patrocinadora corre o risco de ser ofuscada durante a atuação de sua concorrente.

b) Astroturfing: O termo que em português significa “relva sintética”, faz correlação com criação de públicos falsos que passam a impressão de serem verdadeiros e naturais. Sendo assim, uma ferramenta não positiva, pois está relacionada com público falso, afim de atrair mais pessoas. A empresa desenvolve ações falsas para que acreditem que seja popular.

c) PR Stunt: Levando em consideração que “PR STUNT” signifique Jogada De Publicidade, essa ferramenta consiste e, anúncios com imagens chamativas que desperte curiosidade em quem está visualizando. Um exemplo foi da empresa Red Bull, que em março de 2018 realizou um evento que consistia em pessoas com trajes relacionadas com a LOGO da marca saltando de paraquedas, com o intuito de passar a mensagem que a bebida lhe dará asas.

d) Buzz Marketing: Conhecida popularmente como “Boca-a-Boca”, é uma tática que estimula os próprios clientes fazerem propagandas da empresa para pessoas próximas, passando assim a mensagem verbalmente.

e) Performance: Se caracterizam por ser ações feitas em lugares públicos, como shows, passeatas, para atrair atenção.

Metodologia

Buscou-se por meio de teóricos conceitos que permitiram a construção do conhecimento sobre o tema em questão. Desse modo, a metodologia aconteceu mediante o levantamento bibliográfico através de livros, revistas científicas, dissertações, teses e demais informações que foram benéficas para a construção desse tema. Pois, o referencial bibliográfico é de suma importância, tendo em vista, que forma a base conceitual do tema em questão, sendo discutido, analisado por autores renomados (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Os conteúdos que foram tomados como critério para este presente artigo, tiveram a sua publicação do ano de 2010 ao presente momento. Sendo assim, pontos publicados em data antecessora, estão em desalinhamento de conexão textual mediante ao respectivo trabalho.

Conclusão

Portanto, o objetivo geral deste trabalho foi desenvolver uma explicação que permita, de maneira distribuída claramente, extrair tudo sobre o universo do marketing. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa de dados mais informativa, com dados e detalhes de fontes de mídia conhecidas. Com isso, podemos perceber que a abrangência desse tema é grande, e sua importância é notada todos os dias.

Com as informações apresentadas, foi possível entender sobre publicidade e marca, fatores estes que estão ligados diretamente ao marketing, pois são os principais pontos que o setor responsável das organizações e empresas precisa acompanhar com atenção, sendo até crucial em resultados de negócios futuros.

No contexto da formalização sobre a publicidade e marca mediante a isso, foi possível observar ainda mais, com pouca experiência, como funciona o marketing e suas ferramentas especiais no mercado.

Referências

- CASAROTTO, Camila. **Publicidade: Saiba o que é Publicidade**. [S. l.]: Rockcontent, 18 abr. 2019. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/publicidade/>. Acesso em: 23 out. 2022.
- DANTAS, Edmundo Brandão. **A propaganda de guerrilha: uma nova alternativa para posicionar marcas**. Brasília, 2009. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/dantas-edmundo-a-propaganda-de-guerrilha.pdf>> Acesso em 10 out. 2022.
- EQUIPE EDITORIAL CONCEITO.DE (Brasil). Conceito de Patrocínio: Auxílio Financeiro e Objetivos Publicitários. [S. l.]: Editorial Conceito, 8 jul. 2013. Disponível em: <https://conceito.de/patrocinio>. Acesso em: 15 out. 2022.
- HERNANDEZ, Thomas Marcelo Fernandes. **Marketing de guerrilha e intervenção urbana: a luta simbólica por atenção no espaço urbano**. Caros ouvintes: instituto de estudo de mídias. 2008. Disponível em:<<http://www.carosouvintes.org.br/blog/wpcontent/uploads/15.mktgguerrilha.pdf>> Acesso em 10 out. 2022.
- KOTLER, Philip. **Marketing** – Edição Compacta. 1ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1980
- KOTLER, P. **Administração de Marketing**. 10ª.ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 2005.
- LEVINSON, Jay Conrad, **Propaganda de Guerrilha**, São Paulo: 1994.
- LEVINSON, Jay Conrad, **Criatividade de guerrilha: torne o marketing de sua empresa irresistível com o poder dos memes**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.
- LEVINSON, Jay Conrad, **Guerrilla Marketing**, New York: 2007.
- LEVINSON, J.C. **Marketing de guerrilha: táticas e armas para obter grandes lucros com pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Best seller, 2010
- LAURENTIZ. **Patrocínio esportivo: como deve ocorrer esse relacionamento?** 29 set. 2021. Disponível em: <https://laurentiz.com.br/patrocinio-esportivo/>. Acesso em: 10 out. 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MKT ESPORTIVO. **Guaraná Antarctica lança latas comemorativas com o Canarinho para apoiar torcida brasileira**. [S. l.]: MKT Esportivo, 9 set. 2022. Disponível em: <https://www.mktesportivo.com/2022/09/guarana-antarctica-lanca-latas-comemorativas-com-o-canarinho-para-apoiar-torcida-brasileira/>. Acesso em: 22 out. 2022.

OLIVEIRA, Tatiana. **MARKETING DIGITAL E NOVAS MÍDIAS**. [S. l.]: FAEL, 2018. 204 p.

PEREIRA, Rafael. **Trabalhando os 4 Ps do Marketing**. Disponível em <

<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/trabalhando-os-4-ps-domarketing/63341/>> Acesso em 12 de out. 2022.

POSSAMAI, Ana Paula. **O Marketing de Guerrilha em Pequenas Empresas de Bento Gonçalves**. 2007. 77 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/2716377/74/B-%E2%80%93-Questionario-enviado-para-as-pequenas-empresas>. Acesso em 9 de out. 2022.

TORRES, Claudio. **A Bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha quem perguntar**. 1ª Ed. São Paulo: Novatec, 2009.

Enviado em 31/12/2022

Avaliado em 15/02/2023

POR UMA NOVA ECONOMIA DOS CUIDADOS E REFORMULAÇÃO DOS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO EM TEMPOS DE CRISE

Luiza Wermelinger N. de Almeida⁸⁸

Resumo

O estudo busca compreender especificidades que estruturam e reproduzem determinados processos econômicos de exploração e marginalização das mulheres na sociedade contemporânea. O foco é analisar as condições de geração de renda, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho brasileiro e a distribuição desigual das atividades de cuidados que atravessam os corpos femininos. Assim como, visa estimular o debate acerca da importância da formulação e implementação de políticas públicas ativas, sobretudo em tempos de crise e no campo dos cuidados, por meio da análise do papel desempenhado pelo Auxílio Emergencial (AE) durante o primeiro ano da pandemia da Covid-19. O método utilizado na pesquisa pauta-se, na primeira parte, em uma pesquisa bibliográfica da Economia Feminista. Na segunda, referente à parte quantitativa, na análise descritiva dos dados da PNAD COVID-19, auxiliada por resultados encontrados em estudos e artigos relevantes acerca dessa temática. Isso, a fim de verificar se a magnitude dos impactos sentidos na pandemia variou de acordo com o gênero, atingindo de forma desproporcional as mulheres, e se a concessão do benefício nesse primeiro ano foi capaz de atenuar o crescimento das desigualdades sociais considerando a interseccionalidade entre gênero, raça e classe.

Palavras-chave: Economia Feminista; (Des)igualdade de Gênero; Mercado de trabalho; Políticas Públicas; Auxílio Emergencial.

Abstract

This essay seeks to understand specificities that structure and reproduce certain economic processes of exploitation and marginalization of women in contemporary society. The focus is to analyze the conditions of income generation, the difficulties of entering the Brazilian labor market and the unequal distribution of care activities that cross female bodies. As well, it aims to stimulate the debate about the importance of formulating and implementing active public policies, especially in times of crisis and in the field of care, through the analysis of the role played by Emergency Aid (EA) during the first year of the Covid-19 pandemic. The method used in the research is based, in the first part, on bibliographic research of Feminist Economics. In the second, referring to the quantitative part, in the descriptive analysis of the PNAD - COVID19 data, aided by results found in studies and relevant articles on this topic. This, in order to verify if the magnitude of the impacts felt in the pandemic varied according to gender, reaching women disproportionately, and if the granting of the benefit in this first year was able to mitigate the growth of social inequalities considering the intersectionality between gender, race and class.

Keywords: Feminist Economics; (In)equality of Gender; Labor market; Public Policies; Emergency Aid.

Introdução

Pensar sobre as questões de gênero e suas implicações na sociedade atual significa levar em consideração o processo de construção das identidades sob uma perspectiva que seja capaz de incorporar a noção de multiplicidade em contraposição ao discurso biologicamente determinista (BUTLER, 2003). Nesse sentido, é fundamental compreender que as relações de poder e a hierarquia construída sobre os papéis sociais de gênero ancoram-se na naturalização da “vocação” das mulheres

⁸⁸ Graduanda em Ciências Econômicas. (IE/UFRJ).

para a reprodução da vida social. De modo que, os tradicionais mecanismos de exploração são mantidos sob a justificativa de existir uma diferença pré-existente entre as funções a serem desempenhadas pela figura masculina e pela feminina. Assim, em meio à mercantilização das relações sociais, aprofundamento do sistema capitalista e violento processo de acumulação, desvalorizou-se a posição social das mulheres a partir da imposição de uma divisão sexual do trabalho que “(...) diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora” (FEDERICI, 2017, p. 118).

Nesse contexto, ao considerar que “(...) a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão estratégicas” (BUTLER, 2003, p. 19), torna-se perceptível como as práticas violentas e regulatórias definem, fixam e hierarquizam as categorias de gênero. Sendo assim, peças imprescindíveis para a sustentação de regimes de poder que inferiorizam os corpos femininos a fim de explorá-los. De modo que, as instituições, sistema jurídico, discursos, estereótipos de gênero e hábitos culturalmente reproduzidos reforçam o sistema patriarcal e, portanto, a situação de degradação das mulheres ao longo do tempo. Dessa forma, observa-se que apesar das mudanças ocorridas nas últimas décadas, a sobrecarga gerada pelos cuidados persiste como um dos pontos estruturantes das desigualdades de gênero na sociedade, sendo esse ponto central para entender a problemática que atinge o solo brasileiro dada as suas raízes históricas patriarcais, misóginas, sexistas e escravocrata.

Nessa realidade, as mulheres acumulam múltiplas funções tendo em vista que precisam atender a demandas variadas e simultâneas, seja profissional, familiar, educacional, doméstica, entre outras. O que, conseqüentemente, condiciona a desigual maneira com a qual são inseridas na sociedade. Situação que foi ainda mais exacerbada ao levar em consideração o contexto de uma pandemia em escala global na qual as mulheres estiveram mais expostas ao risco de contrair o coronavírus, já que são a grande maioria dos profissionais de saúde, além de enfrentarem o desemprego e a sobrecarga dos cuidados devido à adoção de *lockdowns* para conter a disseminação do vírus. Logo, almeja-se verificar com este estudo que os trabalhos reprodutivos não remunerados são produzidos e recaem desproporcionalmente sobre a força de trabalho feminina no país. Assim como, mesmo quando essas mulheres conseguiram manter-se empregadas, houve uma precarização dos salários e de suas condições de trabalho registrada no período.

Diante desse quadro, tendo em vista que a renda individual do trabalho, incluindo segmentos formais, informais e desocupados, registrou queda média de 20.1%, enquanto a sua desigualdade, medida pelo índice de Gini, subiu 2.82% no primeiro trimestre da pandemia em 2020. (NERI, 2020). E, sabendo que as mulheres lidam com as maiores dificuldades de inserção no mercado por diversos motivos, “(...) seja pelos menores rendimentos recebidos, pela concentração nas faixas salariais mais baixas, pelo acesso limitado às faixas mais altas, pela presença expressiva em setores de menores rendimentos e precariedade” (OLIVERA et al., 2021, p. 20). O presente trabalho buscou explorar os condicionantes que marcam a permanência das desigualdades no mercado de trabalho entre homens e mulheres. Do mesmo modo, procurou investigar o motivo que as levam a incorrer em círculos viciosos de pobreza, sobretudo, em tempos de crise em que se observa que o diferencial de rendimento entre os sexos é acentuado (TEIXEIRA, 2019). Dessa maneira, emerge a necessidade de estimular o debate acerca da organização social dos cuidados e sua distribuição desigual, visto que essa divisão fortalece as hierarquias historicamente cristalizadas entre os grupos sociais e impede a inserção de muitas identidades femininas no mercado formal de trabalho.

Portanto, a partir de uma perspectiva da Economia Feminista, objetiva-se ressaltar a ideia de que refletir sobre a estruturação dos cuidados incita encontrar novas possibilidades de redistribuí-los, encarando as políticas públicas como variável estratégica que permite a abertura para uma nova articulação e distribuição dessas tarefas entre os diferentes atores sociais. Dessa maneira, busca-se

fomentar a discussão sobre o papel transformador das políticas públicas para a construção de uma nova realidade social quando implementadas com foco na redução das desigualdades sociais. Como também, visa instigar a subversão da visão de mundo que restringe os lugares a serem ocupados pelas mulheres na sociedade a fim de pavimentar configurações mais equitativas e emancipatórias que lhes garantam, de fato, uma vida digna.

Por fim, o trabalho estrutura-se de maneira que a introdução consiste na aproximação à temática, sendo seguida pela seção II que explicita a metodologia e os e os dados a serem utilizados. A seção III, consiste em uma revisão da literatura da Economia Feminista junto a uma breve contextualização do cenário brasileiro com a iminência da pandemia. A seção IV, propõe investigar os efeitos da crise da Covid-19 no Brasil, em especial, sobre o mercado de trabalho e a empregabilidade feminina. Isso, com objetivo de verificar a importância da implementação do Auxílio Emergencial para a atenuação das mazelas acarretadas pela crise do coronavírus sob uma perspectiva de gênero e raça. Ao fim, na seção V, apresenta-se uma breve conclusão a partir da integração entre o marco teórico proposto e os resultados encontrados na parte descritiva do estudo.

Metodologia e dados

A metodologia da pesquisa divide-se em dois métodos, a construção teórica referente à Seção III e suas respectivas subseções, tem-se a revisão das críticas realizadas pela Economia Feminista que consistiu em uma pesquisa bibliográfica pautada na investigação da divisão sexual do trabalho; nas desigualdades do mercado de trabalho por gênero; e na economia dos cuidados. Logo, como marco teórico são referenciadas em maior destaque as autoras Corina Rodriguez Enriquez; Brenna Paula Fernandes; Silvia Federici; e Lélia Gonzalez. Empreendeu-se o esforço de integrar a questão racial, e por consequência de classe, a esse debate como um dos eixos que estruturam as desigualdades no Brasil. Dado que as pessoas negras, principalmente as mulheres, são relegadas às posições mais baixas da hierarquia social no país. Na subseção III.III. foi feita uma breve contextualização do cenário brasileiro e do mercado de trabalho, dando destaque à taxa de desemprego, à perda de postos de trabalho e rendimentos e à implementação do Auxílio Emergencial durante o primeiro ano da pandemia. Para que, assim, fosse possível estabelecer um panorama geral a partir da investigação de como essas variáveis se comportaram quando analisadas junto aos efeitos da pandemia e as diferenças de suas consequências sentidas entre os homens e as mulheres no período.

Na parte quantitativa, referente à Seção IV e suas respectivas subseções, tendo como base de dados principal a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19 de 2020, analisa-se as rendas médias real habitual e efetiva do trabalho por gênero e raça, a renda dos serviços domésticos, o montante repassado pelo auxílio emergencial e a relação do auxílio com os rendimentos. A escolha pela PNAD COVID-19, classificada como um conjunto de “estatísticas experimentais”, deu-se em virtude do adiamento da realização do Censo Demográfico de 2020. Dessa forma, foi uma importante ferramenta para a investigação dos impactos acarretados pela pandemia, principalmente no que tange a ter uma “proxy” do quadro geral dos efeitos sobre as diferentes composições domiciliares e suas respectivas posições socioeconômicas. Assim, a metodologia dessa parte consiste na análise de estatística descritiva entre os meses de maio e novembro de 2020, auxiliada pelos resultados empíricos encontrados em estudos e artigos relevantes relacionados ao tema, a fim de investigar o impacto da adoção do auxílio sobre as desigualdades com um recorte de gênero e raça. Foram feitas análises pontuais entre agosto e novembro por serem meses nos quais as duas faixas do AE já haviam se consolidado, uma no montante original e outra com a metade do valor, buscando verificar os impactos de sua redução sobre a população. No fim, na seção V, é feita conclusão com a síntese da discussão e do objetivo proposto neste trabalho acrescida das contribuições que a análise dos dados permitiu realizar.

Revisão da literatura e contexto brasileiro na pandemia

Contextualização: divisão sexual do trabalho e inserção desigual no mercado

A partir da crise do poder feudal e o desenvolvimento do capitalismo, nomeado como período de acumulação primitiva por Karl Marx, observou-se o avanço da apropriação de novas fontes de riqueza, a escravização dos povos originários da América e da África e a expansão da condição de miséria da classe trabalhadora. Assim, ao pôr em foco o momento vivenciado pela classe trabalhadora europeia, tem-se que essa sofreu com a expropriação de seus meios de subsistência em virtude do alastramento do cercamento de terras no território. Diante disso, a transição entre esses dois distintos modos de produção foi marcada pelo esgotamento das terras comunais e início da Caça às Bruxas, de modo que se estabeleceu as bases de uma nova estrutura social marcada pela forte sujeição das mulheres, restrição de sua sexualidade e criminalização do controle que detinham sobre a reprodução por meio da construção de uma narrativa de opressão sobre seus corpos (FEDERICI, 2017). Dessa maneira, muitas mulheres foram condenadas por bruxaria e perseguidas através de técnicas de controle social e extermínio no período, o que intensificou o processo de redefinição de sua posição social e de reificação de seus corpos, transformando-as em um dos principais “instrumentos” para o ganho do capital. Sendo assim, torna-se nítida a perpetuação dessas configurações de poder e relações hierárquicas nas Américas e África com a colonização. Dado que, a partir da apropriação dessas comunidades, instalou-se um processo de exploração e de dominação pautado na ordem binária e heterossexual, sustentado tanto pela visão de inferioridade de raça quanto pela subordinação de gênero.

Com a difusão da hierarquia construída sobre os papéis sociais de gênero, a divisão social entre os sexos ganhou força causando uma ruptura dentro da própria classe trabalhadora. Isso possibilitou a apropriação do trabalho feminino pelos homens e o advento do patriarcado do salário marcou a perda da autonomia das mulheres e sua subordinação financeira, pois por mais que fossem “(...) empobrecidos e destituídos de poder, os trabalhadores assalariados homens ainda podiam ser beneficiados pelo trabalho e pelos rendimentos de suas esposas (FEDERICI, 2017, p. 197). Diante disso, estabeleceu-se as bases do sistema doméstico que estruturam as atividades da economia dos cuidados. E, distante de uma concepção de repartição complementar, foi instituída uma divisão desigual através da atribuição, quase unilateral, dessas tarefas realizadas gratuitamente pelas mulheres. Assim, elas tiveram seus trabalhos desvalorizados e não reconhecidos monetariamente, justamente por serem “destinadas” à esfera reprodutiva. Nesse sentido, com o fim das sociedades marcadas pela produção-para-o-uso na qual há uma unidade entre produção e reprodução, emerge a produção-para-o-mercado como única capaz de criar valor. Sendo essa nova produção voltada para mercado caracterizada por práticas sociais diferenciadas sexualmente em função da mistificação de dois processos: da vocação natural das mulheres para os cuidados e da natureza democrática da sociedade capitalista (FEDERICI, 2017). Dessa forma, intensificou-se o processo de sujeição econômica e, portanto, de reprodução de condições díspares de precarização, pobreza e acesso aos espaços de poder quando analisados por gênero.

Nesse contexto, a mulher, branca e de classe média ou alta, foi confinada no âmbito privado e encarregada do trabalho reprodutivo, doméstico e dos cuidados. Assim, estabelece-se a dicotomia público-privado e as relações entre produção e reprodução social são ocultadas. De tal forma que, a figura feminina passa a ser enxergada como um meio que possibilita a reprodução da força de trabalho, sendo obrigada a desempenhar um papel sexual designado pela ótica capitalista. Por consequência, o trabalho realizado por elas na esfera privada, considerado como não produtivo, carece de valor mercantil provocando um apagamento da contribuição econômica e invisibilidade das mulheres. Em contrapartida, no percurso de solidificação da ordem patriarcal, coube ao homem assumir a esfera produtiva e as posições de poder, visto que era o responsável por prover a família desempenhando uma função com valor social agregado reconhecido. Assim, torna-se perceptível que ao ser restrita ao espaço privado do lar, a mulher foi expropriada das formas de poder, discriminada

das ocupações remuneradas e tratada como um ser socialmente inferior ao homem. Nesse sentido, é importante considerar que o funcionamento do sistema escravista e a ampliação do tráfico negreiro no período colonial possibilitou que as pessoas negras fossem escravizadas e encaradas como um objeto de troca, e não como seres humanos portadores de direitos. Dessa maneira, ao analisar o contexto brasileiro, as mulheres negras escravizadas sofriam com condições de vida precária, maus-tratos, submissão, assédio sexual, baixa expectativa de vida em decorrência da intensa exploração colonial, entre outras violências (SILVA, 2018). Logo, é evidente que apesar do ocultamento de seus trabalhos na história, são justamente as mulheres - tanto as brancas, como as negras, mas em diferentes proporções - que disponibilizam até hoje mão-de-obra mais barata ou gratuita.

Sob essa ótica, salienta-se como as mulheres são historicamente atingidas "(...) por uma dinâmica de discriminação que é própria do mercado de trabalho. E depois, pela condicionante que o peso das responsabilidades domésticas exerce sobre a inserção feminina no mercado laboral" (ENRIQUEZ, 2012, apud FERNANDEZ, 2019, p. 87). De modo que, são impactadas pela discriminação tanto salarial como ocupacional por gênero. Isso acarreta a segregação horizontal que é marcada pela concentração em ocupações tipicamente femininas que detêm menores salários e piores condições de trabalho, com destaque para as atividades do setor terciário. Como também, pela segregação vertical na qual há uma concentração das mulheres em cargos mais baixos da pirâmide ocupacional em relação aos assumidos pelos homens. Assim, como destaca Fernandez (2019), elas enfrentam o "piso pegajoso" associado às atividades de menor nível de qualificação e o "teto de vidro" que impede sua ascensão na hierarquia ocupacional, como em cargos executivos, políticos, acadêmicos e militares.

Diante disso, observa-se uma persistência na disparidade de renda e a impossibilidade de ascensão em determinadas carreiras independentemente do nível de qualificação atingido pelas mulheres apesar dos avanços dos últimos anos. Principalmente, sabendo que os homens ainda detêm 50% a mais de riqueza do que elas. Ao mesmo tempo que, o acesso das mulheres às posições de poder político e econômico permanece muito limitado, uma vez que são apenas 18% de todos os ministros de governo e 24% de parlamentares em todo mundo (OXFAM, 2020). Sendo ainda mais discrepante o distinto processo de incorporação da força de trabalho feminina branca da negra. Enquanto a primeira foi capaz de acessar novos espaços profissionais e atenuar, parcialmente, as forças segregatórias do mercado. A força de trabalho negra foi sistematicamente discriminada em virtude do enraizamento do racismo na sociedade, de modo que acabou confinada nos empregos de menor qualificação e pior remuneração (GONZALEZ, 2020). Assim, verifica-se que "(...) os corpos feminizados, racializados, pobres e periféricos são destinados a empregos de maior vulnerabilidade, de menores rendimentos médios do trabalho e de maior informalidade" (OLIVERA et al., 2021, p. 3). Dessa forma, evidencia-se como o desenvolvimento capitalista resultou na dominação das relações monetárias sobre a vida econômica em virtude do alastramento da privatização das relações sociais e mercantilização das relações sociais de produção. Sendo assim, capaz de instaurar e perpetuar dinâmicas discriminatória que sinalizam a necessidade de repensar a divisão sexual do trabalho sob uma perspectiva interseccional de gênero, raça e classe. Isso, a fim de ampliar a conscientização de que essa divisão não se originou de uma causalidade biológica, mas se concretizou por meio de construções sociais pautadas em relações desiguais de poder e dominação.

Sector dos cuidados como variável estratégica

No que tange ao debate acerca da organização social do cuidado (OSC), ou seja, sobre como se produzem e distribuem os cuidados, é importante ressaltar que o trabalho do cuidado é fundamental para o funcionamento da sociedade. Nesse aspecto, está associado às atividades essenciais para a satisfação das necessidades básicas das pessoas. Logo, envolve a produção de bens e serviços no âmbito doméstico, de modo que sua realização é tipicamente deixada sob responsabilidade feminina na esfera privada. Nesse sentido, pelas tarefas e tempo destinado à sua

execução no *locus economicus* familiar serem invisibilizados, impõe-se um significativo entrave à inserção das mulheres no mercado dada a sobrecarga gerada por esses afazeres. Principalmente, ao considerar que de todo trabalho de cuidado não remunerado no mundo, 75% é realizado pelas mulheres (OXFAM, 2020). Diante disso, elas acabam, muitas vezes, sobrerrepresentadas no trabalho assalariado não registrado, no autônomo e nos serviços domésticos. E, em relação à contribuição do trabalho doméstico particularmente, destaca-se a falta de reconhecimento de sua relevância na geração de valor econômico, uma vez que é ele que sustenta o valor da força de trabalho abaixo de seu custo de reprodução. Por isso, a persistente desvalorização desses trabalhos, tanto remunerado como não remunerado, acaba por reafirmar um dos mecanismos centrais de superexploração da mão-de-obra feminina ao longo do tempo.

Sob essa ótica, o trabalho reprodutivo não remunerado exercido pelas mulheres em prol da sustentação da vida, e reforçado pela divisão sexual do trabalho, acarreta a fragilização de sua condição financeira e o enquadramento da figura feminina como submissa por possuir menor poder econômico. Assim, o conceito de reprodução pode ser entendido como os trabalhos realizados majoritariamente pelas mulheres, e que, quando não são remunerados, tornam-se invisíveis para os Sistemas de Contas Nacionais dos países. O que, por sua vez, alimenta um ciclo vicioso de reprodução de desvantagens que afetam as mulheres, pois além de lidarem com a pobreza de tempo e o hiato de gênero na renda, elas também estão mais suscetíveis à situação de subordinação econômica apesar da maior incorporação de sua força de trabalho no mercado.

Em especial, observa-se a gravidade dessas condições ao investigar experiências de vida das mulheres na América Latina cuja região detém os piores indicadores de igualdade do planeta. Assim, “(...) *la experiencia socio-económicamente estratificada de la organización del cuidado es otra fuente de injusticia*” (ENRÍQUEZ, 2019, p. 82). Logo, há uma lacuna na participação das mulheres no mercado de trabalho, especificamente, de acordo com seu estrato socioeconômico. Isso em virtude da diferenciação entre as próprias mulheres dentro da estrutura das OSCs por meio das cadeias de cuidado transnacionais. Uma vez que, as mulheres com mais recursos financeiros derivam suas responsabilidades de cuidados para aquelas em “(...) situação de pobreza, especialmente pertencentes a grupos que, além da discriminação de gênero, sofrem preconceito em decorrência de sua raça, etnia, nacionalidade, sexualidade e casta” (Banco Mundial, 2018, apud OXFAM, 2020, p. 10). Assim, potencializa-se a atual OSC como vetor de desigualdades sociais, tendo em vista as consequências acarretadas pela mercantilização da esfera dos cuidados que se refletem no empobrecimento de determinadas populações, no acirramento das desigualdades e na estratificação social.

Por isso, é preciso repensar a forma como as famílias, o Estado, o mercado e as organizações comunitárias produzem e distribuem os cuidados. Pois, é através de uma luta que garanta amplas oportunidades de crescimento e desenvolvimento às mulheres, ultrapassando as questões de melhorias salariais, que se torna possível mudar as configurações de poder que “(...) *mantienen a las mujeres y las identidades feminizadas en zonas de opresión y débil autonomía*” (ENRÍQUEZ, 2019, p. 96). Sendo assim, as políticas públicas exercem um papel central para a transformação de um mundo que ainda sobrevive às custas dos trabalhos não reconhecidos realizados pelas mulheres. De forma que, para dar os primeiros passos em direção à subversão do atual funcionamento das estruturas sociais, emerge algumas alternativas com potencial transformador, como: implementação de uma renda básica; fortalecimento do sistema educacional; ampla oferta de cursos profissionalizantes gratuitos pelo setor público para aquelas que não tem acesso ao ensino superior formal; equiparação salarial; ampliação de creches públicas; prorrogação da licença parental, criação de leis de incentivo a participação feminina na política, entre outras medidas.

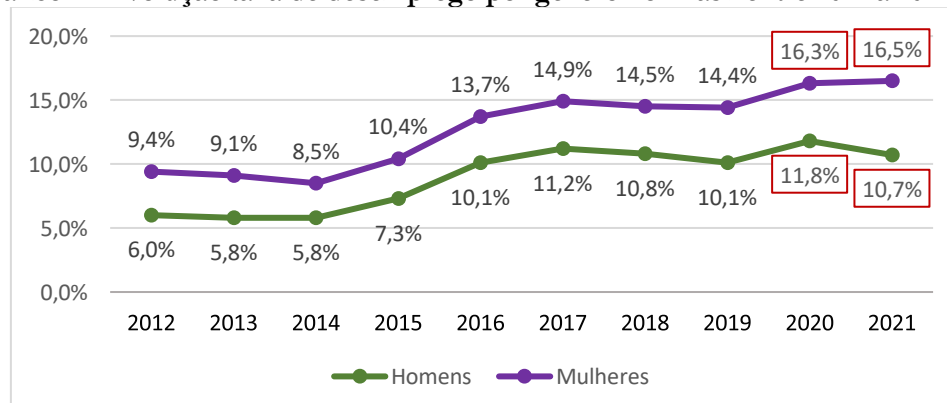
Nesse sentido, a adoção de algumas políticas sociais, como sinalizado em Kerstnezy (2012), mostra-se capaz de gerar resultados frutíferos. Nesse aspecto, foi evidenciado que políticas ativas de mercado de trabalho aumentam em 30% (com treinamento vocacional e 50% com teórico) a

probabilidade de sair do desemprego ou de um emprego que paga pouco; a ampliação dos serviços sociais aumenta o PIB e as receitas tributárias ao aumentar o emprego feminino; a frequência à creche reduz o abandono prematuro da escola; a escolarização das mulheres melhora a saúde delas e dos filhos e tem efeitos sobre a produtividade; e, por fim, há evidência para a Dinamarca de que um ano de licença parental aumenta o emprego em 3% a 4%. Assim, é nítido que avanços estão ocorrendo nos marcos regulatórios e na ampliação da oferta de serviços de cuidados geridos publicamente, os quais estão sendo reforçados pela maior visibilidade dos movimentos feministas alcançada nos últimos anos. Portanto, torna-se evidente a importância da reestruturação da economia dos cuidados a partir da implementação de políticas públicas que possibilitem uma divisão mais equitativa entre os agentes e estimulem a reformulação dos papéis sociais de gênero. Dessa maneira, é possível permear um combate mais efetivo às estruturas de reprodução das situações de pobreza feminina e discriminação por gênero, promovendo uma melhor condição de vida à população como um todo e garantindo um acesso mais igualitário às oportunidades.

Tempos de crise: mulheres, auxílio e pandemia

Na Carta de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do terceiro trimestre de 2020, considerando a análise da PNAD COVID-19, concluiu-se que os rendimentos recebidos pelas mulheres caíram 0,3%, ao mesmo tempo que os dos homens subiram 1,56%. Este fato reverteu uma tendência, que vinha desde 2018, caracterizada pelo maior crescimento dos rendimentos das mulheres que dos homens. Nesse sentido, elas foram fortemente afetadas pela deterioração do mercado de trabalho ocorrida em 2020, em especial as pertencentes a cargos de baixa renda. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o contingente de mulheres fora da força de trabalho aumentou 8,6 milhões, a ocupação feminina diminuiu 5,7 milhões e mais 504 mil mulheres passaram a ser desempregadas entre o terceiro trimestre de 2019 e 2020 (DIEESE, 2021). Assim, ao olhar a taxa de desemprego com um recorte de raça entre 2019 e 2020, tem-se que entre a população branca ela subiu 1,5%, na preta 2,6%, e na parda 1,7%, segundo dados da PNAD Contínua. Logo, é nítido como a desocupação atingiu mais as mulheres e pessoas pretas e pardas em 2020, situando-se acima da média nacional registrada no período. Assim, observa-se que tanto a distância salarial entre os gêneros como as condições precárias de trabalho das mulheres foram reforçadas durante a crise. Principalmente, tendo em vista que elas enfrentam uma taxa de desemprego no país historicamente superior à taxa dos homens desde 2012, como indicado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Evolução taxa de desemprego por gênero no Brasil entre 2012 a 2021 (%)



Fonte: Blog da Conjuntura Econômica do FGV IBRE com base nos microdados da PNAD Contínua disponibilizados pelo IBGE.OBS: Valores anuais se referem à média dos quatro trimestres / Elaboração própria.

Nesse cenário, muitas mulheres foram expostas a uma situação na qual não tinham uma rede de apoio consolidada que viabilizasse a adequação de sua rotina ao trabalho *home office*. Por isso, acabaram saindo da força de trabalho, passando a se dedicar exclusivamente às tarefas domésticas que tiveram um elevado aumento de carga em virtude do isolamento domiciliar durante a pandemia. Conforme os dados da PNAD Contínua, a força feminina no mercado de trabalho caiu de 53,3% no terceiro trimestre de 2019 para 45,8%, no mesmo período de 2020, sendo a mais baixa desde 1991. Essa abrupta saída do mercado refletiu-se, inclusive, na maior dificuldade de conseguirem se inserir novamente, uma vez que foram as mais atingidas pela perda de postos de trabalho mesmo com o retorno gradual das atividades ao “novo normal”. Como evidenciado por um levantamento feito pela pesquisadora Janaína Feijó do FGV IBRE, a taxa média anual de desemprego das mulheres foi de 16,45% em 2021, sendo mais alta que a registrada em 2020, de 16,26%. Enquanto a taxa de desemprego dos homens sofreu uma queda de 11,82% em 2020 para 10,71% em 2021. Logo, é visível que a sutil melhora da taxa média anual de desemprego de 13,2% atingida em 2021, ante 13,74% reportado em 2020, ocorreu praticamente em função da recuperação ocorrida apenas no mercado de trabalho que empregou mão-de-obra masculina.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tinha quase 52 milhões de pessoas vivendo em condições de pobreza (com renda de até R\$436) e mais de 13 milhões de pessoas na extrema pobreza (com renda até R\$151) em novembro de 2020. Sendo o público-alvo do Auxílio Emergencial composto por pessoas vulneráveis de baixa renda, pertencentes ou não ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Assim, os valores iniciais repassados pelo auxílio foram de R\$600 a R\$1.200, pagos entre abril e agosto de 2020. Com o valor dobrado, de R\$1200, direcionado às mulheres chefes de família. Já entre setembro e dezembro de 2020, o valor passou a ser entre R\$300 e R\$600. Dessa maneira, busca-se compreender melhor o quanto o benefício através da transferência monetária direta serviu para conter os efeitos nocivos da crise da Covid-19. Assim como, visa estimular o debate acerca da importância da adoção de medidas dessa espécie por parte do governo. Principalmente em períodos de crises, sendo uma forma de possibilitar melhores condições de vida e de atenuar o crescimento das desigualdades no país. Seja de gênero, por meio dos repasses dobrados às mães solo, seja racial integrada ao gênero em virtude da concentração de pessoas negras nas classes mais pobres, sabendo que a população do Brasil é em sua maioria negra e feminina de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE.

Nesse contexto, em Nassif-Pires et al (2021), evidenciou-se que famílias chefiadas por mulheres perderam maior parcela de renda e estão recuperando-a mais lentamente do que as chefiadas por homens. Sendo as mulheres negras de baixa renda as que mais sofreram com as dificuldades acarretadas pela pandemia, pois alcançaram uma taxa de desemprego de 19,8% no terceiro trimestre de 2020, segundo dados do IBGE (DIEESE, 2021). O que mostra a importância da implementação do auxílio emergencial ao considerar seus efeitos positivos macroeconômicos observados a curto prazo. Como também, porque com o corte significativo realizado em 2021, tendo um novo valor entre R\$150 a R\$375, o benefício tornou-se insuficiente para recompor a perda de renda da população mais carente. O que conduziu, conseqüentemente, à volta da elevação da taxa de pobreza e extrema pobreza no país. Particularmente entre as mulheres e a população negra, levando-as para níveis acima do registrado antes da pandemia. Isso, logo após ter alcançado os menores níveis históricos por meio do valor integral concedido inicialmente pelo auxílio. Nessa realidade, sabendo que as mulheres representam 55% do público beneficiado pelo AE de acordo com Ministério da Cidadania, ressalta-se a relevância do programa como forma de garantir condições de vida mais dignas em tempos de instabilidade. Assim como, indica-se que a implementação do auxílio foi primordial para garantir uma contenção parcial do aumento das disparidades sentidas entre raças no país. Visto que, as mulheres pretas e pardas foram as que sofreram o maior impacto da perda de renda do trabalho no período e estão experimentando uma recuperação mais lenta do que qualquer outro grupo (NASSIF-PIRES *et al.*, 2021).

Resultados e implicações: análise descritiva e discussões

Desigualdade de gênero

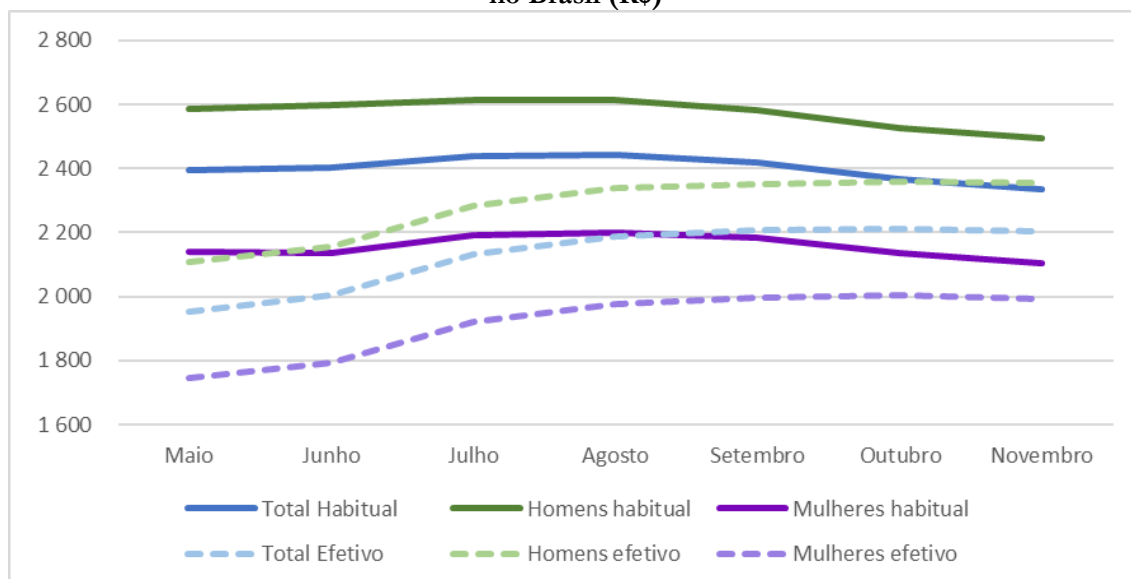
Ao levar em consideração a desigualdade de gênero na sociedade brasileira, a crise sanitária, social e econômica reforçou a vulnerabilidade dos corpos feminilizados e aumentou o hiato da pobreza entre homens e mulheres. No que diz respeito ao mercado de trabalho do país, a realidade é que as mulheres recebem menores rendimentos e enfrentam maior desemprego e dificuldade de inserção. Nesse sentido, quando avaliada a recuperação ocorrida em 2021, tem-se que a taxa de participação dos homens fechou em 1,88 p.p, sendo abaixo de 2019, enquanto a das mulheres foi de 2,78 p.p. Quanto à taxa de desemprego, a das mulheres atingiu 17,9% no 1º trimestre de 2021, enquanto a dos homens ficou em 12,2%, de acordo com dados do IBGE de 2021. Já no que se refere ao âmbito doméstico, as vulnerabilidades são percebidas por elas terem acumulado jornadas de trabalho junto ao agravamento e subnotificação de casos de violência domiciliar. Entre março de 2020 e dezembro de 2021, por exemplo, ocorreram 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável de vítimas do gênero feminino, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Sem contar que 48,8% das mulheres relataram que sofreram violência dentro de casa em 2020, sendo o lar o local de maior risco conforme divulgado pela instituição. Dessa maneira, torna-se nítido o importante papel do auxílio como atenuador das desigualdades de renda entre homens e mulheres no país. Assim como, há um indicativo de que ele foi fundamental para garantir uma maior autonomia feminina ao recompor parte do poder de compra perdido no período por meio da concessão das parcelas dobradas, especialmente com o valor de R\$1.200.

Diante disso, ao comparar os rendimentos médios real habitual e efetivo⁸⁹ entre homens e mulheres de todos os trabalhos da população ocupada de maio a novembro de 2020⁹⁰, tem-se que, em média, as mulheres receberam efetivamente R\$1.919 e habitualmente R\$2.156. Enquanto os homens receberam, em média, R\$2.279 e R\$2.574 respectivamente. O que significa que as mulheres receberam, efetivamente, 84% da renda recebida pelos homens. Como também mostra que, considerando toda a população, a média de R\$2.129 e R\$2.400 efetiva e habitual respectivamente foi puxada para cima, essencialmente, pelos rendimentos médios reais masculinos. Ainda pode se observar que os níveis da renda do trabalho habitual foram significativamente superiores aos níveis da renda efetiva até julho e, a partir de agosto, inicia-se um movimento de maior convergência entre ambas. De modo que, em novembro, já se encontravam em patamares substancialmente mais próximos quando comparados com os níveis de julho, como indicado no Gráfico 2.

⁸⁹ Rendimento efetivo difere do habitual em dois pontos: na data de referência, o efetivo se refere ao mês anterior e o habitual ao mês atual; e no rendimento efetivo são consideradas as parcelas esporádicas que não fazem parte do rendimento normalmente recebido.

⁹⁰ A partir dos dados da PNAD COVID 2020, observa-se um hiato dos rendimentos por gênero levemente inferior ao verificado na PNAD 2019. Isso pode ser explicado pela mudança na metodologia da pesquisa utilizada, como também pelo fato das mulheres que saíram do mercado de trabalho serem justamente aquelas que estavam em empregos mais precários. Assim, o diferencial pode ter diminuído em virtude desses menores rendimentos não serem mais contabilizados.

Gráfico 2 - Rendimento médio real habitual e efetivo recebido de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho por gênero entre maio a novembro de 2020 no Brasil (R\$)



Fonte: PNAD COVID-19 de 2020 / Elaboração própria.

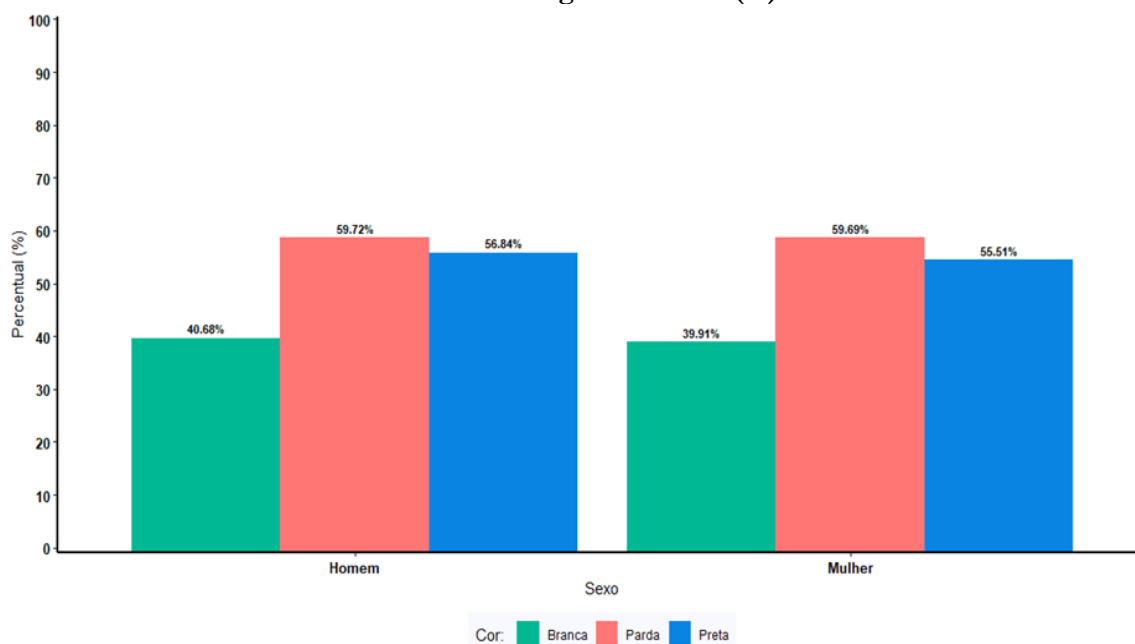
Sob esse contexto, torna-se perceptível que o efeito negativo provocado pela pandemia recaiu sobre as mulheres em “dose dupla” durante o confinamento, particularmente sobre aqueles que executavam atividades essenciais. Isso porque, além de enfrentarem a queda de seus rendimentos e a sobrecarga dos cuidados. Atuaram, também, em maior proporção na linha de frente como profissionais do setor de serviços, com destaque para a saúde, educação, limpeza e comércio essencial. Nesse sentido, um estudo realizado pela PEBMED em 2020 divulgou que 78% dos profissionais de saúde tiveram sinais de *Burnout* durante a pandemia. Como são as mulheres a principal força de trabalho da área, passaram por uma maior pressão no trabalho e desgaste físico e mental nesse período. No que diz respeito às mães de domicílio monoparentais, enfrentaram essas múltiplas dificuldades em nível acentuado. Pois, tiveram que prover renda para a família, executar o trabalho doméstico, cuidar dos filhos que não estavam indo para creches e/ou escolas e dos parentes idosos e sofreram a maior queda no nível de ocupação. Sendo assim, muitas mulheres que perderam seus respectivos trabalhos e renda sentiram a carga de afazeres domésticos aumentarem concomitantemente com o agravar da crise.

Nessa realidade, além da saída da força de trabalho, as mulheres precisam lidar com o desincentivo ao buscarem novas oportunidades de empregos devido às dificuldades de reinserção que enfrentam no mercado. Isso não só reforça a taxa de desemprego em patamares mais elevados, mas também agrava a situação de pobreza na qual se encontram. O que dificulta a capacidade de gerar renda resultando em uma menor autonomia econômica feminina. Principalmente ao levar em conta à discriminação salarial, pois, em 2020, as mulheres ganhavam menos mesmo quando ocupavam cargos de gerência ou direção. Com uma hora paga de R\$32,35 ante a dos homens de R\$45,80, o que corresponde a aproximadamente 71% da hora-paga recebida por eles. Já quando detinham a mesma escolaridade, ganharam, em média, R\$3.910, enquanto eles receberam R\$4.913, o que corresponde a 80% dos rendimentos dos homens (DIEESE, 2021). Dessa forma, torna-se perceptível como as parcelas iniciais de transferências de renda promovidas pelo AE foram essenciais para conter, parcialmente, um alastramento ainda mais generalizado da desigualdade entre os rendimentos por gênero no Brasil.

Contudo, em setembro de 2020, com a redução do valor do auxílio pela metade em um cenário socioeconômico ainda muito fragilizado. Foi possível verificar que, embora as novas parcelas tenham sido suficientes para mitigar o efeito da pandemia sobre o hiato de gênero da extrema pobreza, elas foram insuficientes com relação ao hiato de gênero da pobreza (NASSIF-PIRES et al., 2021). Portanto, apesar do benefício não ter sido implementado como uma política ativa que tivesse como objetivo norteador a diminuição estrutural do *gap* da renda entre homens e mulheres. Especialmente nos domicílios chefiados por mulheres, a transferência foi fundamental para sua proteção, visto que até setembro, sem ele, haveria uma queda de 26% da renda domiciliar nos arranjos monoparentais composto majoritariamente por mães solo (GRANDRA, 2020). Logo, à medida que, por um lado, o AE foi capaz de assegurar uma maior estabilidade da renda e do poder de compra, sendo um freio à elevação abrupta das desigualdades dos rendimentos por gênero da parcela da população mais vulnerável. Por outro lado, dada a sua curta temporalidade, o ponto de maior preocupação diz respeito aos impactos com seu término, já que atuou como um mecanismo artificial e não permanente de redução das desigualdades de gênero no país. Logo, a partir do momento que o auxílio emergencial foi reduzido chegando ao fim em 2021, observou-se que os diferenciais de rendimentos, a situação de pobreza e extrema pobreza e, conseqüentemente, os hiatos de gênero e raça, voltaram a crescer no país⁹¹.

A desigualdade racial sob um olhar de gênero

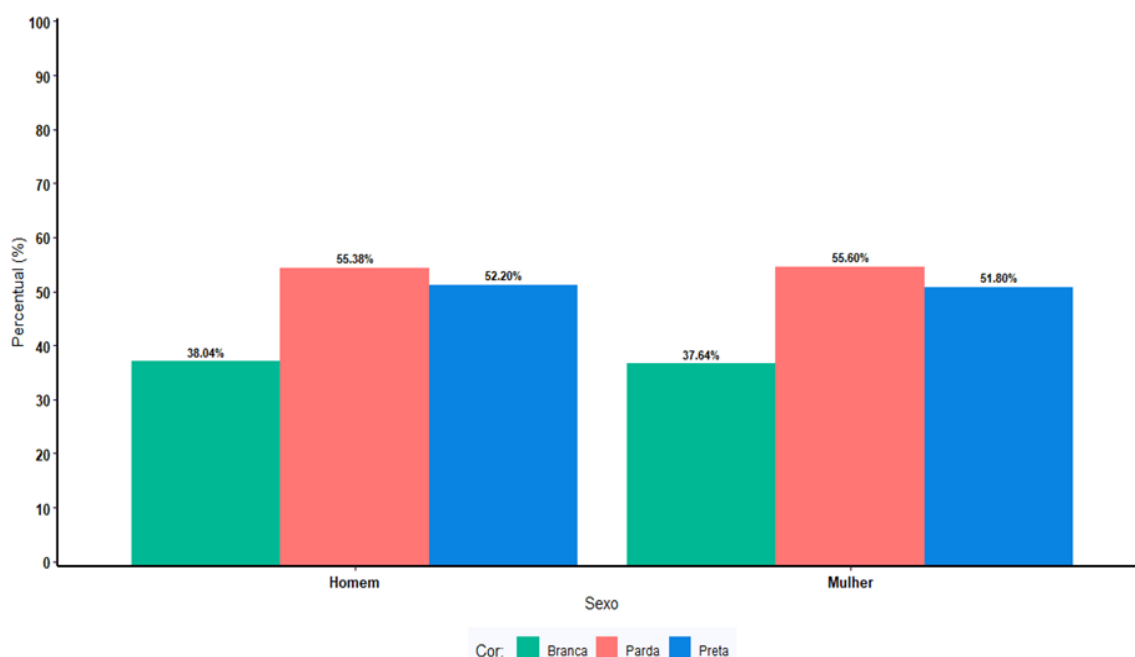
Gráfico 3 – Pessoas que receberam auxílio emergencial por cor e sexo da população total no Brasil em agosto de 2020 (%)



Fonte: PNAD-COVID 19 de 2020 / Elaboração própria.

⁹¹ Estudo publicado pelo Made-USP constatou que a implementação do AE esteve associada às menores taxas de extrema pobreza registrada no país entre julho e agosto de 2020. Contudo, com a sua redução, houve a volta de altas taxas em outubro, com cerca de 7 milhões de pessoas retornando a um nível de renda abaixo do nível de pobreza. De modo que esse quadro, com a extinção do auxílio, poderia chegar a ser mais de duas vezes pior no caso da extrema pobreza e 50% pior no caso da faixa de pobreza.

Gráfico 4 – Pessoas que receberam auxílio emergencial por cor e sexo da população total no Brasil em novembro de 2020



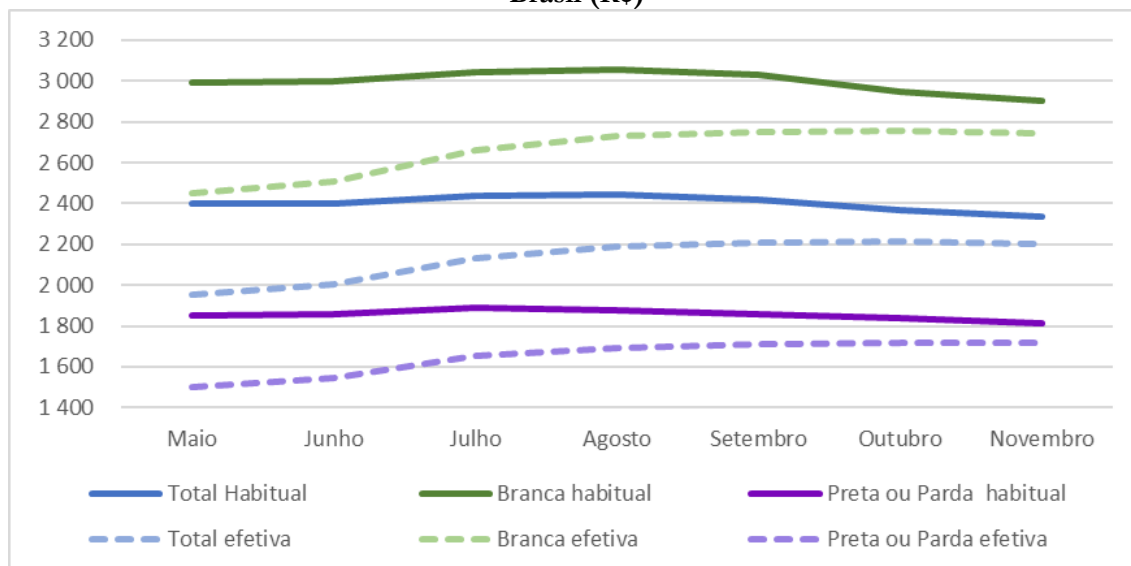
Fonte: PNAD-COVID 19 de 2020 / Elaboração própria.

Para além das desigualdades de gênero, a pandemia pôs em foco questões ligadas às desigualdades de raça no país devido à relevância da dimensão racial entre a parcela da população mais vulnerabilizada. Assim, ao considerar que a classificação do IBGE determina que negros são os indivíduos que correspondem ao grupo formado por pessoas pretas e pardas. E, sabendo que a população mais pobre foi também a mais atingida pelas transferências não contributivas em função do foco do AE ser neste grupo. Pois, dentre os requisitos para receber o auxílio, era necessário possuir uma renda limitada, tendo família de renda mensal total de até três salários mínimos (R\$3.135) ou renda per capita de até meio salário mínimo (R\$522,50). Assim, conforme ilustrado no Gráfico 3 e 4, verifica-se que foi justamente a população negra a mais beneficiada pelo auxílio em comparação com a população branca nos meses de agosto e de novembro de 2020. Nesse aspecto, através da divisão da renda brasileira feita por decil, ressalta-se que entre a população dos 10% mais pobres, 77% são negros contra 21,9% brancos. Já na parcela referente aos 10% mais ricos ocorre uma inversão, uma vez que 70,6% são brancos enquanto apenas 27,2% são negros, conforme dados divulgados pela Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE de 2020. Ademais, tendo em vista que as pessoas negras não só são a maioria dos trabalhadores informais, como também enfrentaram a maior perda de postos de trabalho, acentuada queda da massa salarial e registraram baixos níveis de renda e maior exposição à insegurança alimentar. Logo, confirma-se os impactos assimétricos sentidos entre brancos e negros durante a pandemia.

Nesse contexto, em relação aos rendimentos médio real habitual e efetivo de todos os trabalhos das pessoas ocupadas entre aqueles que se identificaram como brancos e os que se identificaram como pardos e pretos de maio a novembro de 2020. É nítida a disparidade de renda do trabalho entre essas duas parcelas da população ao observar o Gráfico 5. Nesse sentido, a média dos rendimentos médio real efetivo provenientes de todos os trabalhos ao longo dos meses ficou em R\$2.129, sendo ancorada em um valor mais alto em virtude da média da população branca, de R\$2.657. Enquanto a média da população negra ficou em R\$1.648, correspondendo a 68% da auferida efetivamente pela branca. Quanto à média dos rendimentos médio real habitual de todos os trabalhos, ficou em R\$2.400, também puxada para cima devido à média da população branca de

R\$2.997 que, por sua vez, foi 25% mais elevada que a da população total e 38% mais elevada que a da população negra.

Gráfico 5 - Rendimento médio real habitual e efetivo recebido de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho por raça entre maio a novembro de 2020 no Brasil (R\$)

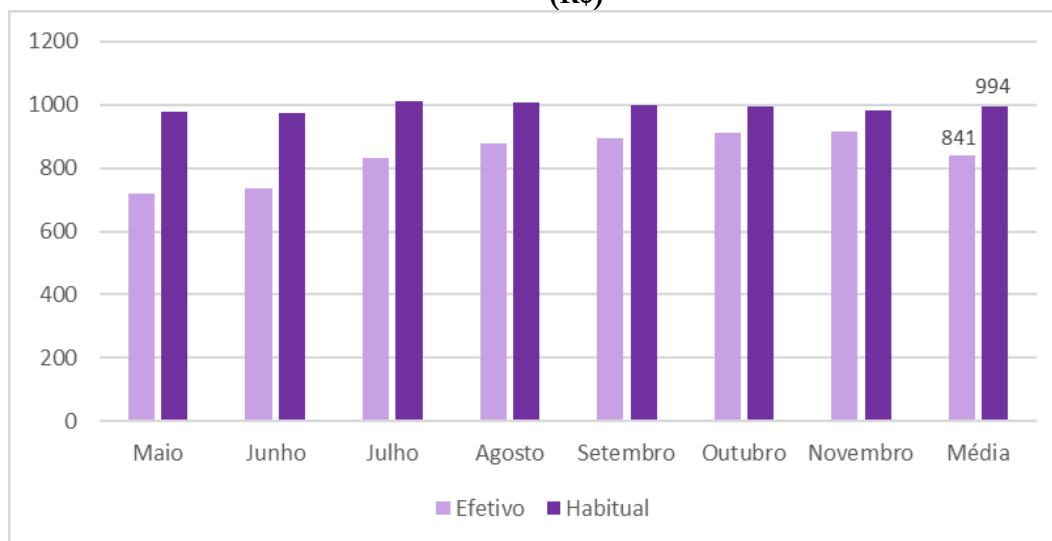


Fonte: PNAD-COVID 19 de 2020 / Elaboração própria.

Por fim, quando feita uma comparação dos maiores rendimentos registrados no Gráfico 2 e 5. É importante perceber que a média mais elevada observada no Gráfico 2, que leva em consideração o recorte de gênero, situou-se em torno de R\$2.600 para os homens e de R\$2.200 para as mulheres. Enquanto a maior média do Gráfico 5 chegou a atingir R\$3.000, sendo essa recebida pela população branca. Em contraposição à da população negra que se aproximou de R\$1.900. Logo, evidencia-se que ao realizar um recorte racial, a média da população branca consegue atingir níveis ainda mais elevados que a da população de homens, uma vez que deixa de ser contabilizado na primeira os menores rendimentos provenientes de homens e mulheres negros de baixa renda. Do mesmo modo que, verificada a disparidade entre as maiores médias dos gráficos, é nítida a discriminação salarial sofrida pelas mulheres no mercado, principalmente pelas negras. Portanto, fica explícita a importância de integrar a dimensão racial ao gênero quando busca-se investigar a forma como as desigualdades estabelecem inter-relações no país.

Sob essa ótica, ciente que 1% dos homens brancos mais ricos do Brasil, o que corresponde a 0,57% da população total, recebem mais que 32,7 milhões de mulheres negras juntas, com elas representando 26% da população. E que, eles sozinhos concentram 15,3% da renda do país, enquanto elas apropriam-se de 14,3% (BOTTEGA et al., 2021). É visível o diferencial entre os rendimentos e a forma com a qual a distribuição desigual de renda atinge mais fortemente a população negra. De modo que, a maior vulnerabilidade desse grupo é explicada por múltiplas razões enraizadas na sociedade brasileira, principalmente em virtude do histórico escravista e da perpetuação do racismo estrutural no país até os dias de hoje. Dessa forma, esse grupo experiencia condições de vida mais precárias, maiores índices de informalidade do trabalho, são a parte da população com os menores níveis de renda e com as maiores dificuldades de acesso aos direitos básicos como saúde, saneamento e educação de qualidade. Tudo isso, dada a persistência de estruturas de dominação de uma sociedade e de um Estado caracterizadas por profundas desigualdades raciais (GONZALEZ, 2020). Assim, ao invés de serem combatidas efetivamente, as desigualdades étnico-raciais acabam, por vezes, reforçadas sob novas formas e reproduzidas ao longo do tempo no país.

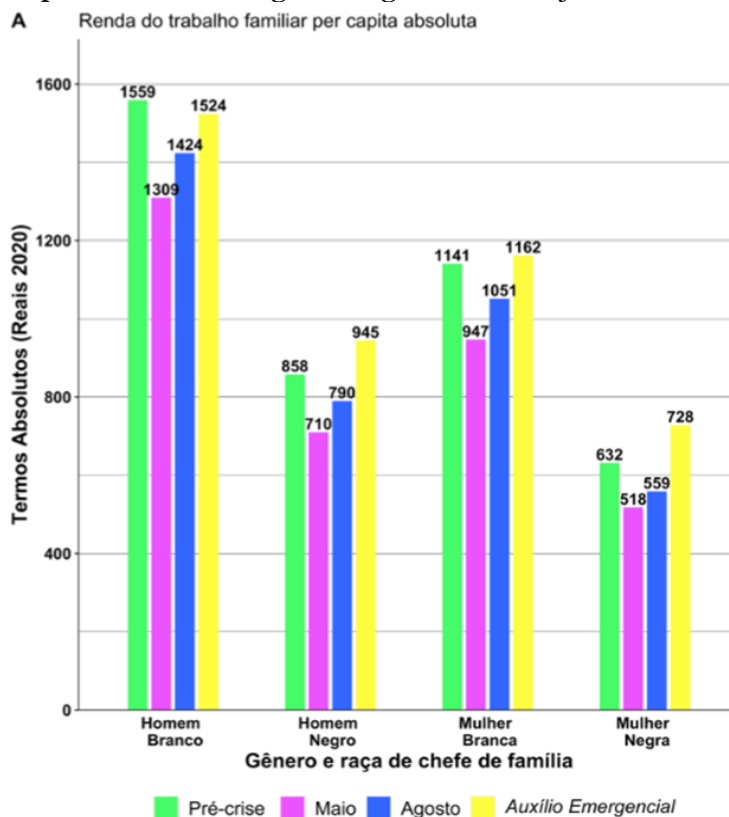
Gráfico 6 - Rendimento médio real habitual e efetivo recebido de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho doméstico entre maio a novembro de 2020 (R\$)



Fonte: PNAD-COVID 19 de 2020 / Elaboração própria.

Em um contexto em que 93,4% dos ocupados no serviço doméstico são mulheres, sendo que 66% são negras, 75% estão na informalidade e recebem em média R\$862, conforme dados da PNAD-Contínua do último trimestre de 2020. E, dentre as profissionais de trabalho doméstico, 63% são negras, de baixa escolaridade e de baixa renda, de acordo com dados do IPEA de 2019. Destaca-se como esses fatores refletem-se no diferencial observado entre as médias dos rendimentos de todos os trabalhos, tanto da população total como as do Gráfico 2 e 5, com relação à média do rendimento do trabalho exclusivamente doméstico verificada no Gráfico 6. Nesse sentido, a média do rendimento do trabalho doméstico efetivo foi R\$841 e habitual R\$994 entre maio e novembro de 2020. O que correspondeu, respectivamente, a apenas 39% e 41% da média do rendimento de todos os trabalhos da população total no período. Assim, a média do rendimento do trabalho doméstico sequer atingiu o piso definido pelo salário mínimo em 2020 de R\$1.045. Ademais, apontado que as mulheres negras são maioria nesta categoria de trabalho e ciente da importância do auxílio emergencial. Segundo (Nassif-Pires et al., 2021), antes da pandemia, a renda do trabalho per capita de famílias chefiadas por homens brancos era cerca de 2,5 vezes maior que a das chefiadas por mulheres negras. Mas, com as parcelas de R\$1.200 do AE, essa relação passou a ser de 2,1 em agosto de 2020. Já em comparação com as mulheres brancas chefes de famílias, a proporção diminuiu de 1,8 para 1,6. E, em relação aos homens negros, de 1,4 para 1,3 no mesmo período, conforme ilustrado no Gráfico 7. Logo, evidencia-se a relevância do benefício sob um olhar de gênero e raça, pois são justamente as mulheres negras que perdem maior parcela da renda e estão mais vulneráveis em períodos de crise.

Gráfico 7 – Relação entre renda domiciliar per capita absoluta de domicílios chefiados por homens brancos, homens negros e mulheres brancas em comparação com os chefiados por mulheres negras. Renda domiciliar per capita absoluta do trabalho em variados momentos: anterior à pandemia, maio, agosto e agosto com adição do AE - Brasil, 2020



Fonte: Nota de Política Econômica nº 006 do Made-USP - Elaboração (Fares et al., 2021) a partir de dados da PNAD-COVID junho e PNAD-COVID setembro.

Contudo, é importante frisar que a problemática associada à dimensão racial não se resume às diferenças entre os rendimentos do trabalho. Mas, no próprio acesso ao mercado laboral e, particularmente, nas oportunidades acessíveis às mulheres negras. Pois, muitas das condições e ofertas de trabalho disponibilizadas para esse grupo específico não são capazes de lhes garantir uma sólida autonomia financeira. Assim, evidencia-se que “(.) o processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: ‘domésticas’ ou ‘mulatas’” (GONZALEZ, 2020, p. 51). De modo que, o termo “doméstica” refere-se a uma série de atividades que marcam seu suposto “lugar natural”, enquanto “mulata” é utilizado como mais uma forma de reificar seus corpos, uma vez que são encaradas como objeto de consumo pelas classes sociais mais altas (GONZALEZ, 2020). Logo, é notório que mesmo com uma maior participação no mercado de trabalho, isso não significa uma melhoria do padrão de vida de grande parte da população negra do país.

Portanto, ressalta-se que o gênero e raça permeiam as subcamadas das desigualdades brasileiras, pois o racismo e o sexismo tornam-se parte estruturante do capitalismo. Assim, explica e ao mesmo tempo justifica a reprodução da divisão racial e sexual do trabalho (GONZALEZ, 2020). Nesse sentido, por mais que o auxílio emergencial não tenha sido pensado como uma política de cunho racial específica, foi primordial para conter parcialmente a perda de renda experimentada pela população situada na extremidade inferior da distribuição de renda. Dado que, no início da pandemia, cerca de três em cada dez brasileiros eram pobres e cerca de 8% viviam na extrema pobreza (WORLD

BANK, 2022). E, sem o auxílio, a extrema pobreza teria atingido 27 milhões de pessoas no Brasil em 2020, segundo os dados divulgados pelo IBGE em 2021. Entretanto, a redução do benefício a valores ainda mais baixos em 2021 voltou a provocar a extensão dos níveis de pobreza observados neste grupo. Caso ainda mais grave para a situação das mulheres negras e mães solas, pois mais da metade dos lares com insegurança alimentar grave são chefiados por elas, conforme os dados disponibilizados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018. Nesse aspecto, como é possível observar na Tabela 1, quando ocorre um aumento na taxa de extrema pobreza e de pobreza, eleva-se, conseqüentemente, o hiato destas variáveis para as mulheres negras em relação aos outros grupos. Logo, é perceptível que a situação de vulnerabilidade das mulheres negras é mais acentuada que a dos demais grupos no país e, em momentos de crises, essas desigualdades tendem a ser exacerbadas.

Tabela 1 - Hiato da pobreza de mulheres negras em relação aos outros grupos, em pontos percentuais – Brasil

		Negros	Branças	Brancos
Extrema pobreza	Observado Pré-Pandemia	0,4	5,7	5,8
	Observado Julho de 2020	0,0	1,2	1,1
	Observado Outubro de 2020	0,3	3,7	3,7
	Simulação sem AE	1,3	7,8	8,1
	Simulação com AE de 2021	0,8	6,7	6,8
Pobreza	Observado Pré-Pandemia	1,0	18,3	17,9
	Observado Julho de 2020	1,0	12,2	12,2
	Observado Outubro de 2020	1,9	16,3	16,4
	Simulação sem AE	2,4	19,7	20,1
	Simulação com AE de 2021	2,2	18,5	18,8

Fonte: Nota de Política Econômica nº 010 Made-USP - Elaboração NASSIF-PIRES et al. a partir dos dados da PNAD Contínua 2019 (1º. visita) e da PNAD Covid (agosto e novembro).

Considerações finais

Primeiramente, ao levar em consideração a divisão sexual do trabalho, tornou-se perceptível que ela não só exacerbou o controle exercido pelo capital, como também exaltou o poder dos homens sobre os corpos femininos. Isso, em virtude da separação entre trabalho de produção de bens e serviços, percebido com valor econômico no mercado, e o trabalho de reprodução cotidiana da vida que é invisibilizado na esfera privada. Dessa maneira, evidencia-se que essa separação permitiu a intensificação do processo de sujeição ao qual às mulheres são submetidas, levando-lhes a condições de pobreza devido ao ocultamento do valor de seu trabalho na esfera privada, à inserção desigual no mercado laboral e ao sobrepeso de responsabilidade e afazeres domésticos enfrentando nos períodos de crises. No que se refere ao setor dos cuidados, ao considerar as contribuições da Economia Feminista, conclui-se que é possível fomentar o desenvolvimento de políticas públicas que não se restringem a apenas reproduzir as tendências androcêntrica e falocêntricas. Mas, focadas em construir uma base capaz de materializar a estruturação de um novo padrão de desenvolvimento com igualdade entre os gêneros acompanhado de uma efetiva emancipação dos corpos femininos a partir da redistribuição mais equitativa das tarefas de cuidados entre os diversos atores sociais.

Quanto ao Auxílio Emergencial, a análise dos dados indica que o AE exerceu um papel muito importante ao mitigar os efeitos nocivos da pandemia e, especialmente, ao impedir uma abrupta deterioração da renda da população mais carente. Assim, mesmo sem recorrer a critérios explícitos de diferenciação por cor ou raça em sua concessão, o benefício contribuiu significativamente ao aporte financeiro de mulheres, principalmente negras. Logo, o benefício ajudou a estancar o aprofundamento ainda maior da situação de pobreza e extrema pobreza que atingem as pessoas

situadas nas camadas inferiores da distribuição de renda. Sendo a redução das desigualdades promovida pelo auxílio explicada, em grande parte, pela diminuição das desigualdades entre a população negra com relação aos outros grupos. Importante ressaltar que, devido às diferenças metodológicas entre a PNAD Contínua trimestral e a PNAD-Covid, não foi possível estabelecer uma análise comparativa com a exatidão desejável entre as duas pesquisas. No que diz respeito a análise descritiva apresentada, melhor seria a utilização de uma estratégia econométrica que possibilitasse inferir de forma mais precisa os impactos observados entre a implementação do AE e os efeitos empiricamente enxergados a partir da redução do seu valor. De modo a ser capaz de também simular um cenário no qual ele não fosse concedido e, assim, mensurar as consequências. Contudo, para sanar essa carência, a partir da contribuição dos estudos coletados e com as confirmações analíticas dispostas na PNAD COVID-19, a principal conclusão do trabalho é que, dada a piora dos indicadores sociais vislumbrada após os cortes no AE, a economia não parece robusta o suficiente para inserir adequadamente as mulheres no mercado de trabalho. Sobretudo, as mulheres de mais baixa renda, negras e mães solas.

Portanto, a partir dos resultados e dos pontos centrais levantados neste trabalho, ressalta-se como em momentos de crise é gerado um sobrepeso sobre as mulheres no país. Uma vez que, os problemas sociais e econômicos recaem sobre suas costas de forma desproporcional quando comparados com as consequências sentidas pelos homens. Dessa maneira, é visível a interdependência entre as relações de dominação de gênero, de raça e de classe, de modo que as opressões são múltiplas e imbricadas umas nas outras. Logo, destaca-se o nítido processo de feminização da pobreza, em especial das mulheres racializadas que ocorre no Brasil. Isso, tendo em vista a desigual inserção e discriminação salarial que enfrentam no mercado de trabalho junto à distribuição unilateral dos trabalhos domésticos e atividades de cuidados sobre sua responsabilidade. Nesse sentido, buscou-se ressaltar o desenvolvimento do setor de cuidados como estratégico para a integração das esferas do trabalho produtivo e do trabalho de cuidados através da implementação e aprimoramento de políticas públicas ativas, possibilitando a superação de desigualdades que mantêm as identidades femininas em áreas de opressão e de fraca autonomia na sociedade.

Referências bibliográficas

- BOTTEGA, A; BOUZA, I; CARDOMINGO, M; NASSIF-PIRES, L; PEREIRA, F. **Quanto fica com as mulheres negras? Uma análise da distribuição de renda no Brasil.** (Nota de Política Econômica nº 018). Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades. MADE/USP, 2022. Disponível em: <<https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/12/npe018.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARRASCO, C. **La Economía Feminista: Una apuesta por otra economía.** En: María Jesús Vara (ed), Estudios sobre género y economía, Akal, Madrid, 2006.
- CARVALHO, S. **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD covid-19.** Carta de Conjuntura número 38 - 3º trimestres de 2020, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/07/IPEA-03.jul_2020.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos . **BRASIL: A inserção das mulheres no mercado de trabalho 3º trimestres de 2019 e de 2020.** São Paulo: DIEESE, 2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/infografico/2022/mulheresBrasileRegioes.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2022.
- ENRIQUEZ, C. R. **Trabajo de cuidados y trabajo asalariado: desarmando nudos de reproducción de desigualdade.** Revista THEOMAI; Buenos Aires; n. 39; p. 78-99, 2019.
- FARES, L; MATOS, A; OLIVEIRA, A; CARDOSO, L; NASSIF-PIRES, L. **As políticas econômicas implementadas no Brasil durante a pandemia sob a perspectiva de gênero.** (Nota de Política Econômica nº 006). Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades. MADE/USP, 2021. Disponível em <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/01/NPE006_site.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

- FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Violência contra mulheres em 2021**. 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2022.
- FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 3ª edição**. 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>> Acesso em: 07 jul. 2022.
- FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEIJÓ, J. **“Educação é cada vez mais importante para recuperar a participação da mulher no mercado de trabalho”**. Em: Blog da Conjuntura Econômica. Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE), 2022. Disponível em: <<https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/educacao-e-cada-vez-mais-importante-para-recuperar-participacao>>. Acesso em: 22 jul. 2022.
- FERNANDEZ, B. P. M. **Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem?**. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, (26), 79-104, 2019. Acesso em: 07 jul. 2022.
- FREITAS, R; CUSTÓDIO, M. **De Olho na Cidadania. Ministério da Cidadania**. Vol. 3, 2021. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/sagi/relatorios/De%20olho%20na%20cidadania_Vol_3_v2_30_04_2021.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Em: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista brasileiro – formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 237-256, 2019.
- GRANDRA, J. **Covid-19, Diversidade das Famílias e Desigualdades**. Em: População e desenvolvimento em debate [livro eletrônico]: impactos multidimensionais da pandemia da Covid-19 no Brasil. 1º. ed., Campinas, São Paulo, 2021.
- KERSTENETZKY, C. **O Estado do Bem-estar Social na Idade da Razão: A Reinvenção do Estado Social no Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro, Campus/Elsevier, 2012.
- LAWSON, M; PARVEZ, A; HARVEY, R; SAROSI, D; COFFEY C; PIAGET, K; THEKKUDAH, J. **Tempo De cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. Em: OXFAM Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/download/12180/>>. Acesso em: 02 fev. 2022.
- NASSIF-PIRES, L; CARDOSO, L; OLIVEIRA, A. **Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza**. (Nota de Política Econômica nº 010). Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades. MADE/USP, 2021. Disponível em: <<https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/NPE-010-VF.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2022.
- NERI, M. **Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: Desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada**. Rio de Janeiro, FGV Social, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/32362/Covid%26Trabalho-Marcelo_Neri-FGV_Social.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 mai. 2022.
- OLIVERA, M; VIEIRA, C; e BAËTA, F. **Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: uma análise das segregações e discriminações a partir da economia feminista**. Texto para Discussão 018|2021, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), 2021.
- SILVA, K. **Escravidão, escravizadas e a família escrava: mulher negra na formação da família escrava**. Em: XIV Encontro de História da Anpuh-MS, 2018. Disponível em: <http://www.encontro2018.ms.anpuh.org/resources/anais/9/1535599459_ARQUIVO_EnsaioFamiliaescrava.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- THE WORDL BANK. **Pobreza e desigualdade no Brasil: pandemia complica velhos problemas e gera novos desafios para população vulnerável**. Comunicado à imprensa, 2022. Disponível em: <[Pobreza e desigualdade no Brasil: pandemia complica velhos problemas e gera novos desafios para população vulnerável \(worldbank.org\)](https://www.worldbank.org/pt/brasil/comunicado-a-imprensa/2022/07/07/pobreza-e-desigualdade-no-brasil-pandemia-complica-velhos-problemas-e-gera-novos-desafios-para-populacao-vulneravel)> . Acesso em: 04 jul. 2022.

DESAFIOS E CONSEQUÊNCIAS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA SOBRE A SOCIEDADE BRASILEIRA

Luciane Vieira Alves⁹²

Resumo:

No século XXI a Educação Financeira é uma realidade em diversos países. Nesse caminho, a Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico, a OCDE, se destaca pela promoção às iniciativas relacionadas a essa educação, impactando a sociedade, a partir do ensino sobre os aspectos relacionados ao dinheiro. Assim, o objetivo do presente estudo é apresentar os desafios e consequências da educação financeira no Brasil. O estudo é uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e abordagem qualitativa. Conclui-se que é dever do Estado fomentar com mais energia a educação financeira em todas as idades.

Palavras-chave: Brasil. Consequências. Desafios. Educação financeira.

Abstract

In the 21st century Financial Education is a reality in several countries. In this way, the Organization for Economic Development Cooperation, the OECD, stands out for promoting initiatives related to this education, impacting society, from teaching on aspects related to money. Thus, the aim of this study is to present the challenges and consequences of financial education in Brazil. The study is bibliographic research of exploratory character and qualitative approach. It is concluded that.

Keywords: Brazil. Challenges. Financial education.

Introdução

No século XXI a Educação Financeira é uma realidade em diversos países. Nesse caminho, a Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico, a OCDE, se destaca pela promoção às iniciativas relacionadas a essa educação, impactando a sociedade, a partir do ensino sobre os aspectos relacionados ao dinheiro (SARAIVA, 2017; RIBEIRO, 2020).

Desse modo, a educação financeira vem sendo alvo de políticas públicas – inclusive no Brasil, onde, embora não tenha no ensino básico a exigência de uma disciplina relacionada, vem oferecendo cursos extras para todos os públicos, a partir de parcerias entre empresas públicas e privadas. A premissa, fortalecida a partir dos conceitos sobre a educação financeira, é de que essa, promove melhor qualidade de vida à população, trazendo o equilíbrio econômico (AUGUSTINIS; COSTA; BARROS, 2012; FERREIRA, 2017).

Desenvolvimento

Desde o surgimento do mercantilismo, o capitalismo e suas vertentes se instalaram como um promissor modelo socioeconômico. A partir disso, a barganha e o ato de compra e venda através da moeda das regiões, passaram a ser realidade da vida em sociedade. Assim, séculos depois, a educação financeira é uma das áreas da educação mais importantes para a qualidade de vida do indivíduo (FERREIRA, 2017). Partindo dessa premissa, o tópico a seguir, trará os conceitos da educação financeira, a perspectiva das famílias sobre essa área educacional e como essa foi instituída no Brasil.

⁹² Favoo Cooperativa Educacional de Vilhena

Educação financeira: conceitos

A educação financeira, pode ser definida como o ensino-aprendizado de consumidores e investidores sobre produtos financeiros, através do desenvolvimento de habilidades e conscientização sobre o consumo, riscos e oportunidades, colaborando para escolhas que contribua com seu bem-estar (ATTIE; OZAWA; FREITAS, 2021).

Cordeiro, Costa e Silva (2018, n.p.) definem a educação como “um processo de aprendizagem ligado às finanças pessoais, onde a sociedade tem a oportunidade de adquirir uma visão crítica sobre o uso do dinheiro”. Nesse caminho, Clapper, Lusardi e Oudheusden (2016) afirmam que a ignorância financeira gera impactos negativos na vida do indivíduo, afetando todo o país. Essa ignorância, limita seu entendimento sobre juros e taxas, colaborando com a aquisição de dívidas altas e inadimplência.

Araújo e Calife (2014) explicam que, até 1990, a educação financeira era limitada aos conselhos de investimento disponibilizados nas mídias disponíveis da época, voltados à preservação ou multiplicação de recursos. Os autores explicam que essa limitação nos conselhos ofertados advinha das condições da época: os altos índice de inflação, escassez de crédito e pouco acesso à informação são fatores que contribuam com a limitação da educação financeira no país.

Assim, é possível associar o avanço da educação financeira à situação socioeconômica do país, onde, somente a partir do Plano Real, em 1994, o Brasil passa a enxergar a redução inflacionária como um caminho para voltar planejar-se economicamente. Dessa forma, a partir do século XXI, alguns conceitos e práticas relacionadas à economia apresentam melhoras significantes, entre essas, o controle da inflação, bancarização e maior oferta de crédito (ARAÚJO; CALIFE, 2014; FERNANDES; CANDIDO, 2014).

Essas melhorias foram fundamentais para favorecer a população melhor informação acerca do planejamento financeiro, especificamente, devido à melhora dos valores da renda média no país. Considerando esse avanço sobre a economia do Brasil, as condições para o planejamento financeiro se viabilizam, onde diversos livros sobre o planejamento financeiro são lançados (ARAÚJO; CALIFE, 2014; FERNANDES; CANDIDO, 2014).

Mais de uma década após o Plano Real, a economia é estabilizada. Araújo e Calife (2014) expõem que, entre 1993 e 2011, é estimado que aproximadamente sessenta milhões de pessoas se tornaram classe média no país, valorizando a necessidade da redução de inflação, bancarização e mais formas de acesso à informação. No entanto, Fernandes e Candido (2014) e Bortoluzzi *et al.* (2015) explicam que a expansão do crédito entre os anos de 2005 e 2012, causou o endividamento de milhares de famílias, fato importante para discutir a perspectiva das famílias sobre a educação financeira – assunto do próximo tópico.

A perspectiva das famílias sobre a educação financeira

Cenci, Pereira e Barichello (2015) afirmam que a educação financeira para as famílias é muito importante, pois conseguem fazer prospecções das contas e refletir sobre o futuro, associando suas finanças pessoais, orientando as vertentes do orçamento familiar. Nesse caminho, a globalização e capitalismo – definições que alimentam o desejo de consumo, são trabalhadas a partir da responsabilidade financeira, colaborando com a saúde financeira de todos os envolvidos.

O comportamento humano, é uma das vertentes relacionado ao consumo que, por vezes, leva ao endividamento de grande parte das famílias. Segundo o levantamento feito pelo Banco Central em 2022 o endividamento das famílias entre os anos de 2013 e 2021 (exceto crédito habitacional) demonstra que, entre os anos de 2013 e 2017, o grau de endividamento familiar estava negativo e, em 2018, esses resultados invertem, chegando no ano de 2021 com 22,5% do endividamento familiar. Embora a partir de 2019 o mundo tenha passado por um período de isolamento, pela pandemia, esse fato não justifica a elevação da dívida, dado que essa, começou a subir de 2017 para 2018.

Colaborando, Rayssa e Maia (2020) expõem que dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), EM 2021, realizado pela Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), apontou que o endividamento no Brasil chegou a 72,9%, considerando o maior percentual desde 2010.

Considerando o descontrole constatado pelos dados supracitados, Giora *et al.* (2015) explica que as famílias devem considerar algumas competências para o equilíbrio financeiro: exercício de direitos e deveres de maneira responsável; tomada de decisões financeiras, social e ambientalmente responsáveis; harmonização de desejos e necessidades; colaborar com a disseminação das práticas de educação financeira; prevenir-se financeiramente, considerando os curto, médio e longo prazos; elaboração do planejamento financeiro; e análise de opções para superação das dificuldades econômicas.

Considerando a conceituação sobre educação financeira, a breve explicação acerca dessa, no contexto brasileiro, a partir da década de 1990, o grau de endividamento das famílias e a orientação supracitada, o próximo tópico, abordará a educação financeira no Brasil. Assim, será apresentado quais são as leis e propostas relacionadas que, fundamentam e incentivam essa educação no país, colaborando para mudanças positivas sobre os dados do endividamento até 2021.

Educação financeira no Brasil

Em 2016 foi realizado um estudo quantitativo sobre as variações globais sobre educação financeira pela S&P Global FinLit Survey, nesse sentido, Leandro e Gonzales (2018) expõem que, no Brasil, são quase dois terços da população analfabeto em finanças. Além disso, o autor destaca que a pesquisa realizada na Standard & Poor's Ratings Services Global Financial Literacy Survey adverte que, a cada 3 adultos, apenas 1 é alfabetizado financeiramente. Isso indica a necessidade de uma mudança cultural e comportamental sobre as decisões de compra e consumo.

Nos últimos anos, o Brasil tem unido esforços para melhorar a educação financeira. O contexto se tornou um assunto para políticas de Estado, colaborando com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF):

A ENEF é inspirada pelo conceito de educação financeira definido pela OCDE13 em 2005, adaptado para a realidade brasileira: “o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro” (BRASIL, 2015, n.p.).

Com isso, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) foi criado, integrando diversos órgãos públicos e organizações empresariais. No entanto, mesmo com todos os órgãos supracitados, a literatura indica desafios sobre a disponibilidade da educação financeira no Brasil, principalmente, sobre a educação básica. Além disso, Oliveira e Stein (2015) explicam que a Educação Financeira que, deveria começar em casa, não ocorre no contexto familiar, dificultando ainda mais a intervenção da escola, frente ao desconhecimento mínimo do aluno sobre o dinheiro.

Assim, os autores afirmam que, para enfrentar os desafios da educação financeira no Brasil, é necessária uma parceria entre a escola e a família, onde, desde pequeno, o aluno poderá contemplar o entendimento sobre finanças, colaborando com sua vida adulta. Essa parceria, torna-se fundamental para fomentar a educação financeira na vida do aluno, durante todo o período da educação básica.

D'Aquino (2007) *apud* Souza (2012) explica que a noção do dinheiro tem início a partir dos 5 anos de idade, mesmo período em que os valores morais são melhores absorvidos. Assim, é fundamental que a escola e a família colaborem com o ensino e o exemplo sobre finanças, para que a criança ganhe independência financeira desde cedo, a partir do conhecimento, que é proporcionado sobre o tema.

No estudo de caso realizado por Oliveira e Stein (2015) um dos docentes participantes, afirma que é um desafio introduzir o assunto para os alunos do ensino fundamental I, dado ser algo totalmente novo e, que por vezes, não é ensinado pelos pais. Isso vai ao encontro de D'Aquino (2016) que, explica ser papel das famílias, em países desenvolvidos, a educação financeira:

Assim, as escolas brasileiras, devem agir como um suporte para trabalhar o tema, de maneira que, os alunos, compreendam os aspectos básicos sobre finanças. Isso, evita que esses, sofram a influência negativa dos adultos que, sofrem financeiramente, pela falta da educação financeira. Desse modo, Chiarello e Bernardi (2015) explicam que, a formação continuada de professores, é uma solução para iniciar o processo de mudança cultural acerca da educação financeira, fato que, se realizado com sucesso, irá alcançar as próximas gerações, a partir da formação que acontece hoje.

Ferreira (2013) explica que, o trabalho docente com base na autonomia discente, é um caminho para a educação financeira nas escolas, onde, desde cedo, é possível fazê-los tomar boas decisões, colaborando com suas escolhas no campo financeiro. As práticas cotidianas através de jogos como, por exemplo, o banco imobiliário, entre outras atividades semelhantes, que incite a decisão do aluno, colabora com o exercício da escolha sobre o destino do dinheiro.

Consequências da educação financeira sobre a sociedade brasileira

As consequências da educação financeira sobre a sociedade brasileira não se resumem às vantagens individuais, pois, envolve todos os habitantes. Isso se relaciona com o nível de dívida da população, ou seja, o índice de inadimplência que, impacta diretamente na economia do país; a desvalorização monetária do país; aumento dos produtos importados; aumento do desemprego; clima econômico desfavorável e, a instabilidade financeira e social (VITAL; SILVA, 2014; SPANCESKI; SATO, 2021; LIMA, 2022).

Além disso, as consequências da educação financeira se relacionam com a capacidade de avaliar sua realidade no curto, médio e longo prazo, onde Vital e Silva (2014, p.7) explicam que um indivíduo educado financeiramente deve ser capaz de “ensinar a planejar em curto, médio e longo prazos; desenvolver a cultura da prevenção e proporcionar a possibilidade de mudança da condição atual”. É essa relação entre passado, presente e futuro que colaboram com o avanço ou retrocesso de um estilo de vida, onde, cabe ao indivíduo conseguir organizar seus custos, para melhor qualidade de vida.

Colaborando com essas consequências, os indivíduos de baixa renda, são os mais impactados pela falta de educação financeira. Um exemplo, foram os anos anteriores que, com o governo abrindo empréstimos e financiamentos para a população (aparentemente, algo positivo), atualmente, vem precisando ajustar a inflação, em decorrência da inadimplência da população:

Nos últimos quatro anos (2010-2014), o país tem vivido a chamada estagflação, em razão da combinação de crescimento nulo com inflação no teto da meta. Para tentar controlar essa crise econômica, o Governo Central está fazendo o ajuste fiscal, buscando um superávit primário, e também lançando mão de ajustes de política monetária, como a elevação da taxa Selic, com o objetivo de controlar a inflação e cortar os gastos públicos, tentando evitar o aumento da já elevada dívida bruta do governo, que, em 30 de setembro de 2015, estava em torno de 65% do PIB. (GANS et al. 2016, p.96).

[...]

O desemprego também aumentou em 2015, reflexo em parte do ajuste fiscal promovido pelo governo para segurar a inflação. Grande parte dessas demissões concentra-se na indústria da construção civil, onde a maioria dos trabalhadores tem baixa qualificação, pois pertencem justamente à população mais humilde (GANS *et al.* 2016, p.96).

A citação acima, comprova que, não basta pensar no agora, a educação financeira serve para que o indivíduo tenha noção de que planejar, é a melhor forma de manter o mínimo da qualidade de vida possível. Além disso, foi possível perceber que, nem o Estado, é capaz de aguentar tamanha inadimplência sem afetar uma parcela da população, fazendo entender que, todos precisam da educação financeira para evitar as consequências supracitadas.

Metodologia

O estudo é uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e abordagem qualitativa. É bibliográfica, pois utilizar-se-á de artigos, periódicos, teses e livros digitais para a coleta de informações e dados. Possui caráter exploratório, pois proporciona maior familiaridade com o tema e a construção de hipóteses (GIL, 2019). É qualitativa, pois conforme Marconi e Lakatos (2010), tem como objetivo analisar aspectos profundos, fornecendo detalhes de investigações, atitudes e comportamento.

A base de pesquisa utilizada foi o Google Acadêmico, utilizando das palavras-chave “desafios”, “consequências”, “educação financeira” e “Brasil”, contribuindo para encontrar trabalhos relevantes para os objetivos propostos. Os trabalhos foram selecionados a partir da leitura do título e resumo, para saber se esses, seriam úteis ao presente estudo.

Os critérios de inclusão do presente trabalho, foram: trabalhos publicados a partir de 2012, gratuitos, completos e na língua portuguesa. Logo, os critérios de exclusão, foram: trabalhos publicados antes de 2012, de caráter pago, incompletos e/ou em idioma estrangeiro.

Conclusão

O presente estudo trouxe uma reflexão, com base na literatura acadêmica, acerca dos desafios e consequências da educação financeira no Brasil. Para isso, foi abordado a educação financeira e seus conceitos, para compreender sua finalidade e prática; a perspectiva das famílias acerca desse tema educacional; seus desafios e consequências para sua valorização no Brasil.

A partir dos autores utilizados no decorrer da pesquisa, além de leituras extras realizadas pelo autor, foi possível compreender que, os desafios da educação financeira no país, advêm de uma cultura essencialmente capitalista e que, desde as décadas passadas, tem sofrido com a má gestão de custos. Essa má gestão pode ser percebida tanto no campo familiar como no campo governamental, afastando as possibilidades da expansão financeira no país.

Ainda, outro fator que corrobora para esse afastamento, é a falta de incentivo docente sobre a educação financeira, entre a prática interdisciplinar. Isso é verificado e justificado pelos autores, devido à falta de formação continuada, mas que, empiricamente, pode ser relacionado à própria falta de educação financeira dos professores, enquanto cidadãos.

Quando a família, o Estado e a Escola assumem o exemplo contrário ao que deve ser fomentado através da educação financeira, traz a certeza de que, a expansão da educação financeira no Brasil é um desafio que deve ser considerado, visto as desvantagens socioeconômicas que gera. Considerando o papel do Estado sobre o delineamento do currículo escolar, cabe a esse, prioritariamente, definir diretrizes para que a educação financeira seja prioridade nas escolas, assim como nos países desenvolvidos. Esse investimento, no longo prazo, irá proporcionar uma sociedade economicamente mais saudável, colaborando com a melhora da qualidade de vida da população.

Conclui-se que é dever do Estado fomentar com mais energia a educação financeira em todas as idades. Assim, futuramente, a família, constituída por esses cidadãos que obtiveram a educação financeira adequada, irá levar adiante tal ensinamento, passando a colaborar com a escola, como a literatura aponta que deve ser. Desta maneira, é importante que novos estudos sejam realizados, com base na análise das leis em prol da educação financeira no país, para incentivar a ação do Estado e colaborar com o tema para possíveis debates.

Referências

- ARAÚJO, Fernando C.; CALIFE, Flávio Estevez. **A história não contada da Educação Financeira no Brasil**. 2014. 11p. Disponível em: <https://www.boavistaservicos.com.br/wp-content/uploads/2014/08/A-hist%C3%B3ria-n%C3%A3o-contada-da-educac%C3%A7%C3%A3o-financeira-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.
- ATTIE, João Paulo; OZAWA, Nilson S.; FREITAS, Nadir S. **Educação financeira a serviço da cidadania**. Revista ENSIN@ UFMS, Três Lagoas, vol.2, n. esp., dez.2021. p. 90-103. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/anacptl/article/view/13907>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.
- AUGUSTINIS, Viviane F.; COSTA, Alessandra S.M.; BARROS, Denise F. **Uma Análise Crítica do Discurso de Educação Financeira: por uma Educação para Além do Capital**. Revista ADM.MADE, Rio de Janeiro, vol.16, n.3, setembro/dezembro, 2012. p.79-102. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/admmade/article/view/553>. Acesso em: 22 de agosto de 2022.
- BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Brasil: implementando a estratégia nacional de educação financeira**. 2015. 26p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. 19 de novembro de 2022.
- BORTOLUZZI, Daiane A.; *et al.* **Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014**. PERSPECTIVA, Erechim, vol.39, n.146. junho/2015. p. 111-123. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/146_513.pdf. Acesso em: 15 de setembro de 2022.
- CLAPPER, Leora; LUSARDI, Ana Maria; OUDHEUSDEN, Peter V. **Financial Literacy Around the World: insights from the standard & poor's ratings services global financial literacy survey**. *Global*

Financial Literacy Excellence Center – GFLEC, 2016. Disponível em: https://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/3313-Finlit_Report_FINAL-5.11.16.pdf?x59497. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

CENCI, Jaci José; PEREIRA, Iselda; BARICHELLO, Rodrigo. **Educação financeira, planejamento familiar e orçamento doméstico: um estudo de caso**. Tecnológica Revista Científica, vol.3, n.2, 2015. p.89-104. Disponível em:

https://avauea.uea.edu.br/pluginfile.php/167472/mod_resource/content/8/Artigo%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20financeira.pdf. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

CHIARELO, Ana Paulo; BERNARDI, Luci S. **Educação Financeira Crítica: Novos Desafios na Formação Continuada de Professores**. Boletim GEPEM, n.66, jan./jun.2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/gepem/article/view/46/33>. Acesso em: 19 de novembro de 2022.

CORDEIRO, Nilton José N.; COSTA, Manoel G.V.; SILVA, Márcio N. **Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica**. Ensino da Matemática em Debate, São Paulo, vol.5, n.1, 2018. p. 69 – 84. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/download/36841/25699/105754>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

FERNANDES, André Henrique S.; CANDIDO, João G. **Educação financeira e nível do endividamento: relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo**. Revista Eletrônica Gestão e Serviços, vol.5, n.2, jul./dez.2014. p.894-913. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/36123244/4868-17395-1-PB-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1663290601&Signature=a9f1VUsZb49Qh8EY1idUmV5qI7oiOUCejm2aQDzkOT19Ivr7hIhtbE9wpVyFu-qdtL24xBEZ6Gp9m88s7aG9MZzSSoaTBIdWE2iuAnQF33ogBHda0~6aiwkU1CRGWlrQyV2Ie6LUWsjDfDhH4leVbPrX7VVpjzHCX6Ms~BKCgrjC0bIpoFcCC2baSe-9gP5rUdKJIJ2NOwojt8W461~Cc4wthnoNNvsYMmEL4FCoJct1eUPM4LaVOfnhs9irdPpLsLpfXcFf0UexdGnrPCK5d-HpS858n8mPHiEIMfcjFm3Oe-ivUVfOANRBwlbTfhGXyElz7zNf~w6~SMiGwA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

FERREIRA, Juliana C. **A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Caderno de Administração, vol.1, dez.2017. 17p. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/caadm/article/view/33268>. Acesso em: 19 de novembro de 2022.

GANS, Evelyn B.S. **A importância da educação financeira para a estabilidade econômica e independência financeira de pessoas de baixa renda**. Revista FAE, Curitiba, vol.1, 2016. p.93-102. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/407/291>. Acesso em: 19 DE novembro de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIORA, Fernanda C.; *et al.* **A importância da educação financeira para as famílias**. Centro Universitário Filadélfia. Revista Eletrônica de Ciências Empresariais da UniFil, ano 7, n.11, jul./dez./2015. p.16-26. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/revista-empresarial/article/view/483/412>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

LEANDRO, Júlio; GONZALES, Lauro. **Desafios da Educação Financeira**. GVEXECUTIVO, vol.17, n.6, nov./dez.2018. p.13-15. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/download/77786/74449>. Acesso em: 18 de novembro de 2022.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Savana S.; STEIN, Nina R. **A Educação Financeira na Educação Básica: um novo desafio na formação de professores**. Universo Acadêmico, Taquara, vol. 8, n. 1, jan./dez. 2015. P.11-31. Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/1_a_educacao.pdf. Acesso em: 19 de novembro de 2022.

RAYSSA, Alexandra; MAIA, Matheus. **Endividamento familiar no Brasil**. Revista Pet Economia Ufes, vol. 4, fev. 2022. p.37-41. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/peteconomia/article/download/37642/24824/119502>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

RIBEIRO, Cristina T. **Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos**. Caderno EBAPE.BR, vol.18, n.3, jul./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120190038>. Acesso em: 23 de agosto de 2022.

SARAIVA, Carla S. **Os sujeitos endividados e a Educação Financeira**. Educar em Revista, Curitiba, n. 66, out./dez. 2017. p. 157-173. Disponível em:

<https://www.periodicos.ufes.br/peteconomia/article/download/37642/24824/119502>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

<https://www.scielo.br/j/er/a/dCY3fwLdRBWdgSbmSfdS3sy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

SATO, Matheus P.; SPANCESKI, Gabriel H. **Educação financeira: suas consequências na vida dos jovens adultos no Brasil**. Anima Educação, dez.2021. 26p. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/21470>. Acesso em: 19 de novembro de 2022.

SOUZA, Débora Patrícia. **A importância da educação financeira infantil**. Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, jun. 2012. 76p. Disponível em: <http://educacaofinanceira.com.br/wp-content/uploads/2021/11/tcc-a-importancia-da-educacao-financeira-infantil.pdf>. Acesso em: 06 de setembro de 2022.

VITAL, Márcio C.; SILVA, Amarildo M. **Educação Financeira e Educação Matemática: Inflação de Preços**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. 41p. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/mestradoedumat/wp-content/uploads/sites/134/2011/09/Produto-Educacional-M%C3%A1rcio-Vital.pdf>. Acesso em: 19 de novembro de 2022.

Enviado em 31/12/2022

Avaliado em 15/02/2023

DESEMPREGO E EXCLUSÃO SOCIAL NO PERÍODO PANDÊMICO

Priscilla Novaes Nogueira Gomes⁹³

Adimilson Renato da Silva⁹⁴

Resumo

Este artigo trata-se do despertar que a pandemia trouxe para a situação gritante de desigualdade e desamparo social de uma população privada dos seus direitos civis e que com a celeridade e os métodos de prevenção da Covid-19, através do isolamento social, proporcionou o aumento no número de brasileiros que passaram a fazer parte da classe desprovida de amparo social, ocasionada pelo fechamento de muitas empresas e pelo crescimento no número de desempregados no Brasil.

Palavras chave: pandemia; exclusão social; desemprego

Introdução

A pandemia iniciou-se em dezembro de 2019, através de um grande número de pessoas infectadas na cidade de Wuhan na China, alastrando-se e aterrorizando a população mundial. Essa infecção foi causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, uma doença grave de elevada transmissibilidade e de distribuição global, podendo ser transmitido através de contatos diretos, gotículas respiratórias expelidas e aerossol que são gotículas respiratórias menores, um vírus que ficou nomeado por Covid-19 (Ministério da Saúde, 2022).

No Brasil, o primeiro contágio da Covid-19 foi registrado no dia 26 de fevereiro de 2020 trazido por um empresário de 61 anos que esteve na Itália e apresentou os sintomas do coronavírus. Com o registro do primeiro caso, em um mês o Brasil já havia estimado mais de 4.324 casos confirmados.

O aumento de casos registrados e a preocupação com que a doença se alastrasse de forma rápida, o Ministério da Saúde recomendou que o Governo Federal tomasse providências para evitar a celeridade do contágio. Sendo assim, em 20 de março de 2020 é assinado o primeiro decreto de nº 10.282 que regulamentava que os governadores tomassem providências de prevenção em seus estados, autorizando o funcionamento dos serviços essenciais e o isolamento da população evitando o contágio do vírus (BRASIL,2022).

Os estados preocupados com a velocidade que o vírus se alastrava e com a falta de capacidade médico-hospitalar para atender os pacientes enfermos pela Covid-19, submeterem-se ao decreto de nº 10.282, isolando a população e autorizando somente o funcionamento dos serviços essenciais. O isolamento das pessoas e o fechamento de alguns estabelecimentos por tempo determinado pelo estado, fizeram com que alguns empregadores se reinventassem para permanecer com o seu negócio aberto.

⁹³ Mestranda em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, graduada em Administração pela Faculdade do Maranhão e especialista em Administração e logística pelo Centro Universitário Internacional. Professora efetiva do Instituto Federal do Maranhão.

⁹⁴ Mestre e doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professor de sociologia junto ao Instituto Federal de Educação do Tocantins (IFTO). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Tocantins (UFTI).

As empresas começaram a aderir ao *home office* (trabalho realizado no ambiente doméstico), dando continuidade à sua produção e evitando a demissão dos colaboradores, mas nem todas as empresas conseguiram resistir ao isolamento e tiveram que reduzir custos demitindo parte dos seus empregados e até mesmo decretando estado de falência.

Um quadro de crise financeira começou a se instaurar no Brasil com milhões de brasileiros desprovidos de empregos formais e submetidos ao descaso de uma realidade que muitos não haviam conhecido. A informalidade passou a ser o meio de saída para muitos brasileiros, com uma contradição de que os trabalhadores informais também entraram em crise devido ao isolamento.

As duas realidades que talvez tenham até se cruzado devido à falta de algum direito básico, agora encontram-se na mesma posição de desamparo, descaso das políticas públicas e até exclusão. Passa-se a ter uma multiplicação de sujeitos que agora lutam para manter-se livres da doença e livres da precariedade que o déficit de integração com relação ao trabalho causou (CASTEL, 1995).

Dessa forma, afirma-se que o trabalhador formal e desempregado que era assegurado por lei trabalhista e que ganhava o seu salário mensalmente e o trabalhador que vivia da informalidade sem seguridade trabalhista, mas que todo dia conseguia o seu dinheiro são duas realidades que se cruzaram através do descaso da política pública e da exclusão social.

Metodologia

A metodologia utilizada para entender o aumento do desemprego e informalidade terá característica exploratória de natureza qualitativa com análise descritiva de dados secundários extraídos do IBGE e do CAGED. Para o enriquecimento desse trabalho utilizou-se dos pensamentos dos autores: Robert Castel (1995) e Jean Nunes (2020) que contribuirão para o tema proposto.

Discussão

O desfavorecimento na prevenção da Covid-19

Com a disseminação mundial da Covid-19 a Organização Mundial da Saúde- OMS declarou através da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional- ESPIN, o reconhecimento da pandemia. A partir desse momento o Ministério da Saúde conforme a OMS começou a estabelecer um plano de enfrentamento a Covid-19 através de medidas protetivas não farmacológicas como distanciamento social, etiqueta respiratória e de higienização das mãos, uso de mascarar, limpeza e desinfecção de ambientes, isolamento de casos suspeitos e confirmados e quarentena dos contatos dos casos de Covid-19 (BRASIL, 2022).

A divulgação da pandemia e os métodos preventivos que deveriam ser tomados, assolou a população brasileira que se dirigiu para os supermercados e farmácias para adquirir material de higiene, entre eles máscara descartável e álcool em gel, materiais que superfaturaram devido a demanda, tirando o acesso de milhões de brasileiros a prevenção da doença.

De acordo com Nunes (2020);

As estratégias de combate à pandemia, mundialmente veiculadas pela organização Mundial da Saúde (OMS), estão assentadas, em outros aspectos, na ideia de que quanto mais higiene, mais saúde. Hábitos simples, como o de lavar as mãos com água e sabão podem se revelar eficazes contra essa e muitas outras doenças. Aqui as dificuldades, muito mais que culturais, são de ordem estrutural. Como construir ou fortalecer esse e outros hábitos de higiene se nas comunidades nem sempre há água potável? Se o saneamento básico é uma promessa da modernidade nunca assaz cumprida para maior parte de nosso povo, especialmente nas áreas periféricas? O esgoto trilhando a céu aberto nas ruas da comunidade torna muito mais difícil a efetivação de qualquer medida de prevenção a essa e a muitas enfermidades (NUNES, 2020, p. 8,9).

Um dos métodos mais baratos para a população prevenir-se da doença carecia de um olhar do poder público, a higiene sanitária e saúde é um direito básico que o governo deve dispor a todo e qualquer cidadão e que muitos desses são desprovidos, e, conseqüentemente foram e são suprimidos da prevenção do coronavírus devido a situação de privação dos seus direitos básicos.

Para Nunes (2020) a desigualdade, na perspectiva da pandemia não se revela apenas na forma injusta da distribuição dos bens socialmente produzidos, mas também na contínua violação da dignidade humana, que teve e tem os seus direitos violados. Uma responsabilidade do poder público que não oferece a população o mínimo para uma vida honrada pelos seus direitos civis que são regidos pelo Artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Os métodos de prevenção favorecem os que são providos de condições financeiras, esses podem e puderam adquirir material de higiene, além de possuírem acesso ao saneamento básico, infraestrutura e saúde. Mas o coronavírus não escolhe classe social, raça, religião ou cultura, porém cada indivíduo é forçado a lutar por sua própria sobrevivência, mesmo em um contexto de desigualdade gritante como presentes no Brasil (SÁ; MIRANDA; MAGALHÃES, 2020).

Pedro Hallal, epidemiologista e pesquisador da UFPel, revela que a população mais pobre do Brasil tem o dobro de chances de serem infectados pela Covid-19 se comparado com pessoas mais ricas. Quando o vírus começa a se espalhar na comunidade, os níveis mais pobres da população são atingidos e uma das explicações pode ser a questão da aglomeração, devido à habitação possuírem menos cômodos (EPICOVID, 2020).

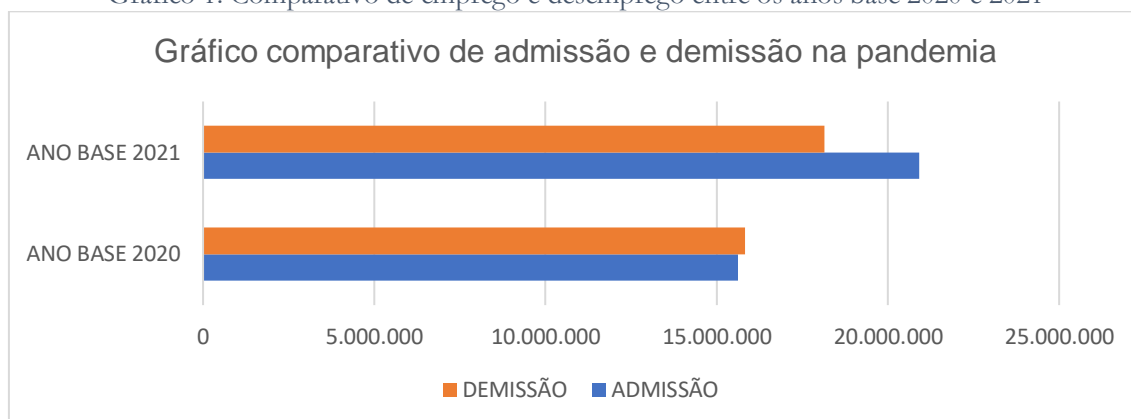
Até o presente momento, o Brasil registrou 33.591.356 casos confirmados e 676.964 óbitos, um número bastante significativo que demonstra o descaso com a população de forma geral e em especial aos desprovidos da oportunidade de proteção a Covid-19 ou qualquer outra doença.

Desemprego e informalidade no período pandêmico

Com o aumento dos casos de Covid-19, muitos Governadores decretaram em seu estado o *lockdown* (confinamento ou fechamento total) com o funcionamento somente dos serviços essenciais, o primeiro estado a decretar o *lockdown* foi o Maranhão com 15 dias de isolamento total.

O decreto de isolamento social e *lockdown* fez com que 716.000 mil empresas encerrassem as suas atividades produtivas, resultando no desemprego de 12 milhões de brasileiros no 4º trimestre de 2021, o equivalente a 11,1% da população total (IBGE, 2022). As empresas que conseguiram sobreviver a pandemia tiveram que adaptar-se ao mundo da tecnologia e contemporizar o método de trabalho, permitindo que os funcionários exercessem as suas atividades *home office* evitando o contágio com o coronavírus e mantendo os seus funcionários empregados e a empresa funcionando.

Gráfico 1: Comparativo de emprego e desemprego entre os anos base 2020 e 2021



Fonte: elaborada pela autora, 2022

De acordo com o gráfico 1 baseado nos dados do IBGE, pode-se observar que no ano de 2020 houveram mais pessoas demitidas do que admitidas totalizando um saldo negativo de 192.555 pessoas demitidas a mais se comparada ao número de admitidos. O ano de 2020 foi ápice da pandemia e o ano de desadaptação da normalidade e adaptação do que seria o “novo normal”, foi também o ano que ocorreu o isolamento total que teve como consequência o declínio de muitas empresas. No ano de 2021 com a população mais adaptada e as empresas inovando no seu método de produção, houve um saldo positivo de 2.765.542 pessoas admitidas se comparada ao número de demissão, que continuou alta. Para Bridi (2020),

A pandemia causada pelo Sars-CoV-2, popularmente conhecida como Covid-19, provocou, sem dúvida, transformações gigantescas no mundo do trabalho. Atingiu toda a classe trabalhadora de formas diferenciadas: desemprego para uma grande parcela da população durante a pandemia, sobretudo naqueles segmentos econômicos que demandam tanto a presença física do trabalhador quanto a presença física dos clientes/usuários; efeitos imediatos no setor de serviços, tais como o turismo e toda a sua cadeia produtiva, hotelaria, aviação, restaurantes; a chamada “economia criativa”, shows, eventos, feiras, cinema, entre outros (BRIDI, 2020, p.141).

Com o aumento do índice de desemprego, a desigualdade social e o número de brasileiros em busca da sobrevivência tenderam a aumentar. Os que eram vistos pela sociedade como trabalhadores, passaram a viver a margem do descaso, da exclusão e da depressão ao se verem diante de dois problemas, a pandemia e a falta de emprego.

Para Castel (1995) a exclusão se dá pelo estado de todos que se encontram fora dos circuitos vivos e das trocas sociais, não se nasce excluído e não se esteve sempre excluído, a não ser que se trate de um caso muito particular. Em conformidade com Castel pode-se afirmar que os desempregados estão sim em uma situação de exclusão por não fazerem mais parte de um circuito social e por que um dia contribuíram com a sociedade e a economia através dos seus trabalhos, mesmo que esses trabalhos se caracterizassem como precários e esses empregos fossem a única renda para manter uma família de três, quatro ou mais membros.

Com o grande número de desempregados e a falta de oportunidade de empregos gerados pela pandemia da Covid-19, o Brasil aumentou consideravelmente o número de trabalhadores na informalidade. O IBGE (2022) apontou que no segundo semestre de 2020, 39,1 % da população ocupada são informais e no segundo semestre de 2021 esse número de pessoas na informalidade aumentou para 40,4% da população.

Thais Mossi (2022) relatou que os trabalhadores informais são os mais vulneráveis porque estão à margem do sistema de proteção social, que é um conjunto de ações do Estado com o objetivo de proteger a sociedade e os indivíduos dos riscos sociais e econômicos. Uma classe que normalmente é vista através dos dados da pesquisa do IBGE, passa chamar a atenção das políticas públicas para necessidade do assistencialismo que esses trabalhadores precisam para manterem a família.

Diante do cenário economicamente abalado e uma população vulnerável e desprovida de todo e qualquer direito que a Consolidação da Lei Trabalhista proporciona, que no dia 02 de abril de 2020 foi sancionado a Lei nº 13.982 que dispõe parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), estabelecendo medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019 (BRASIL, 2021).

Considerações finais

Com a pandemia ficou claro que o Brasil não tinha e não tem nenhum preparo para situações agravantes, nesse caso pode-se observar que a classe social que mais sofreu foi a que sempre esteve em estado de vulnerabilidade e de exclusão e que não tiveram oportunidade a prevenção básica contra a Covid-19, sendo desprovidos de saúde e de higiene sanitária. Percebeu-se o aumento da desigualdade social no país com o fechamento de várias empresas que resultou no desemprego e no aumento de pessoas excluídas do contexto social e que passaram a lutar para sobreviver na informalidade sem nenhuma seguridade trabalhista e a margem do sistema de proteção social. Por fim pode-se afirmar que o país precisa estabelecer a todo cidadão, principalmente os que se encontram em estado de vulnerabilidade, os direitos civis básicos através de política e proteção social.

Referências bibliográficas

- BRIDI, Maria Aparecida. **A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo- SP, 34 (100) 2020, www.scielo.br. Acesso em: 11 de julho de 2022.
- BRASIL. *Coronavírus*- <https://covid.saude.gov.br/> **Ministério da Saúde**. Brasília, DF, 2022.
- _____. *Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020. Dispõe sobre o regulamento do auxílio emergencial*. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 02 abr. 2020. p.1.
- _____. *Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais*. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 20 março. 2020. p.1.
- CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In. WANDERLEY, Luiz; PAUGAM, Serge; WANDERLEY, Mariangela (Orgs). **Desigualdade e a questão social**. 4º ed. São Paulo: Educ- Editora da PUC-SP, 2011. p. 27-60
- IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua mensal- PNAD trimestral**. Rio de Janeiro, 2022.
- NUNES, Jean. O preço da desigualdade numa pandemia. In. GONÇALVES, Cláudia; DESTERRO, Rodrigo (Orgs). **Vulnerabilidades sociais em tempo de pandemia**. 1º ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. p. 3-20.
- MOSSI, Thays. Impacto da pandemia no trabalho informal. Entrevista concedida ao site de notícia da UFRGS. Divulgado no site: <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/impacto-da-pandemia-no-trabalho-informal>. Acesso em: 14 de julho de 2022.

EPICOVID 19. **COVID-19 no Brasil: várias epidemias num só país Primeira fase do EPICOVID19 reforça preocupação com a região Norte, Pelotas- RS**, 25 de maio de 2020, <https://wp.ufpel.edu.br/covid19/artigos-cientificos>. Acesso em: 25 de julho de 2022

SÁ, Marilene; MIRANDA, Lilian; MAGALHÃES, Fernanda. **Pandemia Covid-19: catástrofe sanitária e psicossocial**. Revista Caderno de Administração, Maringá, v.28, Ed. Esp., jun./2020.

Enviado em 31/12/2022

Avaliado em 15/02/2023